

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARINA SILVA VIEIRA

Extensão Universitária:

**concepções presentes na formalização, em propostas e
práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná
(1968-1987)**

CURITIBA

2014

CARINA SILVA VIEIRA

Extensão Universitária:

Concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Nadia Gaiofatto Gonçalves.

CURITIBA

2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vieira, Carina Silva

Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e praticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná / Carina Silva Vieira – Curitiba, 2014.
290 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadia Gaiofatto Gonçalves
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Extensão universitária - Paraná. 2. Universidades e faculdades - Paraná. 3. Universidade Federal do Paraná. 4. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária no Paraná. I. Título.

CDD 378.8162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER



Defesa de Dissertação de **CARINA SILVA VIEIRA** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, DR^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, DR^a GISELE ALVES DE SÁ QUIMELLI e DR^a LIANE MARIA BERTUCCI, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEPÇÕES PRESENTES NA FORMALIZAÇÃO, EM PROPOSTAS E PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (1968-1987)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a NADIA GAIOFATTO GONÇALVES		Aprovada
DR ^a GISELE ALVES DE SÁ QUIMELLI		aprovada
DR ^a LIANE MARIA BERTUCCI		APROVADA

Curitiba, 24 de março de 2014.

Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Prof. Dr.ª Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matricula: 125750

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Parece uma tarefa interminável e enigmática, mas que se torna realizável graças a muitas pessoas que, mesmo sem saber realmente o que e para que o envolvimento em pesquisa, participam direta ou indiretamente dela. A essas pessoas gostaria de agradecer:

Início agradecendo a Deus pelo dom da vida e por me conceder sabedoria nas escolhas dos melhores caminhos, coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para me amparar.

Agradeço imensamente a meu pai, João Vieira (*in memoriam*) que me ensinou a importância da construção e coerência de meus próprios valores; a minha mãe Mirtes Silva Vieira por ter sido o contínuo apoio em todos esses anos me fazendo perseverar com determinação até aqui; e a minha madrinha Leni da Silva pela sua crença absoluta na capacidade de realização a mim atribuída.

Aos meus filhos João Pedro e Mariana que durante a realização deste trabalho tentaram entender minhas dificuldades e minhas ausências. Obrigada pelas vezes que tiveram que ficar em silêncio e até mesmo sem passeios para que eu pudesse estudar. Obrigada por sorrirem junto comigo quando eu dizia que tinha dado mais um passo na escrita. Amo vocês!

Aos meus familiares e amigos queridos agradeço pelo amor, apoio, confiança e motivação incondicional, que sempre me impulsionam em direção às vitórias dos meus desafios.

Agradeço a excelência profissional da professora Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, que sabe ser múltipla em tudo que faz e aceitou a tarefa de orientar esta dissertação, conferindo prestígio e valor a este trabalho de mestrado. Com ela aprendi muito mais do que o rigor do trabalho acadêmico e do exercício historiográfico, aprendi a cultivar a generosidade e a humildade.

À Professora Dra. Liane Maria Bertucci e à Professora Dra. Gisele Alves de Sá Quimelli agradeço pela prontidão e disponibilidade em participar na minha Banca de Qualificação e Defesa Pública, e pelas valiosas sugestões e comentários para o enfrentamento de fragilidades do trabalho. Obrigada pela confiança em mim depositada.

Manifesto minha gratidão aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação, em especial a Professora Dra. Dulce Regina Baggio Osinski, pelo aprendizado e pelas histórias contadas ao longo das aulas; a Professora Dra. Gizele de Souza pelas experiências compartilhadas e sugestões efetivas feitas a esse trabalho; e Professora Dra. Leziany Silveira Daniel pelos ensinamentos e indicações aferidas aos meus escritos.

As amigas do grupo de Mestrado, presença imprescindível durante este percurso, Elisa Marchese, Franciele França, Letícia Meira, Raquel Maciel e Vanessa Queirós agradeço pela amizade, convívio, apoio e estímulo nos momentos mais complicados.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR e ao Programa REUNI/CAPES, que por meio da contribuição de milhões de brasileiros e brasileiras, me concederam bolsa de estudos durante os dois anos de curso, sem a qual seria muito difícil a realização desta Pesquisa de Mestrado.

Muito obrigada às equipes do arquivo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), da Assessoria de Comunicação Social e do Setor de Memória da Biblioteca da UFPR pelo pronto atendimento, pela disponibilidade e auxílio na identificação das fontes.

É muito difícil transformar sentimentos em palavras, mas serei eternamente grata a vocês, pessoas imprescindíveis para a realização e conclusão deste trabalho.

RESUMO

O debate em torno da Extensão Universitária e de sua trajetória histórica nas universidades públicas brasileiras ainda circula na comunidade acadêmica como um tema conturbado no âmbito de suas concepções, diretrizes e práticas, que permeiam diversas apropriações e representações sobre a Extensão. Compreende-se, neste trabalho, que essa controvérsia gira em torno das concepções de Extensão Universitária assumidas, difundidas e praticadas em seu processo de normatização nas Instituições de Ensino Superior (IES) em determinados contextos históricos. O interesse, portanto, recai sobre a investigação de algumas questões relativas à formalização da Extensão na Universidade Federal do Paraná (UFPR), envolvendo concepções que nortearam e geraram propostas e práticas desenvolvidas no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, quando a Extensão Universitária ganha maior projeção no cenário nacional. Para tanto o presente trabalho terá como questão central perceber de que forma a UFPR e sua comunidade acadêmica apropriaram-se, em suas normativas, documentos internos e em atividades extensionistas, das diretrizes da Lei 5.540/68 sobre a Extensão, e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975. A pesquisa envolve, portanto, ao longo dos capítulos, três níveis de análise da Extensão Universitária: no primeiro capítulo ressalta-se o âmbito nacional, no segundo o aspecto institucional/normativo (ou formal) e no terceiro a dimensão prática das ações. Pois, entende-se que para compreender as concepções de Extensão na UFPR é necessário relacioná-la a um contexto mais amplo das políticas brasileiras, em especial as educacionais, e a um contexto mais particular da formalização nessa Universidade. Como fontes, têm-se leis e decretos nacionais, normativas internas e relatórios de trabalho da UFPR, além de depoimentos dos agentes envolvidos na Universidade Volante e nos Programas: Campus Avançado de Imperatriz (MA) e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária no Paraná (CRUTAC-PR), nos quais a UFPR atuou diretamente entre 1968 e 1987, período que demarca o recorte temporal deste trabalho. Para a análise utilizou-se os conceitos de representação, apropriação e prática de Roger Chartier; e para o tratamento das fontes a acepção de Dario Ragazzini sobre as múltiplas relações das fontes, bem como os pressupostos de Verena Alberti e Serlei Ranzi sobre a fonte oral. Como resultados percebeu-se que a UFPR por meio dos Cursos de Verão e da Universidade Volante iniciou a ligação da função da Universidade com os problemas regionais. Em seu processo de formalização a Extensão na UFPR desenvolveu ações que transitaram por esferas urbanas e rurais; internas e externas à Universidade, associando-se principalmente ao Ensino. Concepções diferentes coexistiram e se expressaram ao longo do período analisado, todavia a concepção de serviço comunitário prevaleceu sobre as demais durante a ditadura.

Palavras-chave: Extensão Universitária – Universidade Federal do Paraná – Ditadura civil-militar – CRUTAC – Campus Avançado

ABSTRACT

The debate around of the University Extension and its historical trajectory on Brazilian Public university still circulating in the academic community as a troubled theme in the framework of their conceptions, guidelines and practices, that permeate various appropriations and representations about the Extension. It is understood this work that this controversy revolves around the conceptions of university extension assumed disseminated and practiced in the standardization process in institutions of higher educations (IHE) in a given historical context. Therefore the interest falls on the investigation of some issues relating to standardization of Federal University of Paraná (FUPR) Extension, involving conceptions that guided and generated proposals and practices developed in the context of civil-military dictatorship in Brazil, when the university extension gains greater projection in the national scenario. To this end this work Will have a central question to understand how the FUPR and its academic community appropriated internal documents and extension activities, the guidelines of the Law 5540/68 about the extension, and workplan for 1975 university extension. Research involves over the chapters three levels of university extension analysis: at first chapter highlights domestic scope, at second normative (or formal) institutional aspect, and on third practical dimension of the shares. It means that to understand the conceptions extension at FUPR is necessary relate it to a broader context of Brazilian policies especially the educational policies and a more particular context of formalization at this university. As sources, there is domestic laws and ordinances, internal guidelines and reports of FUPR work , beyond statements of the agents involved in steering and university programs: advanced campus of Imperatriz (MA), and University Rural Training Center and Community Action of PR (URTCCA-PR) in which FUPR acted directly between 1968 and 1987, priod that marks the time frame of this study. For analysis, we used the concepts of representation, appropriation and practice of Roger Chartier and for the treatment of sources of meaning Dario Ragazzini about multiple relations of the sources as well as the Verena Alberti and Serlei Ranzi assumptions about the oral source. As a result it was found that the FUPR through Summer Courses and University Flywheel initiated the connection function of the university with regional problems. On its path to formalization FUPR Extension carried forward by urban and rural spheres internal and external university balls, associating to Teaching. Different conceptions coexisted and expressed throughout the period analysed based mainly on the diffusion of knowledge, technique, culture and community service, however this last projection was greater during the dictatorship.

Keywords: University Extension- Federal University of Paraná – civil-military dictatorship – Workplan University Extension – URTCCA – Advanced Campus

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	CARTAZ COMEMORATIVO DOS CINCO ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1964	55
FIGURA 2 -	SLOGAN DO PROJETO RONDON	63
FIGURA 3 -	FLUXO GLOBAL DA EXTENSÃO	81
FIGURA 4 -	MAEDER: UMA UNIVERSIDADE SEM FEUDOS	104
FIGURA 5 -	ATA REUNIÃO COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO.	110
FIGURA 6 -	PROGRAMAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE VERÃO, 1962.	115
FIGURA 7 -	PRIMEIRA PROMOÇÃO DA UNIVERSIDADE VOLANTE, 1961	116
FIGURA 8 -	PROMOÇÕES DA UNIVERSIDADE VOLANTE – DADOS ESTATÍSTICOS	119
FIGURA 9 -	ORGANOGRAMA DA UFPR – PRAC	124
FIGURA 10 -	FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE	126
FIGURA 11 -	UNIVERSIDADE E COMUNIDADE	127
FIGURA 12 -	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PROGRAMAS FEDERAIS	128
FIGURA 13 -	CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ / MA – FRENTE / 1976.	130
FIGURA 14 -	SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1981	131
FIGURA 15 -	SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 1	132
FIGURA 16 -	SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 2	133
FIGURA 17 -	SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 3	134
FIGURA 18 -	EM CINCO ANOS, UNIVERSIDADE REALIZA A SUA FUNÇÃO SOCIAL.	135
FIGURA 19 -	PROGRAMAÇÃO DO 1º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL – SEURS	137
FIGURA 20 -	ENTIDADES CONVIDADAS SEURS	138
FIGURA 21 -	SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO I SEURS	139
FIGURA 22 -	RELATÓRIO SEURS	141
FIGURA 23 -	RELATÓRIO DE ATIVIDADES UFPR – 1986	145
FIGURA 24 -	MAPA DE ATUAÇÃO CRUTAC - REGIÃO SUL	156
FIGURA 25 -	OBJETIVOS DO CRUTAC-PR	158
FIGURA 26 -	UNIDADE RURAL DA UFP ATENDE OITO MUNICÍPIOS DESDE A LAPA	161
FIGURA 27 -	ORGANOGRAMA DO CRUTAC-PR	162
FIGURA 28 -	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO CRUTAC-PR	164
FIGURA 29 -	CRUTAC ATENDERÁ CRIANÇAS NA LAPA	168
FIGURA 30 -	CRUTAC PRESTA CONTAS DE SUAS ATIVIDADES NO	

	PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 78	169
FIGURA 31 -	PALESTRA CRUTAC-PR NÚCLEO DA LAPA	170
FIGURA 32 -	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO - CRUTAC-PR NÚCLEO DA LAPA	171
FIGURA 33 -	ENTREGA DE VEÍCULO AO CRUTAC-PR	172
FIGURA 34 -	ATIVIDADES DO CRUTAC-PR	176
FIGURA 35 -	CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA	177
FIGURA 36 -	CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA PRÉDIO	178
FIGURA 37 -	CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA INSTALAÇÕES	179
FIGURA 38 -	CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA INSTALAÇÕES 2	179
FIGURA 39 -	ESTUDANTES PRESTAM AUXÍLIO A CIDADES	183
FIGURA 40 -	CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES	186
FIGURA 41 -	PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO PROJETO RONDON	193
FIGURA 42 -	CAMPI AVANÇADOS	195
FIGURA 43 -	CAMPUS: CONVITE A ESTUDANTES	197
FIGURA 44 -	VISTA DA CIDADE DE IMPERATRIZ – MA	201
FIGURA 45 -	MARGEM DO RIO TOCANTINS EM IMPERATRIZ – MA	201
FIGURA 46 -	MARGEM DO RIO TOCANTINS EM IMPERATRIZ – MA 2	202
FIGURA 47 -	EQUIPE DE ALUNOS DA UFPR NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA TRECHO EM IMPERATRIZ/MA	203
FIGURA 48 -	SALÃO INTERNO DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA	205
FIGURA 49 -	JARDIM NO INTERIOR DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ	206
FIGURA 50 -	EQUIPE SAINDO DO CAMPUS PARA O TRABALHO EM IMPERATRIZ	208
FIGURA 51 -	EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS E ALUNOS NO CAMPUS	209
FIGURA 52 -	DIRETOR MOSTRA O QUE FARÁ NO “CAMPUS” DE IMPERATRIZ	212
FIGURA 53 -	CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - PARTICIPAÇÃO E PROGRAMAS	213
FIGURA 54 -	PRAÇA DE JOÃO LISBOA / MARANHÃO	214
FIGURA 55 -	PROJETO DA ENGENHARIA FLORESTAL EM JOÃO LISBOA/ MA	214
FIGURA 56 -	EQUIPE DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ A TRABALHO	216
FIGURA 57 -	EQUIPE DO CAMPUS AVANÇADO VISITA CASAS EM IMPERATRIZ	217

FIGURA 58 -	ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA	218
FIGURA 59 -	ATIVIDADE EDUCACIONAL EM IMPERATRIZ/MA	219
FIGURA 60 -	EQUIPE DE PROFESSORES DE IMPERATRIZ COM A ALUNA DA UFPR	220
FIGURA 61 -	ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA	222
FIGURA 62 -	ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA 2	223
FIGURA 63 -	EQUIPE DE ENFERMAGEM TRABALHANDO EM IMPERATRIZ	224
FIGURA 64 -	EQUIPE DE ENFERMAGEM TRABALHANDO EM IMPERATRIZ 2	224
FIGURA 65 -	MUSEU ESTÁ NASCENDO	225
FIGURA 66 -	MUSEU DA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA	226
FIGURA 67 -	BIBLIOTECA E MUSEU DE IMPERATRIZ	226
FIGURA 68 -	ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA 3	227
FIGURA 69 -	VISITA DO MINISTRO DO INTERIOR NO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA	228
FIGURA 70 -	MINISTRO DO INTERIOR E EQUIPE NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA	228
FIGURA 71 -	EQUIPE TRABALHANDO EM IMPERATRIZ – VACINAÇÃO DE CÃES	229
FIGURA 72 -	CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO CAMPUS AVANÇADO/PROJETO RONDON	230

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	PRIMEIRO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL	26
QUADRO 2 -	SEGUNDO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL	28
QUADRO 3 -	TERCEIRO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL	30
QUADRO 4 -	DADOS DOS ENTREVISTADOS	39
QUADRO 5 -	REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA LEI 5.540/68	75
QUADRO 6 -	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CRUTAC NO BRASIL	154
QUADRO 7 -	EQUIPES DO CRUTAC-PR	165
QUADRO 8 -	RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO CRUTAC-PR	166
QUADRO 9 -	ATIVIDADES DO CRUTAC-PR ENTRE 1984 E 1986	175
QUADRO 10 -	DIFICULDADES E BARREIRAS DO CRUTAC-PR	181
QUADRO 11 -	RESULTADOS DO CRUTAC-PR	184
QUADRO 12 -	RELAÇÃO DAS IES RESPONSÁVEIS PELOS CAMPI AVANÇADOS	198
QUADRO 13 -	REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO OS PARTICIPANTES.	237

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ABE	Associação Brasileira de Educação
ACISO	Ação Cívico-Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFE	Conselho Federal de Educação
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
DAU	Divisão de Assuntos Universitários
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DRH	Diretoria de Recursos Humanos
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG	Escola Superior de Guerra
FPRO	Fundação Projeto Rondon
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
GTU	Grupo de Trabalho Universitário
IES	Instituições de Ensino Superior
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IPM	Inquéritos Policiais Militares
ITC	Instituto de Terra e Cartografia
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MA	Maranhão
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MINTER	Ministério do Interior
MUDES	Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
PR	Paraná
PRAC	Pró-Reitora de Assuntos Comunitários
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SEURS	Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UEE	União Estadual de Estudantes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	16
CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA DITADURA.	42
1.1 PARA ENTENDER A EXTENSÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES	43
1.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PERÍODO DA DITADURA.....	51
1.3 LEI 5.540/68 – UM MARCO PARA A FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO .	66
1.4 PRIMEIRO PLANO DE TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTRATÉGIA, CONQUISTA E DESAFIO	78
CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	90
2.1 EXTENSÃO NO ÂMBITO NORMATIVO.....	97
2.2 EXTENSÃO NO ÂMBITO TÉCNICO.....	114
CAPÍTULO 3 – EXTENSÃO UNIVERSITARIA NA UFPR: ENTRE NORMAS E MEMÓRIAS.	150
3.1. – CENTRO RURAL DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CRUTAC).....	150
3.2. – CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - PROJETO RONDON	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
FONTES	248
REFERÊNCIAS	255
APÊNDICES	261
ANEXOS	271

INTRODUÇÃO

Vejo a Universidade dentro de uma proposta extensionista moderna, como agente de mudanças sociais, políticas e econômicas. Uma ação revitalizadora das estruturas envelhecidas, um estímulo a reformas nos modelos que perderam atualidade, um convite ao repensar crítico.

Alcy Joaquim Ramalho¹.

O debate em torno da Extensão Universitária e sua trajetória histórica nas universidades públicas brasileiras pode ser considerado, ainda, um tema conturbado no âmbito de concepções, diretrizes e práticas que permeiam apropriações e representações sobre a Extensão entre docentes, servidores técnicos administrativos, discentes, além, é claro, da sociedade em geral. Os motivos dessa tensão são diversos e perpassam os espaços acadêmicos e administrativos das Universidades. Dentre eles, pode-se destacar o fato da Extensão, em alguns contextos, não fazer parte da concepção de formação ou de prática acadêmica, ou ser entendida como coadjuvante no processo de formação discente, subordinada ao ensino e a pesquisa, ou ainda, por apresentar divergências entre os agentes, no âmbito institucional, em relação a sua função, posição, atuação e legitimidade. O fato é que essa controvérsia gira em torno das concepções de Extensão Universitária assumidas, difundidas e praticadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) em determinados contextos históricos. Algumas dessas concepções demonstram a ligação da Extensão com as políticas educacionais e o desenvolvimento do país como, por exemplo, aquelas adotadas no período da Ditadura civil-militar² no Brasil, e que ainda hoje continuam permeando práticas extensionistas e suas diversas formas de representação no âmbito acadêmico.

Ao longo de sua trajetória histórica no Brasil, a Extensão Universitária desenvolveu ações direcionadas para a divulgação técnica e cultural, difusão do conhecimento, serviço e compromisso social. Na segunda metade da década de 1980, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

¹ SEURS, Relatório, 1983, p. 24

² Designação, segundo Gonçalves e Ranzi (2012) decorrente das várias discussões realizadas por pesquisadores desse contexto histórico e que demonstra a complexidade desse período, ressaltando a participação civil e militar na manutenção da ditadura no Brasil por duas décadas.

Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) começa a consolidar-se a concepção de Extensão enquanto atividade acadêmica, articulando-a ao ensino e à pesquisa, sendo essa nova dimensão fixada legalmente na Constituição de 1988. O artigo 207 estabelece que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão” (BRASIL, 1988). Ou seja, por meio do princípio da indissociabilidade oficialmente equipara-se Extensão, Ensino e Pesquisa (NOGUEIRA, 1999), sem hierarquias entre eles, o que não garante a mudança no *habitus*³ e nas práticas institucionais assumidas pelos agentes envolvidos nessas ações.

A Constituição Federal de 1988 se apresenta, portanto, como um marco importante na história da Extensão, que precisa ser ressaltado, pois possibilita a esta uma demarcação de força e legitimidade no espaço institucional e no âmbito da formação acadêmica. Além de apresentá-la como uma forma privilegiada de democratizar o saber, através da qual se produz e se difunde conhecimento; e permite à universidade, por meio de um contato direto com a população e suas demandas, avaliar e submeter à avaliação da sociedade o conhecimento produzido a partir do confronto com situações concretas que permeiam o cotidiano da vida social (NOGUEIRA, 1999, p. 8).

A amplitude com que se pode trabalhar com o tema Extensão Universitária e a diversidade de aspectos que podem ser analisados exige um recorte um pouco mais refinado do objeto de análise desta pesquisa.

Antes porém, é importante esclarecer que o interesse em investigar sobre a Extensão Universitária é decorrente da aproximação com o tema mediante participação na pesquisa “Extensão na Universidade Federal do

³ “Trata-se de disposições *adquiridas pela experiência*, logo, variáveis segundo o lugar e o momento [...] Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. [...] Os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer”. O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 21, 23 e 24, grifos do autor no original).

Paraná: constituição histórica”⁴. Quando da decisão de fazer o Mestrado em Educação, no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a opção pela linha de História e Historiografia da Educação se fez clara e definitiva, pois o objeto de pesquisa se colocava por meio da intenção de identificar as concepções que permearam a formalização⁵, propostas e práticas da Extensão Universitária no âmbito da UFPR durante a ditadura civil-militar no Brasil. A realização desta pesquisa reafirma as palavras de Marc Bloch (2001): “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente: compromete, no presente, a própria ação” (p.40), pois tanto as representações da Extensão quanto a produção intelectual que se segue configuram a memória e a prática atual da Extensão Universitária em seu âmbito institucional.

Ainda que diante de tamanha riqueza histórica, observou-se, entre as obras existentes acerca da UFPR, poucos registros sobre a Extensão Universitária e sua formalização nessa universidade. Fato este que motivou o interesse em investigar de forma mais aprofundada algumas questões relativas ao processo de formalização da Extensão na UFPR, que envolve concepções assumidas que nortearam e geraram normativas, propostas e principalmente práticas extensionistas realizadas no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, quando a Extensão Universitária ganha maior projeção nacional. O que possibilitou formular o pressuposto da existência, neste período, de um forte vínculo da legislação relacionada direta ou indiretamente a Extensão Universitária com parte da política mais ampla dos governos militares, como por exemplo a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional.

O uso do termo ditadura civil-militar, adotado neste trabalho, decorre de novas discussões que permeiam o campo da história e da historiografia, e que alertam e consideram a participação civil no período ditatorial brasileiro. De acordo com Nadia G. Gonçalves,

Por muitas décadas a expressão *ditadura militar* foi utilizada. Ela trazia a compreensão de responsabilidade quase que

⁴ Pesquisa integrante do Projeto 100 Anos UFPR, durante o período de 2010 a 2012. Atuação como bolsista do Edital 100 Anos UFPR, enquanto aluna do curso de Pedagogia EaD na UFPR.

⁵ O uso do termo “formalização” inclui, no âmbito deste trabalho, as normas e as informações oficiais contidas nos relatórios, catálogos e materiais institucionais da UFPR, bem como depoimentos de participantes envolvidos em ações extensionistas.

absoluta dos militares por todas as mazelas políticas, sociais e econômicas daquele contexto, desconsiderando a participação efetiva de civis, e mesmo a adesão – ou ao menos omissão e passividade – de grande parte da população brasileira a ideais, ideário e realizações dos governos militares do período (GONÇALVES, 2012 p.16).

A utilização do termo *ditadura civil-militar* considera, portanto, que sem apoio civil os militares não teriam realizado e mantido a ditadura no Brasil ao longo de vinte e um anos, pois mesmo entre eles haviam tensões, ou seja, os militares não eram um grupo totalmente homogêneo e articulado. Na acepção de Nadia G. Gonçalves “não se trata de desresponsabilizar ou de ignorar desvios e excessos cometidos no período por militares, nem de negar que exerceram papel central naquele contexto, mas de reconhecer que também houve a participação de civis nele” (GONÇALVES, 2012, p. 16). No entendimento da autora essa abordagem é uma maneira de considerar a ação dos agentes na realidade, pois compreende o âmbito político enquanto um lugar de articulação do social e de suas representações, e não como um espaço separado e restrito a condicionamentos econômicos e sociais, mas como uma modalidade de prática social.

A ditadura civil-militar no Brasil compreende um período, segundo Nadia Gonçalves e Serlei Ranzi (2012, p. 7) “que não se pode esquecer” e que foi marcado por um contexto paradoxal permeado de autoritarismo, repressão e contestações e ao mesmo tempo de euforia⁶ e crescimento econômico, que refletiram na sociedade, na cultura, na política e na urbanização do país.

O período demarcado para início da análise proposta neste trabalho é 1968, quando mudanças ocorridas nas políticas educacionais repercutiram diretamente na organização do ensino, como a Lei n. 5.540/68, que estabeleceu a Reforma do Ensino Superior no Brasil e exigiu uma reestruturação das Universidades em seus diversos aspectos. Dentre eles, a Extensão Universitária, que nesse processo ganha projeção nacional, a partir de políticas e práticas educacionais de interiorização e de atendimento a comunidades regionais, em sintonia com diretrizes maiores do governo da época. Tais ações concretizaram-se por meio dos programas nacionais criados

⁶ Dentre elas a vitória do Brasil na Copa do Mundo de futebol masculino em 1970.

e difundidos nesse período: Projeto Rondon, Campus Avançado e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

O período em que se encerra este trabalho é 1987, ano que demarca novos rumos para Extensão Universitária, principalmente por meio do FORPROEX, que articula um debate nacional e expressa uma concepção de Extensão diferente da difundida até então, pois aponta um direcionamento voltado para a transformação social e para maior articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, consolidada legalmente na Constituição Federal de 1988. Na UFPR o ano de 1987 não apresenta uma demarcação formal para a Extensão, mas entende-se que a nova concepção que se apresenta demandou, em relação ao período da ditadura, implicações diferenciadas no processo de formalização da Extensão nesta instituição.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos a partir da problemática apresentada para essa pesquisa, que pretendeu identificar concepções que permearam o processo de formalização, propostas e práticas da Extensão Universitária no âmbito da UFPR no período de 1968 a 1987. Para tanto o presente trabalho teve como questão central perceber de que forma ocorreu, na UFPR, por meio de seus agentes, a apropriação de diretrizes do governo federal sobre Extensão, em especial na Lei 5.540/68 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975 em suas normativas, documentos internos e ações extensionistas. Todavia outras questões também se apresentam como auxiliares para esse entendimento, pois, para compreender as concepções de Extensão na UFPR é necessário relacioná-las a um contexto mais amplo das políticas brasileiras, em especial as educacionais, e a um contexto mais particular do processo de formalização nessa Universidade.

Ressalta-se portanto a importância de entender inicialmente quais concepções de Extensão nortearam políticas e ações extensionistas no período da ditadura civil-militar no Brasil, bem como a sua relação com as políticas da época. O que direciona a análise para as políticas nacionais de educação que repercutiram diretamente nas ações de Extensão Universitária no período proposto. Dentre elas: a Lei n. 5.540/68, que estabeleceu a Reforma do Ensino Superior no Brasil e o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, proposto pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura (MEC); buscando apreender, em cada um

deles, concepções de Extensão e diretrizes educacionais e políticas que as fundamentam e as relacionam com a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁷;

Outros esclarecimentos pautaram-se na compreensão de como ocorreu a formalização da Extensão na UFPR no período entre 1968 e 1987 e quais concepções foram apropriadas pela instituição, por meio de seus agentes, ao longo desse processo. O que pressupõe identificar, na história da Extensão na UFPR, concepções presentes em suas normativas, organização e em propostas de ações de Extensão formalizadas nesta Universidade, buscando apreendê-las como fundamento para as políticas e práticas apropriadas pela instituição.

Uma outra questão auxiliar, não menos importante, pretendeu identificar quais concepções estavam presentes em propostas e ações de extensão praticadas na UFPR entre 1968 e 1987 e de que forma elas se apresentam. O que demanda depreender concepções norteadoras presentes na atuação e implementação de ações de Extensão na UFPR, registradas em documentos, relatórios e presentes em depoimentos dos agentes envolvidos na Universidade Volante e nos Programas, Campus Avançado de Imperatriz (MA), e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária no Paraná (CRUTAC-PR).

Este recorte teve como base os referenciais da História e da História da Educação, esta última compreendida não como uma nova ciência, mas segundo Thaís Fonseca (2003, p. 57), como um campo de investigação historiográfico, que é ao mesmo tempo uma subárea da Educação e uma especialização da História⁸. O que para os historiadores da Educação é uma forma de marcar o seu pertencimento à comunidade dos historiadores, uma

⁷ A Escola Superior de Guerra brasileira foi criada em 1949, através da Lei 785/49, sob os moldes da escola norte americana *National War College* e estava subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. O modelo americano havia sido criado há pouco tempo, em 1946, para “ministrar cursos para oficiais, incluindo operações conjuntas de Estado-Maior, política externa, estratégia e planejamento do potencial nacional”. A finalidade da Escola Superior de Guerra seria a de elaborar planejamentos para a Segurança Nacional

⁸ Mirian Warde (1990) já levanta esta questão e entende que a História da Educação deveria ser considerada uma especialização da História e alerta para os problemas epistemológicos deste campo historiográfico. Clarice Nunes e Marta Carvalho (1993) ao analisarem a relação da História da Educação com a História Cultural ressaltam que a constituição da primeira teve início como disciplina escolar antes de tornar-se campo de pesquisa e segundo as autoras a referência a essa origem “pode nos iluminar a compreensão de uma série de problemas ligados à relação dessa história com outros campos disciplinares e às práticas institucionais que lhe dão suporte” (p.23).

vez que esta aproximação epistemológica reafirma e identifica suas pesquisas ao fazer historiográfico (FARIA FILHO; VIDAL, 2003).

Para contemplar esta análise foram utilizados os conceitos de representação, apropriação e prática que Roger Chartier (2002) referencia ao abordar a questão das leituras, dos entendimentos possíveis e das diferentes formas que uma realidade é construída, pensada e dada a ler. Pois, segundo Chartier, as percepções dos sujeitos sociais ou agentes não são neutras, dependem do contexto em que foram elaboradas, e são determinantes na orientação de suas práticas. A escrita da história a partir deste paradigma inclui, para tanto, o cotidiano e os sujeitos comuns com suas experiências e práticas, orientadas a partir do lugar que ocupam:

Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. Primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes **esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.** (CHARTIER, 2002, p. 17, grifo nosso).

A visão de mundo dos agentes constitui o mecanismo de justificativas individuais, que permitem que estes interajam com o mundo, por meio de suas práticas e representações. Estas, entendidas aqui, num sentido social e histórico, como as diversas formas pelas quais a realidade pode ser interpretada e refletida na vida, nas ações e atitudes, mesmo inconscientes desses sujeitos. O que configura a multiplicidade com que a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que, por meio de suas práticas, visam reconhecer uma identidade social, exibindo uma maneira própria de estar no mundo, marcada por formas institucionalizadas e objetivadas que afirmam a existência dos grupos, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p. 23).

De fato ele (o conceito de representação) permite designar e ligar três realidades maiores: **primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e**

de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de “estilização da vida”; finalmente, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994, p. 108, grifo nosso).

A ênfase maior recaiu sobre a primeira das três realidades elencadas por Chartier, por considerar esta a que melhor auxilia na identificação das concepções de Extensão Universitária, não só perante seu processo de formalização na UFPR, mas também diante do direcionamento dado à produção acadêmica sobre a Extensão durante e após o período da ditadura civil-militar no Brasil. Esta produção contribuiu para a consolidação de representações válidas de serem destacadas, por serem importantes na configuração do espaço acadêmico e formativo da Extensão Universitária.

As representações certamente dizem muito mais do que aquilo que enunciam, pois estão permeadas de sentidos ocultos e sutis, construídos social e historicamente, e que muitas vezes tornam-se inerentes a percepção dos sujeitos, apresentando-se como naturais, dispensando, portanto, a reflexão por parte daqueles que as compartilham, em determinado momento e espaço histórico (GONÇALVES, 2012).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre **determinadas pelos interesses de grupo que as forjam**. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: **produzem estratégias e práticas** (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17, grifos nossos).

Considera-se importante ressaltar que as representações são construídas e determinadas pelos interesses do grupo que as forjam, e difundidas a partir de seus discursos e posições, o que estabelece um vínculo entre as representações e as relações de poder. De modo que a demarcação

dos contextos que permearam a trajetória histórica da Extensão Universitária no Brasil, principalmente no período entre 1968 e 1987, fez-se necessária para melhor compreensão das concepções de Extensão que nortearam políticas e ações extensionistas no período da ditadura civil-militar.

Ressalta-se também a coexistência, ao longo da história, de diferentes concepções de Extensão Universitária em um mesmo período e em um mesmo espaço, fruto de uma relação de forças, que remete ao conceito de *lutas de representações* de Roger Chartier, e que, neste caso, são expressas pelos agentes por meio de estratégias que determinam posições e relações e que constroem o processo de formalização da Extensão no espaço universitário. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Em sua análise, Sandra Pesavento (2004) resume de modo claro e conciso o conceito de representação, relacionando-o ao fazer cotidiano dos sujeitos:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2004, p.39).

As palavras de Pesavento remetem à associação do conceito de representação ao de apropriação, que na acepção de Chartier (2002, p. 26) suscita a interpretação e determina as operações de construção de sentido que são inscritas nas práticas específicas que as produzem. A apropriação é relevante pois “[...] permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (CHARTIER, 2002, p. 136). Isto é, ressalta a ação do agente que interpreta e cria práticas e mecanismos de resistência no fazer cotidiano assumindo seu papel na história.

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1991, p. 180)

O conceito de apropriação foi de grande valia para análise da questão central proposta anteriormente: perceber de que forma ocorreu, na UFPR por meio de seus agentes, a apropriação da Lei 5.540/68 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975 em suas normativas, documentos internos e ações extensionistas, além de auxiliar na identificação de concepções presentes em propostas e ações de extensão postas em prática na UFPR entre 1968 e 1987.

O olhar a partir do conceito de apropriação permitiu, portanto, identificar parte do espaço institucional construído e ocupado pela Extensão Universitária na UFPR, no período da ditadura civil-militar, por meio da produção das ações e do posicionamento de seus docentes, discentes e técnicos. Pois as representações se vinculam às práticas, às ações como esquemas de classificação e percepção próprias de um grupo como instituição social. São as “práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1991, 183).

Para adentrar a temática da Extensão Universitária fez-se necessário revisitar a produção acadêmica existente no Brasil, o que permitiu constatar que sua história também merece uma reflexão. Ressalta-se a maneira como alguns autores realizaram em seus trabalhos uma abordagem da Extensão Universitária no período da ditadura civil-militar no Brasil. Esta contribuiu, de certo modo, para a construção de uma representação da Extensão Universitária como pautada exclusivamente em um viés de cunho assistencialista, o que se apresenta na produção acadêmica mais recente como uma constatação, por assim dizer, por parte de alguns autores.

Não se trata, porém, de questionar o corpus empírico e teórico-metodológico utilizado pelos autores em seus trabalhos, que são referências de fontes e análises e contribuem para o debate em torno da Extensão Universitária no Brasil. Todavia, a forma de abordagem da concepção de Extensão Universitária mais utilizada por esses autores denota uma aproximação com a função eminentemente política da Extensão, condizente com um referencial teórico e metodológico predominante nas décadas de 1970 e 1980, e remete às intenções e estratégias políticas desveladas pelo governo neste período. Contudo esse é apenas um viés de análise. A história cultural traz consigo um outro paradigma analítico, que propõe visitar a história buscando uma estratégia que enfatiza o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua mentalidade, sua trajetória de vida, enfim possibilita ouvir outros sujeitos da história, que trazem novos olhares e versões para a história já contada (FICO, 2004).

Nas décadas mencionadas é possível observar um movimento de incorporação da temática da Extensão Universitária no meio acadêmico, como objeto de análise. O primeiro momento dessa produção acadêmica ressalta a importância da Extensão Universitária na formação acadêmica, no desenvolvimento e segurança da nação.

Primeiro Momento da Produção Acadêmica		
Autor	Obra	Sobre Extensão Universitária
Olindo Antônio Toaldo ⁹	Extensão Universitária – A dimensão humana da universidade (1977)	<p>“Extensão universitária é um meio eficaz de fortalecer o Poder Nacional. A projeção dos potenciais disponíveis e institucionalizados no contexto curricular das universidades, como atividades realimentadoras do sistema de ensino e pesquisa, aceleram o desenvolvimento e conseqüentemente fortificam a segurança” (Prefácio, p.15-17).</p> <p>“A Extensão Universitária, integrada ao ensino e a pesquisa, aparece, nesse sentido, como instrumento eficiente para a consecução de um duplo objetivo: formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade” (p. 20).</p>

QUADRO 1: PRIMEIRO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL

FONTE: a autora, com base nas referências bibliográficas consultadas.

⁹ Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

A concepção de Extensão como formação acadêmica e prestação de serviço comunitário, por meio da assistência e da promoção em prol do desenvolvimento da nação, reitera, de certo modo, a que era difundido pelo governo. E pode se percebido nas palavras do, então, Ministro da Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga, em pronunciamento durante a XXIII reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

Os professores e alunos universitários são privilegiados por manejarem mais de perto o **precioso instrumental do desenvolvimento**, aprofundando o conhecimento científico e tecnológico forjando as **lideranças do Brasil do amanhã**. É assim justificado o esforço inquestionável do Governo no setor universitário, através do qual se busca alcançar a formação profissional com **sentido social**, e coerente com a nossa **vocação humanística**. Alunos e professores tem diante de si o dever da **responsabilidade social**, e estes, os professores, são, não apenas veículos de informação, mas agentes de formação que identificam no aluno a maior riqueza do País, e por isso desenvolvem em cada um a plenitude de suas potencialidades tendo em vista o bem da pátria (BRAGA *apud* TOALDO, 1977, p. 16, grifos nossos).

A representação fomentada por essa concepção de Extensão Universitária pautada na responsabilidade social de alunos e professores com o desenvolvimento da nação é, portanto, considerada nesse momento como positiva e necessária tanto para formação do aluno quanto para o bem da pátria.

Um segundo momento é marcado na produção acadêmica sobre Extensão Universitária, o período pós 1985, quando, ao término da ditadura civil-militar no Brasil, as análises de cunho crítico puderam, então, ganhar maior expressão. Nesse momento percebe-se a construção de uma representação da Extensão Universitária que ressalta quase que somente o caráter assistencialista de suas práticas durante a ditadura e que marcaria fortemente a sua trajetória histórica (Quadro 2).

Segundo Momento da Produção Acadêmica		
Autor	Obra	Sobre Extensão Universitária
Moacir Alves Carneiro ¹⁰	Extensão Universitária - Versão e Perversões (1985)	<p>“Como acentuar a função da Extensão numa Universidade que sempre caminhou distante da sociedade e do seu povo? Admitamos que seria desonesto desconhecer as tentativas de Extensão, mesmo de cinho assistencialista, por parte do Ensino Superior Brasileiro, através dos seus múltiplos programas de serviços”. (p. 10, grifos nossos).</p> <p>“Vista como atividade assistencialista, ela [Extensão] é exercida como o toque mágico de alguém que possui o segredo para desatar o nó górdio da ignorância” (p. 17, grifos nossos).</p>
Renato dos Santos ¹¹	Extensão Universitária, intitulado Educação e Extensão – Domesticação ou Libertar (1986)	<p>“Entendo que a Reforma de 68, com a Departamentalização da Universidade, a matrícula por disciplina e o enfoque invasor-assistencialista da Extensão, serviu por um lado para pulverizar qualquer movimento estudantil e por outro lado para manter as populações oprimidas muito “agradecidas” pela assistência dada pelos governantes e seus novos aliados, os estudantes e os professores universitários”. (p. 22, grifos nossos).</p>
Nádia Silveira ¹²	Universidade Brasileira – A intenção da Extensão (1987)	<p>A universidade permaneceu distante e alienada do Rondon, que através dos estudantes desenvolve uma ação de cinho eminentemente assistencialista e ideológico junto a parcelas da população e, no caso do Programa de Campus Avançado, junto a algumas comunidades localizadas principalmente nas regiões Norte e Nordeste brasileiras. (p. 128, grifos nossos).</p>
Yeda Maria Bacellar ¹³	Extensão universitária: que vocação? (1989)	<p>“Esta vocação assistencialista permeou os projetos extensionistas na Universidade Federal do Paraná, com certa intensidade até o final da década de 70” (p. 153, grifos nossos).</p>

QUADRO 2 – SEGUNDO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL

FONTE: a autora, com base nas referências bibliográficas consultadas.

¹⁰ Professor titular de Legislação do Ensino e Educação Brasileira na Universidade Federal da Paraíba.

¹¹ Professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atuou junto à Pró-Reitoria de Extensão dessa Universidade.

¹² Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹³ Professora da UFPR

Esses trabalhos que datam dos anos de 1980, formulam em suas análises uma crítica, e constroem uma representação assistencialista da Extensão como determinante em um dado momento histórico, sendo demarcada neste período como uma prática negativa. Esta versão pós-ditadura sobre a Extensão Universitária, parece se revelar como um estereótipo de que as práticas da Extensão Universitária no período da ditadura eram puramente assistencialistas e negativas.

Um terceiro momento ressaltado nesta breve reflexão direcionada para a produção acadêmica sobre a Extensão Universitária no Brasil é marcado pela reiteração do segundo momento mencionado. Alguns autores em seus trabalhos mais recentes tomam como pressuposto básico e reiteram o caráter assistencialista e necessariamente pejorativo da Extensão Universitária no período da ditadura, demarcado pela produção anterior. Cabe destacar novamente as palavras de Roger Chartier ao referir-se ao conceito de representação e a primeira realidade que ele permite designar e ligar, “as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem” (CHARTIER, 1994, p. 108).

Terceiro Momento da Produção Acadêmica		
Autor	Obra	Sobre Extensão Universitária
Regina Maria Michelotto ¹⁴	A liberação do Acesso e a Extensão como Estratégias de Democratização da Universidade: a Experiência da Itália e do Brasil. (1999)	“cabe questionar, portanto, se e como a extensão universitária vem enfrentando e/ou superando suas formas ativistas e assistencialistas ” (p. 75, grifos nossos).
Maria das Dores Pimentel Nogueira ¹⁵	Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975-1999 (1999)	“O golpe militar, no entanto, utilizou várias das propostas estudantis em sua orientação de institucionalização da extensão universitária, numa atuação assistencialista junto às comunidades mais carentes, com uma proposta claramente incorporada ao ideal desenvolvimento e segurança, onde os alunos eram apenas executores” (p. 64, grifos nossos).
Luciana Castro ¹⁶	A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: ainda existem utopias realistas. (2004)	“O que se nota desde a sua origem é que, além do caráter opcional, a extensão sempre apareceu como a maneira de aproximar a Universidade da população, principalmente de forma assistencial , esvaziada de qualquer significado emancipatório, mas como forma de realização das políticas de governo” (p. 4, grifos nossos).
Maria Elisa Carbonari e Adriana Camargo Pereira ¹⁷	A Extensão Universitária no Brasil, do Assistencialismo à Sustentabilidade (2007)	“As atividades extensionistas foram muito criticadas pelo caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades , que marcou a história da extensão no Brasil. Em relação às Universidades públicas também muito se criticou o fato das atividades surgirem para agregar as instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladoras de sua

¹⁴ Professora da UFPR

¹⁵ Referindo-se a Maria das Dores Pimentel Nogueira, na época técnica em assuntos educacionais da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais e posteriormente (2010) Pró-Reitora Adjunta de Extensão desta Universidade.

¹⁶ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹⁷ Respectivamente: Doutora em Educação pela UNICAMP e Diretora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Anhanguera Educacional S.A.; e Mestre em Múltiplos pela UNICAMP e Coordenadora do Departamento de Extensão da Anhanguera Educacional S.A.

		autonomia, muito burocratizada, submissa e descontínua” (p. 25, grifos nossos).
Bárbara Souza Lima ¹⁸	A Extensão Universitária no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (2009)	“A legalização da extensão a partir da CF 1988 tem tomado rumo diferente do que vinha sendo traçado anteriormente a essa lei e que contribuía para uma extensão com função assistencialista para manter a hegemonia da classe dominante” (p. 46, grifos nossos).
Rossana Serrano ¹⁹	Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire (2011)	“Tais projetos [Rondon e CRUTAC] promovem uma involução no movimento crescente iniciado pelo Movimento Estudantil, e nas teorias de Paulo Freire que apresentaremos a seguir; e em sua condição de contraponto à Extensão Universitária numa prática conservadora e meramente assistencialista . Permanece, portanto, a crítica a uma Extensão Universitária verticalizada, antidialógica e manipuladora” (p. 07, grifos nossos).

QUADRO 3: TERCEIRO MOMENTO DA PRODUÇÃO ACADEMICA SOBRE EXTENSÃO NO BRASIL

FONTE: a autora, com base nas referências bibliográficas consultadas.

Mesmo análises mais recentes, com um olhar direcionado para outro viés histórico, ainda que em tom de crítica, demarcam a reiteração da memória da Extensão de caráter assistencialista. Algo que parece precisar ser dito para ser lembrado, e que não pode ser esquecido para não ser repetido.

Podemos dizer que as discussões e os alertas quanto aos perigos de que os projetos de extensão tenham caráter e **filiação ao assistencialismo** são constantes na história da extensão universitária. Por exemplo, diz Silva (2000, p. 51) que: “a universidade, [...], não pode ser conivente com **práticas assistencialistas**, em que préstimos dos que detém o saber são solicitados de tal modo que ocorre a perpetuação de relações de poder entre os que servem e os que são servidos. A socialização do conhecimento deve ser entendida, portanto, como atitude que possibilita a emancipação dos sujeitos

¹⁸ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

¹⁹ Professora da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do projeto: Avaliação Institucional da Extensão Universitária: um estudo sobre a regulação e emancipação na UFPB.

envolvidos no processo.” (ARROYO;ROCHA, 2010, p.5, grifos nossos)²⁰.

Embora reconheça-se aqui a existência do viés de serviços comunitários, dado à Extensão no período da ditadura, a problematização que se propõe é se a Extensão se resumia à expressão “assistencialista”, tal como os autores mencionados afirmam.

O uso do termo “assistencialista” remete a uma política de atendimento à população que gera dependência e não emancipação dos sujeitos e que reitera a desigualdade e a tutela do Estado, pois contribui na conformação social e na legitimação do sistema de poder vigente. Suas intenções são pautadas pela ótica do favor e da benesse, transformando os usuários em "assistidos", "favorecidos", e não em cidadãos de direito. Uma prática, segundo Ana Cristina de Souza Vieira (2000) que,

Supõe o acesso a um bem, por benesse ou doação, o que torna o receptor um devedor, um dependente de quem doa. Como afirma Sposati, o assistencialismo tem sempre um sujeito – público ou privado – e um sujeitado. Este fica com uma dívida de favor pelo bem/serviço recebido. Na realidade brasileira, de ontem e de hoje, o assistencialismo é característico de certas formas de ação política, marcadas pela corrupção, pelo clientelismo (VIEIRA, 2000, p. 124).

Todavia esta prática assistencialista, utilizada historicamente de forma estratégica nas políticas sociais, pode gerar entendimentos e ações diferentes a partir da apropriação dos agentes envolvidos na sua execução. Pois o planejamento e a legislação oficial não garantem a mudança no *habitus* e nem a operacionalização *Ipsis litteris* da lei e do plano nas práticas institucionais assumidas pelos agentes envolvidos nessas ações. De modo que para analisar a prática assistencialista torna-se necessário considerá-la em dois aspectos de entendimento, no âmbito de sua formulação e planejamento e no de sua execução.

Retomando, pois, Roger Chartier e o conceito de lutas de representações, é possível indicar, portanto, que está em jogo, no caso da

²⁰ Daniela Munerato Piccolo Arroyo, mestre em Educação e assistente técnica da PUC – Campinas e Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha, Doutora em Educação pela UNICAMP e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC – Campinas.

produção acadêmica já mencionada, uma ordenação histórica de concepções e representações sobre a Extensão Universitária. Estas, estrategicamente, demarcam práticas de posicionamento, de distanciamento e de divisões entre os grupos; e indicam uma memória que “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Compreende-se, pois, que a pesquisa demanda uma aproximação com o objeto, uma investigação que considera diversos lados e diferentes versões, mas também necessita de um distanciamento para poder exercitar a crítica. Para tanto é preciso desconstruir algumas certezas e abrir as portas para o inesperado. É neste sentido que este trabalho se propõe adentrar na história da UFPR para perceber representações da Extensão Universitária em sua esfera mais singular e menos determinante e determinista.

A proposta é, então, direcionar o olhar sobre a Extensão na UFPR no período de 1968 a 1987, no sentido de compreender como ocorreu a apropriação da legislação nacional da Extensão Universitária nesta instituição, em diferentes níveis. A análise estará pautada na identificação de apropriações expressas em suas normativas internas, para, a partir delas, estabelecer uma relação com as apropriações e representações vivenciadas e praticadas pelos técnicos, discentes e docentes no cotidiano das ações extensionistas. A hipótese principal está calcada na possibilidade das apropriações e representações da concepção presente na produção acadêmica sobre a Extensão Universitária serem diferentes das apropriações e representações dos agentes envolvidos com a Extensão no âmbito institucional, formal e prático da UFPR. O que pressupõe a coexistência de diferentes apropriações, representações e concepções de Extensão Universitária que podem apresentar semelhanças e diferenças entre si, e que expressam a sua condição a partir do lugar que ocupam.

Entende-se neste trabalho que as atividades extensionistas realizadas a partir de 1968 são regulamentadas em âmbito nacional pela Lei 5.540 e direcionadas para programas nacionais através de órgãos ministeriais do governo, como o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério de Interior (MINTER). Esse processo de formalização e normatização das práticas de Extensão Universitária certamente trouxe consigo concepções de seus

idealizadores e condicionantes do contexto da ditadura civil-militar no qual estava inserido, o que remete à Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional difundida pela ESG, pois segundo o Manual Básico “as instituições constituem, assim, os canais próprios para a expressão dos interesses políticos, para a solução dos problemas comuns e para a participação no processo político” (ESG, 1979, p. 103).

As fontes selecionadas, seu detalhamento e tratamento metodológico decorrem de um olhar mais abrangente ao compreender que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79). Esta diversidade será considerada ao contemplar distintas fontes como documentos escritos, que abrangem legislação, relatórios, normativas e materiais institucionais da UFPR que abarcam as ações de Extensão Universitária, além de periódicos, jornais, depoimentos e a própria bibliografia que ao longo do texto assume, muitas vezes, o duplo papel de referência e fonte. De modo que serão contempladas fontes produzidas legalmente como direcionamento normativo para a Extensão Universitária, bem como fontes que provêm diretamente dessas práticas e ações de Extensão na UFPR. Conforme reafirma Julia (2001), “os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas” (p.19) e devem ser lidos à luz de uma realidade histórica, pois expressam tensões, conflitos e contradições.

Quando da utilização dessas fontes históricas a diretriz assumida neste trabalho considera que:

A identificação, o uso e a interpretação das fontes são elementos constituintes do caráter e da qualidade da pesquisa, além de portarem a identidade e a auto compreensão da pesquisa histórica. [...] As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Uma vez que as fontes históricas interessam ao historiador pelo que elas testemunham, e segundo Dario Ragazzini (2001), devem ser “lidas a partir de múltiplas relações, tais como as relações subjacentes à sua produção,

seleção, modo de reunião, conservação e, também, de forma comparativa, na perspectiva de encontrar reiteração ou especificidade diferencial” (p. 17), remete-se aos três níveis identificados pelo autor: a produção da fonte em seu contexto específico, sua relação e conservação no tempo e sua interpretação no presente.

As normativas e documentos oficiais serão uma fonte primordial neste trabalho, seu uso pressupõe, na acepção de Luciano Mendes Faria Filho (1998), limites e possibilidades, sendo necessário, para tanto, considerar seu contexto de produção, sua linguagem, materialidade e circulação. Esse conjunto de aspectos remete aos diversos agentes e instituições envolvidas na rede de relações de abrangência da lei. Todavia, a análise da legislação, apesar de sua riqueza de informações, não é suficiente e remete a um trabalho de cruzamento de fontes, conforme proposto por Luciano Mendes Faria Filho (1998).

Para tanto, os depoimentos de pessoas da comunidade acadêmica da UFPR, que participaram e desenvolveram atividades de Extensão no período, foram também fontes para esta pesquisa. Compreendendo as recordações e memórias como fenômeno histórico, Peter Burke ressalta que estas não podem ser consideradas atividades inocentes, pois nem as recordações, nem a história parecem objetivas, e em ambos os casos é preciso estar atento à seleção consciente e inconsciente, à interpretação e à distorção (BURKE, 1992). Pierre Nora aponta uma distinção importante entre memória e história:

Memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Serlei Ranzi (2007) concorda que história e memória são diferentes, mas não opostas, visto que uma pode contribuir com a outra no conhecimento do passado. Ranzi complementa sua afirmativa demarcando a memória como

um espaço interdisciplinar de várias faces que em relação com a história, emerge principalmente a vertente da memória como fenômeno histórico e fonte oral. Ambas, no campo da historiografia exigem uma postura vigilante e crítica por parte do historiador. Todavia o uso da memória como fonte oral a partir das recordações garante sua importância para a pesquisa:

Para o historiador essa fonte contribui para construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico, mais complexo (Garrido, 1993; Villanova, 1994), e não um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história produzida com documentos escritos. Portanto é necessário que haja uma relação dialética entre as fontes orais e os demais documentos utilizados em uma pesquisa em história para que seja possível estabelecer a distância entre o dito e o não dito e entre o que foi dito ou escrito de maneira diferente. (RANZI, 2007, p. 327).

A intenção em utilizar a fonte oral nessa análise está diretamente ligada ao objeto da pesquisa, que é identificar concepções de Extensão que se fizeram presentes na UFPR no período de 1968 a 1987 em suas diversas formas. De modo que a construção da narrativa dos agentes, ao explicitar suas práticas, em uma relação direta com as exigências e mudanças normativas propostas para as ações extensionistas, possibilitou verificar concepções, formalização e propostas da Extensão Universitária, bem como a forma como foram apropriadas nas práticas realizadas no âmbito da UFPR naquele contexto.

Os depoimentos obtidos por meio da fonte oral são, portanto, formas privilegiadas de conhecer práticas e representações dos agentes envolvidos em atividades extensionistas até então silenciadas e esquecidas pela produção acadêmica. Elas possibilitam perceber distâncias entre o dito e o não dito e permitem identificar como estas ações foram construídas ao longo do tempo, como dialogaram com as normas e como refletem ou não um *enquadramento da memória*²¹ a partir do que o entrevistado expressou de sua prática e de sua experiência junto às ações de Extensão. Seja consciente ou inconsciente, a memória pressupõe uma interpretação e uma reelaboração dos fatos a partir do tempo presente, a seleção por ela realizada é sempre socialmente

²¹ Conceito definido por Michel Pollak (1989).

condicionada por meio de uma permanente interação entre o vivido, o aprendido e o transmitido (BURKE, 1992; NORA, 1993; POLLAK, 1989).

A história oral²², na acepção de Verena Alberti (2005) é um misto de método, fonte e técnica. Pode ser considerada um método de pesquisa, à medida que, privilegia o acesso a informações diretamente das fontes testemunhais; e também uma fonte a partir do que é produzido por esse método, que são os depoimentos e narrativas colhidos através da técnica de entrevista. Em outro trabalho intitulado *Ouvir contar: textos em história oral* (2004), a mesma autora revela as possibilidades de pesquisa a partir da fonte oral exaltando o fascínio das experiências vividas pelos sujeitos.

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes (ALBERTI, 2004, p. 14).

A fonte oral traz consigo os conceitos de memória e representação, entendidos enquanto construções coletivas significadas e ressignificadas permanentemente pelos agentes. Estes relacionam necessariamente, durante seus depoimentos, lembranças e esquecimentos evocados ou silenciados ao reportarem-se aos acontecimentos passados, já ressignificados no presente, quer através do conhecimento que construíram; quer por meio da internalização das representações sociais, enquanto conhecimentos comuns à comunidade (ALBERTI, 2005). Serlei Ranzi corrobora com essa acepção ao afirmar que “trabalhar com a memória é recuperar, em certo sentido, as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros” (RANZI, 2007, P. 350).

Assim como todo caminho metodológico e toda fonte, esta também apresenta fragilidades, isto é, tem seus limites e esses precisam ser reconhecidos. O historiador Philippe Joutard ressalta que:

Reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua

²² Neste trabalho, porém, a ênfase será direcionada para assumir o depoimento como fonte oral e, portanto, esta será a expressão utilizada ao longo do texto.

formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Esses mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses (JOUTARD, 2000, p. 34).

Todavia as limitações da fonte oral, bem como as fragilidades da memória podem-se transformar em força, à medida que valorizam a diversidade de pontos de vista, o que propicia percepções diversificadas sobre um mesmo acontecimento e colabora na construção de uma compreensão maior do contexto e do objeto pesquisado. Portanto, como afirma Julia (2001), “O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (p.17), cabendo então a este a necessidade de se utilizar de várias fontes e métodos que possam completar as lacunas existentes ao longo de sua pesquisa.

Questões de ordem pragmática precisaram ser consideradas na escolha da fonte oral, pois esta apresenta limites temporais para sua disponibilidade, no caso desta pesquisa os participantes das ações de Extensão entrevistados foram identificados como alunos e professores por meio dos registros escritos dessas ações e/ou por indicação de nomes considerados importantes pelos próprios entrevistados durante seus depoimentos. Sendo iniciada a busca considerando primeiramente os nomes dos participantes que fazem ou fizeram parte do quadro de profissionais da UFPR.

Nas entrevistas realizadas constam impressões e memórias de depoentes identificados pelo quadro 4.

Nome	Graduação	Ano de participação	Atividade de Extensão	Atuação na época
Leopoldo Gil Dulcio Vaz	Educação Física	1976 1976/1977	Campus Avançado de Imperatriz	Aluno da graduação Professor - contrato com Profix do Ministerio do Interior/FunRondon
Lucia Maria Bueno Mion	Educação Artística	1977	Campus Avançado de Imperatriz	Aluna da graduação
João Somma Neto	Jornalismo	1977	Campus Avançado de Imperatriz	Aluno da graduação
Marcus Aurélio Taborda de Oliveira	Educação Física	1984	Campus Avançado de Imperatriz e CRUTAC	Aluno da graduação
Léo Kriger	Odontologia	1974/1985	Campus Avançado de Imperatriz e CRUTAC	Professor Coordenador de equipes Membro da equipe transitória – Professor e coordenador dos estágios na área de Odontologia
Camillo Ferronato	Letras	1976/71977	Campus Avançado de Imperatriz	Professor e Diretor do Campus Avançado de Imperatriz
Vera Lúcia ferronato	Letras	1976/1977	Campus Avançado de Imperatriz	Diretora adjunta do Campus Avançado de Imperatriz

QUADRO 4 – DADOS DOS ENTREVISTADOS

FONTE: A Autora, com base nas entrevistas concedidas a mesma.

Os entrevistados foram citados ao longo do texto com seus nomes de registro, conforme autorizado por eles no momento da entrevista²³. As citações seguiram o mesmo padrão das citações de textos com referência ao término da citação indicando o nome de cada entrevistado. As entrevistas foram realizadas a partir de questionário semi estruturado²⁴, deixando os entrevistados em liberdade para tecerem suas considerações, o que pressupôs a necessidade de estabelecer alguns recortes referenciados com [...], porém estes tiveram como finalidade destacar contribuições específicas para o tema da pesquisa, tomando cuidado para não descontextualizar nem distorcer o sentido da fala dos entrevistados. As exposições orais dos entrevistados foram recortadas e selecionadas a partir das temáticas desenvolvidas no texto de cada capítulo.

O trabalho está dividido em três capítulos, que demarcam a intenção da pesquisa e o caminho escolhido para análise, por meio das fontes selecionadas.

No primeiro capítulo a Extensão Universitária é contextualizada no cenário da educação superior, especialmente da universidade, seu espaço de ação por excelência, destacando-se as principais concepções que circularam no período da ditadura civil-militar no Brasil. A ênfase maior é na Reforma Universitária, expressa na Lei 5.540/68, considerada um marco para a formalização da Extensão, e no primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária no Brasil (1975).

O capítulo segundo versa sobre o processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR, visando a perceber apropriações e concepções que permeiam suas normativas internas por meio de regimentos, estatutos, resoluções, anuários e catálogos da universidade, incluindo relatórios dos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul, a partir de 1983, bem como o depoimentos de participantes que atuaram junto à Universidade Volante.

O terceiro capítulo se dispõe a uma análise mais direcionada à duas ações extensionistas realizadas na UFPR, com o intuito de identificar algumas apropriações e representações construídas pelos agentes em suas práticas. Para tanto foram revisitados relatórios de trabalho sobre o CRUTAC-PR e o

²³ O modelo do Termo de Cessão encontra-se no Apêndice A.

²⁴ O roteiro para entrevista encontra-se no Apêndice B.

Campus Avançado de Imperatriz – MA, um sub programa do Projeto Rondon. Essas duas atividades marcaram as principais ações institucionais de Extensão realizadas no período da ditadura na UFPR. Considerou-se também neste capítulo depoimentos de docentes e discentes que atuaram diretamente nessas ações de Extensão na e da UFPR.

Pretendeu-se, com essa estrutura de pesquisa compreender um pouco melhor, a partir do *corpus* empírico, concepções de Extensão que permearam a formalização, propostas e práticas na Universidade Federal do Paraná entre os anos de 1968 e 1987, e sua relação com concepções e propostas nacionais no âmbito da Extensão Universitária brasileira.

CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA DITADURA

Eu sempre acreditei muito na Extensão. Eu fazia isso porque acreditava. Para mim a extensão era algo muito importante para o nosso aluno e para a comunidade, a gente conseguiu levar coisas incríveis [...] Eu ainda continuo acreditando na extensão como algo ainda muito forte. Eu ainda sou um extensionista.

Léo Kriger, entrevista, 2013.

Pesquisar a Extensão Universitária no período entre 1968 e 1987 no Brasil pode parecer um tanto enfadonho, tendo em vista que o debate sobre a Extensão ganha maior fôlego no meio universitário a partir da segunda metade da década de 1980, mais especificamente com a instauração do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), em 1987. Mas então o que dizer de interessante desta ação formativa e acadêmica durante um período de ditadura na história do país? Um período que não se deve esquecer, que revela informações de uma história recente permeada de autoritarismo, censura, repressão, contestações; mas também composto de euforia, com grandes acontecimentos como a Copa do Mundo de Futebol de 1970 que resultou no tricampeonato brasileiro; mudanças culturais; o crescimento econômico que repercutiu em diversos setores da sociedade gerando empregos, aumento da urbanização e industrialização, mas que também trouxe como consequência um grande endividamento do país. Um cenário permeado de contradições, em suas concepções, propostas e práticas que “contribuíram significativamente para a adesão e apoio de boa parte da população, às diretrizes desenvolvimentistas do governo” (GONÇALVES; RANZI, 2012, p. 7).

Trazer a Extensão Universitária para este cenário é pôr foco sobre uma atividade que ainda busca ser mais valorizada e reconhecida no ambiente acadêmico, é dar voz a agentes que compuseram esta história, como ilustra a epígrafe acima, é pôr em cena também a educação superior e seu espaço de ação por excelência, a universidade. Local onde se insere a Extensão com suas diversas concepções, apropriações e práticas. Para tanto, um breve percurso histórico sobre sua constituição pode ser de grande valia.

1.1 PARA ENTENDER A EXTENSÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Para adentrar melhor a história da Extensão Universitária é importante antes desmembrar o termo e entender seus significados. Para tanto a filosofia e a etimologia serão de grande ajuda. Um pequeno parêntese será feito na dimensão histórica aqui proposta, com o intuito de melhor situar os termos no campo das suas representações. Entende-se que esta compreensão terá utilidade, *a posteriori*, na análise e na operação dos conceitos de apropriação e representação como aqui propostos.

Nosso vocabulário é rico em palavras consideradas complexas que levam a associação pejorativa ou preconceituosa, mas que tem constituição justificada por origem histórica. Paulo Freire (1983), em seu livro *Extensão ou Comunicação*²⁵, traz logo no início um debate que revela uma aproximação semântica do termo Extensão. O autor apresenta primeiramente uma análise crítica do termo, destacando o que ele chama de *sentido base* e *sentido contextual*. No primeiro a Extensão, na estrutura da palavra, tem caráter de tamanho. O segundo remete à ação de *estender algo a*, que em sua regência sintática de verbo transitivo apresenta uma via dupla que se complementa. “Nesta acepção quem estende, estende alguma coisa *a* ou *até alguém* que recebe o conteúdo do objeto da ação” (FREIRE, 1983, p.11). Esta acepção é a que mais interessa neste trabalho, pois remete a uma forma histórica de apropriação do termo *Extensão Universitária*. Neste contexto a Extensão une-se ao atributo Universitária como *locus* de uma ação que se dá em uma certa realidade. No caso a realidade da Universidade, que em sua dimensão humana, torna a ação da Extensão a do extensionista, isto é, a de quem estende algo até alguém. No caso seus conhecimentos e sua técnica para além dos muros da universidade. A Extensão demarcada neste trabalho tem, portanto, nome e sobrenome: *Extensão Universitária*.

A acepção de Paulo Freire remete a uma apropriação histórica, conhecida e consolidada, de representação da Extensão Universitária. Basta retroceder um pouco em sua trajetória para perceber o quanto esta concepção,

²⁵ A primeira edição da obra foi publicada em 1969, sob o título *Extención o Comunicación?*, pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, em Santiago no Chile.

pautada na transmissão de conhecimento e técnica, permeou práticas e representações da Extensão.

De acordo com Lima (2009) a Extensão Universitária teve início na Inglaterra durante o século XIX com a Revolução Industrial. Seu papel era atender aos interesses advindos desse novo período histórico, preparando técnicos para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo acalmando a grande massa popular da época que pressionava o governo por uma elevação do grau de instrução, pois somente a elite burguesa tinha acesso às universidades. Com isso, as Universidades Populares²⁶ passaram a realizar cursos breves, denominados de Extensão, voltados para a classe popular. Segundo Lopes da Silva (2008) “a Extensão Universitária, com essa denominação, terá uma de suas primeiras experiências bem sucedidas na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, em 1867, quando, a partir de um ciclo de palestras de grande sucesso, leva a instituição de educação superior a institucionalizá-la” (LOPES DA SILVA, 2008, p. 73).

Incorporando a concepção de Extensão Universitária inglesa, as universidades norte-americanas, a partir de 1860, também começaram a realizar atividades de Extensão associadas aos ideais da Revolução Americana e aos projetos de desenvolvimento regional local. As atividades de Extensão, segundo os autores Mauro Gurgel (1986), Yeda Bacellar (1989) e Enio da Silva (2003), eram divididas em dois polos: o da zona urbana, com atividades universitárias e o da zona rural direcionado às atividades cooperativas; desenvolvidas a partir da criação de centros de educação superior que realizavam cursos destinados à comunidade local nas instalações das Universidades Rurais²⁷. Em breves palavras Silva (2003), percorre a trajetória da Extensão Universitária associando as concepções europeias e norte-americanas difundidas e apropriadas na América Latina.

Com a formação do Estado Moderno, o poder político do Estado-nação passa a usar a universidade para auxiliar na construção de projetos de desenvolvimento nacional integrado.

²⁶ Segundo apontamentos de Gurgel (1986, p. 31) as Universidades Populares surgiram na Europa, no XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimento técnicos ao povo.

²⁷ Como, por exemplo, a *Land Grant Colleges Law* que realizava atividades voltadas para a agricultura e engenharia, sob uma concepção de Universidade geradora de novos conhecimentos a serem aplicados na sociedade.

Tratava-se também de assessorar tecnicamente as comunidades carentes e os setores produtivos, articulando-os para desenvolver a economia do país. Esses foram os exemplos deixados pelas universidades napoleônicas da França e pelos colleges dos Estados Unidos, em meados e final do século XIX. (SILVA, 2003, p. 72).

A partir dos estudos desse autor é possível depreender que estes modelos e concepções de Extensão Universitária foram apropriados por países da América Latina e suscitaram práticas e representações da Extensão que associam a técnica aos programas de desenvolvimento no cenário latino-americano.

Ao direcionar o olhar para o início da Extensão Universitária no Brasil, a partir dos trabalhos de alguns pesquisadores, como Lima (2009) e Sousa (2010), é possível identificar sua demarcação em território brasileiro junto à criação das Universidades Populares que surgem como instituições livres no Brasil²⁸, principalmente no início do século XX. As práticas extensionistas que aparecem nessas instituições são identificadas na forma de conferências, aulas públicas e cursos abertos à comunidade, sem que lhes sejam dadas ainda caráter ou nome específico de Extensão. Os temas tratados compreendiam temas como: “Fogo Sagrado na Idade Média”, “Grandes Viagens e Grandes Viajantes” e “Latinidade da Rumênia”, todos ministrados na Universidade Livre de São Paulo (BACELLAR, 1989).

Na efervescência dos anos de 1920, de acordo com Lima (2009), em meio à contestação do poder oligárquico da primeira República, mediante greves e revoltas armadas, a discussão sobre a educação e o que viria a ser a universidade ganha força e contribui para um debate fecundo sobre o papel social da educação no Brasil. As discussões oriundas da Faculdade de Viçosa em Minas Gerais iniciaram uma proposta de universidade voltada para atividades junto às populações. Essas atividades expressavam a função social da universidade e seriam manifestadas concretamente pela via da Extensão por meio de cursos e conferências voltados para o desenvolvimento da comunidade local, realizados na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em Minas Gerais, criada em 1926 durante o governo de Arthur

²⁸ Bacellar (1989) ressalta que estas Universidades Livres foram criadas no Brasil nos mesmos moldes das Universidades Populares europeias organizadas sob a forma de colégios e destinadas à educação das elites sociais da época.

Bernardes. Seguia os moldes do *Land Grant Colleges*²⁹ dos Estados Unidos e foi assessorada pelo professor Henry Holfs, diretor do *Florida Agricultural College*. O marco é 1929, quando a Escola realiza a “Primeira Semana do Fazendeiro”, que teve por objetivo levar assistência técnica aos agricultores, podendo esta ser considerada, na acepção de Lima (2009), a primeira forma de Extensão sistematizada no Brasil. A citação a seguir sintetiza em breves palavras as concepções mais expressivas que influenciaram o início da Extensão no Brasil.

Foi, então, com base nas duas correntes, a européia e a norte-americana, que nasceu a extensão universitária no Brasil no começo do século XX, sendo então realizada tanto por meio de cursos nas Universidades Populares (influência européia) quanto por prestação de serviços voltados para o desenvolvimento das comunidades (influência norte-americana). O seu surgimento no Brasil se deu porque o Estado passou a assumir a Política Educacional, que até o período do Império era desenvolvido pela igreja. (LIMA, 2009, p. 21)

Ao final da citação a autora faz referência ao Estado incorporando a Política Educacional em seu aparato, o que remete, no contexto da Extensão Universitária, ao ano de 1931, quando, sob o governo do Estado Provisório de Getúlio Vargas, o então ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, assina o decreto-lei denominado Estatuto das Universidades Brasileiras³⁰, no qual aparece a primeira referência legal à Extensão Universitária, e a dispõe sob a forma de cursos, conferências e difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos³¹.

²⁹ Um modelo de Universidade norte-americano datado de 1860, que realizava atividades voltadas para a agricultura e engenharia, sob uma concepção de Universidade geradora de novos conhecimentos a serem aplicados na sociedade.

³⁰ Decreto 19.851/31, um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa da educação superior. (ROTHEN, 2008) O decreto-lei recebeu a denominação *Estatuto das universidades brasileiras*. Na mesma data, foram baixados mais dois decretos-lei: o n. 19.850, que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o n. 19.852, que tratava da *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* (URJ). Os três decretos estavam interligados: o estatuto definia o modelo de universidade a ser adotado no Brasil; a *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* foi, por um lado, a primeira aplicação do modelo organizacional previsto no decreto, por outro, a definição dos “moldes” para o ensino nas diversas faculdades; e a “criação do CNE” apontava para a instalação de um “conselho técnico” com a atribuição de um órgão consultivo do ministério (ROTHEN, 2008).

³¹ Este Estatuto, na acepção de Rothen (2008) era fruto de um movimento em defesa da Universidade como instituição na qual se daria o culto à ciência. Um debate que também permeou a Associação Brasileira de Educação (ABE), através da realização de dois inquéritos na década de 1920 sobre a educação e a universidade; e das conferências nacionais promovidas pela Associação. Nesta discussão alguns temas foram exaltados como: suas funções (dedicada à ciência pura ou à formação profissional),

Art. 34 - A extensão se fará através de cursos de extensão destinados a divulgar, em benefício coletivo, as atividades técnicas e científicas dos institutos universitários.

Art. 42 - A extensão deverá se processar de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade

Art. 109 - Extensão é vista como difusão de conhecimentos filosóficos artísticos, literários e científicos e benefício do aproveitamento individual” (BRASIL, 1931).

Na concepção de Rothen (2008), Francisco Campos em sua exposição de motivos sobre o *Estatuto das Universidades Brasileiras* apontava para a necessidade da universidade estabelecer laços de solidariedade com a sociedade e nesse sentido, a Extensão Universitária seria um “poderoso mecanismo de contato dos institutos de ensino superior com a sociedade, utilizando em benefício desta as atividades universitárias”³².

No Decreto-lei Nº 19.852/31, que trata da organização da Universidade do Rio de Janeiro, a Extensão foi abordada principalmente nas seções destinadas aos Institutos de Direito, Educação e Belas Artes, predominando a concepção de que ela seria realizada por meio do oferecimento de cursos à comunidade, em consonância com o que fora estabelecido no Decreto-lei Nº 19.851/31 que regulamentava o Ensino Superior no Brasil. Destaca-se que nos artigos destinados à Escola de Belas Artes foi designada uma seção para a Extensão, na qual, além de prever cursos, foram inseridas exposições gerais de belas artes, o que remete ao caráter cultural que também permeou práticas de Extensão Universitária no Brasil. A proposta da Extensão para esse período estava, portanto, mais voltada para uma aproximação da Universidade com a sociedade.

Em 1938 o movimento estudantil no Brasil ganha força em virtude da criação, no ano anterior, da União Nacional dos Estudantes (UNE) que assumiu o protagonismo do movimento Estudantil no Brasil a partir daquele momento e

autonomia, e governo da universidade. Segundo Lima (2009), o debate sobre a Extensão Universitária também ganha espaço na ABE que aponta, em 1929 sob a direção de Fernando de Azevedo, algumas perspectivas para este viés de formação acadêmica. “Ampliar o conceito de extensão universitária com fito de transformar as Universidades em instrumentos. Por outro lado, a Associação Brasileira de Educação traz novas perspectivas para a extensão universitária de cultura nacional, pondo ao alcance dos povos os resultados das investigações científicas” (ABE, 1929 *apud* LIMA, 2009, p. 22).

³² CAMPOS, 1931 (*apud* FÁVERO, 1980, p. 130).

no decorrer das décadas seguintes. Em seu II Congresso em 1938, a UNE retoma o Manifesto de Córdoba de 1918³³ e apresenta um Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira, retomando a ideia da Universidade Popular do início do século XX.

No Plano de Reforma apresentado pela UNE a Universidade deveria “promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudos e pesquisas... de acordo com fins sociais e propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular” (GURGEL, 1986, p. 40). A concepção de Extensão Universitária assumida e reiterada nesse momento é a de difusão cultural e de conhecimento.

A Extensão volta a ser temática forte entre os estudantes brasileiros em 1958, quando a discussão em torno da nova lei de Diretrizes e Bases da Educação do país toma mais fôlego e amplitude³⁴.

As apropriações e práticas extensionistas nesse momento possivelmente sofreram a influência da concepção de Extensão Universitária defendida na Primeira Conferência Latino-americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural, convocada pela União das Universidades da América Latina em 1957. Esta conferência, segundo Lopes da Silva (2008), adota o conceito de Extensão Universitária fundamentada em três níveis: *natureza*, na qual a

³³ O Manifesto, idealizado pelo Movimento Estudantil, ocorreu na cidade de Córdoba na Argentina em 1918, e repercutiu na Reforma Universitária, gerando “um fortalecimento da função social da universidade e da necessidade de projetar aos grupos sociais mais desfavorecidos a análise dos problemas nacionais e suas possíveis soluções” (LOPES da SILVA, 2008, p. 79). Esta reforma expressa uma confrontação entre uma sociedade que começava a experimentar mudanças e uma Universidade organizada a partir de esquemas obsoletos. A Reforma de Córdoba destaca significativos avanços em relação à gestão universitária, dentre eles a instituição de uma representação do corpo discente com direito a voz e voto em órgãos deliberativos das universidades e faculdades (*Idem*). A referência ao Movimento Estudantil de Córdoba é retomada porque os problemas vivenciados pelos argentinos nas instituições de ensino superior em 1918 não eram muito diferentes dos vivenciados nas instituições superiores brasileiras nos anos de 1930. Segundo Lima (2009) questões como a submissão da Universidade aos interesses econômicos do Estado, a falta de cientificidade e de autonomia política no meio acadêmico e a crença na Extensão como possibilidade de inserção da Universidade no meio social levaram os estudantes brasileiros a retomarem os pressupostos de Córdoba, o que certamente foi uma afronta ao regime autoritário de Getúlio Vargas.

³⁴ Todavia quem se mostra mais atuante como representante dos estudantes no debate em torno da relação Universidade e sociedade e nas proposições extensionistas da lei é a “Juventude Universitária Católica (JUC), que renovou a ação católica existente desde a década de 20. Os preceitos de justiça social do cristianismo exigiam a participação dos jovens católicos na vida social para atender às necessidades do povo” (SILVA, 2003, p. 85). A JUC propunha fomentar nos estudantes universitários uma consciência no sentido de despertarem para uma atuação na sociedade e nas grandes questões humanas. Segundo Ana Luiza Sousa (2010), a UNE sofreu ao longo de sua trajetória histórica influências políticas marcadamente de esquerda. “O caso mais transparente é a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que esteve presente no início da organização do Movimento Estudantil, disputando espaço na sua direção com a esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). A JUC representava um setor progressista da Igreja Católica, assumindo uma postura de crítica à sociedade capitalista, e procurando desenvolver atividades que levassem o estudante a uma participação na vida social, de modo consciente, ao lado das classes desfavorecidas” (SOUSA, 2012, p. 29), o que possibilitou a UNE transitar entre ideais socialistas e cristãos.

Extensão se afirma como missão e função orientadora da Universidade; *conteúdo*, que se refere aos problemas do entorno, reconhecidos e sistematizados por ela; e *finalidade*, que é de estimular o desenvolvimento social e elevar o nível espiritual, intelectual e técnico da nação ao propor soluções aos seus problemas.

Lima (2009) salienta que devido ao longo processo de discussão, quando essa lei entrou em vigor não mais atendia aos interesses da sociedade civil, mas, mesmo assim, a Lei 4024/61 passou a reger o sistema educacional brasileiro. A Extensão Universitária foi tratada muito superficialmente, permanecendo a concepção de difusão de conhecimento, conforme estabelecido no Artigo 69.

Art. 69 - Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...] c) especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961)

Contudo, o movimento estudantil encarregou-se de organizar ações de Extensão desvinculadas das universidades. Como por exemplo; campanhas de alfabetização de adultos e de cunho cultural e popular difundidos tanto pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), quanto pelos Centros Populares de Cultura (CPC)³⁵.

A principal diferença entre os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e os Centros Populares de Cultura (CPC), que existiram na mesma época, dizia respeito aos recursos financeiros que subsidiavam cada um. As atividades dos MCP eram maiores e sistematizadas, tendo a alfabetização e a educação de base como fulcro. Para tanto, a necessidade sistemática de recursos financeiros levava o movimento a sempre estar apoiado por órgãos públicos e, desta forma, não conseguir a expansão que os CPC conseguiram. Outra diferença que poderia ser identificada [...] era que os MCP estavam mais voltados para uma “valorização empírica da cultura popular”, enquanto os

³⁵ Estes CPC foram difundidos pela UNE principalmente em meios urbanos a partir de 1961, com maior presença em São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo principal era que os alunos e artistas pudessem levar a Universidade às classes populares, por meio de teatros de rua, que valorizavam a cultura popular a serviço de uma formação ideológica crítica (LIMA, 2009). Era a arte vista como um instrumento de conscientização das massas. As apresentações aconteciam nas ruas, fora das Universidades, nas portas de fábricas, em favelas, praças, pontos de ônibus entre outros (SOUSA, 2010, p. 45).

CPC buscavam fundir o elemento popular e intelectualidade. (SOUSA, 2012, p. 43).

Cabe ressaltar que o movimento estudantil mostra-se historicamente como um importante articulador do debate sobre a aproximação da Universidade e da sociedade, colocando a Extensão Universitária como eixo norteador das Universidades Populares em vários países da América Latina. Na acepção de Lopes da Silva (2009), os militantes do movimento estudantil defendiam a Extensão Universitária nas universidades como uma obrigação.

No contexto dos anos de 1960, outras iniciativas e práticas de Extensão foram realizadas no cenário brasileiro, como o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco (SEC) que atuava em conjunto com o Movimento de Cultura Popular (MCP). Este, por sua vez, teve sua origem na campanha “*De Pé no Chão também se Aprende a Ler*”, financiada pelos governos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dessa parceria resultou um programa de alfabetização de adultos que utilizava o Método Paulo Freire, uma prática educativa que conscientizava sobre a realidade social brasileira. Outra iniciativa importante nesse período foi a Universidade Volante³⁶, projeto da Universidade Federal do Paraná criado em 1960 e iniciado em 1961, que tinha como objetivo levar a orquestra sinfônica da Universidade a várias regiões do Estado, além de cursos e serviços voltados para as necessidades das regiões por onde passava.

Historicamente é possível perceber que a concepção calcada na proposta de abrir a universidade ao povo e *estender igualmente a todos a cultura, o saber e a técnica nela produzidos*, é o que parece compor, por um longo período, o viés mais forte da Extensão Universitária no Brasil. Esta concepção constituiu-se, portanto, em uma representação da Extensão como difusora de cultura e conhecimento, com um discurso unilateral. E é gradualmente apropriada no *lôcus* universitário brasileiro, permeando o meio acadêmico até o final dos anos de 1950 e início de 1960, quando outras experiências extensionistas começam a ganhar força, com novas perspectivas e proposições para estas ações.

³⁶ Esta experiência da UFPR serviu de inspiração para a UNE, quando cria em 1962 a UNE-Volante, para suprir a necessidade de difundir os ideais do Movimento Estudantil discutidos no II Seminário de Reforma Universitária no Paraná. E também foi utilizada pelo governo pós-1964, funcionando como embrião para o Projeto Rondon, (SOUSA, 2010, p. 47) o que será retomado posteriormente.

Percebe-se, portanto, que a história da Extensão Universitária no Brasil apresentou múltiplas influências na construção de sua trajetória. Cada uma teve sua parcela de contribuição para o desenvolvimento da Extensão no interior das IES o que possibilitou múltiplas apropriações e reelaborações dos agentes envolvidos nestas ações. A indicação de diversas origens remete à aceção de Marc Bloch (2001) sobre o fato histórico e seus vários começos, em vários momentos e tempos históricos. Para ele a vida, assim como a história, é múltipla em suas estruturas e causas e estas “não são postuladas. São buscadas” (BLOCH, 2001, p. 159). Marc Bloch ironiza a busca dos historiadores pela origem dos fatos, o que chama de “ídolo das origens”. Ressalta que estas origens ou causas são muitas vezes indeterminadas e não podem ser confundidas com a explicação do fato em si, visto que este depende de uma relação dialética entre o que aconteceu, suas consequências e seus resultados no presente (BLOCH, 2001, p. 56 e 60).

1.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO PERÍODO DA DITADURA

Situar a Extensão Universitária a partir dos anos de 1960 implica em adentrar ao período que abrange a ditadura no Brasil (1964-1985). Antes, porém, de introduzir a temática específica da Extensão, faz-se necessário contextualizá-lo brevemente, articulando suas implicações na política educacional superior; pois “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2001, p. 60). O intuito é compreender, portanto, como a Extensão se insere neste cenário e quais concepções e propostas incidem e decorrem dela. Tal empreendimento não se faz sem relacionar a Extensão Universitária ao conjunto da sociedade, que compreende uma realidade concreta e uma problemática mais geral, na qual a Extensão Universitária está inserida. Recorrendo novamente a Marc Bloch, Ressalta-se que “O conhecimento dos fragmentos, sucessivamente estudados, cada um por si, jamais propiciará o do todo; não propiciará sequer o dos próprios fragmentos” (BLOCH, 2001, p. 134). Todavia a História vista como é “uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens” (BLOCH, 2001, p. 128) possibilita ao historiador a compreensão dos fatos ao longo do tempo.

A ditadura teve início em 1964, por meio de um movimento, composto por civis e militares, que culminou em um golpe de Estado depondo o então presidente, Jânio Quadros. Todavia o que sobressaiu, segundo Carlos Fico (2004) foi o papel dos militares, que indiscutivelmente, no início do regime, predominaram, apesar das lideranças golpistas civis terem sido nomeadas para cargos importantes do primeiro escalão. Os civis também se fizeram presentes através da política econômica do primeiro governo, que pautou-se pelos ditames do capital internacional e não apenas pelos ideais militares.

Contudo a forma como o Golpe foi divulgado à população camuflava e amenizava a sua real proporção. A notícia, veiculada em rede nacional no dia 03 de abril de 1964 pela “TV Tupi”,³⁷ ao iniciar mais uma exibição do seu “Repórter Esso - A Testemunha Ocular da História”³⁸ demonstra que a concepção transmitida à sociedade era de um perigo iminente para a nação, contra o qual os militares se levantaram em defesa do país. Com a câmera fechada em close o locutor Gontijo Theodoro narra a seguinte notícia:

Dia 31 de março marcou uma nova era para os destinos do regime democrático no Brasil. Nasceu, nesse dia, o “Movimento para Assegurar a Legalidade”. Do Palácio da Liberdade, em Minas, o Governador Magalhães Pinto dirigia manifesto à Nação, advertindo-a para os perigos que o então presidente da República representava para o país. Em consonância com o pensamento do governador mineiro, o general Olimpio Mourão Filho, comandante da Quarta Região Militar, sediada em Juiz de Fora, lançava manifesto historiando a ação dos inimigos da Ordem e da Democracia no Brasil, e anunciava o início de um movimento militar de caráter rebelde para livrar o país das ameaças de totalitarismo que sobre ele pesava. (ROTEIRO, Repórter Esso, 03/04/1964).

Certamente essa versão dos fatos foi condição essencial para efetivação do golpe, pois configurava uma estratégia para fortalecer uma representação coletiva em prol da defesa e segurança nacional, que forçava a não identificação, naquele momento, de que se tratava de um golpe de Estado. A

³⁷ A TV Tupi foi a primeira emissora de televisão do Brasil inaugurada em setembro de 1950 e encerrou sua programação em julho de 1980.

³⁸ Um noticiário histórico do rádio e da televisão brasileira. Foi o primeiro noticiário de radiojornalismo do Brasil. O repórter Esso era patrocinado por uma empresa dos Estados Unidos chamada *Standard Oil Company of Brazil*, conhecida como Esso do Brasil.

ideia de golpe só foi de fato percebida por alguns em 1966, quando o governo militar de Castelo Branco não convocou as eleições presidenciais.

Todavia a implantação da ditadura civil-militar não se deu sem haver resistências em âmbito macro e micro da sociedade, pois nem todos os cidadãos se apropriaram dessa concepção, principalmente aqueles que já estavam articulados a algumas práticas de resistência e indignação. A ditadura também procurou interferir e interromper a agitação que se fazia presente no cenário brasileiro antes e depois do golpe. Esta agitação seria configurada por uma grande constelação de organizações e movimentos: organizações de trabalhadores, político-partidárias, movimentos sociais, culturais, artísticos, além das reivindicações articuladas pelo movimento estudantil. Os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, estavam em efervescência no período pré-golpe.

O golpe de Estado de 1964 foi deflagrado em nome da ordem, do combate à desordem, à subversão comunista e à corrupção. Foi justificado ideologicamente pela *doutrina da segurança nacional*, cujas palavras-chave eram *segurança e desenvolvimento*, portanto, o lema *ordem e progresso* agasalhado por outro vocabulário, atualizado com os tempos da Guerra Fria, envolvendo o conflito entre capitalismo e socialismo. (GERMANO, 2008, p. 315)

Ao longo dos anos do regime militar brasileiro, muitas manifestações em oposição ao governo foram realizadas. Entretanto, não se pode desconsiderar o significativo crescimento econômico do período e o otimismo em relação ao país, presente no imaginário e no cotidiano da maioria dos cidadãos brasileiros. Essas representações eram fomentadas pelo próprio governo, também a partir de conquistas brasileiras que ajudavam a compor a concepção de um país do futuro, desenvolvido e seguro. No cotidiano da população, a dimensão autoritária e repressiva do governo muitas vezes não era percebida.

A gente não percebia absolutamente nada nesse sentido [influência do governo militar na atividade de extensão], pelo menos eu não percebia absolutamente nada nesse sentido. E como era uma cidade pequena [Imperatriz- MA] não tinha a mesma coisa do que se via em Curitiba, por exemplo. Dentro da própria instituição [UFPR] eu cheguei a pegar um ano em

que...nossa foi aquele susto ao sair da aula o prédio cercado de policiais só podia sair de 4 em 4 um para cada esquina...então aqui [Curitiba] a gente via as coisas acontecerem, lá [Imperatriz – MA] não, as pessoas levavam uma vida normal de interior e nada disso aparecia... nada disso...completamente distinto, distinto (MION, entrevista, 2013).

O que indica que parte da população seguia normalmente vivendo dia após dia, muitos entusiasmados com o aumento do número de empregos, principalmente entre 1968 e 1974, fruto do chamado “milagre econômico”, mas que, a longo prazo, gerou um aumento substancial do endividamento externo do país.

Estes [segmentos da sociedade] acreditavam – tal como dizia o *slogan* ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país”. (CORDEIRO, 2009, p. 86).

As comunicações oficiais do governo, segundo Lira (2010) eram orientadas para enfatizar dados essencialmente técnicos, buscando a criação de uma nova linguagem despolitizadora das informações governamentais. O historiador Adilson José Gonçalves, corrobora com a proposição de Lira e acrescenta que a longa trajetória da ditadura civil-militar foi marcada pelo “discurso do desenvolvimento e modernização com segurança e controle” (2006, p.1).

Amplamente divulgados foram os slogans “Brasil. Ame-o ou Deixe-o” e “Ninguém Mais Segura Esse País”. As cores da bandeira eram associadas às palavras de ordem, bem como o uso da própria bandeira. A Ditadura se valia de quaisquer meios para atingir seus objetivos que apontavam na propaganda como sendo os da nação como representação máxima das necessidades e potencialidades da brasilidade, de sua segurança e perspectivas de desenvolvimento harmônico.

O intruso, o desleal, o contrário, aquele que representava o fator de desagregação deveria ser extirpado e aniquilado. Assim, estar contrário ao regime era ser de antemão antipatriota, entreguista, a favor de ideologias e paradigmas que não diziam respeito à trajetória histórica e aos interesses do país. (GONÇALVES, 2006, p. 6 e 7)

As imagens geradas por produtores oficiais do governo representaram um dos elementos fundadores das estratégias de manipulação, controle e legitimação que os militares utilizavam para propagar o mito do Brasil Grande. Luis Fernando Cerri (2012) ressalta que “inserir o regime militar neste movimento imaginário da história nacional rumo a um futuro é o que fazem a propaganda estatal e a rede dominante de sujeitos da sociedade civil que emitem mensagens referentes à condição nacional” (CERRI, 2012, p. 216), pois o apoio civil era fundamental na manutenção do regime.



FIGURA 1 - CARTAZ COMEMORATIVO DOS CINCO ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1964
FONTE: Revista Veja, 1969 *apud* CERRI, 2012, p. 217.

Na acepção do autor, a rosa é utilizada como uma metáfora que representa o futuro do Brasil, dando a ideia do cumprimento de uma programação natural, linear e previsível. “Como a rosa desabrochada, o futuro do Brasil é a máxima expressão de suas potencialidades, e o cartaz argumenta

que isso ocorre com o novo governo instalado, condição que permite a realização do futuro no presente” (CERRI, 2012, p. 216).

A propaganda, o discurso, a censura, a repressão, os Atos Institucionais e tantas outras estratégias foram utilizados pela ditadura civil-militar como recursos de sedução e legitimação e como formas de perpetuação dos interesses dos grupos envolvidos, e criaram no imaginário coletivo a representação de um país forte, seguro e desenvolvido. A intenção por parte dos governantes era manter a ordem e o controle de meios que pudessem vir a desestabilizá-la.

Todas essas estratégias são, portanto, possíveis de serem identificadas como parte de uma política governamental mais ampla marcada pela presença de uma Doutrina política de Estado que tinha por base a Segurança Nacional e o Desenvolvimento da Nação, difundida a partir de 1964 pela Escola Superior de Guerra (ESG). A chamada Estratégia Nacional apresentada pelo General Golbery do Couto e Silva³⁹ é muito bem explicitada por meio do Manual Básico da ESG⁴⁰; para o qual o “Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais” (ESG, 1979, p. 64). Esses objetivos compreendem que a “Ordem e tranquilidade gerais são exigências do mais alto valor para a realização das atividades nacionais que conduzem ao progresso, ao desenvolvimento, em suma, ao Bem Comum” (ESG, 1979, p. 190). O que demonstra uma estratégia política nacional que integra desenvolvimento e segurança, e que necessita “ser apoiada e complementada por ações estratégicas oriundas de uma ou de todas as demais Expressões do Poder Nacional” (ESG, 1979, p. 96). Essas ações pressupõem também áreas estratégicas em que serão aplicadas e que são divididas pelo Manual em duas categorias distintas: as de natureza geográfica e as que envolvem atividades humanas.

Desse modo, áreas como as de educação, da saúde, das comunicações, em nosso estágio de desenvolvimento, são consideradas áreas estratégicas, assim como o grande vazio da Região Amazônica, o Nordeste interiorano, determinadas regiões de fronteira, os grandes centros urbanos e industriais,

³⁹ Um dos principais teóricos da ESG.

⁴⁰ Que teve sua primeira edição em 1967, sob a condução do General Golbery do Couto e Silva.

bem como certas regiões externas de particular interesse para o País (ESG, 1979, p. 98).

A Segurança Nacional envolve, segundo o Manual, quatro estratégias: Política, Econômica, Psicossocial e Militar. “Todas [...] articuladas e subordinadas à política de Segurança Nacional, que por sua vez é inter-relacionada à Política de Desenvolvimento” (GONÇALVES, 2012, p. 18). O Manual orienta também o uso de uma ideia-força, também chamada ideia-apelo como “elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica” (ESG, 1979, p.230), de modo que um simples *slogan* como os apresentados anteriormente: “Brasil. Ame-o ou Deixe-o” e “Ninguém Mais Segura Esse País”, podem ser suficientes ou, se necessário, um planejamento mais sutil como as reformas no ensino, por exemplo, pois,

O sucesso desta [Ação Psicológica] vai depender se sua adequação a esse público, de tal sorte que, às vezes, quando o público-alvo não é dos mais esclarecidos, um simples slogan é suficiente para alcançar efeitos espetaculares. Quando se dirige a elites, exige um planejamento mais cuidadoso (ESG, 1979, p. 229).

Estas Ações são parte de estratégias chamadas “Operações Psicológicas”, definidas pelo Manual como:

Operações que incluem as Ações Psicológicas e a Guerra Psicológica. Compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar num grupo – inimigo, hostil, neutro ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais (ESG, 1979, p. 228).

Esta Expressão Psicossocial do Poder consiste, portanto, a mais importante para esta análise, visto que abarca a Educação o que demonstra que o pensamento fomentado na ESG perpassa, portanto, todo o panorama nacional, inclusive a educação considerada um importante elemento que compõe a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O conceito de Educação é então entendido como “processo de aperfeiçoamento do ser humano no sentido de se facultar a realização de suas potencialidades, bem

como a transmissão e a assimilação de conhecimentos e valores culturais do grupo social” (ESG, 1979, p. 147). Na acepção de Gonçalves (2011), na concepção de Desenvolvimento da Doutrina, a educação contribuiria para o Desenvolvimento, tendo em vista que tornaria acessíveis à população, a cultura e o trabalho. “no manual da ESG, destaca-se ‘a importância fundamental da educação do homem como investimento mais produtivo para o desenvolvimento’” (GONÇALVES, 2011, p. 8), o que pressupõe a reformulação das estruturas do primeiro, segundo e terceiro graus⁴¹.

De acordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o governo teria o interesse de criar um sentimento nacionalista nos brasileiros e a educação deveria estar atenta para isso. Essa e outras formas de ação são importantes para o entendimento das concepções e estratégias que permearam o processo de formalização da Extensão Universitária e os programas nacionais de Extensão criados nesse período.

Ressalta-se que a Extensão Universitária adentrou ao regime autoritário seguindo a mesma trajetória histórica que vinha se desenhando com base nas concepções de difusão de conhecimento e técnica, produzidos pela universidade, porém ganha, durante o período da ditadura civil-militar, maior visibilidade e projeção quando passa a fazer parte de uma política nacional do governo, que lhe atribui novas concepções e práticas e conseqüentemente novas representações.

O trabalho publicado em 1977 sob o título *Extensão Universitária – A Dimensão Humana da Universidade (Fundamentação e Estratégia)*, elaborado pelo professor Olindo Antonio Toaldo⁴² ilustra uma concepção de Extensão Universitária difundida nesse período. Nas palavras do autor,

Cumprido esclarecer que a Extensão foi abordada aqui sob o seu ângulo mais novo e mais atual, o da ação comunitária ou o da prestação de serviços à comunidade por parte das Escolas de Terceiro Grau, com o envolvimento dos seus recursos institucionais, máxime dos seus alunos e professores. A Extensão é encarada, nesse sentido, como um excelente instrumento para a formação humana do jovem universitário. (TOALDO, 1977, p. 13).

⁴¹ Expressos pelas Leis Nº 5.692/71 e 5.540/68 respectivamente.

⁴² Como sua tese de Livre-docência na área de Filosofia da Educação, apresentado à Universidade Federal de Santa Maria.

O trabalho teve recomendação unânime da Banca Examinadora para publicação sob “o propósito de oferecer uma contribuição ao estudo da Extensão Universitária, à divulgação da sua ideia, ao esclarecimento do seu alto significado, enfim, de sugerir formas e modalidades de institucionalizá-la nas Instituições de Ensino Superior e de operacionalizá-la como uma de suas atividades permanentes” (TOALDO, 1977, p. 13). O que demonstra não só a presença e o reconhecimento de uma dada concepção, mas também a forma como a Extensão Universitária estava sendo apropriada formalmente naquela IES do Rio Grande do Sul e como suas práticas deveriam ser direcionadas na formação acadêmica, como um modelo a ser seguido.

O controle político e ideológico era necessário, pois as escolas e principalmente as universidades representavam “um espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas” (FAVERO, 2006, p. 19). Um espaço de discussões que gerou intensas e constantes represálias a professores e a alunos ligados ao movimento estudantil muito atuante na época. Basta lembrar que ainda em 1964, um dia após o golpe militar, a sede da UNE foi invadida e destruída no Rio de Janeiro. Além disso, em nove de novembro do mesmo ano, a chamada Lei Suplicy, Lei nº 4.464/64, uma referência a Flávio Suplicy de Lacerda então Ministro de Educação e Cultura, coloca a UNE e a Uniões Estaduais de Estudantes (UEE) na ilegalidade e cria em seu lugar o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Todavia, mesmo na ilegalidade, a UNE continuou atuando, desenvolvendo seminários secretos por todo o país, mas com uma participação reduzida a pequenos grupos.

Em fevereiro de 1969, o Decreto-lei 477 estende a aplicação do AI-5⁴³ para o âmbito das universidades, instituindo punições às infrações disciplinares de professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de

⁴³ O Ato Institucional que mais expressou o nível autoritário do Regime Militar foi o Nº5, assinado em 13 de dezembro de 1968. Manifestações populares contra o Regime fizeram-se presentes durante todo o decorrer daquele ano. A resposta do governo foi o decreto do Ato Institucional nº5, com o qual a ditadura civil-militar brasileira atinge sua fase mais repressora e violenta. O Estado atinge o grau máximo de autonomia, no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas (OLIVEIRA, 2012).

ensino público ou particulares. O depoimento do professor Leopoldo Vaz ilustra essa movimentação repressiva e controladora do governo militar.

Meu pai era militante político, oposição ao Governo; quando 'saiu' a notícia de que eu estava indo para o Maranhão, imagina a repercussão; época da Guerrilha do Araguaia; eu não me envolvia em política, mas tinha o 'dedo queimado' pela militância de meu pai - preso político na época da redentora... Um amigo nosso, colega de turma da faculdade de Direito - fazia Direito, ao mesmo tempo Educação Física - delegado da polícia federal, foi até minha casa e disse que estava sendo vigiado - fato comprovado depois, quando R2 gaúcho do 50 BIS⁴⁴, me mostrou minha ficha, onde acompanhavam meus passos, alguns anos depois – 1978 (VAZ, entrevista, 2013).

Em relação à Extensão Universitária propriamente dita, é preciso lembrar a movimentação de grupos que estavam atuando junto à população em geral; desenvolvendo ações em diversas regiões do país no início da década de 1960, antes do Golpe de 1964. Os índices de pobreza no Brasil eram um campo fértil para a realização de projetos com a população menos favorecida. Embora essas ações nem sempre fossem ligadas direta e oficialmente às universidades, algumas delas envolviam estudantes e professores universitários (MICHELOTTO, 1999, p. 71). O governo militar que assumiu o poder, tendo extinguido alguns participantes e desvirtuado outros desses movimentos, acusando-os de subversivos, encontrou uma alternativa que não extinguiu completamente essas ações, mas as incorporou em seus discursos e práticas.

As discussões sobre educação no Brasil, promovidas pela ditadura, não podiam desconsiderar a questão da articulação com inúmeras comunidades pobres do país. Assim, as autoridades, que enfrentavam dois problemas imbricados – reformar a universidade e canalizar a energia despertada pelos movimentos de educação popular -, decidiram que essa instituição deveria assumir a *grande tarefa de promover o desenvolvimento das regiões brasileiras em atraso cultural*. (MICHELOTTO, 1999, p. 72)

⁴⁴ “R2 - oficial do exército, oriundo dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), geralmente para universitários, e depois para quem não serviu na idade dos 18 anos por ser estudante e preparava oficiais para a reserva; um ano de estudos, nesses centros, e depois serviam por um a dois anos... 50 BIS era o 50º. Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Imperatriz - MA” (Leopoldo Vaz, entrevista, 2013).

Responsabilizar a comunidade universitária para a tarefa do serviço comunitário, sem o cunho político de resistência, era uma forma muito perspicaz de canalizar as energias dos estudantes em prol da nação de uma maneira que o controle e a ordem do país pudessem ser restaurados e preservados. Cabia então à Extensão Universitária, realizar esse grande feito através do serviço comunitário articulado à concepção de desenvolvimento do país. Essa apropriação Estatal das ações populares gerou uma nova concepção que passou a permear a Extensão Universitária, além da difusão de cultura, conhecimento e técnica, agora cabia também a ela o serviço comunitário.

A Extensão Universitária inicia sua atuação sob essa nova concepção por meio do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), do Projeto Rondon e do Campus Avançado, todos voltados para melhorias das condições de vida da população da região onde atuavam. Essas ações iniciam-se como atividades pontuais e vão tomando corpo até se constituírem como um programa nacional de Extensão com atuação em locais estratégicos do país durante o período da ditadura civil-militar.

Não por acaso o primeiro CRUTAC foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1965, onde a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* fora extinta e o prefeito da cidade, Djalma Maranhão, um dos seus idealizadores, fora preso. O objetivo do CRUTAC era proporcionar uma atuação dos estudantes universitários nas comunidades rurais. A ideia do CRUTAC ganhou mais consistência quando seu criador, professor Onofre Lopes, então reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, visitou os Estados Unidos apresentando o projeto a algumas universidades e recebeu grande estímulo (PAIVA, s/d *apud* GURGEL, 1986, p. 90). De volta ao Brasil o projeto ganha força para ser implantado unindo-se como colaborador na proposta de combate à pobreza e à subversão, com base na doutrina de desenvolvimento e segurança nacional do governo militar. O regimento do CRUTAC/RN, segundo Mauro Gurgel (1986) proibia a participação de seu grupo em manifestações político-partidárias, de forma a garantir absoluta neutralidade em face de qualquer ativismo religioso, político ou ideológico. Em

1969, o Decreto - Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969 cria a Comissão Incentivadora dos CRUTAC, a CINCRUTAC, que abriu a possibilidade da expansão nacional dessa experiência, primeiro na região nordeste, e depois nas demais regiões do país.

O Projeto Rondon nasceu de uma proposta debatida no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional em outubro de 1966, realizado no Rio de Janeiro. Neste seminário participaram professores, militares e docentes da Universidade do Estado da Guanabara, que junto aos instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, foram apresentados à ideia síntese do que seria posteriormente o Projeto Rondon. O professor Wilson Choeri foi o idealizador do Projeto. Segundo Gurgel Rocha “a concepção do Projeto Rondon sofreu influência do trabalho da Universidade Volante do Paraná que, segundo Choeri, [...] forneceu a base de onde retirou conhecimentos operacionais fundamentais” (GURGEL, 1986, p. 116). A primeira operação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, ocorreu em julho de 1967, com um grupo de trinta alunos em Rondônia, e durou vinte e oito dias. O projeto Rondon contava com apoio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Interior (MINTER), o que assinala o interesse das Forças Armadas, e tinha por objetivo a integração das regiões economicamente carentes ao projeto de desenvolvimento do país, através do intercâmbio de estudantes de todas as regiões do Brasil.

O slogan “*Integrar para não entregar*” difundido pelo Projeto Rondon (FIGURA 2), é um bom exemplo para associar a atividade de Extensão Universitária a Doutrina Nacional de Segurança e Desenvolvimento na Nação. Tanto o símbolo quanto o lema comportam algumas formas de Ação Psicológica difundidos no Manual da ESG.



FIGURA 2: SLOGAN DO PROJETO RONDON

FONTE: Fundação Projeto Rondon – Campus Avançado, Certificado de Participação, 1977.

A partir da imagem do mapa do Brasil com três setas que saem do centro do país, o que pressupõe ser a capital da nação, se apresenta a ideia-força da integração (integrar), traduzindo a temática do desenvolvimento através da participação, e associa-se ainda o tema nacionalismo e segurança nacional a partir da ideia “para não entregar”, ratificando que a “ideia-força deve apelar para a inteligência ou para os sentimentos (se possível para os dois ao mesmo tempo)” (ESG, 1979, p. 230).

Intencionalmente, a Ação Psicológica se manifesta pela informação, pela propaganda e pela contrapropaganda, que se completam no objetivo de informar e orientar a opinião pública. A rapidez com que o rádio, a imprensa e a televisão chegam ao público, mesmo ao mais distante, dá à propaganda um realce especial nas Operações Psicológicas (ESG, 1979, p. 230).

Na acepção de Mauro Gurgel “com o Projeto Rondon apresentava-se ao Estado uma alternativa viável aos esquemas modernizadores. O universitário podia conhecer outras realidades, comprometendo-se com o governo na solução de problemas em áreas estratégicas de seu interesse, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país” (GURGEL, 1986,p. 116).

O Campus Avançado, outra proposta de Extensão Universitária, é criado como um sub programa do Projeto Rondon. A partir da experiência vivenciada nas operações regionais de quinze dias do Projeto Rondon, surge a possibilidade de criar um programa de atendimento contínuo em determinadas

áreas estratégicas do país. O Campus Avançado ou *Campi* Avançado fora criado sob influência de um dos acordos MEC/USAID⁴⁵. O Campus indicava, segundo Mauro Gurgel, “ser imprescindível para o desenvolvimento industrial do país a existência de universidades integradas, integração esta que não se manifestasse somente a nível da estrutura interna, mas refletisse uma articulação da instituição de ensino superior em seu meio.” (GURGEL, 1986, p. 113). O professor Mariano da Rocha, então reitor da Universidade de Santa Maria, foi um dos intelectuais que visitou as experiências norte-americanas de projeção da universidade em outras áreas estratégicas do país, e como membro do Conselho Federal de Educação, em parecer de nº 611/69, defendeu a instalação de cursos superiores fora da área sede das universidades, no qual destacava o estabelecimento do primeiro Campus Avançado no território de Roraima com o auxílio do Projeto Rondon, em seis de agosto de 1969.

Sobre a influência militar nessas atividades extensionistas percebe-se nas palavras do professor Léo Kriger que,

Era uma influência para que a coisa funcionasse, porque era propaganda. Eu achava que aquilo era na verdade algo que era para consolidar uma posição patriótica. Acho que eles usaram muito esse sentido de nacionalismo e esses programas ajudaram (KRIGER, Entrevista, 2013).

⁴⁵ MEC/USAID refere-se a uma Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Na prática, os MEC-USAID tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a *Comissão Meira Mattos*, criada em 1967, e o *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971), (MINTO, L. W. verbete In: Navegando pela História da Educação Brasileira. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento (Orgs.). Campinas, SP. Graf. FE: HISTEDBR, 2006.). O acordo referido no texto é possivelmente o que fora assinado em 09 de maio de 1967, que amplia e substitui o Convênio MEC/USAID assinado em 23 de junho de 1965. E que tinha por finalidade assessorar o planejamento, da expansão e aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil (ALVES, M.M. Beabá dos MEC-USAID. Edições Gernasa. RJ – Guanabara. 1968).

Tanto o Campus Avançado quanto o Projeto Rondon e o CRUTAC apresentavam consonância com a Ação Cívico-Social (ACISO) difundida pelo Manual da ESG, pois esta Ação tinha indicação para ser aplicada em vários setores, como: educação, saúde, transporte, higiene, no apoio às entidades comunitárias através de moradia, bem-estar, construções públicas dentre outros.

A Ação Cívico-Social (ACISO) compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pelos diversos níveis de comando em apoio à missão principal das Forças Armadas, com a finalidade de, **numa determinada área e normalmente em caráter temporário, empregar seus recursos técnicos, em pessoal e material, para auxiliar a comunidade a solucionar seus problemas mais prementes, contribuindo para desenvolver em cada cidadão o espírito cívico e comunitário e concorrendo para formar e manter uma imagem favorável das Forças Armadas.** Não devem alcançar seus objetivos apenas através de realizações materiais, que serão transitórias, mas, principalmente, pelo que consiga implantar na mente do cidadão, integrado na própria ACISO, tendo em vista estimular sua participação espontânea no sistema de vida democrático (ESG, 1979, p. 231, grifos nossos).

A finalidade, portanto, da ACISO indica sua consonância com a doutrina do desenvolvimento, por meio do auxílio para solucionar os problemas da comunidade, e da segurança nacional, pela via do espírito cívico e comunitário dos cidadãos ajudando a manter e legitimar o poder das Forças Armadas.

Para garantir que as Universidades assumissem esses projetos em sua estrutura institucional, algumas providências foram tomadas no âmbito das Políticas Educacionais, estabelecendo princípios e normas para a Extensão Universitária. O Decreto-Lei nº 252 de 1967 estabelece em seu artigo 10º que “A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967). O decreto menciona a já conhecida concepção de difusão de conhecimento e técnica através de cursos, e associa a Extensão Universitária ao serviço comunitário externo à Universidade.

Outra providência está presente na Reforma Universitária nº 5.540/68, que em seu artigo nº 40 ratifica a presença da Extensão nas universidades; e uma terceira providência é a constituição em 1974, no MEC, de uma Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), que é responsável pela elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária em 1975, de caráter nacional.

O que permite cotejar a acepção de Dario Ragazzini (2001), apresentada inicialmente, ao ressaltar que “as fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. [...] Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais” (RAGAZZINI, 2001, p.14).

Compreende-se, portanto, que o âmbito educacional foi alvo de especial atenção durante a ditadura civil-militar, pois encontra-se presente nas diretrizes doutrinárias da ESG como manobras e estratégias da Ação Psicológica, que através de medidas educacionais e extensionistas, marcadas pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tiveram grande importância na formação de mão-de-obra com intenção de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. Uma compreensão semelhante a esta, que associa Extensão Universitária, políticas educacionais, serviço comunitário e estratégias de governo, pode ter sido a peça fundamental para a análise crítica da produção acadêmica sobre a Extensão, a fim de destacá-la como prática assistencialista no período da ditadura civil-militar no Brasil, pois considera, no âmbito de sua formulação, o caráter racionalizador das ações governamentais expressos na legislação, nos planos e programas. Deste modo outros elementos como: a Lei 5.540/68 e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, de 1975, podem auxiliar no entendimento dessa questão.

1.3– LEI 5.540/68 – UM MARCO PARA A FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Analisar a Lei 5.540/68 em seu contexto específico de produção (RAGAZZINI, 2001), e sua linguagem (FARIA FILHO, 1998) direciona nosso olhar para um conjunto de aspectos que remete à pesquisa aos diversos

agentes e instituições envolvidas na rede de relações de sua abrangência. Pois, o documento, no caso a Lei, “não vale somente pelo que está escrito, *sic et simpliciter*, mas sim porque o documento testemunha as expectativas daquele que o produziu. É esse conjunto de expectativas que se apresenta como o conteúdo da fonte para o historiador” (RAGAZZINI, 2001, p. 18).

A partir dos anos de 1950, há uma aceleração no ritmo de desenvolvimento no país, provocado, segundo Fávero (2006), pela industrialização e pelo crescimento econômico que tem seu auge no governo de Juscelino Kubitschek. Simultaneamente a essas transformações no campo econômico e sócio-cultural, percebe-se, no entendimento da autora, uma tomada de consciência por alguns setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principalmente a partir da segunda metade dos anos de 1950, quando incorpora-se a esse debate uma análise mais crítica da universidade no país. Todavia, a tendência de avanço trazida pelo movimento universitário e demais instâncias da sociedade na construção de um debate mais crítico, não é incorporada no âmbito governamental e não causa reflexos significativos na LDB, Lei nº 4.024 de 1961⁴⁶.

Nesse contexto, a participação do movimento estudantil se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação. Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária. b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docente; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 2006, p. 29).

⁴⁶ A discussão, elaboração e aprovação da LDB/1961, segundo José Carlos Rothen (2008), ocorreram entre os anos de 1947 e 1961. Esse longo período de elaboração foi marcado por acirrado confronto de posições e o seu produto final foi uma lei que pretendia conciliar diversos interesses presentes durante a sua elaboração (ROTHEN, 2008, p. 02) e não deixou dúvidas sobre esse aspecto quando caracterizou a extensão como mera modalidade de curso, ignorando suas finalidades.

Os seminários promovidos pela UNE⁴⁷ tratavam da Reforma Universitária e, de modo geral, colocaram a questão da universidade articulada com as reformas de base e com as questões políticas mais globais, fortalecendo assim o movimento estudantil e ampliando a discussão na sociedade, agregando mais aliados aos protestos e manifestações.

O então Ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz Aragão, encaminha aviso ao Conselho Federal de Educação⁴⁸ (CFE), solicitando uma assessoria no sentido de formulação de dispositivo legal para articular as recomendações contidas no documento de Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil⁴⁹. Este movimento gera um anteprojeto emanado pelo CFE, que com mínimas alterações, é transformado em Decreto Lei nº 53/66 que fixa princípios e normas de organização para as universidades federais.

Outro decreto é expedido no ano seguinte, com a participação do CFE, o Decreto-Lei nº 252/67, que em seu artigo 10 expressa que: “a Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967). Na acepção de Silene Freire (2011) “a concepção de extensão do regime foi apresentada através do Decreto de Lei nº 252. Neste Decreto, evidencia-se o caráter complementar da extensão com relação ao ensino e a pesquisa, para atribuir a esses últimos o sentido de “utilidade social” que não possuem” (FREIRE, 2011, p.10). É esse decreto que estabelece à Extensão a concepção de serviço comunitário demarcando uma mudança significativa nos rumos da Extensão nos anos seguintes.

Algumas medidas oficiais foram adotadas envolvendo o debate em torno da Universidade e sua reforma, dentre as quais se encontram: o Plano de

⁴⁷ II Seminário de Estudos do Nordeste; I Encontro Universitário da Região Sul; Encontro regional da Bahia; Encontro Regional do Recife; Encontro Regional de Porto Alegre. Todos entre 1960-1963 (GURGEL, 1986). Somente em 1964 a UNE é posta na ilegalidade pelo governo militar.

⁴⁸ O CFE foi instituído pela lei no 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. “Muitos membros do Conselho Nacional de Educação se transportaram para o CFE e permaneceram ainda algum tempo, entre eles, Alceu Amoroso Lima, Helder Câmara, Joaquim Faria Góes Filho, Abgar Renault, Antonio Almeida Júnior, Anísio Teixeira. Outros membros permaneceram desde a instalação do CFE em 61, por pelo menos 10 anos: Newton Sucupira, Valnir Chagas, José de Vasconcellos, que estiveram entre os conselheiros mais proeminentes na elaboração e implementação das Reformas Educacionais de 68 e 71” (FERREIRA, 1990 *Apud* ROTHEN, 2008).

⁴⁹ Este documento fora elaborado pela Universidade do Brasil em junho de 1963, e aprovado pelo Conselho Universitário daquela instituição, do qual Raymundo Moniz Aragão fazia parte. O documento era parte de um plano de reformulação estrutural que algumas universidades desenvolveram no início da década de 1960, mas que não chegou a ser implantado devido ao Golpe de 1964 (FÁVERO, 2006, p. 30).

Assistência Técnica Estrangeira, fundamentado pelos acordos MEC/USAID⁵⁰; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Matos (1968).

O Plano Atcon ficou conhecido como um documento que resultou do estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, que entre os meses de junho a setembro de 1965, realizou um trabalho a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, e recomendou a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária, baseada nos princípios do rendimento e da eficiência. O documento intitulado *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, publicado pelo MEC em 1966, incorpora alguns princípios determinados através do enfoque na quantidade e na qualidade do ensino superior; no planejamento, racionalidade técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; na ênfase nos princípios de eficiência e produtividade em relação às necessidades do presente e do futuro da nação; necessidade de reformulação institucional das Universidades e do regime de trabalho docente; além da criação de centro de estudos básicos (ATCON, 1966). A Extensão Universitária é ressaltada como missão e objetivo da Universidade: “Extensão Universitária, em todos os níveis e através de múltiplas atividades culturais e científicas” (ATCON, 1966, p. 10). Outra recomendação foi a criação de um conselho de reitores das Universidades brasileiras. Esta foi prontamente atendida e em 29 de abril de 1966 é fundado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que teve como seu secretário-geral o próprio Rudolph Atcon, entre os anos de 1966 a 1968.

Algumas recomendações propostas no relatório da Comissão Especial presidida pelo General Meira Mattos para analisar os problemas estudantis dentro das universidades foram também absorvidas no Projeto de Reforma Universitária como: o fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior, atendidos a partir da promulgação do AI-5 em 1968 e do Decreto-Lei nº 477/69 que, como visto anteriormente, estendia o Ato Institucional às Universidades. Outras recomendações como: ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos foram também considerados.

⁵⁰ Os acordos assinados em 23 de junho de 1965 e 09 de maio de 1967 que tratam do planejamento do ensino superior no Brasil.

Distinguindo as contribuições é possível sintetizar quanto a Atcon que, ele seguia pela racionalização das estruturas universitárias e de tudo que dizia respeito à produção acadêmica. Por sua vez, Meira Mattos direcionava suas sugestões no sentido de organizar dispositivos que permitissem intervir na universidade e estudar os movimentos estudantis de modo a identificar suas tendências, as linhas político-ideológicas que professavam e, a partir desse conhecimento estabelecer as melhores formas de disciplinamento dentro da instituição (BOSCHETTI, 2007, p. 228).

Em 02 de julho de 1968, seis meses antes do AI-5, o Decreto nº 62.937/68 cria, então, um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária⁵¹ (GTRU) responsável por essa questão. Em seu relatório final, o grupo registra que seu objetivo não era fazer a reforma universitária, mas induzi-la, encaminhá-la, com propostas, soluções realistas e medidas operacionais que permitissem racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade (RELATÓRIO, 1968).

A reforma universitária de 1968 tem, portanto, o seu modelo desenhado pelos Decretos-Leis 53/66 e 252/67, que marcaram o início de uma vasta legislação para reestruturação das Universidades brasileiras. Os planos e relatórios ajudaram a compor o contexto da legislação básica da Reforma Universitária. A união das várias forças decorrentes dessa composição resultou em um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional em 07 de outubro de 1968. Possivelmente, como ressalta Germano (1994), apenas como uma tentativa dos militares de obterem um mínimo de consenso, visto que, o projeto aprovado pela câmara recebeu vetos presidenciais, deixando claro que o Executivo apenas desejava a legitimação do projeto pelo legislativo, e não a sua discussão. E em 28 de novembro de 1968 é aprovada a Lei 5.540/68.

⁵¹ “foram os seguintes os seus membros efetivos: Ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, como seu presidente; Antônio Moreira Couceiro, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Presidente do CNPq; Pe Fernando Bastos D’Ávila, Vice-Reitor da PUC/RJ; João Lyra Filho, Reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do ministro do Planejamento; Fernando Riveiro do Val, representante do Ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, Professor da Universidade de São Paulo, Newton Sucupira, Professor e ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e membro do CFE; Valnir Chagas, Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará e membro do CFE, e Haroldo Leon Perez, representante do Congresso Nacional” (NICOLATO, 1986, p. 272 *apud* GURGEL, 1986). “Dois estudantes foram solicitados a participar através do convite feito pelo Ministério da Educação aos Diretórios das Universidades que recusaram” (SOUZA, 2007, p. 32).

A reformulação das estruturas da Universidade, proposta pela Reforma, atende a alguns interesses do Estado, tanto na esfera do desenvolvimento do país, quanto da segurança nacional, seguindo os preceitos da Doutrina mais ampla do governo. Entretanto, ela também responde a algumas reivindicações dos setores civis da sociedade presentes desde os anos de 1960. Segundo Mauro Gurgel (1986), a Lei apresentou em sua formulação oficial uma incorporação de propostas presentes nas reivindicações apresentadas pelas lideranças estudantis na Declaração da Bahia em 1961, um documento resultante do encontro nacional do Movimento Estudantil Universitário brasileiro. Apesar de efetivamente aparecerem com uma identidade diferente em suas formulações algumas semelhanças demonstram que os legisladores conheceram e se apropriaram das propostas dos estudantes, mas acrescentaram a elas a ótica de preservação da ordem, de acordo com os princípios da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional. Na citação a seguir, Gurgel Rocha elenca os pontos convergentes na Declaração da Bahia e na Lei 5.540/68:

Estabelecimento de regime departamental; institucionalização do regime de tempo integral e dedicação exclusiva; o fim do sistema de cátedra; a ideia da organização colegiada; a defesa do princípio da não duplicação de meios; a institucionalização de uma carreira para o magistério; a ideia de um sistema de monitoria; a questão da importância da produção científica; as atividades extra-escolares; a afirmação dos princípios de autonomia didática, financeira e administrativa; o sistema de organização jurídica da universidade em forma de autarquias ou fundações; a institucionalização de um curso universitário desdobrado em dois ciclos, o pré-universitário (básico) e o universitário; a assistência ao estudante; **a questão da extensão universitária.** (GURGEL, 1986, p 82/83, grifo nosso).

A questão do desenvolvimento segundo Nadia Gonçalves (2011), também é marcante no que se refere à Reforma Universitária e à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Na acepção da autora, o Manual Básico apresenta na Seção “Expressão Econômica do Poder Nacional (Poder Econômico)”, no tópico Força de Trabalho a “Teoria do Capital Humano, quando o Manual identifica três razões principais que explicam diferenciações

quanto à mão de obra e ao crescimento econômico: condições físicas, socialização e educação” (GONÇALVES, 2011, p. 7).

A acumulação do capital humano através da educação tem fundamentalmente dois efeitos: - o aumento de produtividade do fator trabalho, que se reflete no mercado por aumento no salário real; - o aumento de mobilidade do fator trabalho, que passa a explorar, de maneira mais efetiva, as diferenciações de produtividade setorial existente na economia. Corresponde, portanto, a aumento na capacidade de utilizar os fatores de produção de maneira mais eficiente. [...] Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como “investimento” mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida (ESG, 1975, 153).

Esse preparo profissional corrobora com as propostas do governo para desenvolver economicamente o país, na tentativa de adequar a formação escolar e acadêmica às solicitações do mercado de trabalho. O que indica que a concepção de educação voltada para a preparação para o trabalho esteve presente nas bases da formulação da Reforma Universitária. A teoria do Capital Humano também abre a possibilidade da presença da Extensão Universitária enquanto atividade destinada à integração dos estudantes e professores ao processo de desenvolvimento do país, na medida em que são chamados ao serviço comunitário em prol do compromisso e da responsabilidade com a nação.

Na acepção de Mauro Gurgel (1986) a presença da Extensão Universitária na Lei 5.540/68 deve-se, aparentemente, à influência do movimento estudantil, pois o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), no que tange ao corpo discente, destaca que,

Dar à Universidade as condições de se transformar numa comunidade de trabalho, em que todos, diretores, professores, alunos e funcionários, possam juntos participar eficazmente no processo global da promoção brasileira e da destinação popular da democracia pareceu ao Grupo de Trabalho um objetivo maior do que o de perder-se numa casuística estreita,

que serviria apenas para fomentar um clima de desconfiança e de hostilidade. A integração, em termos de **extensão universitária, das atividades de participação dos alunos no processo do desenvolvimento brasileiro**, devolve-lhes, de certo modo, o desafio por eles levantado, de saber se a universidade insiste em permanecer uma instituição alienada, cuja reforma só será possível através da contestação global do regime ou se se transforma num dos mais poderosos agentes de mudança social. (RELATÓRIO, 1968, p. 46, grifo nosso).

A ênfase dada à Extensão Universitária na Lei 5.540, aparece principalmente em dois artigos. O Artigo 20 estabelece: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior **estenderão** à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, grifo nosso).

Cabe aqui ressaltar que o Art. 2º da Lei apresenta o seguinte conteúdo, “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado”. O texto estabelece a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, a Extensão aparece de maneira subentendida apenas no artigo 20, sendo mais explicitada no artigo 40. A não inclusão na indissociabilidade proposta na Lei evidencia que naquele momento a Extensão era compreendida, no interior das instituições universitárias, como função optativa, secundária e não necessariamente vinculada ao ensino e à pesquisa.

O artigo 20, sem fazer uso do termo *Extensão*, subentende que seja ela a via de *estender* os resultados das atividades de ensino e da pesquisa acadêmica à comunidade, sob a forma de cursos e serviços. Todavia se a pesquisa, nesse período, era ainda uma prática quase inexistente nas universidades não sobrava muito a oferecer à sociedade senão os serviços comunitários. O artigo 40, em seu conteúdo, reitera e oficializa, portanto, a concepção de Extensão Universitária como serviço comunitário.

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas **atividades de extensão**, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em **programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento**; b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e

desportivos; c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional. (BRASIL, 1968, grifo nosso).

As alíneas *b*, *c*, e *d* associam-se ao conteúdo da primeira alínea e estabelecem a efetivação da Extensão nas Instituições de Ensino Superior, relacionando-as a atividades cívicas e desportivas, ou a ações de caráter cultural e artístico, sem mencionar a atividade acadêmica em si.

A Extensão também aparece nos artigos 17 e 25 da Lei. No artigo 17 a referência é dada aos tipos de cursos que podem ser ministrados pelas Universidades: graduação, pós-graduação; especialização e aperfeiçoamento; de extensão e outros.

O artigo 25 complementa o artigo 17 ao estabelecer que “Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, **extensão** e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados” (BRASIL, 1968, grifo nosso). Este último artigo não só complementa o anterior, mas representa, na acepção de Mauro Gurgel, “uma abertura dentro do sistema de controle nacional e um apelo à criatividade das universidades, mas a falta de vivência da autonomia acadêmica fez com que os cursos de extensão (mesmo sem a tutela do Conselho Federal de Educação) pouco diferissem de universidade para universidade” (GURGEL, 1986, p. 85).

Percebe-se na produção acadêmica formas diferenciadas de análise sobre a Lei 5.540/68, bem como controvérsias na formulação de representações em relação à importância da Reforma Universitária na história da Extensão no Brasil (QUADRO 5).

Autor	Obra	Sobre a Lei 5.540/68
Nádia Dumara Ruiz Silveira	Universidade Brasileira – A intenção da Extensão (1987).	“É a Lei 5.540 que fixa pela primeira vez no Brasil a extensão universitária como uma das funções das instituições de ensino superior” (p. 41).
Yeda Maria Bacellar	Extensão universitária: que vocação?(1989)	“O desdobramento da argumentação extensionista apresentada nos instrumentos da Reforma Universitária de 68 não ultrapassou, a nosso ver, dois apontamentos principais: 1º) a relevância social da função universitária; 2º) a participação dos alunos no processo do desenvolvimento brasileiro” (p. 23).
Maria das Dores Pimentel Nogueira	Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975-1999 (1999)	“A Lei 5.540/68 abarca as duas concepções historicamente situadas” (p. 233), no caso a difusão de conhecimento e a prestação de serviço.
Regina Maria Michelotto	A liberação do Acesso e a Extensão como Estratégias de Democratização da Universidade: a Experiência da Itália e do Brasil (1999)	“Esse texto legal apresenta como atividades inerentes da universidade apenas ao ensino e a pesquisa. A extensão não é uma terceira função, mas uma forma de estendê-los para fora dos muros da instituição.” (p. 79).
Maria Elisa Carbonari e Adriana Pereira	A Extensão Universitária no Brasil, do Assistencialismo à Sustentabilidade (2007)	“A Reforma Universitária de 1968, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional rompe com a concepção da extensão como espaço de diálogo com a comunidade , restringindo as ações das IES e impedindo-as do exercício de autonomia. É esta Reforma que define que o ensino superior deve ser pautado pela indissociabilidade do ensino e pesquisa” (p. 23/24, grifos nossos).
Ana Luisa Souza	A história da extensão universitária (2010)	“Essa lei tornou a Extensão Universitária obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino de terceiro grau. No entanto, deve-se perceber que não houve nenhuma alteração quanto à concepção da Extensão. Permanecia a ideia de se vincular a prática extensionista à prestação de serviços” (p. 65).

QUADRO 5 – REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA LEI 5.540/68

FONTE: A autora, com base nas referências bibliográficas consultadas.

Todavia apesar das representações expressas pelas autoras sobre a Lei 5.540/68 aparentemente apresentarem enfoques diferentes elas não são necessariamente excludentes, pois a forma como a Extensão Universitária é tratada na Lei compreende os diversos aspectos mencionados nas obras, principalmente, sua função social para além dos muros das universidades, como destacado por Bacellar e Michelotto; a participação dos alunos no processo de desenvolvimento do país a partir da difusão de cultura, conhecimento, técnica e prestação de serviço à comunidade, conforme apontam Nogueira e Bacellar. Cabe ressaltar que a Extensão Universitária como indicado no item 1.1 deste trabalho, tem sua primeira referência legal no Brasil com o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, mas é a Lei 5.540/68 que fixa a Extensão como obrigatória nas IES, como apresentam Silveira e Souza. Já a acepção de Carbonari e Pereira, de que a Reforma Universitária “rompe com uma concepção de Extensão como espaço de diálogo com a comunidade”, pressupõe a existência de uma concepção dialógica da Extensão anterior a 1968, o que não foi percebido em nenhum documento analisado para este trabalho. Souza salienta que com a Reforma Universitária “não houve nenhuma alteração quanto à concepção da Extensão”, o que diverge das análises até aqui realizadas, pois a concepção anterior a 1968 estava voltada para a Extensão como difusora de conhecimento e técnica e após 1968 novas práticas acrescentaram a ela a concepção de serviço comunitário.

É importante retomar nesse momento a problemática apresentada inicialmente neste trabalho no que tange à produção acadêmica e o cunho assistencialista dado à Extensão Universitária no período da ditadura no Brasil. É possível identificar na lei 5.540/68 a presença da Extensão como oportunidade de participação discente em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento da nação, o que remete à doutrina difundida pela ESG, e evidencia a articulação da política nacional de Extensão Universitária com a doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional. A Lei apresenta também em seu texto a difusão cultural e o estímulo cívico/patriótico com o intuito de responsabilizar

o cidadão no processo de desenvolvimento da nação, por meio da prestação de serviço comunitário o que pode ser um indicativo da presença do mecanismo assistencialista no âmbito de sua formulação.

Cabe ressaltar, portanto, que o serviço comunitário, apontada no quadro Nº 5, não pode ser por si só elemento revelador de uma prática assistencialista. Nem todo trabalho comunitário é assistencialista, podendo até o ser em algumas situações e dimensões, principalmente na esfera de seu planejamento, o que não garante sua efetivação com tal, pois esta depende da postura dos agentes envolvidos em sua execução.

O caráter assistencialista quando presente na atuação dos agentes envolvidos em sua execução depende, principalmente, do direcionamento dado às mesmas e não apenas de sua formulação, de modo que o assistencialismo não pode se reduzir ao objeto, mas também deve contemplar a forma como ele se desenvolve. As necessidades da população, ainda que sob o controle político e econômico do Estado, são também espaços de conquista de direitos e de reconhecimento da cidadania (SPOSATI et al., 1985, p. 68).

A intenção deste item ao adentrar ao contexto de produção e a rede de discussões da Lei 5.540/68 foi demarcar “as relações que compõem a cadeia que leva do sinal do passado ao signo, à significação, à interpretação da história” (RAGAZZINI, 2001, p. 16). Portanto, independente das concepções expressas na Lei 5.540/68 compreende-se, nesse trabalho, que “as relações não são sempre horizontalmente e verticalmente unívocas, mas sim com graus diversos de força e de significância, além de graus diversos de contradição e tensão intrínseca e recíproca” (RAGAZZINI, 2001, p. 17). E apesar da Extensão Universitária ter sido referenciada na legislação educacional brasileira em 1931, através do *Estatuto das Universidades Brasileiras*, ela só ressurge no contexto mais expressivo da legislação nacional na Lei 5.540 de 1968, que estabelece a Reforma Universitária. No texto da lei a determinação que as universidades e as instituições de ensino superior têm por *dever estender* à comunidade suas atividades de ensino e os resultados da pesquisa através de cursos e serviços, oficializa a formalização da Extensão Universitária e se estabelece como marco na composição de sua trajetória histórica.

1.4– O PRIMEIRO PLANO DE TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTRATÉGIA, CONQUISTA E DESAFIO

O processo de elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária⁵² em 1975 estava imerso no contexto pós Reforma Universitária, um momento no qual o que se realizava e se escrevia sobre Extensão era ainda isolado e disperso. O Plano, elaborado pelo MEC:

Representa muito mais, uma disputa de poder do MEC com outros ministérios, uma demarcação de espaço de atuação, pois vários deles também coordenavam programas de extensão envolvendo estudantes universitários, muitas vezes sem a participação das universidades e do próprio MEC. (NOGUEIRA, 1999, p. 234).

Para entender melhor esse clima de disputa e de poder é necessário adentrar ao contexto institucional da Extensão, e perceber, um pouco mais de perto, as relações de forças ali estabelecidas. Para tanto, Roberto Mauro Gurgel (1986) se apresenta como um guia imprescindível, pois atuou, na época, diretamente nessa rede de relações, como presidente da Comissão MEC/MINTER (Ministério do Interior), representando o MEC, e como coordenador do CODAE (Coordenação de Atividades de Extensão) entre os anos de 1975 e 1976. Em seu trabalho, publicado em 1986, sob o título *Extensão Universitária – comunicação ou domesticação*, Gurgel faz uma minuciosa narrativa do contexto institucional da Extensão. Este será de grande valia na composição do cenário de preparação do Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

A composição da CODAE representou, na acepção de Gurgel, um reconhecimento da importância da Extensão por parte do Departamento de Assuntos Comunitários (DAU), no interior no MEC. A CODAE era um mecanismo específico para ajudar a disseminação da Extensão nas Universidades. Sua constituição resultou da proposta apresentada pela

⁵² Um agradecimento especial é dado à Maria das Dores Pimentel Nogueira, que em sua dissertação de Mestrado, intitulada “Políticas de Extensão Universitária Brasileira (1975-1999)”, apresentada à Faculdade de Educação da UFMG em 1999, disponibiliza como anexo uma cópia do Plano de Trabalho de Extensão, MEC/DAU de 1975. Uma fonte que foi de grande valia na formulação do *corpus* empírico deste trabalho. Devido à dissertação acima referida não estar disponibilizada online, optou-se por incluir a íntegra do Plano de Trabalho como anexo (A), deste trabalho, a fim de que este importante documento fique mais acessível aos interessados.

Comissão Mista MEC/MINTER⁵³, criada com a finalidade de “estudar e propor medidas visando um inter-relacionamento dos Programas CRUTAC/MEC e Campus Avançado/MINTER” (GURGEL, 1986, p. 129).

A Comissão Mista MEC/MINTER⁵⁴, também conhecida como Comissão Interministerial, surgiu como indicativo de um encontro promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), por solicitação do Projeto Rondon, e tinha a função de aparar algumas “arestas”, pois, segundo Gurgel, havia na época uma rivalidade entre o MEC e o Projeto Rondon, gerada quando eram Ministros Jarbas Passarinho (MEC) e Costa Cavalcanti (MINTER). Esse entrave dificultava a ligação entre os dois programas de caráter mais expressivo da Extensão Universitária naquele momento: o CRUTAC, coordenado pelo MEC e operacionalizado pelo CINCRUTAC junto às Universidades; e o Campus Avançado coordenado pelo MINTER e operacionalizado pelo Projeto Rondon no meio acadêmico. Segundo Nogueira o que se verificava é que ambos, atuando com objetivos semelhantes, apresentavam críticas severas e recíprocas (1999, p.234).

A Comissão trabalhou durante dois meses e no relatório final⁵⁵, sua concepção de Extensão Universitária reitera a já assinalada pelo CRUB, e corrobora com as diretrizes da Lei 5.540/68: “o que compete à universidade é *estender* à comunidade suas atividades inerentes (ensino e pesquisa) sob a forma de cursos ou serviços especiais” (CRUB, s/d *apud* GURGEL, 1986, p. 130). O Relatório também apresentava um caráter mais seletivo e comprometido das atividades de Extensão, não podendo esta ser compreendida como qualquer atividade extramuros da instituição.

A extensão teria de ser encarada “como algo próprio e permanente na vida das universidades”, como “eficiente instrumento de reforma universitária e também, como forma de participação das comunidades, em função do processo de desenvolvimento” (MEC/Minter, s/d: 4). A educação era vista como fator de desenvolvimento, preparando o homem para,

⁵³ Estabelecida pelo MEC através da portaria nº 289 de 16/05/1974 e pelo MINTER, por intermédio da Portaria nº 398-MINTER (GURGEL, 1986, p. 129).

⁵⁴ Constituída pelos seguintes membros: Roberto Mauro Gurgel Rocha, presidente; Myriam Levy Cardoso Moreira, secretária – representante do MINTER (presidente do Projeto Rondon a partir de 1981); José Vicente Vaz de Lima, MINTER; Ana Rita Dantas Suassuna, MEC; Sandoval Ribeiro Ribas, MEC; Margarida Andrade de Figueiredo, MINTER. (GURGEL, 1986, p. 129).

⁵⁵ Não foi possível ter acesso direto ao documento, de modo que as informações sobre o mesmo foram retiradas das obras de Nogueira (1999) e Gurgel (1986).

“através do uso responsável de sua liberdade, tornar-se agente eficaz da promoção de sua comunidade (MEC/Minter, s/d: 4)”. (GURGEL, 1986, p. 130).

O relatório da Comissão MEC/MINTER apresenta influência dos ideais de desenvolvimento e segurança nacional do governo militar. A concepção de educação como fator de desenvolvimento presente no relatório, propõe que a política de Extensão Universitária seja vinculada às diretrizes desenvolvimentistas nacionais. Neste sentido os programas CRUTAC e Projeto Rondon são apresentados como instrumentos de Extensão Universitária para o desenvolvimento (NOGUEIRA, 1999).

O Relatório acena ainda para a possibilidade da Extensão vir a se constituir, no interior das Universidades, como um ponto de partida para a atualização e reformulação de currículos, métodos e técnicas educacionais, gerando novas perspectivas aos trabalhos de ensino e pesquisa. Na esfera extramuros da Universidade a Extensão poderia realimentar as demais instituições e organizações envolvidas neste processo (NOGUEIRA, 1999; GURGEL, 1986).

Dentre as sugestões apresentadas pela Comissão Mista estava a criação de uma coordenação em cada Ministério, uma Instituição Coordenadora Nacional da Extensão Universitária, no MEC; e uma Instituição Coordenadora Nacional do Desenvolvimento que desse suporte às ações extensionistas, no MINTER. Nessa divisão de funções caberia ainda às Agências de Desenvolvimento traçar as prioridades regionais; e às Instituições Executoras da Extensão Universitária, as universidades, a realização das atividades por meio de seus departamentos acadêmicos. O documento recomenda que as universidades devam manter em sua estrutura, um órgão responsável pelo desenvolvimento da Extensão, o que formaliza algumas medidas práticas de institucionalização da Extensão na vida acadêmica. Mauro Gurgel sintetiza as proposições da Comissão Mista MEC/MINTER, por meio da formulação do que o autor chama de Fluxo Global da Extensão, que demonstra a composição e estrutura organizacional da Extensão Universitária em âmbito federal e institucional em cada Universidade conforme a proposta da Comissão (Figura 3).

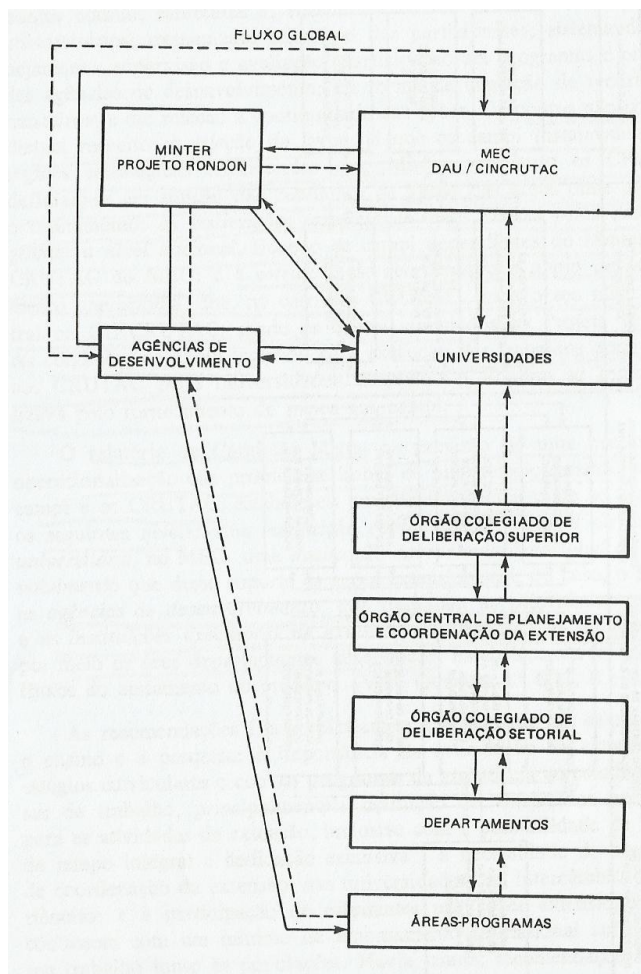


FIGURA 3 – FLUXO GLOBAL DA EXTENSÃO
 FONTE: GURGEL ,(1986, p. 135).

A figura demonstra a indicação de maior articulação entre os dois ministérios responsáveis por ações extensionistas, o MEC e o MINTER, bem como com as agências de desenvolvimento, responsáveis por traçar as prioridades regionais em diálogo com as universidades, no caso, instituições executoras da Extensão Universitária. Um fluxo que prevê maior interrelação entre os órgãos responsáveis pela Extensão em seu planejamento, financiamento, gestão e execução.

O MEC cria, em sua instância, a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) em 1974, e passa a ter maior responsabilidade junto às atividades de Extensão de caráter nacional. Em abril de 1975 divulga o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, fruto de encontros e reuniões com diversas instituições e organizações da sociedade, conforme proposta da Comissão Mista MEC/MINTER.

Num primeiro momento foi feita uma reunião contando com a presença de docentes com experiência em atividades de extensão. Em seguida, foi realizado um encontro com representantes do Minter (coordenação nacional do projeto Rondon; diretores dos departamentos de recursos humanos da Sudene, Sudam e Sudesul; representantes do diretor do DRH as Sudeco); coordenador nacional da CINCRUTAC; coordenador da Operação Mauá, do Ministério dos Transportes; superintendente nacional do Instituto Euvaldo Lodi; diretor do DAU; e representantes dos seguintes organismos: Embrater, Mobral, MUDES e Conselho de Reitores, afora a presença de assessores da Secretaria Geral e CODAE/DAU, do Ministério da Educação e Cultura. Cada instituição presente posicionou-se individualmente sobre a importância da Extensão e reforçou-se a ideia já definida no Plano de Trabalho da Extensão Universitária. (GURGEL, 1986, p. 137)⁵⁶.

A elaboração deste Plano de Trabalho, assim como a sua implementação, supervisão e acompanhamento certamente não se deram sem tensões. Neste cenário, no qual seus atores individuais precisaram relacionar-se tantas vezes, os confrontos, provavelmente, foram inevitáveis, mas também possibilitaram a elaboração da primeira política de Extensão Universitária brasileira.

O Plano de Trabalho, inserido nesse contexto, tem um papel muito importante, ao assegurar para o MEC a competência de propor a política de Extensão para as universidades brasileiras, sendo este Ministério responsável em traçar diretrizes, normas e estimular o intercâmbio de experiências desenvolvidas por diversas Instituições de Ensino Superior, além da busca de parcerias com outros órgãos públicos⁵⁷. Estabelece também como sua função acompanhar a execução e avaliação “*in loco*” dos trabalhos de Extensão realizados pelas universidades através da DAU. O item do Plano denominado *Esquema de Atuação* apresenta as responsabilidades e funções que cabiam à

⁵⁶ Entende-se as siglas como: Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; Sudesul - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul; DRH – Diretoria de Recursos Humanos; Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste; CINCRUTAC; - Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária; DAU; Divisão de Assuntos Universitários; Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização; MUDES - Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social; CODAE – Coordenação de Atividades de Extensão

⁵⁷ Ressalta-se que a CODAE não pretendia apenas coordenar o CRUTAC e o Campus Avançado, mas tinha a pretensão de atingir igualmente núcleos do Projeto Integração Escola-Empresa-Governo “disseminados por todo o país com a cooperação do Instituto Euvaldo Lodi, presentemente nos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santos, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe” (BRASIL, 1975, p. 05).

CODAE, dentre elas a execução das proposições do MEC para a Coordenação Nacional de Política de Extensão Universitária.

A Coordenação Nacional de Política de Extensão Universitária, cabe ao Ministério da Educação e Cultura, a quem compete: a) propor a política de extensão universitária; b) traçar diretrizes e normas nacionais; c) acompanhar a execução dos trabalhos de extensão, evitando que sejam criadas distorções que possam desfigurar a própria imagem da Instituição Universitária; d) estimular o intercâmbio de experiência entre as várias Universidades; e) proporcionar condições ao maior ajustamento de experiências existentes, face ao conceito de Extensão Universitária. (BRASIL, 1975, p. 03).

O Plano de Trabalho procura incentivar a participação discente, como já previsto na Lei 5.540/68, junto às atividades de Extensão Universitária. Esta, por sua vez, é ampliada pelo documento também na direção dos docentes, o que pressupõe um caráter formativo envolvendo a Extensão no meio acadêmico.

Por meio de atividades extensionistas são proporcionadas “aos corpos discentes e docentes, oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (BRASIL, 1975, p. 01).

A concepção de Extensão Universitária difundida na introdução do Plano é assim estabelecida:

A extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior, **estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações** de um modo geral, delas recebendo **influxo** no sentido de **retroalimentação** dos demais componentes, ou seja, o **ensino e a pesquisa** (BRASIL, 1975, p. 01, grifo nosso)

Cabe ressaltar alguns elementos importantes que aparecem neste trecho do Plano de Trabalho. Primeiro a menção à relação entre o início da ideia de indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa, o que demonstra um comprometimento mais acadêmico da Extensão, segundo a

forma de comunicação entre universidade e sociedade, por meio da ideia de dialogicidade, e subentende uma abertura para a interlocução, principalmente na frase “*delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes*”. Esta traz o pressuposto da Extensão em uma via de mão dupla, na qual o conhecimento produzido pode ser testado e confrontado com a realidade por meio do contato com a sociedade, retornando à universidade para ser reelaborado. E, por sua vez, com esse maior contato com a realidade a Universidade pode refletir sobre os profissionais que forma, os currículos de seus cursos e a pesquisa que desenvolve. O Plano de Trabalho traz, portanto, uma concepção de Extensão que avança em relação a todas aquelas encontradas nas legislações e documentos anteriores.

Tanto Gurgel (1986) quanto Nogueira (1999) reconhecem uma influência, no Plano de Trabalho, das ideias de Paulo Freire, principalmente no que se refere aos termos *influxo* e *retroalimentação*⁵⁸. Conforme referenciado no início deste capítulo, Freire defende a comunicação e a participação popular de uma forma ativa e não passiva, em que a população não é o objeto que sofre a ação extensionista, mas é igualmente sujeito dessa ação, o que corrobora para uma troca de saberes entre universidade e sociedade. A utilização do termo *retroalimentação* e não *comunicação* pode ter sido uma forma sutil de abrir um espaço de atuação da Extensão na política educacional nacional, considerando, é claro, o momento histórico da ditadura civil-militar e a própria estrutura interna da Universidade brasileira⁵⁹. É uma demonstração da coexistência de diferentes concepções, pois aponta a presença de uma concepção que começa a ganhar espaço no cenário brasileiro, calcada não na unilateralidade do serviço e da difusão da cultura e do saber, mas que aponta para um diálogo com a realidade como via de mão dupla.

⁵⁸ A contribuição de Paulo Freire é muito referenciada neste período, pois durante seu exílio no Chile, devido a práticas de extensão rural no Brasil, ele produz a obra “*Extensão ou Comunicação*”, publicado primeiramente no Chile em 1969, uma obra de grande importância para a conceituação de extensão, e que propõe o conceito de extensão cultural como uma ação a ser exercida não apenas pela educação superior, mas pelo corpo docente e discente do ensino fundamental e médio.

⁵⁹ Esses ideais provavelmente sofreram influência da Segunda Conferência Latino-americana de Difusão e Extensão Universitária, realizada no México em 1972. Esta Conferência reconhece o conceito defendido por Freire e defende a projeção social e cultural como interação entre sociedade e universidade, de modo que esta possa contribuir com a criação da consciência crítica dos estudantes e da sociedade como um todo. Para tanto, torna-se necessária uma ação integrada entre ensino, pesquisa e extensão, que permita a transformação e aporte dos saberes, da ciência e da tecnologia para a construção da qualidade de vida nas comunidades, com métodos que reconheçam o valor dos grupos humanos articulados em grandes programas sustentáveis e transformadores. (LOPES DA SILVA, 2008, p. 81 e 82).

O Plano de Trabalho também referencia, de modo mais sutil, a influência dos ideais de desenvolvimento, e praticamente não menciona a segurança nacional, que aparece explicitada no relatório da Comissão MEC/MINTER. Uma possível explicação seria o fato do Plano ter sido elaborado por uma equipe interna do MEC, pressupondo que o forte cunho desenvolvimentista do relatório da Comissão devia-se mais à equipe do MINTER (NOGUEIRA, 1999).

O terceiro elemento a ser ressaltado demonstra que o Plano também amplia o atendimento das ações de Extensão, quando estabelece que ela deve atender a “*organizações, outras instituições e populações de um modo geral*”. Há um direcionamento amplo e vago indicando *para onde e com quem* deveria ocorrer o compromisso da universidade, mas com um entendimento para além da prestação de serviço comunitário direto à população, como o realizado pelo CRUTAC e pelo Campus Avançado do Projeto Rondon. A Extensão Universitária deveria também estabelecer uma relação com organizações e instituições. Este novo direcionamento é importante porque destaca outro aspecto do Plano, “a importância do estágio como meio para compatibilização da política de extensão com o ensino e a pesquisa” (BRASIL, 1975, p. 02). Acentua-se assim o direcionamento presente no Relatório da Comissão Mista MEC/MINTER, que ao referir-se à articulação entre Extensão, Ensino e Pesquisa, propõe que esta seja realizada relacionando a prática da Extensão com estágios curriculares e com os programas de assistência ao estudante (bolsa de trabalho), atingindo, desse modo, os núcleos do Projeto Integração Escola-Empresa-Governo⁶⁰, já mencionado anteriormente em nota número (57) (GURGEL, 1986).

O Plano de Trabalho apresenta algumas formas por meio das quais a Extensão deveria ser desenvolvida:

Cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, de difusão cultural, e outras formas de atuação, exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégicas (BRASIL, 1975, p. 01).

⁶⁰ No Plano de Trabalho de Extensão Universitária as atividades que envolvem o Projeto Empresa-Escola-Governo, são referenciadas pelas ações do Instituto Euvaldo Lodi, Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), Operação Mauá (OPEMA) e Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Essa ampliação apresenta uma generalidade tão grande de ações que quase tudo poderia ser feito em nome da Extensão, o que, por sua vez, pode ter fomentado apropriações de modo mais livre deste “espaço criado”, por parte de técnicos, docentes e discentes das universidades. O que contribui para o entendimento heterogêneo e histórico do que venha a ser a Extensão Universitária e do que cabe ou não a ela como atividade.

A CODAE estabelece como uma de suas linhas de atuação expressas no Plano a função de articular organismos públicos ou privados, na esfera nacional, regional ou estadual, como suporte ao desenvolvimento das atividades de Extensão, o que significa a sua centralização por este órgão governamental, e possibilita uma difusão mais incisiva de concepções e práticas.

No que tange à esfera institucional das universidades, o Plano de Trabalho recomenda a articulação interna das várias experiências de Extensão Universitária realizadas pela mesma instituição:

A articulação das atividades de extensão da Universidade em uma estrutura central, representa uma forma de racionalização dos trabalhos, evitando-se duplicação de esforços, dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros. Tal estrutura, possibilita ainda uma **maior articulação** com os demais componentes do **sistema universitário-ensino e pesquisa**. (BRASIL, 1975, p. 09, grifo nosso).

Essa articulação também é recomendada na esfera nacional do próprio MEC, que prevê a implantação de Polos de Extensão Universitária.

A nível do MEC a articulação das atividades de extensão universitária das IES em uma **estrutura central e intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa**, será considerada como **polo de extensão**, que poderá se apresentar sob a forma de Pró-Reitorias, Superintendência, Câmara de Extensão, etc. (BRASIL, 1975, p. 09, grifo nosso).

Nesses polos de Extensão se fariam tentativas no sentido de destacar algumas frentes de atuação:

Polos de Extensão, onde se fará a articulação dos vários projetos do Plano Setorial da Educação, com as experiências de Extensão; - Polos de Extensão, onde se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas; - Polos de Extensão para a articulação das experiências extensionistas com os Programas e projetos Governamentais de caráter prioritário; - Polos de Extensão para combinação das atividades de extensão universitária com as que são desenvolvidas em algumas universidades dentro da política de extensão rural, no sistema "Land Grant"⁶¹. (BRASIL, 1975, p. 10)

Ao término do trecho percebe-se a influência do modelo de Extensão Universitária norte-americano sobre a política educacional da Extensão brasileira. A presença dos *Land Grant Colleges Law* foi marcante na concepção apropriada, tanto pela prática extensionista, quanto pelos participantes da equipe que formulou o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária no Brasil, pois a política de Extensão Rural, no sistema *Land Grant* proposta no Plano de Trabalho já havia servido de referência para o modelo apreendido pelo Projeto Rondon e Campus Avançado implementados no Brasil.

O documento estabelece como metas a serem alcançadas três aspectos que convergem para a articulação, organização e difusão de suas propostas. São eles:

Acompanhamento das atividades de extensão executadas pelas Universidades: CRUTACs, Campi Avançados, Núcleos de Integração Empresa-Escola-Governo ou outras formas; - Implantação de Polos de Extensão Universitária; - Realização de Encontros Regionais em articulação com as Superintendências de Desenvolvimento Regional e Governos Estaduais, visando a montagem de uma estratégia de ação em comum. (BRASIL, 1975, p. 13).

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária apresenta-se bastante repetitivo em sua formulação operacional, e une o que é a CODAE e a proposta do Plano de Trabalho, de modo que não se distingue bem no documento uma coisa da outra. A justificativa do Plano é a mesma justificativa da criação da CODAE e os objetivos do Plano são os mesmo objetivos de atuação desta coordenação. As três principais linhas de atuação do Plano

⁶¹ Aqui a referência é aos *Land Grant Colleges Law*, já apresentados no tópico 1.1.

remetem à CODAE: Coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão em andamento; articulação, na esfera das universidades, das várias experiências; e a integração com órgãos públicos e privados como suporte de desenvolvimento das ações.

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária pode ser considerado como uma *estratégia* de ação política do MEC, à medida que este Ministério traz para si a competência de “coordenar, em nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições” (BRASIL, 1975, p.07), e desse modo busca articular a sua função de formulador de política educacional no ensino superior. Além do mais, todo o controle e poder de decisão sobre as atividades de Extensão, estavam subordinados ao MEC, às universidades cabia a execução das atividades.

O Plano de Trabalho se apresenta como *conquista*, à medida que amplia a concepção de Extensão Universitária presente na Lei 5.540/68 e expressa em seus fundamentos e propostas o início de uma reflexão sobre a questão da Extensão, que, de fato, passou a fazer-se perceptível em âmbito nacional, dando seus primeiros passos na construção de uma Política de Extensão Universitária. Neste mesmo sentido o Plano de Trabalho se mostra como *desafio*, à medida que estende a atuação da Extensão Universitária envolvendo docentes e discentes. O desafio também se evidencia na articulação intra e extramuros das atividades extensionistas na universidade, recomendada pelo Plano como um possível viés de aproximação das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esses novos encaminhamentos demandaram outro desafio, a criação de um espaço próprio da Extensão no interior das instituições de Ensino Superior, uma estrutura central, responsável pela Extensão, com a tarefa de realizar a recomendada articulação de modo mais racional.

Na avaliação de Gurgel (1986), reiterada por Nogueira (1999), foi através das atividades de capacitação de pessoal, com a realização de treinamentos e seminários, que a CODAE mais desenvolveu sua ação política, com vistas a redefinir a prática extensionista. O debate crítico que envolveu a universidade e os órgãos de apoio à Extensão gerou uma nova perspectiva de atuação que a CODAE buscou difundir nos vários seminários e encontros regionais realizados.

Em meio à reforma administrativa do MEC⁶² em 1979 a CODAE é extinta, no momento em que se propunha a intensificar o acompanhamento das experiências de Extensão. Nenhum outro órgão é encarregado da Extensão dentro da nova estrutura do Ministério⁶³, o que provavelmente comprometeu a continuidade das ações em andamento. Contudo, os efeitos de suas ações lançaram a necessidade de debater sobre os rumos da Extensão Universitária no Brasil o que foi retomado em âmbito nacional nos anos de 1980, com destaque nas propostas do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, e nas discussões em torno da Constituição Federal de 1988. O Fórum seria então o responsável, nas décadas subsequentes, pela coordenação e proposição de diretrizes políticas em torno da Extensão Universitária no Brasil.

A discussão das formas de apropriações institucionais das diretrizes do governo federal expressas na Lei 5.540 e no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, docentes e discentes da UFPR; bem como propostas e práticas que operaram no cotidiano desta Universidade, em relação às atividades de Extensão, é a proposta dos capítulos que seguem neste trabalho.

⁶² Esta reforma fez parte do II Plano Setorial de Educação e Cultura (II PSEC 1975-1979), orientado pelo pragmatismo reformista, destacava a educação como área de reformas de estruturas, com intenção de alcançar competência gerencial e eficiência. Para isso, propugnava a implantação de modernos métodos de gestão empresarial como diretriz geral da ação administrativa (BRASIL, 1974). O II PSEC estabeleceu como estratégia global a implementação da reforma administrativa do MEC, vista como meio fundamental de execução da política educacional e como apoio as ações previstas nesse plano (BRASIL, 1976, p. 43). Entre as estratégias específicas incluiu a implementação de um sistema integrado de informação, pesquisa e planejamento educacional. As ações estratégicas voltadas para a modernização do MEC incluíram, no tocante ao planejamento e a administração, projetos de “aperfeiçoamento do subsistema de informações estatísticas” e de “desenvolvimento do subsistema de informações para o acompanhamento, avaliação e controle” (idem, p. 51, grifo do autor). A avaliação e a informação eram vistas como instrumentos estratégicos de modernização institucional e administrativa, sendo a informação condição de qualificação da capacidade de regulação educacional. (FREITAS, 2007. p. 20 e 21).

⁶³ Ressalta-se que desde então não houve no MEC uma Coordenação de Extensão (ou equivalente).

CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Eu nunca tinha ouvido falar em Extensão naquele período [1977], em nenhum momento alguém dizia isso é um projeto de Extensão. Era o Projeto Rondon pura e simplesmente. [...] Hoje, é claro, tendo uma percepção do que é Extensão eu sei que eu fui fazer Extensão, mas eu fui descobrir isso muito tempo depois, quando eu ingressei na Universidade, como técnica.

Lucia Maria B. Mion, entrevista, 2013.

O propósito deste capítulo é perceber, em parte, como ocorreu o processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR, principalmente no período entre 1968 e 1987; considerando o contexto e a legislação vigente na época, em especial a Lei 5.540/68 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, já apresentados no capítulo anterior como elementos norteadores para a ação dos agentes nas Universidades.

O olhar direcionado para a legislação remete à acepção de Faria Filho que considera esta não apenas como um ordenamento jurídico, mas também como linguagem e prática social (1998, p. 92). No caso da Universidade suas normativas e documentos oficiais correspondem à legislação da instituição, e refletem a concepção de Universidade, formação e Extensão, por parte de sua administração e Conselhos Superiores. E serviram como fonte principal deste capítulo na tarefa de perceber apropriações e concepções que permearam o processo de formalização da Extensão na UFPR. Para tanto, conhecer um pouco da história desta Universidade é tarefa imprescindível.

A UFPR nasceu da aspiração de um grupo de intelectuais, entre eles o médico Victor Ferreira do Amaral e Silva, Nilo Cairo, Fernando Moreira e Pâmphilo Assumpção, apoiados pelo governo de Carlos Cavalcanti e respaldados na Lei Rivadávia Corrêa⁶⁴ que instituiu a liberdade de ensino em todo território Nacional (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, 36).

A Universidade foi reconhecida por lei estadual em 1913⁶⁵ e considerada de utilidade pública no ano seguinte. Nesta mesma época recebeu

⁶⁴ Decreto nº 8.659/1911.

⁶⁵ Lei 1284 de 1º de abril de 1913.

da prefeitura municipal a doação do terreno na Praça Santos Andrade, conhecido atualmente como prédio histórico e patrimônio cultural da cidade.

Em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano⁶⁶ a Universidade é desmembrada em três Faculdades: Direito, Engenharia e Medicina, que continuaram a desenvolver suas atividades de forma articulada, mas não formal. Ao longo dos anos subsequentes outras escolas superiores foram sendo criadas em Curitiba, como: a Escola de Química em 1924 anexa a Faculdade de Engenharia, a Escola Superior de Agronomia em 1931, a Escola de Veterinária, em 1937, a Escola de Filosofia, Ciências e Letras, em 1938.

As reformas educacionais nacionais que ocorreram no período compreendido entre 1946 e 1964, efetuadas em todos os níveis de ensino, porém mais especificamente para o nível superior, estabeleceram uma política de integração em que inúmeros estabelecimentos foram federalizados, enquanto algumas faculdades foram agregadas, transformando-se em Universidades. O chamado “ciclo das Universidades”, estabelecido pelo Ministério da Educação gerou uma campanha em prol da unificação e da restauração da Universidade do Paraná. Esta contou com políticos paranaenses como: Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Netto, Aramys Athayde e Macedo Filho, além do interventor do Estado, Brasil Pinheiro Machado que mantinha contato com o então Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos (BARANOW; SIQUEIRA, 2007).

Em 1º de abril de 1946 a Universidade do Paraná era reestabelecida em sessão solene integrando formalmente as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Filosofia, Ciências e Letras. O ato oficial de sua instituição foi assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro Ernesto Souza Campos em 06 de junho de 1946, pelo Decreto nº 9.323, o qual sancionava a restauração da Universidade do Paraná e aprovava seu Estatuto.

Após a restauração, Victor Ferreira do Amaral e Silva é novamente eleito Reitor, exercendo o cargo até julho de 1948. Seu sucessor foi o professor João Ribeiro de Macedo Filho que faleceu antes de completar seu mandato em agosto de 1949. Seu substituto, o Vice-Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, já na primeira Assembleia Universitária lança a campanha de federalização da Universidade, pois, embora unificada, a Universidade do Paraná ainda não era

⁶⁶ Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915.

federalizada, o que gerava dificuldades de toda ordem principalmente com sua manutenção. A federalização, segundo Baranow e Siqueira (2007, p.107), aparecia, portanto, como um caminho a seguir. Iniciou-se nesse período a campanha pró-federalização na figura do Reitor, com apoio do governador do Estado Moisés Lupion e representantes do corpo discente.

Através da Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950 estava federalizada a Universidade do Paraná, entre outras instituições brasileiras. A lei dispunha sobre o sistema federal de ensino superior e nomeava os estabelecimentos que seriam mantidos pela União. A partir desse momento a Universidade do Paraná passou a denominar-se Universidade Federal do Paraná.

O Estatuto da criação da Universidade de 1913 não faz menção sobre uma “função” de Extensão na Universidade, nem mesmo o termo Extensão é citado. Todavia, se consideramos uma equivalência é possível perceber no Estatuto um compromisso desta instituição com a comunidade, por meio do artigo 154, que se refere às práticas de ensino nas áreas de Medicina e Odontologia, denominadas como “aulas clínicas” ou aulas práticas, realizadas sob a forma de serviço:

Ar.t. 154. - As aulas de clínica serão diárias e dadas pela manhã, seja em enfermarias de hospital, seja em gabinetes ou dispensários para a pobreza mantidos pela Universidade. [...] nesses gabinetes todos os trabalhos serão gratuitos, fornecendo o cliente apenas o material quando se tratar de trabalho dispendioso. (UP, Estatuto, 1913, p. 41).

Trata-se então de serviço de caráter assistencial⁶⁷, que se mantém dentro da formação como ensino e se desdobra no atendimento à comunidade, podendo ser associado a um compromisso primário da Universidade com a sociedade, no atendimento à pobreza.

O Estatuto da Universidade do Paraná de 1915, apresenta uma permanência em relação ao anterior na realização das *aulas clínicas*, porém abre espaço para uma normativa complementar de seus Órgãos Suplementares, que deveriam prover a prática formativa dos estudantes:

⁶⁷ O assistencial é compreendido aqui não como mero mecanismo assistencialista, mas como concessão de assistência, subsídios, auxílios e serviços sem uma contrapartida contributiva que pode decorrer da solidariedade, da caridade, da filantropia, por razões religiosas, filosóficas, educacionais ou outras (VIEIRA, 2000, p. 123).

Sob o nome de todos eles será mantido, pela Universidade um Hospital, uma Maternidade, a Policlínica Geral do Paraná, o Dispensário Dentário e a Farmácia, destinados a prestar assistência clínica gratuita à pobreza. Não a qualquer cliente, mas àquele, que queira prestar-se ao ensino dos alunos (UP, Estatuto, 1915 p. 42).

Novamente percebe-se a ideia da prática como exercício formativo, associada à ideia do serviço e da assistência. Este Estatuto vigorou até 1919 “nesse ano, pelo desmembramento, cada Faculdade teve o seu Estatuto” (BACELLAR, 1989, p. 90), e possivelmente continuaram desenvolvendo práticas formativas isoladas e de atendimento à pobreza.

A repercussão da Lei 19.851 de 1931, quando há a primeira referência legal à Extensão Universitária, se reflete na Universidade do Paraná após sua restauração em 1946. O Estatuto em si não faz menção à Extensão propriamente dita, porém, o Regimento Interno de 1946 apresenta a ideia de intercâmbio como competência do novo Departamento de Cultura, subordinado ao gabinete da Reitoria, como mostra a citação abaixo:

Art. 26 – A Secretaria Geral da Universidade compreende: 1 – O Gabinete do Secretário; 2 – Três Departamentos: a – O Departamento Administrativo; b – **O Departamento Cultural**; c – O Departamento de Alunos. [...]

Art. 30- Compete ao Assistente Técnico, Diretor do Departamento Cultural: [...] 2 – organizar e dirigir os seguintes serviços do departamento. Distribuídos pelas **Divisões de Intercâmbio Cultural**, Bibliotecas e Imprensa Universitária, que serão instaladas à medida das necessidades: a) **Missões de Intercâmbio Cultural**. (UP, Regimento, 1946, p. 20, 21 e 22, grifos nossos).

De modo que as atividades que caracterizavam a Extensão Universitária nessa época podem ser associadas também ao intercâmbio universitário entre a Universidade do Paraná e demais Universidades brasileiras, realizado por meio de conferências e seminários ministrados por professores visitantes, seja a convite do Reitor ou por estarem em trânsito pela capital do Estado. A concepção de intercâmbio está relacionada ao vínculo da Universidade com a

realidade nacional, direcionando um novo foco de atuação para além da população carente.

Desta forma as atividades de intercâmbio e integração divulgando cultura, conhecimento e técnica são ações importantes que compõem a concepção inicial de Extensão Universitária na UFPR e demonstram uma similaridade com a concepção identificada na história da Extensão no Brasil quanto a divulgação técnica e cultural, e uma especificidade ao mencionar as atividades de intercâmbio. Uma proposta apresentada pelo Reitor Vitor Ferreira do Amaral e Silva ao Conselho Universitário em 1949 sugeria que a Universidade realizasse cursos de Extensão em cidades do interior do Estado, como: Londrina, Jacarezinho, Ponta Grossa e Paranaguá. Somente no mandato de Flavio Suplicy de Lacerda como reitor, a sugestão é concretizada por meio da Semana Universitária de Londrina, promovida pela Universidade do Paraná. Em discurso durante o evento, Flavio Suplicy de Lacerda afirmava:

A minha missão neste momento em que a Universidade do Paraná inaugura uma nova fase de sua longa e proveitosa vida, estabelecendo contato direto com os vários centros de **irradiação cultural** do Estado, é simplesmente de explicar, de justificar, para que da nossa compreensão comum possa nascer uma obra permanente que pertença a todos nós e que seja, por isso mesmo, de valor social e nacional. **A Universidade moderna não se restringe mais dentro da estreiteza dos seus muros**, antes procura todas as camadas da população, todos os centros de cultura, no seu sentido mais amplo, **não somente para divulgar ensinamentos, mas, principalmente, para trocar ensinamentos** (UFPR, Anuário, 1949, p. 62,68 *apud* BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 114, grifo nosso)⁶⁸.

Percebe-se, neste trecho, uma indicação de diretriz para a Extensão Universitária vinculada à função social da Universidade, com ênfase não apenas em *divulgar*, mas *trocar* conhecimentos, o que não aparece claramente nas normativas e documentos oficiais da época, mas pode ser entendido pela noção de intercâmbio presente no Regimento de 1946.

O Regimento de 1946 dispõe em seus artigos 77, 81 e 84 sobre os cursos oferecidos pela Universidade, dentre os quais pela primeira vez os cursos de Extensão Universitária são mencionados.

⁶⁸ O Anuário da UFPR de 1949 não foi localizado nos arquivos da Universidade.

Art. 77 - **Nos institutos universitários serão realizados os seguintes cursos:** cursos normais [...] cursos equiparados [...] cursos de aperfeiçoamento [...] cursos de especialização [...] cursos livres, sôbre assunto de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas nos vários institutos; **cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade didática dos institutos universitários.** (UP, Regimento 1946, p. 32, grifo nosso).

Ressalta-se neste artigo a dimensão da Extensão de estender o ensino, enquanto *atividade didática*, à sociedade em prol de um *benefício coletivo*. Na sequência, o Regimento apresenta o formato dos cursos de Extensão.

Art. 81 – Os **cursos de extensão universitária, dados por meio de conferências de divulgação**, serão organizados pelos diversos institutos da Universidade, com autorização do Conselho Universitário. [...]

Art. 84. – As condições de **admissão aos cursos de extensão serão definidas por instruções do Reitor**, em cada caso. (UP, Regimento 1946, p. 33, grifo nosso).

A partir de então, um Conselho Universitário foi constituído⁶⁹, uma de suas competências era organizar, de acordo com as propostas oriundas das Faculdades, cursos, conferências e demais atividades de Extensão Universitária⁷⁰.

As atividades mencionadas no Regimento podem ser relacionadas à conjuntura legal superior, isto é, ao Estatuto das Universidades Brasileiras - Decreto 19.851/31, que introduziu a função da Extensão nas Universidades, de modo que a Universidade do Paraná precisou assumir inevitavelmente esse compromisso em sua normativa institucional, no período de seu

⁶⁹ Quando o Conselho Universitário foi homologado, contava com os seguintes integrantes: Membros natos – (Diretores das Faculdades e Presidente do Diretório Universitário dos Estudantes). Professor João Ribeiro de Macedo Filho, Faculdade de Direito; Professor Plínio Alves Monteiro Tourinho, Faculdade de Engenharia; Professor Eurípides Garcez do Nascimento, Faculdade de Medicina; professor José Loureiro de Ascensão Fernandes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Acadêmico Francisco Pereira Filho, Presidente do D.U.E. Membros eleitos – (representantes das Congregações e dos Docentes Livres). Professor Enéas Marques dos Santos, Faculdade de Direito; Professor Arnaldo Isidoro Beckert, Faculdade de Engenharia; Professor Francisco de Paula Soares Neto, Faculdade de Medicina; Professor Homero de Melo Braga, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Professor Orlando de Oliveira Mello, Docente Livre (UFPR – 95 anos, 2007 *apud* UFPR. Relatório do Reitor, 1948. In: LIMA, 1982. P. 408-409).

⁷⁰ A título de curiosidade Nesta ocasião, a Universidade do Paraná contava com 2.245 alunos matriculados, sendo 2.017 do sexo masculino e 228 do sexo feminino (UFPR – 95 anos, 2007 *apud* UFPR, Relatório do Reitor, 1948. In: LIMA, 1982. P. 410).

restabelecimento. De acordo com Bacellar, a “[...] função de extensão na Universidade do Paraná, inaugurada com a prática formativa das aulas de clínica, foi reforçada pelo Regimento de 46, com a noção de intercâmbio, benefício coletivo, cursos de Extensão e divulgação” (BACELLAR, 1989, p. 94).

Com a federalização da Universidade um novo Estatuto foi elaborado em 1952. Este traz a organização das atividades de Extensão, prevendo cursos coordenados e patrocinados pela reitoria e destinados à difusão do conhecimento e da técnica por meio de duas modalidades: “Art. 28 – Parágrafo 3º: Os cursos de extensão destinar-se-ão a **difundir conhecimentos da técnica** e terão **duas modalidades: extensão popular e atualização cultural**”. (UFPR, Estatuto, 1952.p.15, grifo nosso).

Outra ordenação institucional na UFPR é realizada através do Estatuto de 1956, que regulamenta a expansão da Universidade pela incorporação de novas unidades. No que tange à Extensão Universitária este Estatuto dispõe sobre as estruturas burocráticas que a regem:

Art.17 – alínea “n”: [...] Cabe ao Conselho Universitário resolver sobre assuntos atinentes de qualquer natureza, inclusive sobre o funcionamento e fiscalização de cursos equiparados de iniciativa da Universidade, bem como sobre medidas de mandatos e Extensão Universitária, ou destinados à melhoria do ensino e elevação do padrão cultural. [...]

Art. 30 – Os Regimentos das Unidades Universitárias definirão as modalidades dos cursos de graduação e de pós-graduação. **As dos Cursos de extensão deverão constar dos programas anuais e serão estabelecidos pelo Conselho Universitário mediante proposta do Reitor.** [...]

Art. 34 – **As condições de admissão aos cursos de extensão serão definidas por instrução do Reitor em cada caso.** (UFPR, Estatuto, 1956. p. 9, 12-13, grifos nossos).

A partir desse momento a Extensão é assumida na política da Universidade e expressa nos seus planos anuais, ganhando espaço na estrutura administrativa e organizacional da UFPR, contudo não há uma norma geral para os cursos de extensão, que são adaptados a cada circunstância.

As ações de Extensão Universitária da UFPR na década de 1950 assinalam grande movimentação com sua atuação cultural, principalmente, a partir da organização do Coral Universitário em 1958 e da Orquestra Sinfônica da Universidade, fundada em 1946, que ganhou maior expressão também no

ano de 1958, quando o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, oficializou-a como entidade autônoma. De modo que a Extensão em seu processo de formalização na UFPR teve como atividade inicial o serviço assistencial e as atividades de divulgação técnica, artística e cultural sob a noção de intercâmbio a partir de 1946.

Para compor o processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR, considerando, principalmente o recorte temporal proposto, que compreende 1968 a 1987, optou-se pela realização de dois percursos inspirados no trabalho de Yeda Maria dos Santos Bacellar, intitulado “Extensão Universitária: que vocação?” datada de 1989.

O primeiro percurso proposto será chamado “*Extensão no âmbito normativo*” e compreende fontes documentais escritas da UFPR como Estatutos, Regimentos e normativas da Universidade a partir da década de 1960. Considera-se que estes documentos oferecem algumas pistas para entender a concepção e a política de extensão universitária desta instituição nesse período.

O segundo percurso, denominado “*Extensão no âmbito técnico*”, é composto por dados do contexto também a partir dos anos de 1960 e pela prática da Extensão presente nos catálogos, relatórios anuais e parciais das atividades e da Universidade como um todo, e que indicam compromissos assumidos e realizados pela instituição e seus agentes. Este conjunto documental apresenta-se como um campo fértil, repleto de potencialidades, pois expressa concepções e interesses, revela a dinâmica das práticas dos agentes envolvidos com a Extensão na UFPR e redes de relações nas quais estão inseridos e que contribuem para produzir (FARIA FILHO, 1998, p. 98 e 99). A proposta ao estabelecer estes percursos é demonstrar que a associação dessas duas vertentes, com suas peculiaridades e apropriações específicas, compõem conjuntamente o processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR, principalmente no período de recorte deste trabalho.

2.1- EXTENSÃO NO ÂMBITO NORMATIVO

Em âmbito nacional, no início da década de 1960 foi estabelecida no Brasil a Lei 4.024/61, que passou a reger seu sistema educacional. Esta, ao

colocar, em seu artigo 69, os cursos de Extensão no mesmo nível de enunciado dos cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, gerou disposições aos quais as IES do país tiveram de se adaptar.

O Estatuto da UFPR de 1962 está, portanto, relacionado diretamente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁷¹ e apresenta os ajustes necessários, além de promover a ligação da função da universidade com os problemas regionais. “Art. 3º - A formação universitária objetivará principalmente, as realidades brasileiras dos problemas regionais, como também se destinará aos superiores interesses da humanidade”. (UFPR, Estatuto, 1962. p.5). A redação do Estatuto sobre Extensão Universitária permanece a mesma referenciada no Estatuto de 1956.

Os efeitos do governo autoritário, iniciado em 1964, na política educacional do ensino superior foram sentidos pela Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68. Esta Lei em seu artigo 40 ratifica a presença da Extensão nas Universidades como ressaltado no capítulo anterior.

Ante a legislação federal e a implantação da Reforma Universitária a UFPR deveria se adequar ao momento, pois a Lei é um “ordenamento jurídico” que se relaciona com outros ordenamentos para ser cumprido (FARIA FILHO, 1998, p. 101). Para tanto constituiu, em 1967, uma comissão encarregada da Reforma Universitária, presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, que se incumbiu de organizar um diagnóstico preliminar da situação da instituição (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 191). Segundo o Anuário de 1969 a UFPR estava se reestruturando de acordo com o estabelecido pela Reforma Universitária.

Esta definição da nova universidade brasileira trouxe para nós, junto com o desafio para mudarmos a nossa estrutura, uma série de problemas difíceis, mas que já começamos a resolver. Tivemos em 9 de maio, pelo Decreto nº 64.483, aprovadas as bases da reestruturação da Universidade (UFPR, Anuário, 1969, p. 27).

Nessa perspectiva, embora o ensino superior estivesse em processo de reforma, internamente, na UFPR, duas alterações significativas ocorreram,

⁷¹ Lei 4024/61

uma em 1970 e a outra iniciada em 1973, consolidada no ano seguinte. A reforma de 1970 atendia ao Plano de Reestruturação, elaborado em 1967 e aprovado em 1969, que era principalmente uma resposta aos Decretos-Leis nº 53/66 e nº 252/67, e resultou na elaboração do Estatuto de 1970. Este estabelecia como objetivos da Universidade formar profissionais técnicos e cientistas, promover a educação, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a cultura científica (UFPR, Estatuto, 1970, p. 3). Sua meta era contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade. .

As ideias básicas que nortearam a reformulação e implantação do sistema educacional na UFPR referiam-se a: modificação do sistema do Concurso Vestibular; estruturação de novo currículo iniciando pelo ciclo básico por áreas; implantação do sistema departamental; matrícula por disciplina; constituição dos Conselhos de Ensino e pesquisa e dos Colegiados de Curso; e por fim, a revisão da estrutura administrativa (UFPR, Catálogo Geral, 1973, p. 22).

Nesse contexto e seguindo as diretrizes da política educacional da época e as determinações para as atividades extensionistas, a Extensão ganha espaço institucional normativo por meio de um capítulo próprio dentro do Estatuto de 1970 (Título VI – Do Regime Didático Científico). A UFPR apresenta no texto do Estatuto elementos compatíveis com a doutrina política do momento e dá à Extensão um destaque.

Cap. I - Art. 2º - Alínea “c” – A Universidade, adotando métodos de funcionamento que preservem a **unidade** de suas funções de **ensino e pesquisa**, e assegurem a plena utilização de seus recursos humanos e materiais, destina-se: [...] c) **contribuir para a solução dos problemas de interesse da comunidade**, sob a forma de **cursos, estudos e serviços**. [...]

Art. 67: Mediante cursos ou serviços especiais, o ensino e a pesquisa **estender-se-ão a comunidade em geral**, ou a grupos definidos, a entidades públicas ou privadas, com o objetivo precípua de servir os não diretamente beneficiados pelas atividades universitárias e cooperar no aperfeiçoamento de instituições da coletividade.

Art. 68: **Os serviços de extensão**, inclusive a assessoria, atenderão a consultas e compreenderão estudo, a elaboração de projetos concernentes a matéria científica técnica e educacional, bem como a participação em quaisquer outras

iniciativas de domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico.

Art. 69: A Universidade consignará obrigatoriamente em seus orçamentos **recursos destinados às atividades de extensão**, sem prejuízo dos que venha a obter de outras fontes.

Art. 70: A Universidade proporcionará aos seus alunos: a) **por meio de atividades de extensão, oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo global de desenvolvimento**; b) a realização de programas culturais, artísticos e desportivos; c) a Universidade proporcionará também a Educação Física, a Educação Moral e Cívica que se fará através de meios que propiciem aos seus alunos o conhecimento de seus deveres para com a sociedade e a pátria. (UFPR, Estatuto, 1970. p. 3, 22-23, grifos nossos).

Ressalta-se aqui a ênfase dada à participação nas melhorias da condição de vida da comunidade, principalmente o artigo 70, que remete à ideia-força de *participação* dos alunos em prol do *desenvolvimento* e do compromisso com a pátria, difundida pela doutrina da ESG. O que nos remete à acepção de Faria Filho (1998), quando ressalta o aspecto de legitimidade da lei.

A lei precisa ser legítima e legitimada, o que por sua vez, requer não apenas uma retórica de igualdade, mas, minimamente, a colocação em funcionamento, no discurso legal, de uma lógica de igualdade. Se assim não fosse, a lei não seria legítima e, muito menos necessária (FARIA FILHO, 1998, p. 101).

A linguagem aparece assim como uma importante estratégia na produção de consentimentos, persuasão e legitimidade.

Merece destaque também o artigo nº 69 do Estatuto da UFPR que estabelece consignar recursos nos orçamentos da Universidade para a Extensão. Este artigo atendia, principalmente, o que estava disposto no Decreto-Lei Nº 252/67:

Art. 10. Parágrafo único. **Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade**, na forma do que

dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1967, grifos nossos).

O que representa um grande avanço para a Extensão naquele momento. Contudo, tanto o Decreto-Lei de 1967 quanto o Estatuto da UFPR de 1970, destacam a presença desses recursos direcionados à Extensão em um momento em que os programas de âmbito nacional, como o CRUTAC e o Campus Avançado, estavam sendo difundidos de forma obrigatória nas Universidades Públicas brasileiras. Portanto, os recursos que a Universidade deveria *consignar obrigatoriamente em seus orçamentos* para a Extensão previam, de alguma forma, que o repasse do MEC e do MINTER para o custeio dessas atividades fosse devidamente aplicado, garantindo a adesão da Universidade a esses programas.

A Resolução 12/73 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP)⁷² da UFPR, órgão deliberativo da administração superior da Universidade, em seu Artigo 1º enfatiza os Cursos como principal prática extensionista da Universidade a reforça, em partes, a concepção de Extensão presente na política educacional nacional daquele momento⁷³, pois não considera a dimensão do serviço dissociada dos cursos: “entendem-se como **cursos de Extensão**, todos aqueles programados a **serviço da comunidade** ou a que se destinarem a **complementar o ensino e a pesquisa**” (UFPR, Resolução, 1973); o artigo expressa ainda uma articulação entre as três dimensões formativas, Ensino-Pesquisa-Extensão, mas considerando a Extensão como algo complementar subordinado ao Ensino e a Pesquisa (GONÇALVES; SANTOS, 2013, p.6).

As Diretrizes que regiam a Universidade em todos os seus aspectos e que seriam implantadas gradativamente, a partir do final de 1971, são apressadas e antes mesmo que se completasse a aplicação do Regimento de 1970, o Ministério da Educação e Cultura exige nova reestruturação da UFPR

⁷² A partir de 1997, o Conselho passa a utilizar a denominação CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) (Resolução 06/97 – CEPE).

⁷³ Como visto no capítulo 1 o Decreto-Lei 252/67 em seu artigo 10, assim como a Lei 5.540/68 em seu artigo 20, estabelecem a Extensão como via para estender os resultados das atividades de ensino e da pesquisa acadêmica à comunidade, sob a forma de cursos e serviços.

de acordo com os preceitos da Lei 5.540/68⁷⁴. Então um novo plano de reestruturação é aprovado em setembro de 1973 (Decreto nº 72.782/1973). Reestruturava-se a UFPR mais uma vez agora em acordo com a Lei 5.540/68, suprimindo institutos e faculdades, e investindo na organização administrativa e funcional com a criação de Setores e Pró-Reitorias. (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 193). “Só com muito esforço, com doutrinação metódica, com paciência, se pode tornar efetiva uma reforma de base em qualquer instituição, mormente uma Reforma Universitária” (MACEDO, 1977, p. 18). O que remete a compreensão de que a Reforma Universitária foi um processo pautado não apenas na Lei 5.540/68, mas por diversos e sucessivos atos e decretos⁷⁵, que modificaram as normas antigas das Universidades. Um conjunto de leis, que provavelmente não bastou para alterar a prática de uma coletividade, mas que serviu como marco na nova estrutura organizacional da UFPR e das IES no Brasil.

Essa providência legal [decretos] parte de um duplo pressuposto: primeiramente a impossibilidade de se operar a transformação do conteúdo, objetivo e processos do ensino superior nos quadros estruturais vigentes; em segundo lugar, a necessidade de quebrar as resistências anti-reformistas dentro da universidade, compelindo-a a reestruturar-se em função de critérios racionais para ajustar-se às tarefas da **universidade moderna** (SUCUPIRA, 1968, p. 92, grifos nossos).

As palavras de Newton Sucupira, durante seu pronunciamento no // *Seminário Sobre Assuntos Universitários*, promovido pelo CFE, marcam seu posicionamento em defesa da Reestruturação das Universidades como uma das “urgências da Reforma Universitária” (SUCUPIRA, 1968, p. 85). Destaca-se que o entendimento dado ao termo *Universidade moderna*, por Sucupira compreende que:

Se é a função que determina a forma e estrutura do órgão segue-se que a universidade no mundo de hoje se vê obrigada a uma reforma radical de suas estruturas a fim de atender às múltiplas funções que dela exigem as sociedades industriais. [...] **a universidade**, em certo sentido, deve ser considerada

⁷⁴ Dentre outros ajustes o principal era que o Decreto-Lei 252/67 estabelecia a organização das Universidades por meio de Institutos, Faculdades e Departamentos, já a Lei 5.540/68 impunha a organização das Universidades por meio de Setores, Pró-Reitorias e Departamentos.

⁷⁵ Como o Decreto-Lei Nº 53/66 e Decreto-Lei Nº 252/67.

como verdadeira empresa cuja finalidade é produzir ciência, técnica e cultura em geral. Como toda empresa moderna, há de racionalizar seu processo de produção para atingir o mais alto grau de eficiência e produtividade (SUCUPIRA, 1968, p. 84, grifos nossos).

O discurso do Reitor da UFPR, professor Algayr Munhoz Maeder pronunciado aos alunos de Matemática da Faculdade de Filosofia e publicado na íntegra pelo jornal Diário do Paraná sob o título “Maeder: uma Universidade sem feudos”, em 1971, demonstra um pouco da dinâmica desse processo da reforma universitária na UFPR.



Realmente, não é fácil modificar-se, desde os alicerces, uma estrutura de 60 anos. Os engenheiros sabem disso, pois preferem demolir um edifício e começá-lo de novo do que reformá-lo. Os poetas também, por estarem convencidos de que a emenda é pior que o soneto. Ao assumirmos a Reitoria em 1.º de junho deste ano, já no prazo final da Lei que nos obriga a implantar a reforma da Universidade Federal do Paraná, estimulados pela confiança com que nos honrou o grande ministro Jarbas Passarinho e com o apoio irrestrito do Conselho Universitário, procuramos apressar o processo.

FIGURA 4: MAEDER: UMA UNIVERSIDADE SEM FEUDOS
 FONTE: Diário do Paraná, 07/12/1971, s/p.

No entanto, a Reforma só se consolidaria no Estatuto, aprovado pelo MEC, em 14 de novembro de 1974⁷⁶. Ele segue a mesma linha do Estatuto anterior, aperfeiçoando a correspondência entre a concepção de Extensão e a perspectiva do desenvolvimento.

Art. 55 – Por meio de atividades de **Extensão** a Universidade contribuirá para o **desenvolvimento material e espiritual da comunidade**.

Art. 56 – Os **serviços de Extensão** sob forma de serviços especiais, inclusive assessoria, atenderão a consultas e compreenderão estudos, a elaboração de projetos concernentes à matéria científica, técnica e educacional, bem como a participação em qualquer outra iniciativa de domínio científico, tecnológico, intelectual e artístico. (UFPR, Estatuto, 1974, p. 22-23, grifos nossos)

Na acepção de Nadia Gonçalves e Carina Santos (2013) este documento destaca os tipos de desenvolvimento que a Universidade deveria fomentar: *material e espiritual*, e que remetem a elementos centrais da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. A expressão *serviços de Extensão* remete a uma permanência de práticas e de elementos de concepção, presentes desde os primórdios da Extensão nesta IES.

No Regimento Geral da Universidade, que operacionaliza o Estatuto de 1974, a Extensão Universitária na UFPR ganha um pouco mais de espaço e respaldo para suas atividades, mediante a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, encarregada, dentre outras competências, pela promoção e formalização do CRUTAC-PR, Campus avançado e os programas de integração Universidade-Empresa-Governo. Destaca-se que este é o mesmo ano de criação da CODAE junto ao MEC, o que indica um fortalecimento da concepção de Extensão do período pautada no serviço comunitário, que se expressa, principalmente, por meio da promoção das ações acima citadas em todas as Universidades Públicas. À Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFPR caberá:

⁷⁶ Portaria nº 676 de 14 de novembro de 1974.

Art. 31, parágrafo 1º, item III – a) promover **a extensão das atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de contribuir para o progresso material da comunidade;** b) relacionar a Universidade com a comunidade, promovendo atividades educacionais, culturais e artísticas; c) pesquisar e estudar os problemas paranaenses, a fim de que a universidade possa contribuir de modo decisivo para suas soluções; d) orientar e aconselhar o corpo discente em termos de assistência social e de saúde. [...]

Art. 66 – Os cursos de extensão serão oferecidos à comunidade com o propósito de divulgar conhecimento e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso. [...]

Art. 67 – A universidade poderá desenvolver outros cursos exigidos pelo desenvolvimento da cultura, de interesse e necessidade local regional. (UFPR, Regimento, 1974. p. 56 e 73)

Novamente a ideia-força de desenvolvimento permanece por meio da participação e do compromisso social com a nação e também a função de estender o ensino e a pesquisa ou seus resultados à sociedade. A Extensão Universitária subordinada a um órgão da UFPR denominado “Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários” reitera a representação da Extensão em seu viés de prestação de serviço em prol da comunidade, seja em sua dimensão interna ou externa à Universidade. Segundo este documento, a articulação entre Universidade-Comunidade ocorre por meio da pesquisa, do estudo e da contribuição junto aos problemas paranaenses. Cabe ainda à Extensão nesse momento orientar e aconselhar os alunos da Universidade sobre assistência social e saúde.

O Regimento de 1974 apresenta também as finalidades da Extensão no capítulo XIV, seção I do Regimento:

Art. 141 – A extensão, como **atividade humanística**, deve proporcionar à comunidade, **conhecimentos de arte, ciência e técnica, em caráter permanente e recíproco.**

Art. 142 – São **finalidades da extensão:**

I – colaborar por estudo, equacionamento e **solução dos problemas das áreas menos desenvolvidas**, contribuindo para a compensação de desequilíbrios regionais;

II – participar da **tomada de consciência, formação e esclarecimento da opinião pública**, no processo de desenvolvimento regional e nacional;

III – promover o **levantamento do mercado de trabalho profissional** qualificado na sua área de influência;

- IV – orientar alunos na **integração de carreiras prioritárias para desenvolvimento** regional e nacional;
- V – **assessorar** científica, educacional e tecnicamente **instituições e órgãos governamentais ou privados**, de âmbito local, regional ou nacional e elaborar projetos por estes solicitados;
- VI – manter **intercâmbio com instituições econômicas de planejamento de pesquisa**. (UFPR, Regimento, 1974, p. 96, grifos nossos)

O termo *atividade humanística* apresentado como função da Extensão remete à Doutrina Básica da Escola Superior de Guerra (ESG), que ao explicar o sentido *humanístico* do desenvolvimento nacional entende que “o desenvolvimento é um contínuo **vir a ser**, tendo o homem como seu agente e beneficiário. Daí poder afirmar-se doutrinariamente: **O homem é a origem, o meio e o fim do Desenvolvimento** (ESG, 1979, p. 271-272, grifos do original). A Extensão portanto como atividade humanística deve proporcionar ao homem e à comunidade conhecimento e técnica em prol do desenvolvimento na nação. Percebe-se, portanto, que a “retórica legislativa” tem sua força, de conformação do discurso sobre a educação (FARIA FILHO, 1998, p. 103).

As finalidades da Extensão expressas no Regimento da UFPR corroboram com o que fora sugerido nos Relatórios da Comissão Meira Matos e do GTRU sobre a função da Universidade no desenvolvimento econômico do país e na formação do indivíduo. Na acepção de José Carlos Rothen (2008),

Nos dois Relatórios o ensino universitário foi compreendido como condição para o desenvolvimento do país. As principais teses defendidas em ambos os relatórios são: haveria carência de recursos humanos para o desenvolvimento do país; a universidade não estaria atendendo as demandas do mercado de trabalho e da evolução tecnológica; haveria necessidade de estar atenta às exigências do mercado de trabalho; a expansão do ensino superior deveria ser planejada para atender as áreas prioritárias para o desenvolvimento do país; elaboração de um planejamento para a expansão do ensino superior, evitando assim a concentração de cursos de uma mesma área; uma das funções da universidade seria a de desenvolver tecnologia. Nos dois documentos, encontra-se a veemente ressalva de que, apesar de a educação ter papel fundamental para o desenvolvimento econômico, a sua função não se resumiria à formação de profissionais, mas se estenderia à formação do indivíduo (ROTHEN, 2008, p. 467).

O artigo 142 do Regimento também serve de exemplo no debate sobre a Reforma e a função da Universidade que perpassaram a década de 1970. As palavras do professor Newton Sucupira⁷⁷ publicadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos⁷⁸ indicam uma crítica.

Processo extremamente complexo, a Reforma se encontra em plena fase de implantação. Já se acusam os traços da nova Universidade concebida pela Reforma para ajustar-se ao projeto nacional de desenvolvimento e destinada a tornar-se o lugar de produção científica e centro de criação e difusão cultural (SUCUPIRA, 1972, p. 216).

A seção II do Regimento de 1974, no mesmo capítulo, trata dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC-PR). A Seção III – Dos Campi Avançados e a Seção IV – Da Integração Universidade – Empresa – Governo. Atividades já realizadas pela universidade e que são incorporadas ao Regimento. Estas atividades serão detalhadas e analisadas no momento seguinte proposto neste trabalho, pois compõem conjuntamente o processo de formalização da Extensão na UFPR.

A Extensão Universitária e as ações junto aos programas indicados pelo governo, presentes na Seção II do Regimento da UFPR são também identificadas pelo professor Newton Sucupira em seu artigo:

A idéia de extensão universitária, sob a forma de serviço que a universidade presta à sua comunidade, adquiriu modalidade própria no sistema universitário brasileiro. Através de dois projetos determinados por nossa realidade: o CRUTAC, ou seja, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária e o Projeto Rondon (SUCUPIRA, 1972, p. 222).

O professor aborda principalmente a Extensão sob a concepção de serviço comunitário, que se fez marcante na década de 1970. Cabe ressaltar que na UFPR o Projeto Rondon se fez presente por meio do Campus Avançado de Imperatriz.

⁷⁷ Membro do Conselho Federal de Educação e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

⁷⁸ Periódico de circulação Nacional produzido em parceria pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

Todavia, alguns autores não consideram significativas as alterações existentes tanto na concepção quanto nas práticas extensionistas após a Lei 5.540/68. A autora Ana Luisa Sousa ao referir-se a Lei entende que:

Mesmo com a promulgação da Lei 5.540/68, que veio regulamentar as propostas da Reforma Universitária, não se percebem mudanças nesta prática. A obrigatoriedade da Extensão, que a Lei de 1968 afirmou, na verdade não trouxe nenhum acréscimo ou grandes alterações sobre as atividades que já aconteciam. O que ocorreu foi que a atividade extensionista já existente passou a assumir uma face sistemática a partir do advento dessa Lei (SOUSA, 2010, p. 96).

Esta aceção difere da compreensão e do percurso construído ao longo desse trabalho, pois entende-se, a partir das fontes apresentadas, que a Lei 5.540/68, além de estabelecer a obrigatoriedade da Extensão nas Universidades, também fomentou a difusão de uma concepção de Extensão diferente das décadas anteriores, que baseava-se na divulgação da cultura, do conhecimento e da técnica; a partir da Lei a concepção calcada no serviço comunitário ganha também espaço e projeção nacional.

As Resoluções do CEP 03/81 e 08/83 da UFPR apresentam uma permanência em relação à Resolução 12/73 com uma concepção de Extensão direcionada aos cursos e a divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho. E apresentam uma dissonância em relação às diretrizes nacionais e aos Estatutos e Regimentos de 1970 e 1974 da UFPR, pois não mencionam os *serviços*, uma dimensão fortemente presente na Lei 5.540/68, no Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975 e nas normativas internas da UFPR. Ambas as resoluções, de 1981 e 1983, apresentam texto semelhante em seu artigo 1º: “**Os cursos de extensão** são oferecidos pela Universidade à comunidade, **com o propósito de divulgar conhecimento e técnicas de trabalho**, como forma de estender-lhe o ensino de que se ocupa e que lhe é inerente”. (UFPR, Resolução, 1981 e UFPR, Resolução, 1983, grifos nossos).

As Resoluções também desconsideram o que fora proposto no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em relação à *retroalimentação*, termo utilizado no Plano que pressupõe um diálogo entre as partes, no caso Universidade-Comunidade e preconizam uma oferta unilateral por parte da

Universidade. O que demonstra a coexistência no interior da UFPR de concepções diferentes, que marcam uma forma particular de apropriação da Extensão nesta instituição. Um fator que pode ter contribuído nessa divergência de concepções é a extinção da CODAE em 1979, que simbolizou a perda de um referencial quanto ao direcionamento da Extensão, em âmbito nacional.

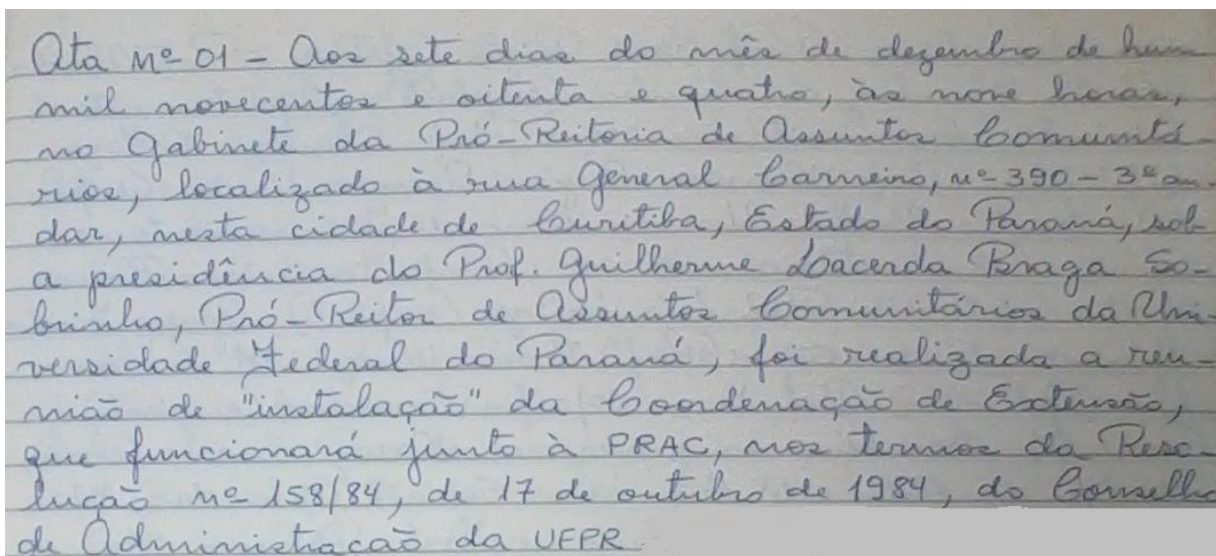
O Estatuto da UFPR de 1983 implicou em mais uma reorganização da estrutura administrativa, principalmente em relação às Pró-Reitorias e aos Setores. No que tange à Extensão Universitária, ele ainda aponta uma relação com o Estatuto de 1974, sem alterações de conceitos quanto à política universitária ou à Extensão propriamente dita, mantendo vínculo com a doutrina desenvolvimentista do governo militar, nesse período já com menor força. O que demonstra uma permanência, na UFPR, da concepção de Extensão Universitária difundida antes do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975.

Ressalta-se que a década de 1980 caracterizou-se por lutas que reivindicavam a reestruturação das políticas sociais e educacionais e a democratização do país. Elementos relacionados à doutrina de segurança e desenvolvimento nacional, nas diretrizes e normativas da Extensão, foram substituídos gradativamente pela proposta de transformação social. Nesse momento a concepção de Extensão é articulada, no âmbito de discussões nacionais, ao compromisso com a sociedade e com o processo ensino-aprendizagem (GONÇALVES; SANTOS, 2013).

A criação de uma Coordenação de Extensão⁷⁹ em 1984, junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), expressa uma concepção que

⁷⁹ Membros (professores representantes – efetivos e suplentes): Setor de Tecnologia: professor Ricardo Mendes Junior (efetivo) e professor João Bley do Amaral (suplente); Setor de Ciências Exatas: professor Antonio José de Nardi (efetivo) e professor Jorge Bernardi (suplente); Setor de Ciências da Saúde: Professora Tereza Meiga Pinto (efetivo) e professor Homero Rogério Arruda Vieira (suplente); Setor de Ciências Biológicas: professor Félix D'Avila (efetivo) e professora Vanete Tomaz Soccol (suplente); Setor de Ciências Humanas Letras e Artes: professor Rubens Palma Sanchotene (efetivo) e professor Toshiaki Saito (suplente); Setor de Educação: professora Natálice de Jesus Rodrigues Geovanami (efetivo) e professora Niroá Zuleika Ribeiro Glaser (suplente); Setor de Ciências Sociais Aplicadas: professor Péricles Pessoa Salazar (efetivo) e professor Ernani Pereira Xavier (suplente); Setor de Ciências Agrárias: professor José Chotignia (efetivo) e professor Eleutério Dallazem (suplente); Setor de Ciências Jurídicas: professor Iran Righi (efetivo) e professor Alcides Alberto Munhoz da Cunha (suplente); Departamento de Assuntos Comunitários – DAC: professor Eleutério Dallazem (efetivo) e professor Homero Rogério Arruda Vieira (suplente); Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC: professor Francisco Borsari Netto (efetivo) e professor Léo Kriger (suplente); Grupo Tarefa Universitário – GTU: professora Helena Wenzel M. de Carvalho (efetivo) e professor Iran Mantins Sanches (suplente). (LIVRO ATA, nº 1, p. 1 e 2).

aponta para a abertura de novos diálogos no âmbito Institucional em relação à Extensão Universitária, pois traz a presença de representantes de todos os setores e órgãos da Universidade como membros dessa Coordenação e corresponsáveis pelo direcionamento da Extensão na UFPR.



Ata nº 01 - Aos sete dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, no Gabinete da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, localizado à rua General Carneiro, nº 390 - 3º andar, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sob a presidência do Prof. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Paraná, foi realizada a reunião de "instalação" da Coordenação de Extensão, que funcionará junto à PRAC, nos termos da Resolução nº 158/84, de 17 de outubro de 1984, do Conselho de Administração da UFPR.

FIGURA 5: ATA REUNIÃO COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO.
FONTE: UFPR, Coordenação de Extensão, Livro Ata nº 1, p. 01.

A criação dessa Coordenação de Extensão pode ter significado um importante espaço de articulação e de relação de forças para os agentes adeptos de uma nova concepção de Extensão, diferente da que vinha se apresentando nas normativas da Universidade, principalmente aquelas presentes nas Resoluções do CEP e no Estatuto de 1983, pois abre um espaço de diálogo e de possibilidade de novos direcionamentos junto às ações de Extensão. Um espaço institucional no qual as lutas de representações se desenvolviam, e concepções de Extensão puderam ser debatidas, reforçadas e reelaboradas.

Mais tarde, em 1994, essa Coordenação de Extensão seria denominada Comitê Assessor de Extensão (CAEX), sendo composta no mesmo modelo por representantes de setores e órgãos da Universidade, deixando o termo Coordenadoria de Extensão para o cargo exercido por um único representante e subordinado diretamente à Pró-Reitoria de Extensão e

Cultura (PROEC)⁸⁰. Durante a segunda reunião em 11 de janeiro de 1985 consta em ata da Coordenação de Extensão a seguinte indicação:

Foi orientada também a possibilidade de serem convidados professores de outras entidades universitária, do Brasil e do Exterior, para um **maior intercâmbio cultural** de especialistas; que qualquer que seja o **curso** de extensão, o coordenador deverá ser sempre um professor do departamento responsável pelo **evento** (UFPR, Livro Ata Coordenação de Extensão, 1985, p. 3, grifo nosso).

A expressão intercâmbio cultural remete a permanência de uma prática já conhecida da Extensão desde 1946, que aparece ao longo de todos esses anos no processo de formalização da Extensão na UFPR, como possibilidade de diálogo interinstitucional.

Em 1986, a PRAC - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFPR - responsável, dentre outras competências, pela gestão da Extensão Universitária, publica o Caderno PRAC Nº 1, no qual defende uma concepção de Extensão que segue a linha do diálogo e se fundamenta em três critérios:

O primeiro critério é o de **relevância social** (a quem serve?). Deve haver uma clara opção por atividades e extensão que privilegiem o compromisso político com as necessidades e os interesses da maioria da população. Entende-se que tal opção só se viabilizará se estiver integrada a uma política geral explícita para a Universidade. A partir daí impõe-se o segundo critério, que é o da **integração da extensão com as demais atividades da universidade**. É inconcebível a extensão como algo artificial e divorciado do saber produzido ou transmitido nos departamentos. A extensão terá mais chance de se realizar a medida em que, a pesquisa e o ensino se vinculem, cada vez mais, às necessidades da comunidade em que a Universidade se insere. Por outro lado, a extensão possibilita a realimentação contínua dos processos de ensino e pesquisa aproximando da realidade. O terceiro critério é o de se ter uma postura definida quanto às **possibilidades e os limites da extensão universitária no processo de transformação social**. Isto supõe uma adequada compreensão da Universidade e do papel que ela pode desempenhar nesse processo. Com base nestes critérios, deve-se privilegiar a postura democrática na condução das ações extensionistas entre a comunidade universitária e a sociedade. (PRAC, 1986 apud Bacellar, 1989, p. 150, grifos nossos⁸¹).

⁸⁰ Criada em 1990, pela Resolução 21/90 do Conselho Universitário da UFPR.

⁸¹ Documento original ainda não encontrado nos acervos da UFPR.

O Caderno PRAC apresenta questões importantes na defesa de uma concepção de Extensão já sinalizada em 1984 e que parece se fortalecer no espaço institucional por meio da Coordenação de Extensão. Uma concepção calcada na defesa de uma maior aproximação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, por meio da integração da Extensão com demais atividades da Universidade, na realimentação contínua do processo de Ensino e Pesquisa junto à realidade, em uma perspectiva de diálogo e transformação social. A presença desses aspectos marca uma abertura por parte dos membros PRAC, seu posicionamento e o direcionamento de uma concepção de Extensão, diferente da que vinha constando nas normativas da UFPR ao longo dos anos anteriores. O que revela a coexistência, neste período, de concepções de Extensão diferentes que por vezes se interpenetram; ocupando o mesmo espaço institucional da UFPR, uma pautada na dimensão unilateral de divulgação técnica, cultural e de prestação de serviço comunitário por parte da Universidade; e outra que pressupõe um modelo bilateral que compreende o diálogo e a realimentação entre práticas acadêmicas e populares, ainda que sob os mesmos moldes de divulgação técnica, cultural e da prestação de serviço comunitário, mas com ênfase na transformação social.

A presença dessa nova concepção também pode ser percebida nas atas de reuniões da Coordenação de Extensão, que nas de nº 10 e 12, datadas de 1987, que apresentam uma preocupação com a estrutura da PRAC; com a criação do Departamento de Apoio à Extensão e com a organização, comunicação e divulgação entre os Setores acerca dos trabalhos desenvolvidos na Extensão Universitária, bem como sobre o Conceito de Extensão, sua formalização e o financiamento dos Projetos. O que revela que a concepção calcada no modelo de transformação social identificada na UFPR em 1984 continua ganhando força e visibilidade no interior da Universidade nos anos subsequentes, marcando o início de um novo momento para a Extensão nessa instituição (GONÇALVES; SANTOS, 2013).

Esse novo momento da Extensão é concretizado em âmbito nacional por meio do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX). O Fórum foi criado a partir do I Encontro de Pró-Reitores de

Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em Brasília (1987) e destaca sua concepção de Extensão como:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX,1987, p. 11, grifos nossos).

A proposta, condizente com o período de mobilização dos movimentos sociais e com fim do período de ditadura no Brasil, era romper com a concepção anterior da Extensão, como coadjuvante no processo formativo, propondo que esta se efetivasse por meio de uma relação interativa entre os saberes acadêmicos e os populares, a partir do confronto com a realidade, com a finalidade de possibilitar a produção de novos saberes, favorecendo uma visão integrada do social, e compondo de modo indissociável o tripé acadêmico Ensino-Pesquisa-Extensão. Ressalta-se que o princípio da indissociabilidade foi legalmente formalizado no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

A apropriação das concepções de Extensão Universitária na UFPR por meio de suas normativas e documentos internos apresenta ao longo do período analisado, permanências e mudanças, além da coexistência de concepções que por vezes se interpenetram e se expressam ora timidamente ora explicitamente; apontando novos rumos para a Extensão, por meio de uma relação de forças expressas pelos agentes e por estratégias que determinam posições e relações junto a órgãos importantes da UFPR, como a Reitoria, o Departamento de Cultura em 1946, a PRAC em 1974 e a Coordenação de Extensão em 1984. Todos são parte importante no processo de formalização da Extensão no espaço universitário da UFPR.

2.2 – EXTENSÃO NO ÂMBITO TÉCNICO

Ao adentrar os anos de 1960 a UFPR apresenta uma permanência com o formato de Extensão baseado no propósito de divulgar cultura, conhecimento e técnica das décadas anteriores. A Reitoria da Universidade começa a incentivar a realização de cursos especiais, denominados “Cursos de Verão”. Promovidos anualmente nos meses de janeiro e fevereiro os cursos atendiam a reivindicações de associações profissionais, de sindicatos e de órgãos públicos que solicitavam atualização formativa. As atividades eram realizadas nas instalações da UFPR, que naqueles meses de férias eram menos ocupadas, e seguiam a mesma linha de divulgação de conhecimento e técnica para a população.

Entende-se que a Universidade moderna; quando consciente do seu papel de Universidade atuante, deve dirigir-se também as camadas populares, dando-lhes a orientação que a sua capacidade lhe permitir e obtendo do povo a verdadeira conceituação de Universidade (UFPR, Anais Científicos, Ano 13, 1962, p. 79)⁸².

Todavia, os cursos de Verão se faziam sistemáticos e amplos. Sua definição oficial, em princípio, não era extensionista, mas seu formato e função indicam a sua prática como Extensão Universitária. No Anuário da UFPR de 1960-1961 os Cursos de Verão são mencionados como cursos de caráter especial, e tinham por finalidade principal “dar ao povo a oportunidade de participar da vida universitária e, assim, colaborar mais eficazmente na formação da sociedade e no progresso cultural da terra paranaense” (UFPR, Anuário, 1960-1961, s/p.). No Anuário de 1963-1964, (p. 134), os Cursos de Verão são citados como atividades extracurriculares de “tradição no Estado do Paraná” e aparecem pela última vez no Anuário de 1971 (p. 197).

⁸² Data provável 1962.

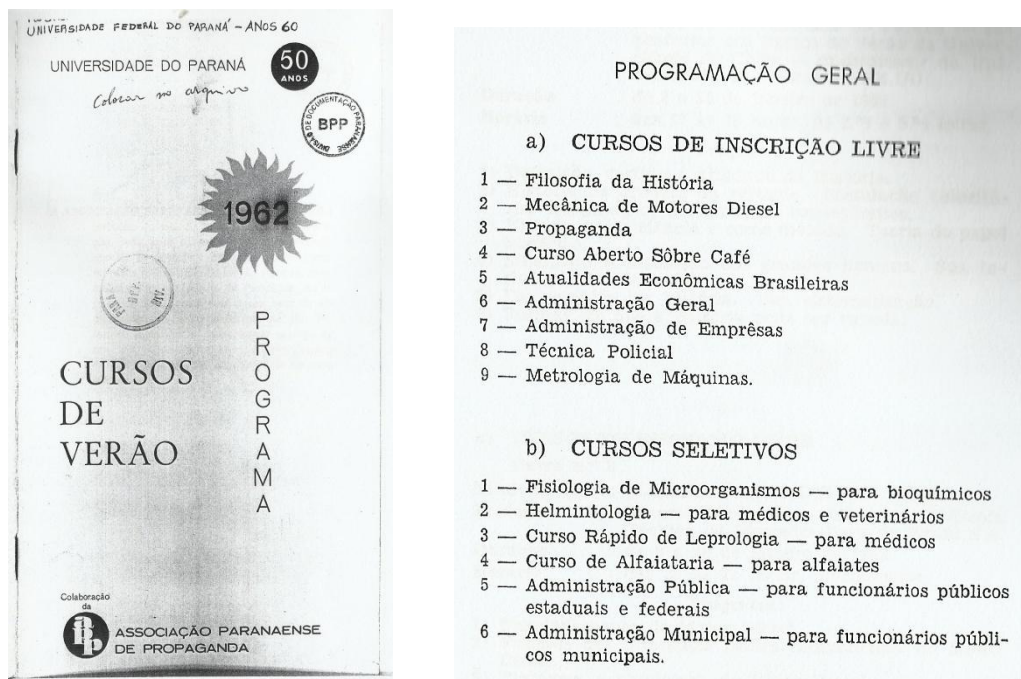


FIGURA 6 - PROGRAMAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE VERÃO, 1962.
FONTE: Universidade do Paraná, Cursos de Verão – Programação, 1962.

Os cursos ofertados mostravam-se em consonância com a política estadual da década de 1960, marcada pelo tema da industrialização nos discursos dos governadores paranaenses. No discurso de Ney Braga de 1961 aparece claramente esta referência “os recursos naturais de que dispomos nos permitem prover que através de medidas concretas, é possível criar no Paraná as bases de um processo de industrialização” (IPARDES, 1989, p. 62).

Nos anos de 1960, seguindo a concepção extensionista de divulgar conhecimento, técnica e cultura e a fim de proporcionar ao povo a oportunidade de participar da vida universitária, a UFPR lança-se como pioneira no desenvolvimento de uma atividade denominada *Universidade Volante*. Uma iniciativa que resultou de um convênio entre a Universidade, o governo do Estado do Paraná e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. As atividades consistiam em uma série de cursos especiais, priorizando a interiorização da Universidade, em consonância com a política governamental do Estado. A iniciativa foi de Durval Pacheco de Carvalho⁸³, durante a gestão do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Sua organização se deu sob a orientação

⁸³ Engenheiro químico formado em 1955, foi aluno e professor da UFPR e membro da Comissão Executiva da primeira Universidade Volante, juntamente com o professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho e o Coronel João Alencar Guimarães Filho.

do Departamento de Educação e Cultura da Reitoria, com intuito de atender às reivindicações regionais do Estado; levando a Universidade até aqueles que não podiam vir a ela. Os cursos ministrados obedeciam a dois critérios: Cursos Eletivos / profissionais e de inscrição “livre e popular”, nos mesmos moldes dos “Cursos de Verão”.

APRESENTAÇÃO

Visando o cumprimento integral de sua verdadeira função como Universidade, dentro da real amplitude do moderno conceito da palavra, a Universidade do Paraná, para situar-se dentro do seu esquema de ser, efetivamente, uma Universidade paranaense, vem de desenvolver o seu plano de interiorização, levando a Universidade àqueles que não podem vir a ela. Nesse sentido foi organizada a “Universidade Volante”, constituída de professores das diversas unidades universitárias e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná que, atendendo as reivindicações regionais do Estado, desloca-se para o interior e organiza séries de cursos intensivos, altamente práticos e de alcance a tôdas as camadas de nossa população. A medida, porém, para ser concretizada, não dispensaria a colaboração do Governo do Estado que, através de seus órgãos técnicos, orientaria a Universidade sôbre as diversas necessidades regionais e daria o seu apoio imprescindível para a concretização da iniciativa. Para êsse fim, foi assinado um Convênio entre o Governo do Estado, a Reitoria da Universidade e a Direção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e escolhida para sede da 1.^a Jornada da Universidade Volante a cidade de Ponta Grossa, centro geo-econômico de uma das mais importantes regiões do Estado.

FIGURA 7 - PRIMEIRA PROMOÇÃO DA UNIVERSIDADE VOLANTE, 1961.
 FONTE: Universidade do Paraná, Primeira Promoção da Universidade Volante, 1961, Programação Geral, p. 2.

Compreende-se que o termo *moderno* conserva sua força graças à sensação historicista de se viver tempos totalmente novos, diferentes do passado. O adjetivo *moderno* não pode, portanto, ser considerado um termo histórico, preciso, mas sim um dispositivo retórico, que permite que uma geração após a outra reivindique a qualidade de ser especial (BURKE, 2009, p. 165). Considerando essa transitoriedade do conceito de Moderno, entende-se que o conceito moderno de Universidade, nesse momento, significava, dentre outras questões, evidenciar a necessidade de articular a Universidade aos

problemas que interessavam ao povo e ao processo de desenvolvimento do Estado, participando de suas soluções.

Essa perspectiva é evidenciada, por exemplo, no parecer do CFE, aprovado em primeiro de setembro de 1966, sobre o Plano de Educação do país, redigido por Durmeval Trigueiro, defende que:

Convém que as Universidades instituem mecanismos destinados à captação sistemática dos problemas nacionais, regionais e locais, e processos adequados para introduzi-los no tecido de sua atividade curricular e de extensão. Dessa forma, a pesquisa do meio passaria a constituir pressuposto da programação universitária (TRIGUEIRO, 1966, p. 335).

A Universidade Volante da UFPR atende, portanto, a essa moderna função da Universidade. Um detalhamento maior será dado a essa atividade por entender que ela foi o ponto inicial para a formulação de uma política institucional na UFPR e, posteriormente, nacional de Extensão Universitária, no período de ditadura civil-militar no país.

A Universidade Volante adentra o recorte temporal proposto nesse trabalho, 1968 a 1987, com promoções que compreendem o período de 1961 a 1970, sendo este último ano o momento em que a UFPR precisa se adequar às diretrizes nacionais do ensino superior por imposição da Reforma Universitária e das propostas de Extensão Universitária para as Universidades públicas brasileiras difundidas pelo MEC e pelo MINTER.

O Anuário da UFPR de 1960-1961 destaca a Universidade Volante como “atividade pioneira de interiorização da Universidade” e apresenta seus objetivos:

Democratização da Universidade – que se concretiza quando ela abre suas portas ao povo. Desenvolvimento cultural e técnico das populações do interior do Estado – através de cursos de atualização e orientação, altamente práticos e ao alcance de todas as camadas do povo, que atendam aos reclamos e reivindicações regionais. Motivação para o desenvolvimento cultural – encaminhando a cultura para todas as partes em que ela se fizer necessária. (UFPR, Anuário, 1960-1961, s/p.).

A Universidade Volante era organizada sob orientação do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da Reitoria. Com intuito de atender às reivindicações regionais do Estado, a Universidade se deslocava para o interior do Estado, em consonância com a política de integração do período, e realizava cursos intensivos de atualização e de orientação técnica, considerados “altamente práticos e ao alcance de todas as camadas da população, de tal forma que, se outras virtudes não tivessem, serviriam como motivação para o desenvolvimento cultural” (UFPR, 8ª Promoção da Universidade Volante, 1970, p.5). A abertura e o encerramento da Universidade Volante eram realizados com a presença do Reitor e com a apresentação do Coral e da Orquestra Sinfônica da Universidade.

Foi na abertura solene da Universidade Volante que o Presidente Jânio da Silva Quadros fez a sua primeira visita ao interior do Brasil como Presidente da República [...] minha participação era complementar, enquanto eu representava o governo do Estado num convênio firmado entre aquela entidade governamental e a Universidade (DALAZEM, Eleutério⁸⁴, Depoimento *apud* BACELLAR, 1989, p. 135).

O que demonstra que a Universidade Volante contava com o reconhecimento do governo Federal e apoio do governo do Estado e das prefeituras municipais. Uma iniciativa que congregava muitos interesses em prol do desenvolvimento de uma política de interiorização e integração do Estado, levando através da Extensão Universitária conhecimento e técnica para a população do interior.

A equipe precursora entrava em contato com o prefeito do local sede e reuniam-se com todos os prefeitos dos municípios vizinhos, isto é, que seriam alcançados pela Universidade Volante. Dentre as exposições que fazia, ela oferecia o que havia de melhor no mundo intelectual, o que havia de melhor no mundo científico, o que havia de melhor na nossa Universidade para levar ao Interior, sem nenhuma ganância, sem nenhuma vontade de lucros outros, senão o de servir aquela comunidade. Sem nenhuma vantagem pecuniária. Do professor cobria-se apenas as despesas. Ele não gastava, mas dava tudo de si sem receber em troca a não ser a gratidão e

⁸⁴ Foi professor da UFPR.

reconhecimento daquela comunidade. (CESAR, Henrique Lenz,⁸⁵ Depoimento *apud* BACELLAR, 1989, p. 127).

A Universidade contou com oito promoções dessas atividades, como é possível visualizar na figura 13.

UNIVERSIDADE VOLANTE							
Dados Estatísticos							
N.º	Séde	Data	N.º Munic.	Temas	Cursos	Profs.	Inscritos
I	Ponta Grossa	05.08.61	14	5	27	60	4.500
II	Londrina	31.03.62	14	22	37	106	13.000
III	Maringá	10.05.63	24	12	28	116	23.631
IV	Jacarézinho	21.11.63	12	6	17	33	6.860
V	Paranaguá	06.11.64	5	7	19	31	3.630
VI	Cascavel	20.10.68	16	9	55	100	8.638
VII	Paranavaí	19/10/69	40	11	54	112	18.758
VIII	C. Mourão	07.06.70	24	15	70	154	6.828
Totais			149	87	307	712	85.845

FIGURA 8 - PROMOÇÕES DA UNIVERSIDADE VOLANTE – DADOS ESTATÍSTICOS

FONTE: UFPR, Anuário, 1970, p. 142⁸⁶.

Tanto Yeda Bacellar quanto Mauro Gurgel descrevem a dinâmica das Universidades Volantes e ressaltam a iniciativa como pioneira de um modelo de Extensão Universitária no Brasil. Para realizar a Universidade Volante uma região geoeconômica era escolhida a partir dos indicativos do governo do Estado. Um grupo de funcionários do Departamento de Educação e Cultura da UFPR se deslocava, com antecedência, até a comunidade onde seria realizada a ação, entrava em contato com a prefeitura do município sede e vizinhos, com o objetivo de solicitar o apoio necessário para a realização dos cursos a serem ministrados e para os professores, funcionários e membros do coral e Orquestra Sinfônica da UFPR.

⁸⁵ Exerceu o cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura da UFPR.

⁸⁶ Ressalta-se que as promoções da Universidade Volante duravam uma média de quatro a cinco dias. Datas das Promoções: I – de 05-08/08/61, II - de 31/03-04/04/62, III - de 10-?/05/63, IV – de 21-24/11/63, V - de 06-?/11/64, VI – de 20-26/10/68, VII – de 19-25/10/69, VIII – de 07-13/06/70.

Os cursos em sua maioria atendiam a solicitações das comunidades. De modo que era necessária uma prévia seleção das áreas, levadas posteriormente ao conhecimento das respectivas Coordenadorias da Universidade para, que de acordo com as especialidades fossem selecionados os professores que participariam daquela promoção da Universidade Volante. As comunidades também se preparavam para receber a Universidade Volante com salas de aulas improvisadas. As inscrições eram feitas gratuitamente nas próprias prefeituras. Cada promoção da Universidade Volante durava em média de quatro a cinco dias, e normalmente envolvia fins de semana, quando os professores podiam se deslocar para o interior (BACELLAR, 1989, 117 e 118; GURGEL, 1986, p. 58 e 59). A primeira Universidade Volante apresentou várias temáticas abordadas nas áreas de medicina; administração; agricultura e veterinária; urbanismo e saneamento; pedagogia e didática.

Ressalta-se que o modelo proposto pela Universidade Volante está associado ao formato das já mencionadas “Missões Culturais” da década de 1950

Divulgava-se bastante toda a programação e, como se dizia na abertura: aquele Município passava a ser a “**Capital Cultural do Paraná**”, naquele momento, pois a representatividade de professores era muito grande, em todas as áreas do conhecimento. Famílias inteiras passavam a ser alunos naqueles dias. O pai escolhia seu curso, a mãe e os filhos também e todos durante aquela semana eram alunos da Universidade (ROLIN, Paulo de Souza ⁸⁷, Depoimento *apud* BACELLAR, p. 132, grifo nosso).

Mauro Gurgel destaca ainda que em relatório elaborado para o Conselho de Reitores, em 1968, a técnica chilena Maria Molina⁸⁸ validou a experiência das Universidades Volantes e destacou as promoções já realizadas.

E Wilson Choeri, um dos idealizadores do Projeto Rondon, revela que foi na Universidade Federal do Paraná, onde primeiro ouviu falar de **extensão comunitária**, que, **‘pesquisando, fazendo uma autocrítica, verifiquei que**

⁸⁷ Exerceu cargo de procurador Jurídico da UFPR.

⁸⁸ Citada por Gurgel (1986) como autora de um relatório sobre a situação da Extensão Universitária no Brasil em 1968.

muitas das coisas que pensei em relação ao Projeto Rondon, eu as hauri da famosa experiência da Universidade Volante'. (GURGEL, 1986, p. 59, grifos nossos).

A última promoção da Universidade Volante foi em 1970 que encerrou, segundo Gurgel (1986), pela falta de recursos financeiros⁸⁹, além de ser um momento em que outras propostas para Extensão Universitária em âmbito nacional estavam sendo formuladas. Todavia, este modelo inaugurado por ela certamente suscitou uma estrutura e uma política institucional em relação à Extensão Universitária na instituição. A Universidade Volante foi, portanto, uma forma particular de apropriação da Extensão Universitária pela UFPR, que posteriormente foi reelaborada servindo de modelo inicial para outras práticas extensionistas nacionais como o Projeto Rondon.

A década de 1970 era o momento em que a UFPR se reestruturava em virtude da Lei 5.540/68, um período de grande movimentação institucional, tanto de adequação à nova Lei de Reforma do Ensino Superior, quanto aos novos encaminhamentos para Extensão Universitária, propostos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

[...] desta experiência [Universidade Volante] é que nasceu o CRUTAC e o Projeto Rondon, atividades que perduram em algumas universidades do Norte e entre o movimento de estudante que é o Projeto Rondon. Mas não há a menor dúvida a colaboração que a Universidade deu para o nosso Estado, pela Universidade Volante, foi retribuir em quanto ela recebeu em honras e glórias. [...] São situações em que a Extensão Universitária dá toda uma característica precípua, para que se possa entender que a Universidade não existe para si só, ela existe para a comunidade. A Extensão interna é válida, mas a externa é uma retribuição da Universidade ao seu povo, a sua terra e a sua gente (CESAR, Henrique Lenz.⁹⁰ Depoimento *apud* BACELLAR, 1989, p. 128-129).

Para o Estado do Paraná essa política de integração associada às atividades de Extensão Universitária pode ter fomentado um impacto positivo, pois, em alguns locais por onde a Universidade Volante passou como Ponta

⁸⁹ Não identificados pelo autor; podendo ser por parte da Universidade, do governo do Estado ou dos municípios do Paraná.

⁹⁰ Exerceu o cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura da UFPR.

Grossa, Londrina e Maringá, formaram-se posteriormente as Universidades Estaduais, como destacam Bacellar (1989, p. 124) e Gurgel (1986, p. 58 e 59). Em âmbito institucional a Extensão Universitária, por meio da Universidade Volante, mostrava-se em consonância com o Estatuto da UFPR de 1962, à medida que procurava promover a ligação da função da Universidade com os problemas regionais.

O governo de Paulo Pimentel, por exemplo, em 1966, aponta para os obstáculos encontrados na concretização da industrialização no Paraná, como por exemplo, a escassez de mão de obra especializada.

O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público como para o setor particular. A escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixaram de ser iniciados ou não são levados avante não por falta do fator capital, do fator matéria prima ou do fator equipamento, mas tão somente por falta do **elemento humano adestrado, da mão de obra especializada e de gerência industrial para o trabalho operativo da empresa** (PIMENTEL, Paulo. Mensagens, 1966, p. XV, grifos nossos).

Essa demanda pode ser identificada na UFPR por meio dos cursos direcionados para a formação de mão de obra qualificada, ofertados tanto pelos Cursos de Verão: “Mecânica de Motores Diesel” e “Administração de empresas”, quanto pela Universidade Volante: “Industrialização de Produtos Agropecuários”. A necessidade de qualificação profissional também permeou o contexto mais amplo das políticas públicas, pois a partir da década de 1970, o planejamento e a reforma administrativa assumem contornos mais nítidos e mais presentes nas gestões. A competência técnica torna-se uma exigência formalizada na Lei 5.692/71, que torna obrigatória a profissionalização no ensino de 2º grau em prol do aumento de recursos humanos na nação, especialmente no que se referia à qualificação profissional de nível médio, necessários aos programas de desenvolvimento nos diversos setores da economia. É nesse contexto que se expressam experiências de planejamento como o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)⁹¹ em 1971, em consonância com o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo Federal (1970-1972), fixa como grande objetivo o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, por meio de políticas que levassem ao crescimento expressivo do Produto Interno Bruto, associado a um processo de desenvolvimento integrado e ao crescimento dos setores de infraestrutura. As políticas locais deveriam se ajustar necessariamente ao Plano para que as práticas de governo apontassem em uma só direção, de modo que os governos estaduais só recebam verbas para iniciativas inseridas num programa de ação vinculado às diretrizes nacionais (IPARDES, 1989, p.73 e 14). O que certamente também valia para os órgãos vinculados diretamente ao governo federal, como as Universidades. A UFPR, portanto, em atendimento a esta diretriz, realizou um convênio em 1973 com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com intuito de mobilizar esforços e viabilizar o Projeto de Integração Universidade-Empresa-Governo, uma ação já mencionada em 1975 pela CODAE no Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

Este programa, instituído pelo convênio assinado em 1973, trazia o compromisso conjunto das duas instituições para realizar: treinamento profissional; visita a empresas e à universidade; encontros, estudos e debates em sistema de laboratórios; realização de pesquisas industriais e levantamento socioeconômico; e implantação de cursos de Extensão e complementação. (BARANOW e SIQUEIRA, 2007, p.197)

Este convênio também atendia às diretrizes do governo do Estado, voltadas para uma política de desenvolvimento urbano. O Plano de Governo estadual de Pedro Parigot de Sousa, em 1973, visava consolidar dentre outras questões, a agroindústria e o parque industrial produtivo através de sua expansão e diversificação. Este convênio, portanto, contribuía para articular a Extensão Universitária com a sua dimensão de difusão de conhecimento e técnica à demanda por profissionais qualificados no meio urbano pela via do estágio, atividade que também fez parte das ações extensionista na UFPR.

⁹¹ Lei 5.727, promulgada em 4 de novembro de 1971

A urbanização acelerada colocou, pois, o governo do Paraná diante de novas demandas, tanto no campo, quanto na cidade, a Extensão Universitária foi um meio importante pelo qual a Universidade pôde transitar entre as políticas de interiorização rural e de desenvolvimento industrial urbano.

No processo de formalização da Extensão na UFPR as ações desenvolvidas transitaram, portanto, por esferas urbanas e rurais; internas e externas à Universidade, e associaram-se principalmente ao ensino, de modo que o espaço institucional construído pela Extensão nos relatórios, anuários e catálogos da Universidade mostra-se articulado a ele. Todavia estes documentos salientam como Extensão Universitária, principalmente, a dimensão externa, extramuros da Universidade, que toma corpo e visibilidade com a chegada dos programas federais de Extensão Universitária na década de 1970. Estes programas contavam com apoio do MEC e do CINCRUTAC junto ao CRUTAC-PR, e do MINTER e do Projeto Rondon junto ao Campus Avançado de Imperatriz, no Maranhão.

A Extensão como ato de *estender a alguém alguma coisa*, ou seja, levar à população conhecimento e técnica, contribuía para seu entendimento em uma dimensão mais externa à Universidade. As ações internas atribuídas a ela associavam-se, muitas vezes, às competências da própria PRAC, órgão ao qual a Extensão passa a ser subordinada na estrutura da Universidade a partir de 1974, como consta no Regimento Interno desse período. Somente em 1990, com a criação da PROEC, a Extensão passará à subordinação dessa Reitoria.

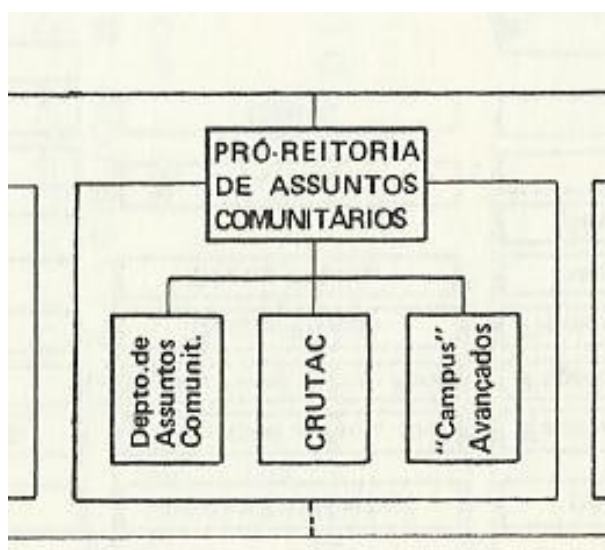


FIGURA 9 - ORGANOGAMA DA UFPR – PRAC
 FONTE: UFPR, Catálogo, 1981 e 1985/ 1986.

O Relatório Anual de 1972 da UFPR prevê, como deliberação do Conselho Universitário, a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, o CRUTAC, e aprova convênio com entidades oficiais e particulares, com destaque para o Projeto Rondon na implantação do Campus Avançado de Imperatriz no Maranhão; e com o município de Foz do Iguaçu, para a prestação de serviços de orientação técnica aos agricultores e criadores da região, por meio do CRUTAC.

O Conselho Universitário baixou 15 Resoluções, umas de caráter normativo e, outras dispendo sobre a criação de novos cursos e órgãos auxiliares. Dentre as principais deliberações tomadas, figuram: [...] **criação do Centro Rural Universitário de Ação Comunitária – CRUTAC.** [...] Na parte de apoio às atividades de ensino e pesquisas, e de extensão cultural, o Conselho Universitário aprovou 38 Convênios, com entidades oficiais e particulares, destacando-se os seguintes: **com o Projeto Rondon, para a implantação do “Campus” Avançado de Imperatriz-Maranhão;** com a Universidade de Miami-Ohio, para um programa de intercâmbio universitário; **com o Município de Foz do Iguaçu, para prestação de serviço de orientação técnica aos agricultores e criadores da região, com a participação do CRUTAC** [...]. (UFPR, Relatório Anual, 1972, p. 13 e 14, grifos nossos)⁹².

O CRUTAC, por meio do CINCRUTAC e do MEC e o Campus Avançado de Imperatriz, do Projeto Rondon e do MINTER, tiveram espaço institucional garantido na estrutura interna da UFPR a partir de 1972 até o final da década de 1980, por serem parte de uma política do governo federal a todas as Universidades Públicas, uma estratégia para articular as Universidades ao planejamento e ao desenvolvimento estadual e nacional. De modo que esses dois programas, CRUTAC e Campus Avançado de Imperatriz, mediante sua importância no processo de formalização da Extensão Universitária da UFPR e sua ligação direta com as políticas educacionais e a doutrina de segurança e desenvolvimento nacional do governo ditatorial, merecem uma análise mais detalhada no capítulo seguinte deste trabalho.

Vale ressaltar que o Relatório de Atividades da UFPR de 1972 também destaca essas ações, associando-as ao conceito e à função da Universidade

⁹² O Relatório não especifica quais foram as Resoluções citadas.

moderna. As palavras do Reitor Algacyr Munhoz Maeder na introdução do Relatório expressam o entendimento sobre a Universidade naquele momento:

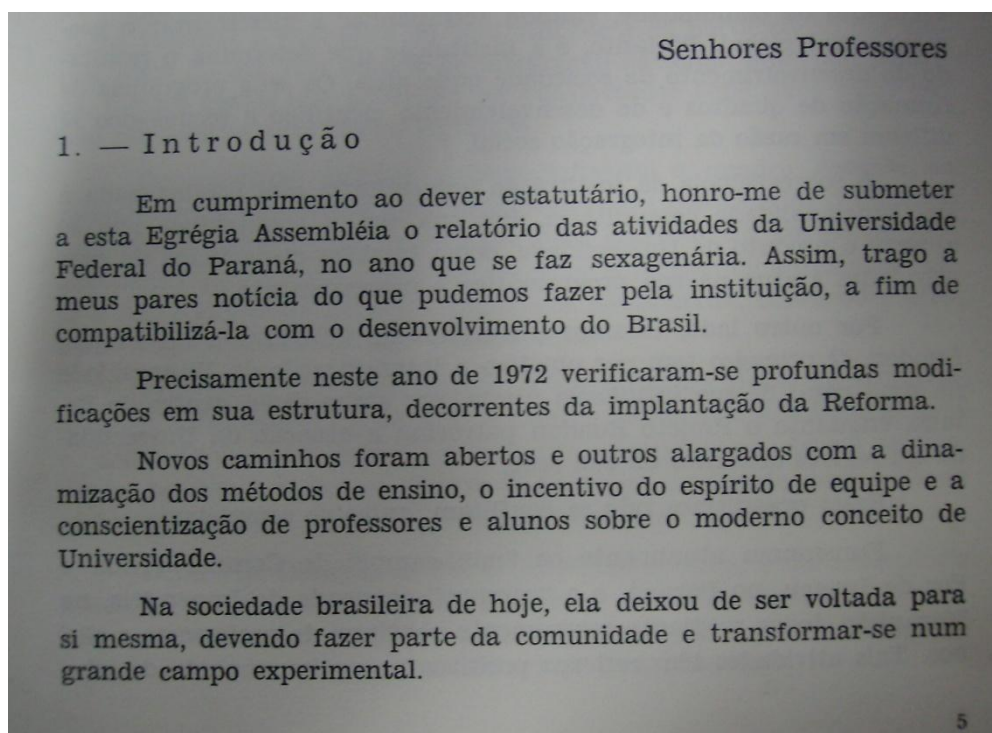


FIGURA 10 - FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE
 FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1972, p.5.

A articulação da Universidade com o desenvolvimento da nação transformando-se em um “grande campo experimental” é destacada no Relatório, assim como, a implantação da Reforma Universitária, que direciona um novo modelo de Universidade, pautado pelo método de ensino e pela aproximação com a comunidade.

O Relatório de 1972 da UFPR apresenta, portanto, uma conformidade com o que estava sendo proposto, naquele momento, como função da Universidade moderna. Segundo Newton Sucupira,

Entende-se em geral, que a **universidade moderna** se destina à formação de profissionais qualificados de todos os tipos à preservação, interpretação crítica e síntese do saber existente, a constituir o centro, por excelência, da investigação científica, a exercer a missão cultural e educativa e a participar ativamente na aplicação do saber (SUCUPIRA, 1968, p. 84, grifos nossos).

As relações da Universidade com a comunidade se traduzem na participação bilateral destas duas forças num sentido contínuo e crítico. A Universidade deve operar em termos da demanda sócio-econômica e cultural da comunidade, visando acompanhar e incrementar o processo social global. Portanto, é a instituição que determina o resultado do desenvolvimento da sociedade onde atua. Os seus programas de formação de quadros e de desenvolvimento científico e tecnológico se definem em razão da integração social.

A sobrevivência da instituição universitária está condicionada à sua funcionalidade comunitária. Por sua vez, a comunidade não só absorve o produto da Universidade, como também co-participa de suas atividades e atua na sua programática e processamento.

FIGURA 11 - UNIVERSIDADE E COMUNIDADE
FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1972, p.6.

O texto apresenta uma consonância com o Estatuto de 1970 da UFPR, que estabelece como objetivos principais da Universidade formar profissionais técnicos e cientistas, promover a educação, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a cultura científica, mantendo como meta a solução dos problemas de interesse da comunidade. Cabe ressaltar o uso do termo *participação bilateral* entre Universidade e comunidade, o que pressupõe a possibilidade de um diálogo mais crítico sobre as ações propostas e executadas pelos agentes. O Relatório evidencia, portanto, a relação entre o diagnóstico dos problemas da comunidade com a função da Universidade, o que remete à Extensão Universitária e aos programas de referência federal.

Na acepção de Angel Diego Márquez, perito da Unesco⁹³,

A extensão universitária tem essencialmente, o propósito de levar a universidade ao povo, de estender sua influência a todos os setores e classes sociais. De instituição frequentada apenas por uma “elite”, a universidade deverá, como resultante de processos sócio-econômicos e culturais, que a própria universidade tenderá a acelerar, tornar-se necessariamente um instituição aberta a todas as classes sociais (MÁRQUEZ, 1966, p. 117).

O que é identificado nas práticas extensionista da UFPR por meio do CRUTAC-PR, dos *Mini-Campi*, atendendo as regiões do interior do Estado; e

⁹³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco.

do Projeto Rondon com o Campus Avançado de Imperatriz, atendendo a uma região estratégica no interior do Brasil no Estado do Maranhão.

Por outro lado, estamos integrados no CRUTAC e no Projeto Rondon. O primeiro tem por objetivo a interiorização da Universidade na zona rural de sua influência direta, por assim dizer, dentro do Estado, enquanto o Projeto Rondon patrocina a atuação da Universidade em regiões distantes da sua sede.

Esses organismos não se conflitam, antes se completam.

Funcionam atualmente os “mini-campi” de Coronel Vivida e Foz do Iguaçu, no Paraná, e o “campus” avançado de Imperatriz, no Maranhão, todos mediante revezamento contínuo de professores e alunos. Tais atividades têm reflexos positivos no aprimoramento da edu-

cação, permitindo que os estudantes melhor conheçam o seu estado e o seu país e proporcionem reais benefícios à comunidade.

As promoções do Projeto Rondon apresentam sobre as Universidades Volantes a vantagem da continuidade e da participação dos alunos, além do seu alto sentido de integração nacional, que tudo justifica, mesmo gastos que poderiam ser considerados supérfluos pelos que não atentam às suas razões legítimas.

FIGURA 12 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PROGRAMAS FEDERAIS
 FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1972, p.6 e 7.

As diretrizes federais são, portanto, apropriadas no processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR por meio do direcionamento estabelecido pela Lei 5.540/68 e pela via dos programas federais de atendimento estadual e nacional, e apresentam ênfase na concepção de divulgação técnica e cultural e sobretudo no serviço comunitário. Ressalta-se novamente que as promoções do Projeto Rondon citadas dizem respeito, no caso da UFPR, às ações desenvolvidas no Campus Avançado de Imperatriz, pois nenhuma outra forma de participação da UFPR no Projeto Rondon foi identificada nos documentos analisados da instituição.

O “mini-campi⁹⁴” ou “Mini-Campus” citados no Relatório de 1972 são melhor explicitados no Relatório de 1974 que sinaliza o convênio firmado entre a UFPR e as prefeituras de Coronel Vivida e Foz do Iguaçu para a realização de uma atividade denominada pelo Reitor Algacyr Munhoz Mäder como “Mini-Campus”.

⁹⁴ A palavra *campi* é plural de *campus* em latim.

A interiorização da Universidade Federal do Paraná, com a participação de estudantes e Professores, teve início mediante convênio celebrado com a Prefeitura de Coronel Vivida, em 1972. Logo em seguida, celebrou-se convênio semelhante com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, beneficiando-se em cada um desses municípios mais de 500 agricultores. Criada a sua Comissão de Planejamento, estabeleceu-se numa área prioritária constituída pelos municípios do litoral que não dispõem de balneário. O primeiro município a ser estudado e atendido dentro desse programa foi Antonina (UFPR, Relatório Anual, 1974, s/p.)

O professor Léo Kriger, em seu depoimento, expressa brevemente sua compreensão sobre o que foi o Mini-Campus.

O Mini-Campus [...] era uma ideia mais reduzida, com menos tempo, eram campus menores, que se faziam estágios mais curtos, não eram fixos. Nas férias se fazia um Mini-Campus. Em determinado período um Mini-Campus, mas não era uma estrutura contínua (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

Nenhum outro documento foi encontrado sobre esta atividade, que contou com o apoio e estrutura do CRUTAC, o que pressupõe ter sido uma ação extensionista isolada e transformada institucionalmente em CRUTAC, por ser este um programa de referência nacional e conseqüentemente mais viável na obtenção de recursos.

O Projeto Rondon também é mencionado no item 5.3.2, que assinala o compromisso entre a UFPR, o Projeto Rondon e o MINTER.

Em setembro de 1972 esta Universidade firmou convênio com o Projeto Rondon, órgão do Ministério do Interior, favorecendo a micro-região que tem por sede o Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Alí foi criado um campus avançado, com o objetivo de colaborar no desenvolvimento da região. Desse modo, a Universidade Federal do Paraná passa a prestar assistência a diversos trabalhos do Projeto Rondon naquele estado nordestino. (UFPR, Relatório Anual, 1974, s/p.).

A citação demonstra que o Campus Avançado de Imperatriz é apropriado na UFPR como ação do Projeto Rondon, o que explica as palavras da entrevistada Lucia Maria B. Mion, citadas na epígrafe inicial deste capítulo, ao se referir a Extensão e sua participação no Campus Avançado de

Imperatriz: “Era o Projeto Rondon pura e simplesmente” (MION, entrevista, 2013). Para os alunos o Campus Avançado de Imperatriz era o Projeto Rondon, porém nos Relatórios da UFPR o Projeto Rondon não é citado como tal, mas como Campus Avançado de Imperatriz.



FIGURA 13 - CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ / MA – FRENTE / 1976.
FONTE: Arquivo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

O Relatório Anual de 1981 ressalta os cursos de Extensão, o CRUTAC e o Campus Avançado de Imperatriz, e apresenta a Extensão Universitária com uma organização mais complexa e ampla do que os relatórios anteriores.

6.	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
6.1	ATIVIDADES ACADÊMICAS EXTRA-CURRICULARES	
6.1.1	"CAMPUS" AVANÇADO DE IMPERATRIZ - MARANHÃO	59
6.2	ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	
6.2.1	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	60
6.3	ASSESSORIA DE BOLSAS ESTUDANTIS	61
6.4	INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE PRÓXIMA	
6.4.1	CENTRO RURAL DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CRUTAC)	61
6.4.2	CENTRO DE ESTUDOS LEPROLÓGICOS (CELSA)	62
6.4.3	CENTRO DE DIAGNÓSTICO "MARCOS ENRIETTI"	64
6.5	CURSOS	
6.5.1	CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ..	66
6.6	ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS	
6.6.1	ORQUESTRAS SINFÔNICA E JUVENIL DA UFPR	68
6.6.2	CORAL	69
6.6.3	ATELIER DE MÚSICA LATINO- AMERICANA	69
6.6.4	GRUPOS DE TEATRO AMADOR	70
6.6.5	UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DA UFPR ...	71

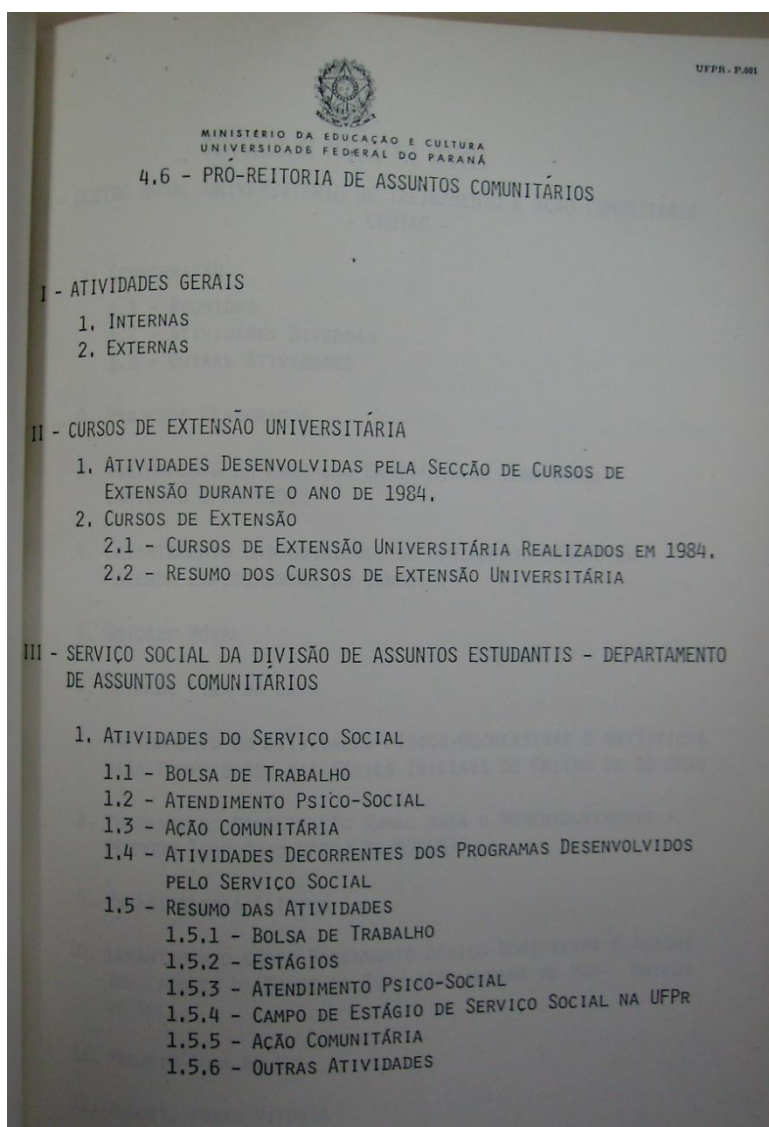
FIGURA 14 - SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1981⁹⁵
 FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1981, p. 6-7.

O que nos remete a distintas apropriações e representações da Extensão Universitária no espaço institucional da UFPR, principalmente no que tange à sua dimensão interna. Pois o sumário do Relatório de 1981 apresenta as já conhecidas atividades artísticas e culturais como Extensão, e acrescenta ainda as atividades de assistência à comunidade interna universitária, no caso, serviços oferecidos aos estudantes como o Restaurante Universitário; além do item integração com a comunidade próxima, realizada por meio do CRUTAC, também associado em alguns documentos como atividade do Campus Aproximado, e outras atividades de atendimento à população. O Campus

⁹⁵ Segundo informações contidas no Relatório Anual da UFPR de 1981, o Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo (CELSA) foi um órgão de apoio no tratamento e controle da hanseníase em Curitiba. O Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti foi instalado em 18 de agosto de 1981, por meio de convênio entre a UFPR e a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná com o objetivo de apoiar as defesas sanitárias animal e vegetal em suas atividades de localização de agentes etiológicos (UFPR, Relatório Anual, 1981, p. 64).

Avançado de Imperatriz é citado como atividade extracurricular. As atividades remetem, portanto, à já conhecida concepção de Extensão Universitária associada à divulgação de conhecimento, técnica, cultura e serviço comunitário.

O Relatório de 1984 traz uma estrutura das atividades de Extensão separadas das funções e atividades específicas da PRAC. As atividades da Pró-Reitoria estão organizadas no item 4.6, que apresenta cinco divisões mais detalhadas conforme figuras 15, 16 e 17.



UFPR - P.001

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

4.6 - PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITARIOS

I - ATIVIDADES GERAIS

- 1, INTERNAS
- 2, EXTERNAS

II - CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- 1, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECCÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO DURANTE O ANO DE 1984,
- 2, CURSOS DE EXTENSÃO
 - 2,1 - CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA REALIZADOS EM 1984,
 - 2,2 - RESUMO DOS CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

III - SERVIÇO SOCIAL DA DIVISÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS COMUNITARIOS

- 1, ATIVIDADES DO SERVIÇO SOCIAL
 - 1.1 - BOLSA DE TRABALHO
 - 1.2 - ATENDIMENTO PSICO-SOCIAL
 - 1.3 - AÇÃO COMUNITÁRIA
 - 1.4 - ATIVIDADES DECORRENTES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO SERVIÇO SOCIAL
 - 1.5 - RESUMO DAS ATIVIDADES
 - 1.5.1 - BOLSA DE TRABALHO
 - 1.5.2 - ESTÁGIOS
 - 1.5.3 - ATENDIMENTO PSICO-SOCIAL
 - 1.5.4 - CAMPO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPR
 - 1.5.5 - AÇÃO COMUNITÁRIA
 - 1.5.6 - OUTRAS ATIVIDADES

FIGURA 15 - SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 1
FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1984, p. 2.

O relatório não faz menção à atividade de Integração Universidade-Empresa-Governo, como previsto no Plano de Trabalho de Extensão

Universitária (1975) e no Regimento Interno da UFPR de 1983, mas menciona as atividades: Bolsa de Trabalho e Estágio, ligadas ao Serviço Social da Divisão de Assuntos Estudantis, e subordinadas ao Departamento de Assuntos Comunitários no item III, o que pressupõe um modo diferente de apropriação dessa atividade na estrutura administrativa da UFPR, provavelmente em decorrência do Decreto Nº 87.497/82, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo.

UFPR-P.000

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

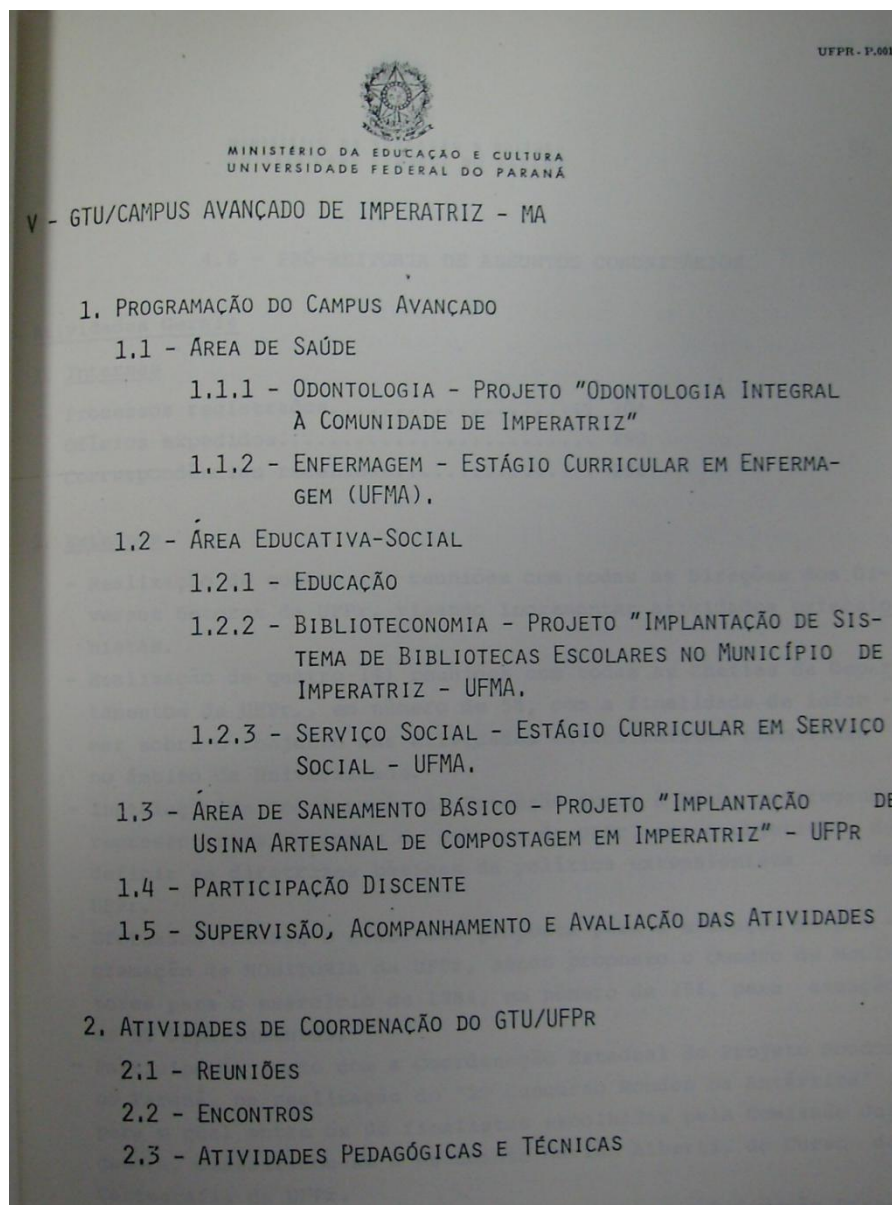
IV - CENTRO RURAL UNIVERSITARIO DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITARIA
- CRUTAC -

1. COORDENAÇÃO
 - 1.1 - REUNIÕES
 - 1.2 - ATIVIDADES DIVERSAS
 - 1.3 - OUTRAS ATIVIDADES
2. PROJETOS ELABORADOS
3. TREINAMENTO EM EDUCACAO SANITARIA NA ZONA RURAL -
CONVÊNIO UFPR/MUDES
4. LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO DA
FAZENDA EXPERIMENTAL DO CANGUIRI
5. UNIDADE MÓVEL
6. UNIDADE FIXA DA LAPA
7. TREINAMENTO EM ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS E ARTÍSTICAS
PARA PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO DE 1º GRAU
8. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO -
PROMORU (CONVÊNIO UFPR/LBA/MUDES).
9. PARASITOLOGIA CLÍNICA
10. LEVANTAMENTO SOBRE SANEAMENTO BÁSICO DOMICILIAR E ALGUNS
INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO URBANA DE SÃO MATEUS
DO SUL.
11. PROJETO ILHA DO MEL
12. PROJETO PORTO VITÓRIA
13. ACORDOS E CONVÊNIOS FIRMADOS

FIGURA 16 - SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 2
FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1984, p. 3.

A figura Nº 16 apresenta no item IV as atividades relativas ao CRUTAC, nota-se pela sequência de itens a quantidade de ações que estavam ligadas a este programa, destaca-se a abrangência do CRUTAC-PR com ações em

outros municípios do Estado como Lapa, São Mateus do Sul, Porto da Vitória, Ilha do Mel. Bem como os convênios firmados com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e MUDES na execução destas ações.



UFPR - P.001

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

V - GTU/CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - MA

1. PROGRAMAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO
 - 1.1 - ÁREA DE SAÚDE
 - 1.1.1 - ODONTOLOGIA - PROJETO "ODONTOLOGIA INTEGRAL A COMUNIDADE DE IMPERATRIZ"
 - 1.1.2 - ENFERMAGEM - ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM (UFMA).
 - 1.2 - ÁREA EDUCATIVA-SOCIAL
 - 1.2.1 - EDUCAÇÃO
 - 1.2.2 - BIBLIOTECONOMIA - PROJETO "IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - UFMA.
 - 1.2.3 - SERVIÇO SOCIAL - ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL - UFMA.
 - 1.3 - ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO - PROJETO "IMPLANTAÇÃO DE USINA ARTESANAL DE COMPOSTAGEM EM IMPERATRIZ" - UFPR
 - 1.4 - PARTICIPAÇÃO DISCENTE
 - 1.5 - SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES
2. ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DO GTU/UFPR
 - 2.1 - REUNIÕES
 - 2.2 - ENCONTROS
 - 2.3 - ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E TÉCNICAS

FIGURA 17 - SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL DA UFPR 1984 - 3
FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1984, p. 4.

As atividades do item V trazem as ações do Grupo de Trabalho do Campus Avançado de Imperatriz no Maranhão, destaca-se a presença da UFMA como parceira dessas ações, uma aproximação que pressupõe a iminente saída da UFPR do programa em 1985 e a transferência integral das atividades para a UFMA.

Esta estrutura de organização da Extensão Universitária na UFPR está relacionada à forma como a Extensão fora apropriada no âmbito institucional, considerando, principalmente, o Estatuto de 1983, que implicou em mais uma reorganização da estrutura administrativa da Universidade em relação às Pró-Reitorias e Setores.

Uma reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo em 1982, próximo ao término do mandato do Reitor Ocyron Cunha, apresenta um panorama da Extensão Universitária na UFPR e aponta alguns direcionamentos apropriados na estrutura administrativa da Universidade ao longo dos anos.



FIGURA 18 - EM CINCO ANOS, UNIVERSIDADE REALIZA A SUA FUNÇÃO SOCIAL.

FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 14/03/1982, s/p.

Destaca-se na reportagem as palavras do Pró-reitor Celso Alves Cândido de Deus: "*preocupa-nos que a extensão ainda não seja reconhecida como a verdadeira vivência do ensino, e que ainda hoje, tenha um papel menor dentro do famoso tripé ensino, pesquisa e extensão*", que sinaliza em 1982, antes porém da Constituição Federal, a importância da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão. A reportagem não traz o nome do seu autor, porém destaca o que já estava sendo percebida no interior da UFPR, a necessidade

de uma política institucional e nacional de Extensão mais clara e articulada ao Ensino e a Pesquisa que aponta para “uma expectativa de mudança de mentalidade” apoiada em uma concepção mais dialógica que surgia. Lembrando que as normativas internas da UFPR, por meio das Resoluções do CEP 03/81 e 08/83 citadas no item 2.1, diferem desse direcionamento e sinalizam, portanto, a coexistência nesse momento de concepções divergentes no interior da Universidade. Ressalta-se, porém, a utilização do jornal como um meio importante na difusão de interesses, concepções e posicionamentos dos agentes frente aos debates políticos (FARIA FILHO, 1998, p. 107).

Diferentes apropriações, em diferentes espaços universitários, suscitaram a necessidade de um diálogo mais abrangente em torno do conceito e da prática da Extensão Universitária.

A necessidade de ampliação do debate e da troca de experiências com as Universidades da Região Sul, definiu-se durante o VII Seminário Estadual de Extensão⁹⁶ que decidiu pela realização, em Curitiba, do “1º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul” (SEURS)⁹⁷. O Seminário foi realizado na UFPR, em Curitiba, nos dias 07, 08 e 09 de agosto de 1983 e contou com a seguinte programação:

⁹⁶ “Desde 1979, as Universidade do Estado do Paraná (Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal do Paraná e Universidade Católica do Paraná), vêm realizando encontros e seminários para o debate dos principais problemas ligados à Extensão Universitária” (SEURS, 1983, p. 3).

⁹⁷ O SEURS permanece existindo, em 2013 o 31º foi na UFSC, e em 2014, o 32º na UFPR.

I SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL				
CURITIBA – 07 - 09 DE AGOSTO DE 1983				
T E M Á R I O				
DIA	Horário	T E M A S	PAINELISTAS	DEBATEDORES
07/08	20 h	ABERTURA SOLENE
08/08	09 h às 11 h	CONCEITUAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	Prof. Renato H. dos Reis (MINTER) – Fundação Projeto Rondon	Ministério da Educação e Cultura Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Federal de Santa Maria Universidade Federal de Santa Catarina Universidade do Rio Grande
	14 h às 17 h	EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS DA REGIÃO SUL – Campus Avançado – Campus Aproximado CRUTAC Projetos de Ação Comunitária	Prof. Lourenço Stein (PUCRS) Prof. Manoel Mendieta Araujo (UFPEL)	Universidade Estadual de Londrina Universidade Federal do Paraná Universidade para o Desenv. de St. Catarina Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Católica do Paraná Universidade Federal do Rio Grande do Sul Universidade do Vale do Rio do Sinos
09/08	08 h às 10 h	PROBLEMÁTICA ATUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DAS IES – Administração – Aspectos pedagógicos – Alocação de recursos	Reitor Paulo Roberto Pereira de Souza (UEM)	Universidade Católica de Pelotas Universidade Estadual de Londrina Universidade de Passo Fundo Universidade de Caxias do Sul
	10 h às 12 h	OPORTUNIDADE DE NOVOS PROJETOS – Projetos em desenvolvimento – Novos Projetos	SUDESUL; FINEP; CNPq, MEC, MUES
	13h às 14h 16 h 17 h	APRESENTAÇÃO DE NOVAS MOÇÕES PLENÁRIO Palestra de Encerramento: POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO MEC	Secretário Geral do MEC, Prof. Sérgio Pasquali	

FIGURA 19 - PROGRAMAÇÃO DO 1º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL – SEURS
 FONTE: SEURS, Relatório, 1983, p. 5.

O primeiro tema “*Conceituação de Extensão Universitária*”, sinaliza a importância desse debate naquele momento, pois revela a necessidade de um entendimento mais claro sobre o conceito de Extensão e apresenta a necessidade de tratar questões comuns a todas as IES da Região Sul, como as experiências junto ao Campus Avançado e ao CRUTAC, também chamado Campus Aproximado, além de apresentar questões de ordem prática como aspectos administrativos, pedagógicos e alocação de recursos para Extensão. O debate em torno dos projetos em desenvolvimento e de novos projetos é realizado pelas instituições de fomento convidadas. O encerramento se dá com a palestra sobre a Política de Extensão Universitária do MEC.

Este foi um momento importante pela amplitude dos temas, permitindo que a Extensão Universitária fosse debatida entre as Universidades do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul juntamente com outras entidades convidadas, somando um total de 68 pessoas participantes.

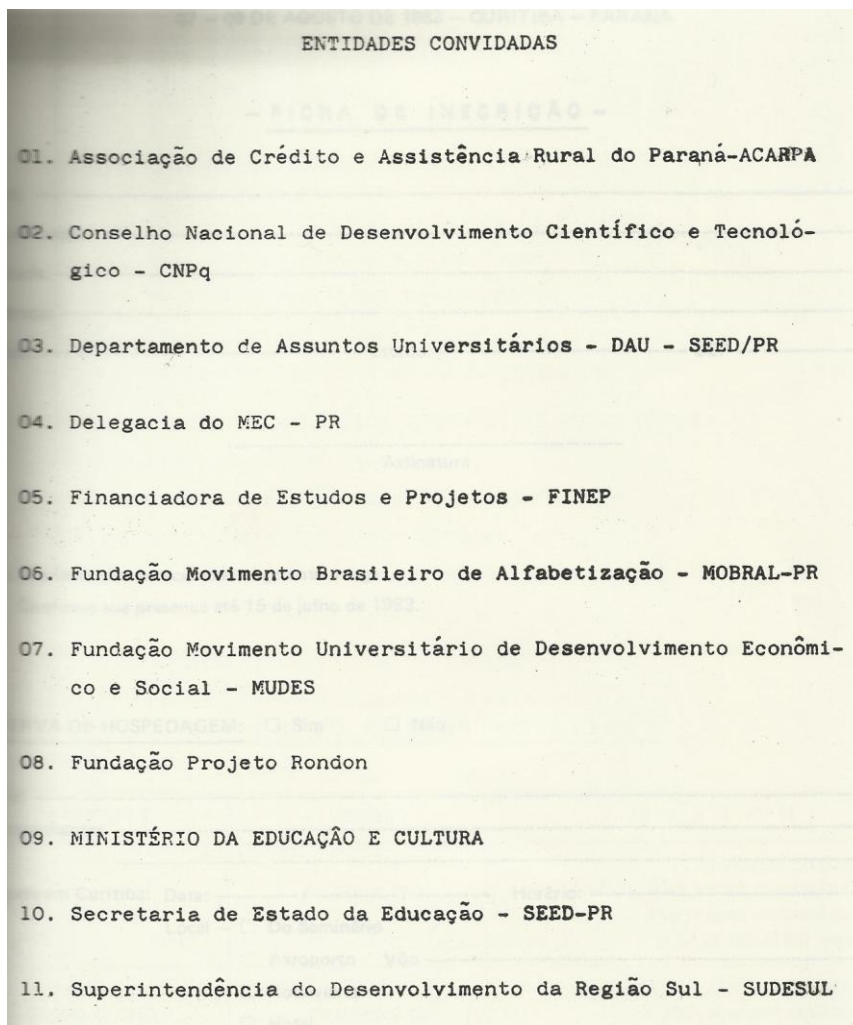


FIGURA 20 - ENTIDADES CONVIDADAS SEURS
 FONTE: SEURS, Relatório, 1983, p. 6.

A participação neste Seminário de órgãos como a ACARPA, a FINEP, o CNPq, a SUDESUL, a MUEDES, entre outros, demonstra a importância dada ao desenvolvimento de uma ação integrada entre os órgãos da esfera sócio-econômica e da educação, principalmente no planejamento e no fomento das atividades extensionistas.

A sessão solene de abertura foi presidida pelo professor Alcy Joaquim Ramalho, Reitor da UFPR, na sala Homero de Barros, no edifício D. Pedro I, Campus Reitoria, da Universidade⁹⁸.

⁹⁸ Ressalta-se, porém, que o decorrer do Seminário ocorreu nas instalações do Provincialato das Irmãs da Divina Providência.



FIGURA 21 - SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO I SEURS

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação da UFPR, envelope Seminário de Extensão Universitária - Abertura 070883 - Foto Sinue Naico.

Na verdade, julgo correto afirmar a existência de uma **tradição extensionista na Universidade Federal do Paraná**. O próprio momento em que a instituição foi criada, mostra a interação com a cidade. O período que poderíamos chamar heroico, de fixação das raízes e consolidação da proposta, marcou uma ação intensa da comunidade sobre a Universidade e da Universidade sobre a cidade. O progresso do Paraná, particularmente da Região Sul, está ligado à vida de nossa instituição [...] Temos que concordar que **a questão urgente para a Universidade contemporânea é a forma e o grau de sua participação na sociedade**. [...] há urgências que antes desconhecíamos. Urgências incompatíveis com uma atividade fragmentária, descontínua e episódica que marcou a fase do **extensionismo informal** – e entretanto, carinhoso e poético. **Não basta a difusão cultural, são pouco eficientes os objetivos puramente filantrópicos**. Uma nova extensão nasceu para o Paraná e o Brasil, a partir da Universidade volante aqui idealizadas. Hoje a Extensão exige habitualidade, **inserção no sistema** e, sobretudo, **contrapartida comunitária**, tudo dentro de um **espírito de promoção do homem, de sua incorporação ao processo de desenvolvimento social, político e econômico**. [...] acima de tudo vejo a **Universidade dentro de uma proposta extensionista moderna, como agente de mudanças sociais, políticas e econômicas**. Uma ação revitalizadora das estruturas envelhecidas, um estímulo a **reformas nos modelos que perderam atualidade**, um convite ao repensar

crítico. [...] Nosso compromisso com o Brasil e seu povo é pesquisar, ensinar, divulgar e debater nossa realidade. A extensão é seu instrumento às vezes criticado, mas nunca contestado. (SEURS, Relatório, 1983, p. 23-24).

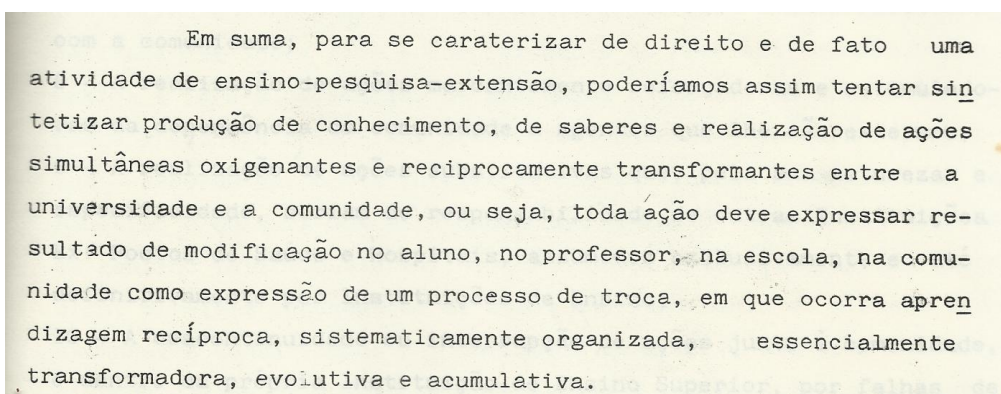
Considerando a linguagem como uma prática reveladora de intenções, alguns pontos ressaltam ao nosso olhar: a defesa de uma tradição extensionista da UFPR e a ligação marcada no decorrer do texto entre Extensão, utilidade prática, agente de mudanças, sociedade, desenvolvimento, progresso. A associação desses termos nos remete à já conhecida concepção expressa pelo binômio: Extensão Universitária/desenvolvimento, difundida, não exclusivamente, mas principalmente, no período da ditadura civil-militar no Brasil, por meio das determinações legais, como a Lei 5.540/68 e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Contudo, ressalta-se a possibilidade do termo desenvolvimento remeter, no discurso do Reitor, a uma forma de transformação social com ênfase no setor econômico. Pois, o seu pronunciamento também ressalta a Extensão como uma *ação revitalizadora, um convite ao repensar crítico*, o que pressupõe a existência ou ao menos a apropriação de uma concepção de Extensão diferente daquela baseada na divulgação técnica, cultural e na prestação de serviços comunitários. Por meio de uma crítica sutil: “*Não basta a difusão cultural, são pouco eficientes os objetivos puramente filantrópicos*”, o professor Alcy Joaquim Ramalho parece apontar para uma nova concepção em consonância ao contexto inicial de abertura política e mobilização social da nação.

Em relação ao conceito de Extensão Universitária, este foi o primeiro tema a ser debatido no Seminário, apresentado pelo professor Renato Hilário dos Reis representante da Fundação Projeto Rondon e do MINTER. A presença do professor garante, de certa forma, a difusão da concepção mais compatível com aquela materializada no Projeto Rondon naquele momento, e pode evidenciar, no âmbito do evento, uma relação consensual de seus organizadores, com esta concepção. O Relatório traz a palestra do professor e expressa o conceito de Extensão Universitária articulado à missão da Universidade.

Quando se debate a missão, hoje, da universidade, particularmente sua missão social, a educação a ser vivenciada não pode se restringir à visão tradicional de transmissão/reprodução de conhecimentos já adquiridos. Antes de tudo, a educação vai buscar a **construção e produção do conhecimento, simultânea à contribuição à transformação da sociedade** (SEURS, Relatório, 1983, p 27 e 28, grifos nossos).

Defendendo a integração entre Universidade e sociedade o professor Renato dos Reis, inicia seu pronunciamento com uma questão: “Porque falar impropriamente “Extensão Universitária”, se pelo próprio espírito da lei 5.540, deve haver uma indissociabilidade entre as funções básicas da Universidade” (SEURS, Relatório, 1983, p. 26). O professor ressalta, portanto, a presença da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão na Lei de Reforma Universitária, porém este termo não é mencionado no texto da Lei 5.540/68, como visto no capítulo anterior deste trabalho. Essa interpretação e indicação possibilita a compreensão de uma suposta estratégia para demarcar um posicionamento, mediante a coexistência de distintas concepções de Extensão Universitária naquele período. O professor acentua com o seu discurso o direcionamento para uma concepção mais dialógica da Extensão, aparentemente já fomentada no meio acadêmico, e que mais tarde, em 1987, ganhará maior expressão através do FORPROEX, até ser consolidada na Constituição Federal de 1988.

Quanto ao conceito de Extensão pode-se destacar o seguinte trecho do pronunciamento do professor Renato dos Reis:



Em suma, para se caracterizar de direito e de fato uma atividade de ensino-pesquisa-extensão, poderíamos assim tentar sintetizar produção de conhecimento, de saberes e realização de ações simultâneas oxigenantes e reciprocamente transformantes entre a universidade e a comunidade, ou seja, toda ação deve expressar resultado de modificação no aluno, no professor, na escola, na comunidade como expressão de um processo de troca, em que ocorra aprendizagem recíproca, sistematicamente organizada, essencialmente transformadora, evolutiva e acumulativa.

FIGURA 22 - RELATÓRIO SEURS
FONTE: SEURS, Relatório, 1983, p. 32.

O trecho apresenta alguns termos como, *ações simultâneas oxigenantes e reciprocamente transformantes*, que evidenciam a demarcação de uma concepção de Extensão mais dialógica voltada para a transformação social em consonância com uma concepção de Universidade que se fortalecia na década de 1980; calcada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. A concepção de Extensão Universitária parece, portanto, transitar entre a esfera de função inerente à Universidade e a esfera da articulação entre ensino, pesquisa e sociedade. O professor ressalta ainda em seu pronunciamento algumas considerações sobre as dificuldades e facilidades que se apresentam na operacionalização desta concepção mais dialógica e transformadora da Extensão no meio Universitário; e propõe algumas diretrizes.

[...] 2 - É essencial que nos Planos de Ação de cada Instituição de Ensino, esteja definida política-institucionalmente, sua integração com a comunidade, numa **perspectiva curricular**; 3 – na formulação e execução das ações das instituições de ensino, ênfase especial seja dada à indispensável sintonia entre as instâncias decisórias políticas (Reitorias, Vice-Reitorias, Pró-Reitorias e as instâncias decisórias **didático-disciplinares-pedagógicas** (colegiados, coordenações de cursos, departamentos), num verdadeiro sistema de vasos comunicantes, de forma a quebrar o isolacionismo e o exclusivismo entre um setor e outro nas universidades (SEURS, Relatório, 1983, p. 34 e 35, grifos nossos).

Atenta-se para os termos *perspectiva curricular e didático-disciplinares-pedagógicas* apontarem para o Ensino e a Pesquisa. Este direcionamento voltado para um diálogo maior entre as instâncias decisórias da Universidade é apropriado pela UFPR e evidenciado em seu Relatório de Atividades de 1984 que menciona a “instalação da Coordenação de Extensão junto à PRAC, congregando representantes de todos os setores da UFPR, com o objetivo de definir as diretrizes básicas da política extensionista na UFPR” (UFPR, Relatório Anual, 1984, p.93)⁹⁹, o que ratifica a presença de um novo momento institucional da Extensão como citado no item 2.1 – Extensão em âmbito Normativo.

⁹⁹ Resolução Nº 158/84 do Conselho de Administração da UFPR.

Os debates realizados no SEURS demonstram que uma nova concepção de Extensão estava sendo pensada. O professor Lorenço Stein¹⁰⁰ sinaliza que,

A teoria está em nossas mãos e em nossa mente; precisamos, massivamente [sic] passar à prática aproveitando da partilha de nossas experiências locais, regionais e nacionais para uma arrancada que talvez venha a perturbar nossas estruturas internas e até, as nossas acomodações curriculares “intra-muros” (SEURS, Relatório, 1983, p. 43).

Dentre os aspectos abordados no SEURS sobre a Problemática da Extensão nas IES, o professor Paulo Roberto Pereira de Souza¹⁰¹ sinaliza a questão da alocação de recursos destinados à Extensão:

As Universidades, não dispendo de recursos próprios para o desenvolvimento de suas ações extensionistas, procuram buscar esses recursos junto a órgãos financiadores, o que normalmente faz que as mesmas sejam levadas a elaborar projetos nem sempre condizentes com a sua vocação e muitas vezes destituídos de qualquer contribuição pedagógica para o ensino e, alguns casos, **desenvolvem meras atividades de prestação de serviços** (SEURS, Relatório, 1983, p. 64, grifos nossos).

A falta de recursos para as atividades extensionistas nas IES apontado no trecho acima, pressupõe que apenas os programas compatíveis com as diretrizes nacionais do governo contavam com auxílio financeiro, as demais ações realizadas por iniciativa própria das IES dependiam da aprovação e incentivo de agências de fomento e entidades parceiras. As Universidades não garantiam esse recurso à Extensão, como previsto no artigo Nº 10 do Decreto-Lei 252/67:

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1967).

¹⁰⁰ Coordenador de Acompanhamento da Fundação Projeto Rondon.

¹⁰¹ Reitor da Universidade Estadual de Maringá.

A referência a Extensão como atividades de *mera prestação de serviço*, remete a um dos argumentos utilizado pela autora Ana Luiza Sousa¹⁰², em seu livro *A história da extensão universitária*¹⁰³, ao resumir a atuação da Extensão Universitária durante o período de ditadura no Brasil.

A função da prática extensionista era, pois **prestar serviço**, no sentido de promover a integração nacional e assim contribuir para o desenvolvimento e a segurança do país. [...] Além do que foi comentado até aqui, não há registro de qualquer presença marcante das IES nas questões da Extensão Universitária até o início da abertura política que o país passa a viver a partir do final da década de 1970. Esse foi um período em que a Extensão ainda era concebida dentro das IES, conforme os modelos importados e seguindo as diretrizes ditadas pelo Estado. **Extensão Universitária correspondia à prestação de serviços de assistência às comunidades carentes**, sendo estas ações representadas pela existência dos CRUTAC (SOUSA, 2010, p. 96 e 97, grifos nossos).

Todavia percebe-se nas formas de apropriação da Extensão Universitária na UFPR, que outras práticas somaram-se a essa prestação de serviço comunitário, por meio da divulgação técnica e cultural, presentes nos Cursos de Verão e nas promoções da Universidade Volante.

O II SEURS, realizado em 1984 na Universidade Federal de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, seguiu a diretriz do primeiro Seminário e teve como temática os “Elementos Essenciais para Definição de uma Política de Extensão nas IES”. O III SEURS debateu “O Financiamento da Extensão Universitária” e foi realizado em 1985 na Universidade Federal de Santa Catarina¹⁰⁴. O IV Seminário, em maio de 1986, discutiu “Propostas de Diretrizes da Extensão para a Universidade Brasileira” e ocorreu na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná¹⁰⁵. O documento que apresenta as conclusões do Seminário ressalta algumas contribuições e resultados dos debates realizados e “a necessidade da explicitação de uma política clara para a extensão universitária a nível nacional e a nível interno das

¹⁰² Na época da primeira edição da obra (2000) exercia o cargo de Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás.

¹⁰³ A primeira edição da obra é de 2000.

¹⁰⁴ Nenhum documento foi localizado sobre o II e o III SEURS.

¹⁰⁵ O que indica um revezamento na realização do SEURS entre os três Estados da Região Sul, prática que ainda é adotada na organização do evento.

universidades” (SEURS, Conclusões, 1986, p. 2). Alguns pontos importantes foram deliberados como indicadores nas diretrizes dessa política de Extensão em âmbito nacional e interno de cada IES. Em âmbito federal:

a) a adoção da Extensão Universitária como metodologia da ação didático-pedagógica; b) Reconceituar o tripé ensino, pesquisa e extensão; [...] c) Institucionalizar a extensão universitária através da sua inserção nos currículos, tornando-a indissociável dos programas de ensino e pesquisa; [...] e) Reafirmar a necessidade da existência, no âmbito do MEC, de mecanismos efetivos com recursos financeiros para as atividades de extensão (SEURS, Conclusões, 1986, p. 2).

Em âmbito interno de cada IES o documento recomenda “que se defina o planejamento institucional a partir de linhas programáticas fundamentadas nas diretrizes básicas da Universidade” (SEURS, Conclusões, 1986, p. 3).

Em consonância com a concepção dialógica de transformação social indicada nos debates dos SEURS, o Relatório Anual de 1986 sinaliza o momento de reestruturação da Extensão Universitária na UFPR.

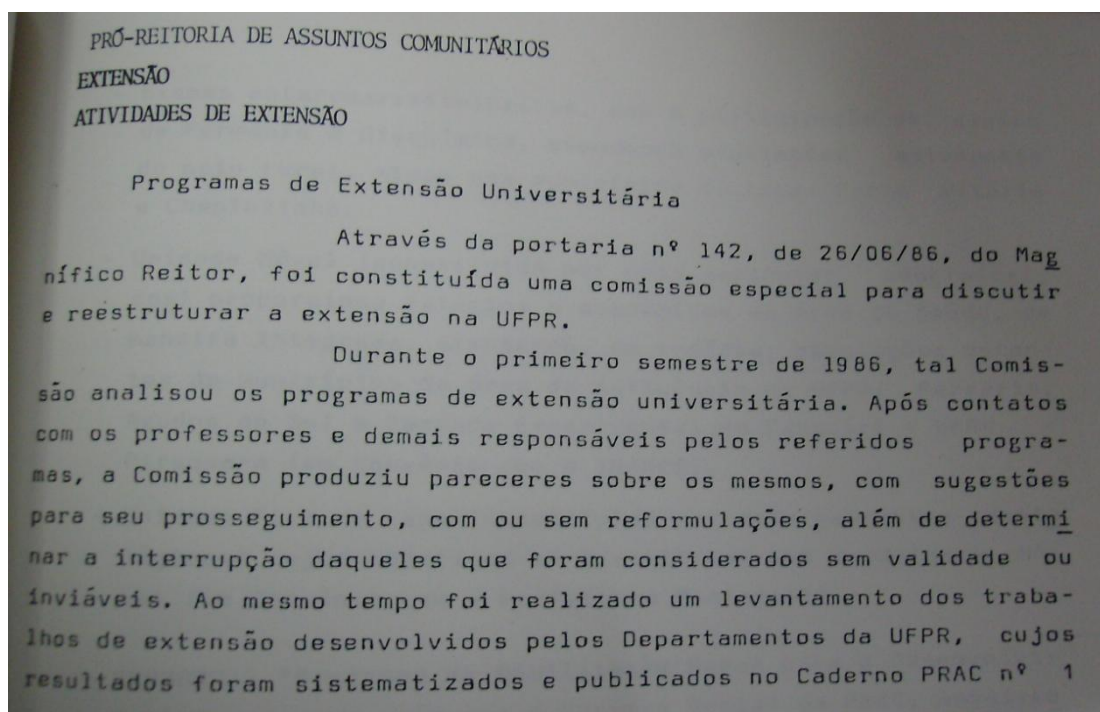


FIGURA 23 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES UFPR – 1986.
FONTE: UFPR, Relatório Anual, 1986, p. 95

O documento Caderno PRAC nº 1¹⁰⁶, sinaliza alguns aspectos importantes abordados para direcionamento da Extensão na UFPR e para o fortalecimento dessa concepção dialógica de transformação social no espaço institucional da Universidade. Um momento representado por aspectos que marcam uma concepção de Extensão pautada na defesa de uma maior aproximação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pela integração da Extensão com demais atividades da Universidade e na realimentação contínua do processo de Ensino e Pesquisa junto à realidade, numa perspectiva de diálogo e transformação social.

Os SEURS mostraram-se, portanto, como um importante espaço de articulação e relação de forças no que tange às representações e concepções de Extensão coexistentes em um mesmo período. Pois demarcaram as lutas entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações entre os mesmos e capazes de indicar um direcionamento dentro das estruturas que envolvem os agentes, docentes, técnicos e discentes, nas práticas extensionistas no âmbito das Universidades Públicas. Como ressalta Chartier,

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 2002, p. 17).

É imprescindível considerar que na história não há rupturas bruscas de comportamentos ou movimentos, portanto, distintas concepções de Extensão Universitária conviveram e coexistiram ao longo do período analisado, havendo prevalência ora de uma, ora de outra, com tensões maiores ou menores, conforme se expressam nas relações do cotidiano e nos documentos da UFPR. Estas concepções carregam em si representações da Extensão que produzem discursos que não são neutros, pois articulam estratégias e práticas que

¹⁰⁶ O documento não foi encontrado nos arquivos da UFPR, porém já fora mencionado no final do item 2.1 por meio de referência indireta: *Apud* BACELLAR, 1999.

tendem a impor uma autoridade, um direcionamento, e mesmo a legitimar escolhas e posturas mediante a proposição e a execução de ações.

A questão principal deste capítulo, perceber de que forma ocorreu na UFPR a apropriação da Lei 5.540/68 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, em suas normativas, documentos internos e ações extensionistas, parece ter ido muito além do proposto. Outros documentos e fontes, como os Estatutos, Regimentos, Resoluções da UFPR anteriores a 1968, bem como os Relatórios dos SEURS, foram de grande valia na composição dos percursos e na compreensão do processo de formalização da Extensão na UFPR.

O conceito de apropriação permite identificar parte do espaço institucional construído e ocupado pela Extensão Universitária na UFPR, no período da ditadura civil-militar. Em suas normativas internas percebe-se que a UFPR apropriou-se das diretrizes federais sobre Extensão Universitária ao longo do seu processo de formalização, realizando internamente os ajustes institucionais necessários, conforme previa o direcionamento nacional determinado por meio dos decretos, leis, planos e programas, dentre os quais a Lei 5.540/68, que corresponde à Reforma Universitária, e o Primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária, datado de 1975.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4.024/61, é apropriada pela UFPR em seu Estatuto de 1962 com uma concepção de Extensão semelhante ao de 1956, porém pressupõe, conforme determinação desta Lei, uma aproximação com os problemas regionais como função da Universidade, por meio dos Cursos de Verão e das promoções da Universidade Volante.

A apropriação dos elementos presentes na Lei 5.540/68 é percebida nas normativas da UFPR, por meio dos seus estatutos de 1970 e 1974. Estes revelam os ajustes necessários para atender aos direcionamentos previstos pela Reforma Universitária na estrutura organizacional e administrativa das Universidades. A Extensão ganha, pois, um destaque mais abrangente ao ter associados às suas ações novos elementos que modificam a concepção anterior, cabendo à Extensão neste momento a difusão técnica, cultural, artística, esportiva e o serviço comunitário em prol do desenvolvimento da nação. Uma mudança que provoca o predomínio de uma concepção de Extensão pautada no serviço comunitário. Esta ganha maior expressão,

principalmente, por meio de ações externas à Universidade e sob a diretriz dos programas federais. Essas ações tomam visibilidade e respaldo institucional mediante a criação na UFPR da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, encarregada de promover os programas federais, no caso, o CRUTAC-PR, o Campus Avançado de Imperatriz no Maranhão e o Programa de Integração Universidade-Empresa-Governo. Estes compõem diretrizes federais para a Extensão, e são viabilizados nacionalmente pelo MEC, pelo MINTER e pelos governos estaduais. No âmbito institucional, o Estatuto de 1974 da UFPR reserva uma seção própria para cada programa, nas quais são referendadas suas finalidades. Estes são também referendados e direcionados pelo Plano de Trabalho da Extensão Universitária em 1975, o que lhes garante o mesmo espaço no Estatuto da UFPR de 1983.

O I SEURS, em 1983 e a criação na UFPR da Coordenação de Extensão em 1984 junto à PRAC, apontam a existência de uma concepção de Extensão fomentada no interior das IES a favor de um diálogo de maior abrangência no interior da Universidade, junto ao MEC e a sociedade. Na UFPR a Coordenação de Extensão agrega como membros, representantes de todos os Setores e Órgãos da Universidade, considerados corresponsáveis no direcionamento da Extensão na UFPR.

Os SEURS II, III e IV apresentam-se como espaço importante na articulação de um debate em torno da formulação de uma política institucional de Extensão Universitária em âmbito federal e interno de cada IES.

Em 1986 na UFPR, a PRAC sinaliza um momento de reestruturação da Extensão pautado na defesa de uma concepção que seguindo a linha do diálogo questiona aspectos importantes da Extensão: a sua relevância social associada às necessidades da população; maior integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão e um direcionamento voltado para a transformação social. Esta concepção ganha espaço nas discussões junto à Coordenação de Extensão no interior da UFPR, ao mesmo tempo em que é difundida em outras Universidades até se oficializar nacionalmente em 1987 por meio do FORPROEX e ser consolidada em 1988 na Constituição Federal.

Os dois percursos propostos neste capítulo, normativo e técnico¹⁰⁷, apresentam minimamente um preâmbulo revelando o processo de formalização da Extensão Universitária na UFPR. Um processo demarcado pela coexistência e interpenetração de distintas concepções e diferentes apropriações, que configuram práticas diversificadas e compreensões heterogêneas da Extensão Universitária na UFPR.

¹⁰⁷ Verificar apêndice C - PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPR - QUADRO SÍNTESE, construído pela autora com base nas informações deste capítulo.

CAPÍTULO 3 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPR: ENTRE NORMAS E MEMÓRIAS

Eu nunca ouvi essa expressão Extensão [1984] para mim ficou comum pelo fato de ter me tornado professor da Universidade, mas eu nunca ouvi essa expressão. Era assim, nós temos um Projeto. [...] Nunca ninguém disse isso é um projeto de Extensão. [...] Para minha formação foi fundamental.

(TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013).

O capítulo se dispõe a uma análise direcionada às práticas de atividades extensionistas realizadas na UFPR, com o intuito de identificar algumas apropriações e representações construídas pelos agentes em suas ações. As atividades escolhidas para maior aprofundamento são o CRUTAC e o Campus Avançado de Imperatriz, no Maranhão, por entender que essas duas ações abarcam o contexto da ditadura civil-militar e das diretrizes nacionais para Extensão Universitária, referenciadas no capítulo 1, e, ao mesmo tempo, compõem o processo de formalização da Extensão na UFPR, como exposto no capítulo 2, por terem sido assumidas pela instituição. Essas atividades também fazem parte de um momento em que a concepção de Extensão predominante pautava-se no serviço comunitário, alvo principal das críticas elaboradas pela produção acadêmica sobre as ações assistencialistas da Extensão. Para tanto serão revisitadas as normativas e os relatórios de trabalho sobre essas ações, bem como depoimentos de docentes e discentes que atuaram diretamente nessas atividades de Extensão Universitária na UFPR.

3.1 CENTRO RURAL DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CRUTAC).

As palavras de Newton Sucupira, na época membro do CFE, são um suporte inicial para compreender a importância das ações de Extensão Universitária no contexto das diretrizes nacionais do governo ditatorial.

A ideia da extensão universitária, sob a forma de serviço que a universidade presta à sua comunidade, adquiriu modalidade própria no sistema universitário brasileiro, através de dois projetos determinados por nossa realidade: o CRUTAC, ou seja, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária e o Projeto Rondon. **O CRUTAC é uma experiência pioneira de ação comunitária iniciada por uma Universidade do Nordeste**, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e hoje praticada por cinco universidades da região. Ao contrário do Projeto Rondon que é posterior, **o CRUTAC representa a própria Universidade atuando no seu próprio Estado, nos limites de sua área geográfica**. Estudantes e professores deslocam-se para o interior, onde prestam serviços às comunidades nos diferentes setores de atividades relacionadas com seus cursos. **O CRUTAC ensina, assim, aos concluintes condições para o estágio profissional nos meios rurais, como também oportunidades para o estudo e solução dos diferentes problemas das comunidades interioranas, em face das peculiaridades do meio** (SUCUPIRA, 1972, p. 222- 223, grifos nossos).

O CRUTAC surgiu de uma iniciativa da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão do governo voltado para o desenvolvimento da região. Seus propósitos básicos, segundo Mauro Gurgel (1986), eram o treinamento, a motivação das comunidades e a prestação de serviços, mas era também, segundo o autor, uma forma de levar a Universidade a participar na solução dos problemas regionais, conforme indicava a moderna função da Universidade ressaltada no capítulo 2.

Na acepção do reitor da UFRN e idealizador do programa, professor Onofre Lopes, o CRUTAC “foi inspirado no desejo sincero de constituir-se em unidade de trabalho de jovens universitários a serviço da promoção do homem rural e do desenvolvimento integrado da Nação” (LOPES, 1972, p. 5).

O CRUTAC-RN foi institucionalizado na UFRN em 28 de dezembro de 1965, e a instalação do primeiro Centro ocorreu em agosto de 1966 como experiência piloto no município de Santa Cruz.

CRUTAC surgiu [...] com o propósito de participar do esforço comum, fazendo aglutinar energias e somar recursos materiais e humanos, com base na estrutura e na nova orientação extensionista das Universidades modernas: aproveitar a vocação patriótica dos moços para a prestação de serviço às

populações do interior visando ao desenvolvimento e à integração do País (LOPES, 1972, p. 8).

Seus objetivos, segundo Gurgel (1986), referiam-se basicamente ao treinamento universitário, que representaria uma forma de participação da Universidade no esforço do desenvolvimento regional através de uma ação comunitária que despertasse as populações para a sua condição de agentes sociais. Esta aceção de Gurgel se contrapõe ao rótulo de atividade simplesmente assistencialista. Diversas áreas do conhecimento participavam das atividades do CRUTAC, como: Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Direito, Serviço Social, Educação e Economia.

Uma Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) foi instituída pelo Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969, e abriu a possibilidade da expansão nacional das ideias sistematizadas na UFRN. Desse modo o governo ditatorial encampava uma forma de atuação de Extensão Universitária. O Decreto-Lei deixava claro que o MEC era o órgão competente para cuidar das questões relativas à CINCRUTAC, o que ratifica a presença marcante deste Ministério nas ações do CRUTAC.

Art. 1º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CINCRUTAC, com a finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para implantação nas Universidades brasileiras de programas que visam a: I - **Ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante o trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas; II - Encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através dos cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzam à **promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional**; III - Promover o **treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios**, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos; IV - Proporcionar aos **estudantes estagiários**, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e **solução dos diversos problemas da comunidade**, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio; V - Proceder ao **levantamento de recursos financeiros da União, dos****

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a serem aplicados em projetos específicos. (BRASIL, 1969, s/p).

O Decreto-Lei ao apresentar os objetivos desta Comissão junto às ações do CRUTAC, reforça a questão da promoção humana para o desenvolvimento e a segurança nacional, como previsto na Doutrina da ESG. A questão assistencialista parece ser, assim, um pressuposto crítico formulado pela produção acadêmica sobre a Extensão, que não apresenta uma menção direta nas normas do programa, mas que pode ter sido associada a partir da finalidade de *ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas*. Todavia outros aspectos como o *treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios*, articula aos currículos acadêmicos a prática extensionista e indicam a presença de uma ação formativa que deve ser considerada. Deste modo os objetivos da CINCRUTAC e do CRUTAC corroboram para a difusão no meio acadêmico da concepção de Extensão Universitária pautada no serviço comunitário, mas não necessariamente em práticas assistencialistas.

A coordenação da CINCRUTAC foi constituída com representantes do MEC, do MINTER, do Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O Coordenador da CINCRUTAC e representante do MEC era o próprio professor Onofre Lopes da UFRN, que permaneceu no cargo até 1977. O MEC foi, portanto, o Ministério que mais sobressaiu junto às ações do CRUTAC e da CINCRUTAC.

A CINCRUTAC era o órgão responsável pelo incentivo, apoio financeiro e esporádico assessoramento técnico dos CRUTAC (GURGEL, 1986). O repasse de recursos financeiros às Universidades mediante assinatura de convênio entre a Universidade e a CINCRUTAC garantia, de certa forma, a adesão e desenvolvimento do programa por essas instituições.

O referido Decreto-Lei nº 916/69 estabelece ainda em seu Artigo 9º a autonomia das Universidades na organização do CRUTAC e a necessidade de se estabelecer parcerias visando à manutenção do programa.

Cada Universidade, com a sua finalidade e autonomia, organizará e dirigirá o respectivo CRUTAC, de acordo com as suas peculiaridades, atendendo ao princípio do trabalho

associado¹⁰⁸ definido neste Decreto-lei. [...] As comunidades participarão do CRUTAC, integrando-se nas suas diversas atividades e contribuindo com recursos materiais, humanos e financeiros, de modo a assegurar unidade de ação do Programa (BRASIL, 1969, s/p).

Em 1977 é extinta a CINCRUTAC¹⁰⁹, por ser esta Comissão um mecanismo de caráter transitório, já havia cumprido a sua função. Suas responsabilidades passaram a competência da CODAE, junto ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC. O que supostamente causou impacto no desenvolvimento do programa nas Universidades.

O quadro 6 apresenta a sequência dos CRUTAC que foram criados e implantados no país.

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CRUTAC NO BRASIL	
Ano	CRUTAC
1965	CRUTAC-RN.
1969	CRUTAC- PE e CRUTAC-MA.
1971	CRUTAC-CE e CRUTAC-SE.
1972	CRUTAC-PA; CRUTAC-AM; CRUTAC-PB; CRUTAC-Mossoró; CRUTAC-AL; CRUTAC-ES; CRUTAC-RJ; CRUTAC-São Carlos; CRUTAC-Londrina; CRUTAC-Pelotas; CRUTAC-Santa Maria; CRUTAC-PR ; CRUTAC-SC.
1973	CRUTAC-GO.
1974	CRUTAC-Ponta Grossa; CRUTAC-MT.
1975	CRUTAC-PI.

QUADRO 6 - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CRUTAC NO BRASIL

FONTE: A autora, com base nas informações de Gurgel, 1986, p. 109- 111.

¹⁰⁸ Trabalho associado refere-se à integração das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades privadas.

¹⁰⁹ Decreto nº 79.296 de 25 de fevereiro de 1977.

Segundo dados do quadro o ano de 1972 marca o período em que o CRUTAC assume uma dimensão nacional mais ampla, saindo da Região Nordeste e propagando-se em Universidades Federais e não federais como a Universidade Regional de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e as Universidades Estaduais de Londrina e Ponta Grossa, no Paraná. Em depoimento, o professor Léo Kriger da UFPR ressalta a força do programa CRUTAC no meio acadêmico e destaca alguns núcleos e regiões onde o programa parecia mais forte.

O CRUTAC era forte aqui na Federal do Paraná, era forte em Ponta Grossa, era muito forte no Nordeste. Ele não era forte em todo o Brasil, ele tinha Núcleos fortes e o do Paraná, era muito forte. A Universidade Estadual de Ponta Grossa tinha também um campus e trabalhavam em um distrito e até hoje eles estão nesse distrito, não como CRUTAC, mas como Extensão da Universidade, mas que começou com o CRUTAC (KRIGER, entrevista, 2013)¹¹⁰.

Quanto à atuação do CRUTAC destaca-se no mapa abaixo a área de distribuição e abrangência na Região Sul.

¹¹⁰ O CRUTAC – Ponta Grossa mantém-se ainda em atividade atendendo ações extensionistas da Universidade Federal de Ponta Grossa (UEPG).

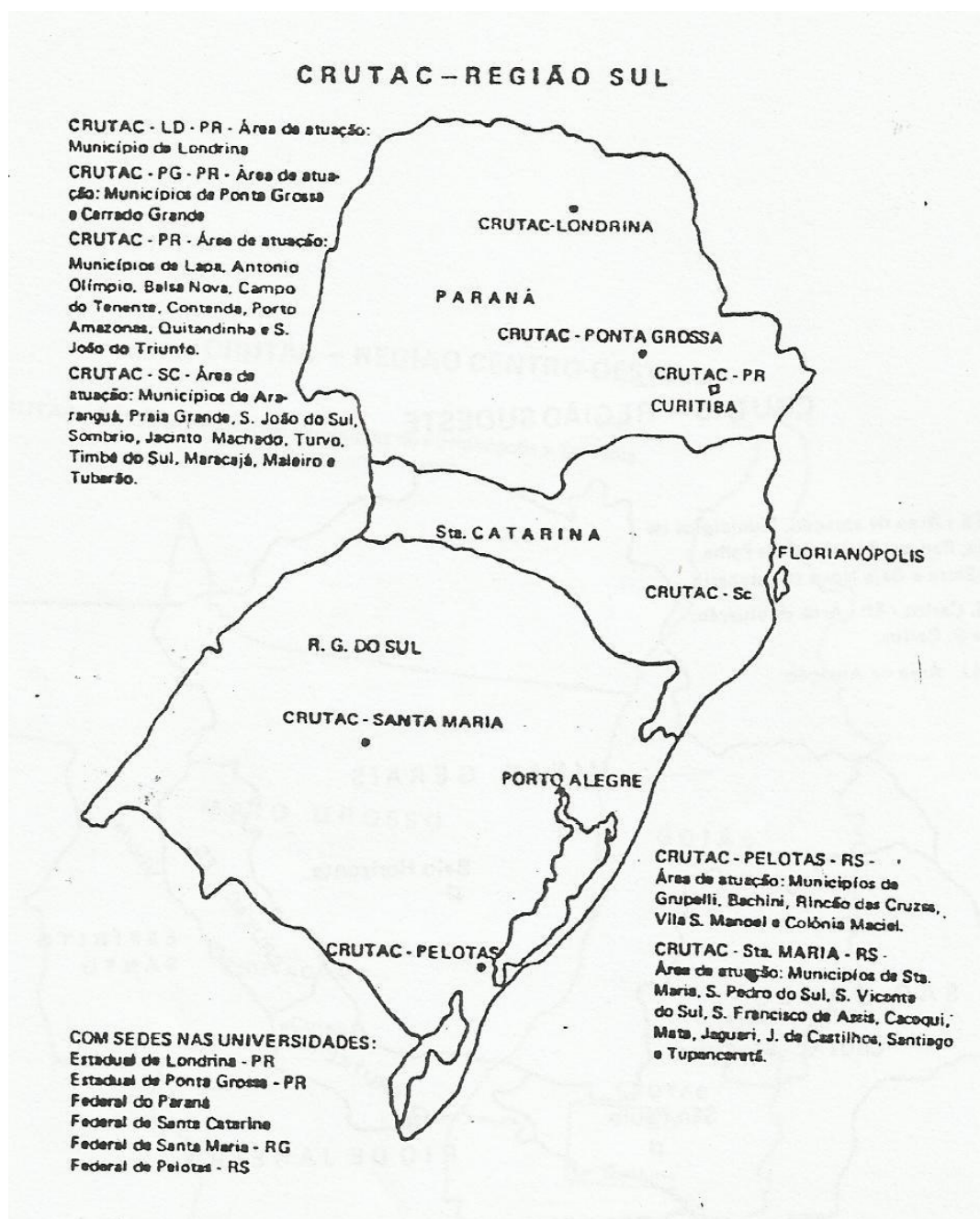


FIGURA 24 - MAPA DE ATUAÇÃO CRUTAC - REGIÃO SUL

Fonte: Bacellar (1989, p. 165).

A UFPR implanta o seu CRUTAC em 1972, mediante Portaria nº 8635, de 23 de maio de 1972, quando uma Coordenação Geral e uma Comissão de Planejamento e Controle foram criadas, esta última, com representantes das áreas de ciências Agrárias, Ciências Tecnológicas, Ciências Biológicas e Ciências Humanísticas (BACELLAR, 1989, p. 139). Segundo a mesma autora “este programa contou com a participação de professores e alunos que se deslocavam para municípios do interior do Estado, com o objetivo de dar

assistência rural” (BACELLAR, 1989, p. 139). A acepção de Bacellar destaca o aspecto da assistência e não da formação acadêmica, o que ratifica a representação formulada pela produção acadêmica da prática assistencialista da Extensão nesse período.

A figura 24 mostra que o CRUTAC-PR atendia aos municípios da Lapa, Antonio Olimpio, que provavelmente refere-se a Antonio Olinto, Balsa Nova, Campo do Tenente, Contenda, Porto Amazonas, Quitandinha e São João do Triunfo. Outros municípios, porém, foram atendidos em ações posteriores e não constam no mapa, como: Rio Negro, Almirante Tamandaré, Quatro Barras, Bocaiuva do Sul, São Mateus do Sul e Ilha do Mel entre outros, conforme indicação dos Relatórios do CRUTAC-PR e da UFPR, analisados na sequência.

Em 16 de fevereiro de 1973 o Conselho Universitário da UFPR aprova o Regimento do CRUTAC-PR¹¹¹, que estabelece os objetivos e finalidades dessa ação.

At. 1º - O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Paraná (CRUTAC-PR), criado pela Universidade Federal do Paraná, mediante a Portaria nº 8635, de 23 de maio de 1972 **tem como objetivo fundamental: Proporcionar a universitários, supervisionados por seus mestres, treinamento em zona rural, prestando serviços às populações do interior com a finalidade de coadjuvar a resolução, parcial ou total, de problemas comunitários.** § 1º - **O CRUTAC-PR não visa assumir a responsabilidade da solução de problemas da alçada de outros organismos municipais, estaduais ou federais, e sim integrar a Universidade na comunidade paranaense**, proporcionando aos discentes frutuoso contato com os problemas de cuja solução deverá participar como profissional (UFPR, Regimento CRUTAC-PR, 1973, grifos nossos).

O Regimento apresenta os objetivos do CRUTAC-PR e ressalta o papel coadjuvante da UFPR na solução dos problemas da comunidade, de modo que a responsabilidade destes permanece na *alçada de outros organismos*

¹¹¹ Um agradecimento especial é dado a Yeda Maria dos Santos Bacellar que ao disponibilizar o Regimento do CRUTAC-PR como anexo em sua dissertação de mestrado facilitou o acesso e a utilização deste como fonte para essa pesquisa. Como o trabalho de Bacellar não está disponível online, optou-se por disponibilizar o regimento do CRUTAC-PR como Anexo da presente dissertação.

municipais, estaduais ou federais, mantendo como função social da UFPR a integração com a comunidade paranaense. Uma estratégia de salvaguardar a Universidade e o programa das críticas que vinha sofrendo a proposta do CRUTAC, que segundo Gurgel (1986), era apontado por muitos como uma proposta de estrutura substitutiva da ação do Estado. Esta ideia pode ter sido a base de sustentação para a formulação do rótulo assistencialista para as práticas extensionistas no período da ditadura. Todavia a normativa do CRUTAC-PR da UFPR apresenta uma proposta que se contrapõe a esse entendimento, principalmente quando associa o treinamento discente, que indica uma ação formativa, e a atuação coadjuvante da Universidade na solução de problemas locais, de modo a não assumi-los como responsabilidade sua e sim como função social extramuros da Universidade.

O Relatório Anual do CRUTAC-PR formulado pela UFPR em 1977 ratifica esse entendimento, como mostra a figura 25.

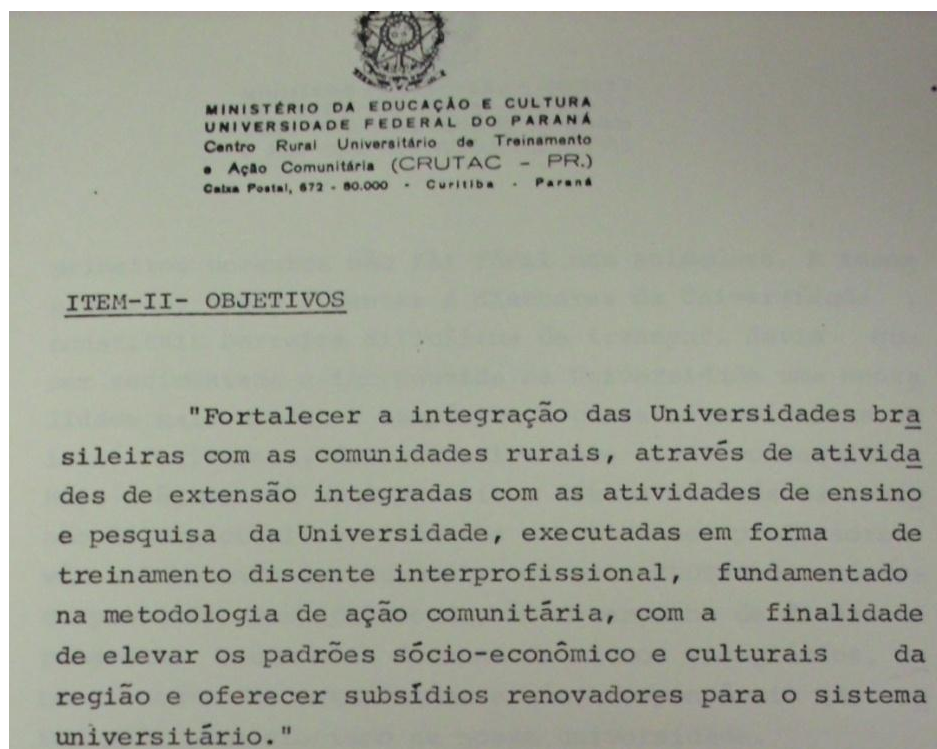


FIGURA 25 - OBJETIVOS DO CRUTAC-PR.

FONTE: UFPR, Relatório Anual do CRUTAC-PR, (1977, p. 4).

O Relatório ratifica os objetivos do programa e destaca a questão do *treinamento discente interprofissional*, que por meio de uma *metodologia de*

ação comunitária eleva os *padrões socioeconômicos e culturais da região* e favorece *subsídios renovadores para o sistema universitário*, o que indica uma conformidade com o Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975 da CODAE, que utiliza o termo *retroalimentação* em sua redação.

O Regimento do CRUTAC-PR indica também que a face do governo ditatorial se fez presente não só pela presença da concepção da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional, mas também por meio do caráter repressor do Estado, conforme consta no documento.

Art. 21 – O pessoal do CRUTAC-PR fica proibido terminantemente de participar de manifestações político-partidárias, de forma a garantir a neutralidade, em face de qualquer sectarismo (UFPR, Regimento CRUTAC-PR, 1973).

O Artigo acima lembra aos participantes do programa e demais interessados que aquele período histórico era o da ditadura, com suas sutis estratégias ideológicas e repressoras. O artigo não é exclusivo do CRUTAC-PR, o mesmo fora utilizado na aprovação do Regimento do CRUTAC-RN em 1966, e demonstra que era parte de um modelo nacional proposto para a implantação do CRUTAC nas Universidades.

Para atuação do CRUTAC-PR o Regimento de 1973 divide o Estado em áreas denominadas Núcleos, que são constituídos por municípios, de acordo com suas relações e interdependências sociais, geográficas e econômicas. Uma sistemática comum a todos os CRUTAC implantados no país, pois, segundo Gurgel, “as experiências dos demais CRUTAC tomaram por base o que se fazia no Rio Grande do Norte e no Maranhão” (1986, p. 112). O regimento de 1973 prevê também que em cada núcleo haveria, sempre que possível, um levantamento inicial dos problemas existentes juntos aos órgãos locais que seriam levados à Universidade e integrados ao currículo por meio da prática de ensino e do treinamento discente.

Os problemas postos em relevo pelo levantamento, após análise pela Comissão de Planejamento e Controle, deverão ser encaminhados às Unidades Universitárias a fim de que os Departamentos interessados ofereçam soluções na forma de

treinamento curricular, complementar ou eletivo, quantificando os créditos a serem atribuídos àqueles que dele participarem, com aprovação dos Colegiados competentes, incluso o Conselho de Ensino e Pesquisa (UFPR, Regimento do CRUTAC-PR, 1973, p. 1).

O Relatório Anual de 1977 do CRUTAC-PR ressalta a implantação no interior do Estado de Núcleos Rurais, que tinham um caráter de atuação permanente, e salienta a existência de ações ocasionais em diversas áreas, com intuito de cumprir programas específicos.

Cidades do interior, além desta capital, como sejam Tapejara, Verê, São Jorge, Chopinzinho, Pato Branco e Coronel Vivida, no Sudoeste; Atalaia, Cianorte, Paissandú e Maringá, no Norte; Lapa, Campo do Tenente, Balsa Nova, Porto Amazonas, Antonio Olinto, Quitandinha, Piên, Tijucas do Sul, no Centro Sul; Antonina e Morretes, no litoral, são testemunhas vivas da presença sucessiva, passada e presente, de equipes que através de alguns anos vêm semeando ensinamentos e recolhendo experiências concretas, numa assimilação mútua da efetiva integração do ensino com a pesquisa e com a extensão (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1977, p.6).

No Relatório a prática formativa do CRUTAC-PR é ressaltada ao destacar a os *ensinamentos* e as *experiências concretas*, bem como a *assimilação mútua da efetiva integração do ensino com a pesquisa e com a extensão*.

Os Núcleos de atendimento do CRUTAC-PR são também identificados por meio de uma matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo de 1977.



O CRUTAC
 Criado para atender a parte de extensão universitária, o CRUTAC passou a utilizar estudantes dos últimos anos dos diversos cursos, para prestação de serviços junto às comunidades carentes. Com a expansão do trabalho, a Universidade Federal do Paraná mantém atualmente três núcleos: litoral, centro-sul e sudoeste. As sedes ficam nas cidades de Antonina, Lapa e Pato Branco. Ao todo são 16 municípios atingidos, recebendo alguns, atendimento médico-odontológico e outros, na área rural, onde também se desenvolve trabalho de medicina-veterinária e agronomia.

FIGURA 26 – UNIDADE RURAL DA UFP ATENDE OITO MUNICÍPIOS DESDE A LAPA.

FONTE: Jornal Gazeta Do Povo, 25 de setembro de 1977, s/p.

A matéria do jornal divulga a ação do CRUTAC-PR e pode ser entendida como uma estratégia de reconhecimento e legitimação, e, destaca a prática da Extensão como prestação de serviços dos estudantes da UFPR junto às comunidades, ratificando a concepção da época.

Quanto à sua estrutura, o CRUTAC-PR, em seu Regimento de 1973, era considerado um órgão suplementar da UFPR, subordinado diretamente ao Reitor, e organizado a partir de uma Coordenadoria geral, exercida por um professor da Universidade escolhido pelo próprio Reitor¹¹²; por um Conselho

¹¹² O nome que aparece nos Relatórios do CRUTAC-PR de 1977 a 1980 exercendo a função de Coordenador do programa na UFPR é o do professor Rubens Dória de Oliveira.

Consultivo, composto por representantes de órgãos do Poder Público, organismos financeiros e entidades privadas, convidados especialmente pelo Reitor; e por uma Comissão de Planejamento e Controle, constituída por um professor representante de cada área de atuação da Universidade: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Humanísticas e Ciências Tecnológicas. Havia também alguns setores importantes voltados para atuação do CRUTAC diretamente como: secretaria; contabilidade e coordenadoria de Núcleos e programas (UFPR, 1973). Seu organograma era composto da seguinte forma:

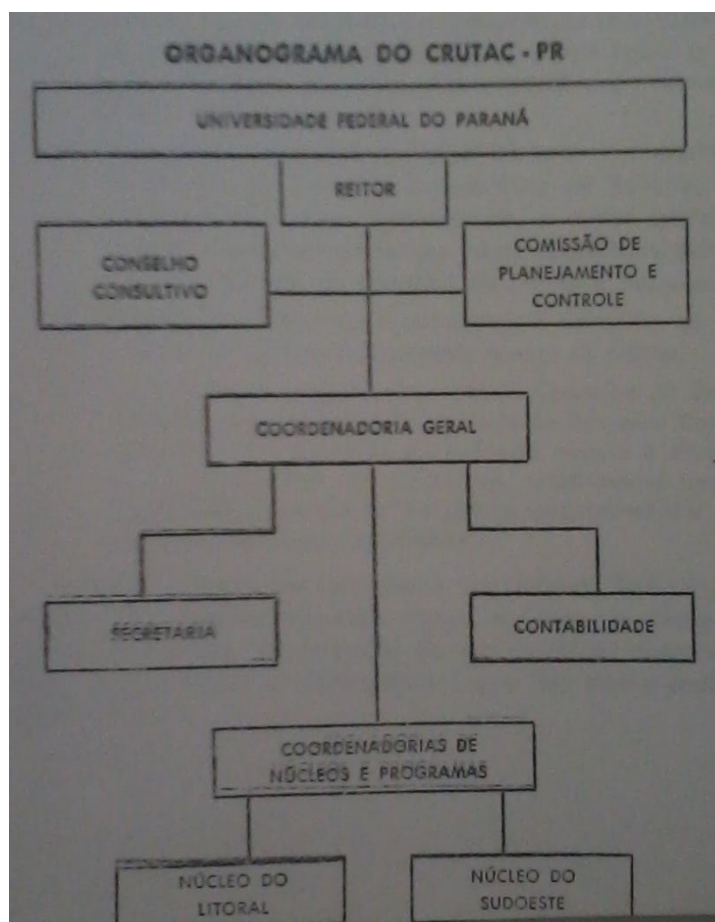


FIGURA 27 - ORGANOGRAMA DO CRUTAC-PR.
 FONTE: BACELLAR (1989, p. 190).

Todavia, após a reestruturação da UFPR, exigida pela Reforma Universitária, Lei Nº 5.540/68, o CRUTAC-PR aparece no Regimento interno da Universidade de 1974 e de 1983, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), com as seguintes finalidades:

Art. 144 – São suas finalidades: I – facilitar a integração da Universidade na realidade rural, de forma a que participe mais diretamente da problemática do desenvolvimento; II – proporcionar condições ao exercício de **prática de ensino em base interdisciplinar**, programando e compatibilizando a participação de diferentes disciplinas; III – mobilizar, em regime de co-participação, os órgãos públicos e privados, as instituições e populações locais, na integração do treinamento de universitários; IV – **desenvolver atividades na região, sob condições estritamente proporcionadas pela população local ou criadas pelo esforço conjugado entre Universidade e comunidade**, respeitando os padrões de cultura dos grupos locais; V – desenvolver **atividades de assessoramento** junto aos poderes públicos e privados na sua área de atuação; VI – experimentar e controlar o desenvolvimento qualitativo dos programas de treinamento universitário no meio rural, divulgando os resultados (UFPR, 1974, p. 97, grifos nossos).

Novamente a integração das ações do CRUTAC com o ensino e com a interdisciplinaridade abrangendo diversas áreas do conhecimento, bem como os esforços conjugados entre comunidade e Universidade, com função de assessoramento, são aspectos ressaltados na normativa que se contrapõem ao rótulo assistencialista. O depoimento a seguir confirma essa função do CRUTAC-PR.

Quando fui coordenador geral do CRUTAC decidi ampliar a ida dos acadêmicos. Havia um curso incipiente na Universidade que era o curso de Turismo, que estava começando, e eu propus que a gente fizesse um plano de turismo rural da Lapa, então os alunos iam lá faziam um levantamento dos restaurantes, das atrações que podiam ser feitas, como por exemplo, fazer um desenvolvimento sustentável do turismo e surgiram muitas boas ideias, pena que nas mudanças de gestão municipal acabaram não se consolidando (KRIGER, Léo, Entrevista, 2013).

O depoimento do professor Léo Kriger ratifica a atuação do CRUTAC-PR na função de assessoria, conjugando esforços da Universidade e da comunidade para desenvolver atividades na região, ainda que não consolidadas.

Para execução dos seus programas o CRUTAC-PR contava com servidores públicos locais colocados à sua disposição, e alguns servidores contratados. O que gerou críticas no Relatório Anual do CRUTAC-PR de 1978:

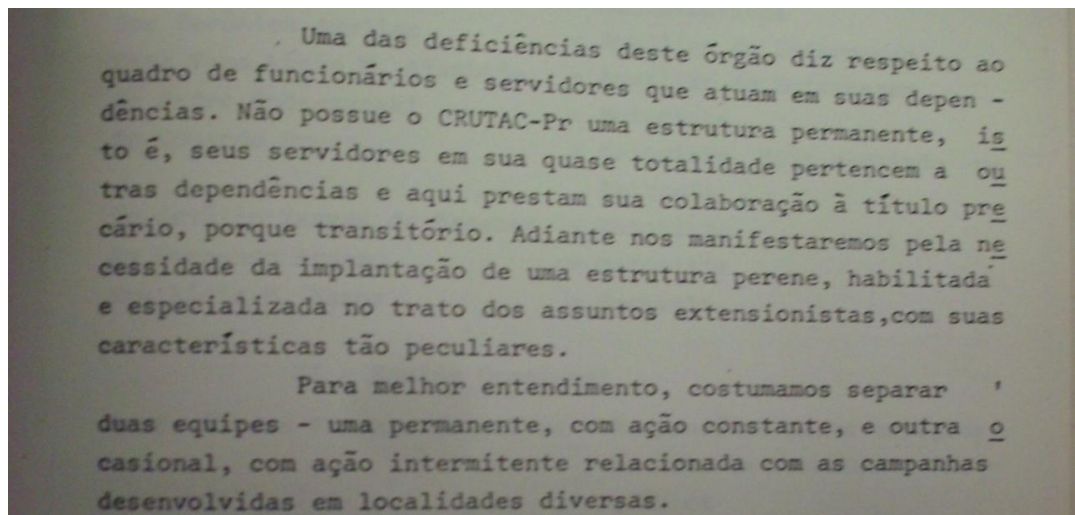


FIGURA 28 - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO CRUTAC-PR.
FONTE: UFPR, Relatório Anual do CRUTAC-PR de 1978, p.64.

O Quadro 7, a seguir, apresenta os nomes de alguns membros da equipe permanente e da equipe transitória do CRUTAC-PR entre os anos de 1977 e 1980

Membros da Equipe Permanente	
Prof. Rubens Dória de Oliveira	Coordenador
Prof. Audinir Curial Gondin	Sub-Coordenador
Prof. Ruy Graichen	Coordenador de estágios na Lapa e em Campo do Tenente
Sr. Antônio Manoel Nunes	Encarregado de contabilidade
Sr. Francisco de Almeida Filho	Trabalhos Administrativos
Sra. Verônica Avelino	Auxiliar de Enfermagem
Srta. Vera Lucia M. Azambuja	Auxiliar de Enfermagem
Sra. Olívia Galvão	Auxiliar de Enfermagem
Sr. Pedro Rodaczynski	Motorista e colaborador de Estágios e Campanhas
Sr. Eduardo Druz	Motorista
Sr. Getúlio Vargas de Menezes	Motorista
Sra. Lídia R. Ramos	Servente no Núcleo Rural da Lapa
Membros da Equipe Transitória	
Prof. Álvaro Vicente Gonçalves	Coordenador de Estágios da Farmácia e Bioquímica
Prof. Léo Kriger	Coordenador de Estágios da área odontológica
Prof. ^a Eny Caldeira	Coordenadora de Estágios na área de Educação
Prof. ^a Vera B. Magalhães Batista	Coordenadora Auxiliar na área Odontológica e Coordenadora na área de Campanhas Extensionistas
Prof. João Marcos Baroni	Coordenador de Estágios da área de Veterinária
Prof. Braz de Freitas Fernandes	Coordenador de Estágios da área de Veterinária
Prof. ^a Sandra D. Lipski	Coordenadora na área de Campanhas Extensionistas

QUADRO 7 - EQUIPES DO CRUTAC-PR¹¹³

FONTE: A autora, com base nos Relatório Anuais produzidos pela UFPR sobre o CRUTAC-PR de 1977 a 1980.

¹¹³ Por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPR, tentou-se localizar alguns participantes das equipes, todavia não obteve-se sucesso. Apenas o Professor Léo Kriger foi localizado, pois ainda se encontra atuante como colaborador na Secretaria de Saúde da Prefeitura de Curitiba.

Para manter a estrutura de atendimento, o CRUTAC-PR recebia recursos de apoio direto às atividades, por meio do convênio firmado entre a UFPR e a CINCRUTAC, conforme previsto no Regimento de 1973. Este convênio abrangia estadia, alimentação, pequena diária, local e materiais de trabalho indispensáveis, além de meios de transporte. Esses recursos eram provenientes principalmente da CODAE/MEC, da UFPR, da União, do Estado e dos municípios onde atuava, bem como de convênios com órgãos e empresas particulares.

O quadro 8 apresenta os subsídios recebidos pelo CRUTAC em 1976, 1977 e 1978.

	Junho 1976 a novembro 1977	1978
CODAE/DAU	Cr\$ 270.000,00	Cr\$ 100.000,00
FUNRURAL	(1977) Cr\$ 90.000,00	Cr\$ 367.500,00
UFPR	-	Cr\$ 25.000,00

QUADRO 8 - RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO CRUTAC-PR¹¹⁴.
 FONTE: A autora com base nos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR formulados pela UFPR de 1977 e 1978.

O subsídio advindo do convênio entre a UFPR-FUNRURAL-PRÓ-RURAL, Nº 23/77, destinava parcelas mensais para a manutenção da Unidade Móvel de Assistência médica e Odontológica.

O CRUTAC tinha uma força porque era um programa estratégico do Governo Federal, então havia recursos, tinha uma estrutura, um coordenador, um vice-coordenador, funcionários, secretários, dois ou três motoristas, condução própria, tinha recursos para comprar material. A Universidade tinha um local em que funcionava o CRUTAC, esse CRUTAC

¹¹⁴ Ressalta-se que em 1976 o valor de referência do salário mínimo nacional era de Cr\$ 768,00, em 1977 Cr\$ 1.106,40 e em 1978 Cr\$ 1.560,00.

era muito respeitado e era ligado a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

Todavia o Relatório Anual do CRUTAC-PR de 1977 salienta a limitação desses recursos, que provavelmente tornaram-se mais escassos após a extinção da CINCRUTAC nesse mesmo ano.

Parcos recursos financeiros, situação essa agravada ainda mais pela conjuntura de contenção necessária, cerceiam o crescimento deste CRUTAC em termos de uma desejada expansão. [...] As verbas orçamentárias, modestas e incertamente distribuídas durante o exercício, sempre impediram o desejado deslanche do serviço, além do que implicaram em sua presença apenas em determinadas regiões do Sudoeste do Estado (UFPR, 1977, p.5).

O Relatório destaca não só os valores modestos, mas a distribuição incerta ao longo do ano, e indica que a irregularidade na sistemática de envio dos subsídios gerava transtornos ao planejamento e execução das atividades. O Relatório de 1978 do CRUTAC-PR também menciona os poucos recursos financeiros advindos do MEC e da UFPR.

Com óbvia exceção das substanciais disponibilidades mensais oriundas do FUNRURAL e destinadas à manutenção da Unidade Móvel de Assistência, as demais verbas face aos encargos deste CRUTAC são absolutamente insuficientes, motivo pelo qual não há possibilidade presente de se planejar para 1979 sequer a repetição dos trabalhos realizados em 1978, somente efetivados através da maior parcimônia nos gastos. A tendência inflacionária não permite nenhuma precisão daquilo que será possível fazer... a persistir tamanha limitação financeira (UFPR, Relatório Anual do CRUTAC-PR, 1978, p. 57).

A escassez de recursos pressupõe que os repasses financeiros para o CRUTAC-PR não atendiam totalmente as necessidades do programa dificultando sua manutenção e limitando sua área de abrangência. O Relatório Anual do CRUTAC-PR de 1979 destaca um agravamento ainda maior na falta de verbas para o programa.

No presente, é lamentável a constatação de que há em torno da extensão um certo imobilismo dentro da política universitária. Prepondera nessa área absoluta falta de recursos financeiros, tanto mais agravados se atentarmos tratar-se de encargos muito onerosos pela sua natureza. [...] o CRUTAC, parcamente contemplado com verbas, mesmo assim tem desenvolvido atividades várias. Seus estagiários não despendem nenhum numerário, pois têm transporte e alimentação gratuitos (UFPR, 1979, p.2).

Percebe-se, portanto, durante a ditadura, que havia falta de recursos para os programas governamentais, principalmente ações com encargos onerosos como o CRUTAC. Esta limitação de verbas pode ser associada ao fim do milagre econômico (1968-1973) e início do declínio do regime ditatorial, quando a inflação alcançava índices próximos aos 100% ao ano.

Quanto às propostas e ações do CRUTAC-PR na UFPR, algumas foram identificadas por meio dos artigos de Jornais da época, como é o caso da Unidade Fixa de atendimento no município da Lapa em 1977.

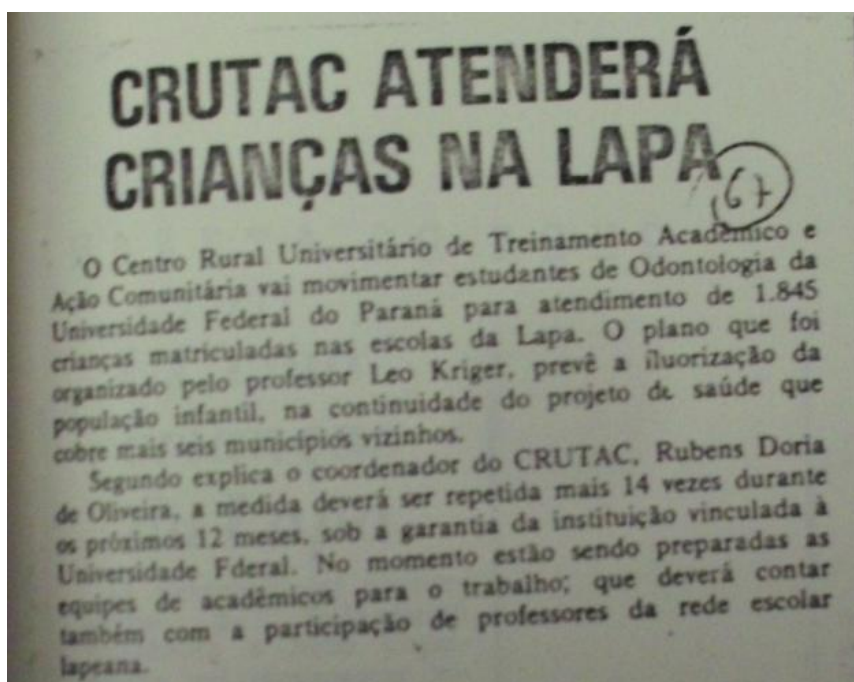


FIGURA 29 - CRUTAC ATENDERÁ CRIANÇAS NA LAPA.
 FONTE: Jornal Diário Popular, 19 de maio de 1977, s/d.

No artigo a ação proposta prevê um projeto de saúde bucal, direcionado ao atendimento de crianças em idade escolar, com a participação dos alunos

da UFPR sob a supervisão do professor Léo Kriger. A atividade abarca, portanto, a esfera comunitária, assistencial e da formativa dos alunos da Universidade.

CRUTAC presta contas de suas atividades no primeiro quadrimestre do ano de 78

Através do Dr. Ruy Graichen, tomamos conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Crutac, no primeiro quadrimestre de 1978 (meses de jan. a abril), em nossa região. No núcleo Rural da Lapa, um total de 501 pessoas foram atendidas na área odontológica, com 510 dentes extraídos, 98 restaurações, 766 dispensação farmacêutica, 60 curativos, 42 raios X e 124 casos de emergência. Um total de 46 alunos acadêmicos aqui estiveram fazendo estágio, desenvolvendo 592 horas de trabalho. Na Campanha de Aplicação de Fluor, 6.004 alunos de 6 Grupos Escolares praticaram bochechos. Das 9 palestras de orientação sobre higiene corporal e alimentação, 594 alunos primários e 28 professoras de 6 grupos escolares marcaram presença e participação.

EM CAMPO DO TENENTE
O número de pessoas atendidas na área odontológica foi de 182, com 143 extrações, 53 restaurações, 40 curativos e 7 raios g. Lá estiveram 15 acadêmicos estagiários que perfizeram um total de 152 horas de estágio somados.

BALSA NOVA
Naquela comunidade esteve a unidade móvel do Crutac, atendendo 318 pessoas na área médica, sendo que 8 foram atendidas em enfermagem, 160 dispensações farmacêuticas, 1 cirurgia e 22 levantamentos epidemiológicos. Na área odontológica foram atendidas 791 pessoas, com 1308 dentes extraídos, 20 curativos, 25 exames clínicos e 38 dispensações farmacêuticas. Somaram 432 horas de estágio os 29 acadêmicos que lá estiveram.

PORTO AMAZONAS
Também lá esteve a unidade móvel, atendendo 353 curativos e 706 dispensações farmacêuticas. Lá estiveram 11 acadêmicos num trabalho de 166 horas de estágio somados.
Informou-nos ainda, o Sr. Ruy, que dispensação farmacêutica refere-se aos medicamentos fornecidos gratuitamente pela unidade. Esse será o relatório a ser encaminhado ao Dr. Rubens Dória de Oliveira, Coordenador do Crutac-Pr., no Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, em Curitiba.

FIGURA 30 – CRUTAC PRESTA CONTAS DE SUAS ATIVIDADES NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 78

FONTE: Jornal Tribuna Regional. Ano II – Lapa 04 de junho de 1978 – Nº 103.

Essas atividades expressam parte dos trabalhos realizados pelos docentes, discentes e técnicos entre 1977 e 1978 e indicam a predominância das ações ligadas à área da Saúde, realizadas por meio de atendimentos odontológicos à população local tanto na Unidade Fixa do Núcleo Rural da Lapa, que contava com dois gabinetes odontológicos, quanto na Unidade Móvel constituída também de dois gabinetes odontológicos que percorreu os municípios de Campo do Tenente, Balsa Nova e Porto Amazonas. Os acadêmicos participantes são chamados estagiários em consonância com as ações de treinamento Universitário presente nos objetivos do CRUTAC-PR. Atividades educativas também eram realizadas envolvendo os alunos das escolas da Lapa, como a realização de palestras sobre escovação dentária,

alimentação e higiene corporal. Novamente a prática da assistência aparece associada à dimensão comunitária e formativa do aluno, estagiário, da UFPR e da população local que recebe orientação por meio de palestras.



FIGURA 31 - PALESTRA CRUTAC-PR NÚCLEO DA LAPA.

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope CRUTAC Atuação na Lapa, s/d.

A indicação é que a ação praticada no CRUTAC-PR envolveu, portanto, três dimensões: assistencial, formativa e comunitária.

Uma importante fonte para a compreensão do cotidiano dos agentes da UFPR envolvidos no CRUTAC-PR é o depoimento do professor Léo Kriger que atuou como coordenador da área de odontologia nos anos de 1970 e apresenta maiores detalhes sobre a execução dessas atividades.

Existiam dois programas [Campus Avançado] e o CRUTAC que era um programa regional, esse tinha o Campus Aproximado. Nós tínhamos aqui um Campus Aproximado na Lapa, era um lugar fixo na cidade da Lapa, que tinha um prédio doado pelo ministério da Agricultura, ali funcionava a Extensão Rural e a Extensão da UFPR, o programa que mais ia era o programa da odontologia, nós tínhamos um programa fixo de odontologia neste CRUTAC da Lapa, e esporadicamente iam alunos de medicina, alunos da educação física e alunos de outras áreas,

mas os alunos da odontologia iam diariamente (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

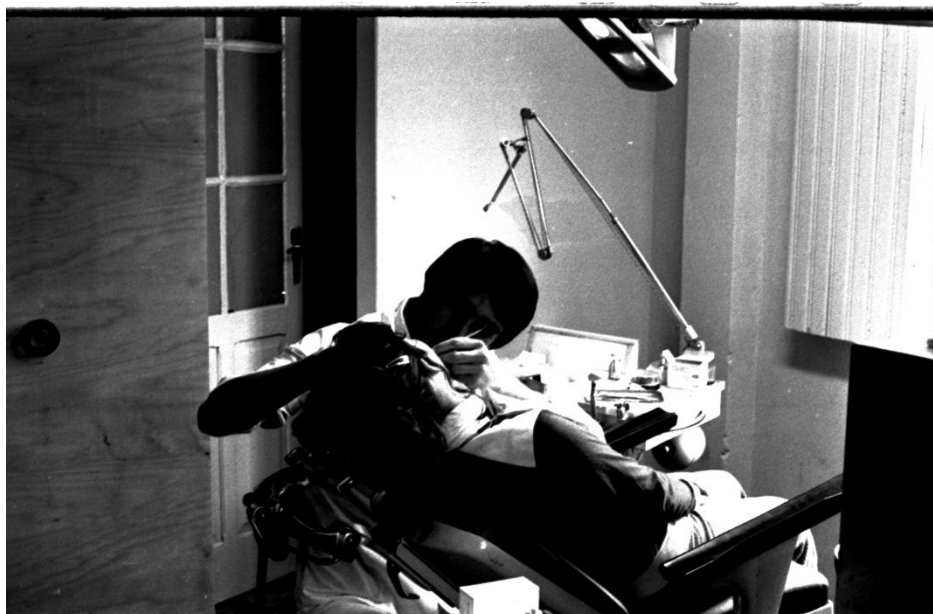


FIGURA 32 - CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO - CRUTAC-PR NÚCLEO DA LAPA.
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope CRUTAC Atuação na Lapa, s/d.

O espaço fixo identificado pelo professor Léo Kriger como Campus Aproximado da Lapa correspondem nos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR e nos Relatórios de Atividades da UFPR à Unidade Fixa da Lapa, compreendida como um Núcleo Rural de Atendimento do CRUTAC-PR e não como Campus Aproximado, apenas em 1983 identifica-se a criação do Campus Aproximado em Porto Vitória. Este será detalhado posteriormente. A continuidade do depoimento do professor Léo Kriger ilustra a dinâmica das atividades realizadas.

[...] Nós tínhamos uma Kombi da Universidade que saía às sete e trinta da manhã e levava os alunos e voltava no final da tarde então para esses alunos contava como carga horária regulamentar, carga horária efetiva, era carga horária da disciplina de clínica integrada. Eles tinham que compor vinte por cento da carga horária da disciplina nessa atividade de extensão. Então todos os alunos iam, não era facultativo era obrigatório, era todos os dias (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).



FIGURA 33 - ENTREGA DE VEÍCULO AO CRUTAC-PR.

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Entrega Kombi ao CRUTAC - agosto 83.

Sobre os espaços de atendimento o depoimento do professor indica mais alguns detalhes.

Tinha este que era o fixo e nós tínhamos o ônibus que parava em uma determinada localidade e este ônibus tinha um consultório médico e um consultório odontológico que fazia atendimento em municípios de baixo desenvolvimento social, mas geralmente nestas cercanias aqui de Tijucas do Sul, Piên, Agudos do Sul, Araucária, Contenda, Antonio Olinto, alguns distritos..., nós íamos até São Mateus do Sul, ali era, mais ou menos, o limite que agente tinha. Nesse raio o ônibus parava um mês. Também tinha uma Kombi que quando era, por exemplo, em contenda que era caminho para a Lapa a mesma Kombi levava os alunos do fixo e do ônibus, quando era desviado então iam duas Kombis que existiam. E ali se fazia todo um trabalho da odontologia. A odontologia era o carro

chefe desse programa. Eu coordenei esse programa do CRUTAC na área de odontologia durante alguns anos, depois fui o coordenador geral do CRUTAC (KRIGER, Léo, Entrevista, 2013).

O depoimento do Professor Léo Kriger ressalta a participação dos alunos em atividades no CRUTAC-PR associadas à formação acadêmica curricular e em treinamentos discentes realizados por meio do atendimento à população local, o que ratifica a presença da dimensão formativa.

Outras atividades realizadas pelo CRUTAC-PR merecem destaque, e revelam o caráter preventivo e educativo de ações realizadas com a população. São atividades que abrangem campanhas de combate a verminoses, coordenado pelo professor Álvaro Vicente Gonçalves da área de Farmácia e Bioquímica; estudos sobre a Incidência de Brucelose no rebanho leiteiro de Coronel Vivida, com repasse de orientações a respeito dos riscos e das profilaxias necessárias para o combate a doença em animais e humanos. As palestras foram ministrada pelo professor João Marcos Baroni do setor de Ciências Agrárias da UFPR. Outra atividade está relacionada ao Laboratório de Pesquisas e Experimentação Pedagógica, do Departamento de Métodos e Técnicas da UFPR, com programas centralizados na região da Lapa e Antonina, que realizava encontros entre professores da rede básica de ensino da região, estagiários e professores da UFPR que trabalharam temas ligados à Prática de Ensino de Psicologia com abordagens diversificadas de estudo do comportamento da criança e adolescentes. O Laboratório abordou dentre outros assuntos o “Histórico e organização da Escola; Filosofia da escola emergente da observação de fatos; Estudo da comunidade; Análises de aptidões para o magistério através de redações e resoluções de problemas” (UFPR, 1977, p. 28). Essas atividades tinham como coordenadora a professora Eny Caldeira¹¹⁵, que dirigiu também atividades de sondagem sobre o tema “O que é Felicidade”, ouvindo crianças, adolescentes e jovens alunos das escolas da região.

¹¹⁵ Sobre a Professora Eny Caldeira consultar SILVA, João Paulo de Souza da. Percurso entre modernidades: trajetória intelectual da educadora Eny Caldeira (1912-1955). Dissertação de Mestrado. PPG/UFPR Curitiba, 2012.

O Relatório de Atividades de 1984 da UFPR destaca como atividades realizadas pelo CRUTAC-PR reuniões realizadas pela coordenação do programa, visando convênios e a integração nos trabalhos de Extensão com entidades particulares, órgãos públicos e prefeituras municipais. O quadro 9 apresenta, em parte, a atuação do CRUTAC-PR, entre os anos de 1984 e 1986, considerando os Relatórios Anuais de Atividades da UFPR que mencionavam essas ações, pois os Relatórios específicos do CRUTAC-PR a partir de 1981 não foram encontrados.

Relatórios da UFPR	Atividades do CRUTAC-PR	Áreas envolvidas	Municípios e Comunidades	Convênios
1984	Treinamento em Educação Sanitária na Zona Rural - Equipes de acadêmicos coletavam amostras de água para análise e desenvolviam trabalhos de instrução e orientação aos moradores quanto a medidas corretivas para melhorar as condições de saneamento básico	Saúde	Borda do Campo, Graciosa, Florestal, Palmitalzinho e Jardim Menino Deus	UFPR e a MUDES
1984/1985	Treinamento em Atividades Físico-Recreativas e Artísticas para professores das séries iniciais de ensino de 1º grau.	Não consta	Antonina, Araucária, Campo do tenente, Campo Largo, Contenda, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Piraquara, Pien, Porto Vitória, Quatro Barras, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Curitiba e Pinhais	Não consta
1984/1985	Projeto Ilha do mel – Melhoria das condições de vida dos Pescadores da Ilha do Mel.	Saúde e Educação sanitária	Ilha do Mel	UFPR e ITC
1984/1985	Projeto Porto Vitória – Criação de um Campus Aproximado	Saúde	Porto Vitória	UFPR e Prefeitura Municipal
1984/1985/ 1986	Parasitologia Clínica/ Exames Enteroparasitológicos	Farmácia e Bioquímica	Lapa, Coronel Vivida, Ilha do Mel e Vitorino, Porto Vitória e Chopinzinho.	UFPR INAMPS LBA
1984/1985/ 1986	Unidade Móvel: constituída de dois gabinetes odontológicos onde alunos da área de saúde da UFPR atendiam, em rodízio, a população carente.	Saúde	Ferraria, Agudos do Sul e Fazenda Experimental do Canguiri da UFPR, Piraquara, Rio Branco do Sul, Quatro Barras, Balsa Nova e Colombo.	INAMPS
1984/1985/ 1986	Unidade fixa com dois gabinetes odontológicos	Saúde	Lapa	Prefeitura da Lapa

<p>1984/1985/ 1986</p>	<p>PROMORU - Programa de Mobilização Rural para o Desenvolvimento - realizavam atividades por meio de equipes interdisciplinares constituídas por acadêmicos e supervisores</p>	<p>Engenharia Civil, Ciências Tecnológica, Agrárias, Saúde Comunitária, Enfermagem, Psiquiatria, Pedagogia, Educação Física, Assistência Social e Psicologia.</p>	<p>Fazenda Experimental do Canguiri, Vila Maria Inácia, Quatro barras, Bocaiuva do Sul e Ilha do Mel, Contenda, Almirante Tamnadaré, Colombo e Rio Branco do Sul</p>	<p>LBA e parceria com o Serviço Social da PRAC</p>
----------------------------	---	---	--	--

QUADRO 9 – ATIVIDADES DO CRUTAC-PR ENTRE 1984 E 1986¹¹⁶.
 FONTE: A autora, com base nos Relatórios de Atividades da UFPR.

As atividades de saúde constituem a maior parte da área de trabalho dos projetos do CRUTAC-PR. As ações médico-sanitário foram as que impulsionaram a criação do CRUTAC-PR, assim como foram o propósito inicial do primeiro CRUTAC no Rio Grande do Norte.



FIGURA 34 - ATIVIDADES DO CRUTAC-PR.

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Atividades do CRUTAC, s/d.

¹¹⁶ MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social; ITC – Instituto de Terra e Cartografia ; INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; LBA – Legião Brasileira de Assistência; PRAC – Pró-reitoria de Assuntos Comunitários.

O Quadro 9 ressalta a diversidade de propostas e ações realizadas pelo CRUTAC-PR e expressam suas peculiaridades quanto a atuação, abrangência, parcerias e interdisciplinaridade. As atividades indicam a presença de uma ação formativa, comunitária e assistencial que vai além dos muros da Universidade e que alcança as demandas das comunidades e dos habitantes locais.

O Projeto Porto Vitória (Quadro 9) previa a instalação de um Campus Aproximado da UFPR no Estado, foi aprovado pelo Reitor Alcy Joaquim Ramalho em 1983. Um convênio com a prefeitura local foi realizado e aprovado pelo Conselho administrativo da UFPR¹¹⁷. Dois gabinetes odontológicos foram montados para atendimento da população local (UFPR, 1984, p. 122).



FIGURA 35 - CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Porto Vitoria - Prefeito pede ao Reitor Implantação do Campus Aproximado, s/d.

Em seu depoimento, o professor Léo Kriger lembra algumas peculiaridades do Campus Aproximado de Porto Vitória.

¹¹⁷ Não foi possível identificar os nomes dos membros deste Conselho.

Nós do CRUTAC decidimos fazer um Campus Aproximado em uma cidade chamada Porto Vitória, é depois de União da Vitória. [...] Chamava-se Campus Aproximado porque era uma ideia que ao invés de ter só Campus Avançado¹¹⁸ se fizesse também um Campus Aproximado (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

Ressalta-se a divergência entre a identificação da imagem do arquivo oficial da Assessoria de Comunicação Social da UFPR que indica o prefeito de Porto Vitória pedindo a implantação do Campus Aproximado ao Reitor da UFPR e o depoimento do professor Léo Kriger que indica que a iniciativa de instituir o Campus foi da equipe do CRUTAC-PR.



FIGURA 36 - CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA PRÉDIO
 FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

Em Porto Vitória, uma cidade pequena, a gente se instalou e lá também era um espaço fixo. O peculiar lá é que a nossa atividade funcionava ao lado da delegacia. No mesmo prédio funcionava a delegacia o Campus Aproximado, a Receita Estadual, era um prédio multiuso. Um dia uma mãe precisava falar com a filha e telefonou para Porto Vitória e atende o cabo que era o suplente do delegado: _ Aqui é da delegacia. _Mas

¹¹⁸ O Campus Avançado, um sub programa do projeto Rondon, será melhor analisado no item 3.2.

aí não funciona o Campus Aproximado? _ Funciona, é aqui do lado, eu já vou chamar sua filha. A mãe desligou o telefone e ligou depois. – Professor, como que o senhor manda a minha filha ficar lá junto com os presos, nas celas? A ideia dela era que estava tudo misturado. Ai eu falei: _ Aqui não tem nenhum preso (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).



FIGURA 37 - CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA INSTALAÇÕES.
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

As figuras 37 e 38 apresentam o interesse em registrar imagens da infraestrutura disponível para o Campus Aproximado de Porto Vitória, o que não foi percebido em outros locais de atuação da UFPR com o CRUTAC-PR, por exemplo, e indica a intenção na divulgação e legitimação do projeto por parte da equipe da UFPR.



FIGURA 38 - CAMPUS APROXIMADO PORTO VITÓRIA INSTALAÇÕES 2.
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

Retornando ao CRUTAC-PR uma outra atividade do Quadro 9 direcionada para a Área da Educação será também destacada, a de *Treinamento em Atividades Físico-Recreativas e Artísticas para professores das séries iniciais de ensino de 1º grau* realizada em 1984/1985. Esta atividade é referenciada no depoimento de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, na época aluno de Educação Física da UFPR e participante do CRUTAC-PR, e serve de suporte para uma maior compreensão da dinâmica e organização desta atividade.

Eu era aluno da graduação, de licenciatura em Educação Física na UFPR e fazia a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na época se chamava assim. Com a professora Niroá Glaser. Naquela disciplina ela falou: - A gente tem um determinado projeto. E ela explicou que nos finais de semana a gente saía e se deslocava até o litoral ou região metropolitana de Curitiba. Esse era o CRUTAC. Eu me interessei fui participar e participei um tempo, que eu não vou saber precisar quanto tempo. Eram nos finais de semana, as minhas atividades eram sempre finais de semana. Nós desenvolvíamos atividades pedagógicas para trabalhar com professores leigos ou então professores que tinham o curso de magistério, mas não tinham curso superior. Nós preparávamos módulos para trabalhar com esses professores. Ou na região metropolitana de Curitiba ou no litoral do Paraná, trabalhamos um bom tempo em Matinhos, Guaratuba, Antonina e algumas cidades de Quatro Barras. Na verdade nós não tínhamos acesso ao projeto, nós trabalhávamos, mas tinham as coordenações das ações. Eu, sinceramente, nunca tive acesso ao teor do projeto. Nós trabalhávamos em escolas públicas no litoral, fizemos muitas atividades na praia. Às vezes, a escola não tinha um espaço adequado porque, no caso do CRUTAC, a maioria das nossas intervenções tinha haver com o ensino da Educação Física ou com recreação escolar, então nos usávamos espaços contíguos da escola, terrenos baldios a frente da escola, espaços assim. Sempre com os professores, no CRUTAC nós nunca trabalhamos diretamente com os alunos. Isso foi ao longo de 1983 que fizemos esse trabalho. Era um grupo relativamente grande, a Kombi da Universidade nos pegava em Curitiba e nos levava. O CRUTAC era um preparo continuado, nós tínhamos reuniões periódicas (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, Entrevista, 2013).

As atividades relatadas expressam a dimensão duplamente formativa do CRUTAC, formação acadêmica discente e formação do público atendido com vistas à melhoria da qualidade do ensino na educação básica.

Ainda que o depoimento acima indique a participação docente na divulgação das ações extensionistas algumas dificuldades e barreiras encontradas para a implantação da Extensão na UFPR podem ser percebidas nos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR, entre 1977 e 1980, ressaltadas no quadro 10.

RELATÓRIO	DIFICULDADES / BARREIRAS
1977	“A aceitação do extensionismo, dos seus princípios e do altruísmo manifesto dos seus objetivos, nos primeiros momentos não foi fácil nem animadora. A incompreensão, entre docentes e discentes da Universidade, constituiu barreira difícilima de transpor. Havia que ser sedimentada e introduzida na Universidade uma mentalidade mais aberta e simpática à causa extensionista. E isto, felizmente, foi gradativamente sendo conseguido” (p.4, grifo nosso).
1978	“Os CRUTAC’ s ganharam rápida projeção e se integraram à rede de Universidades Federais e a muitas entidades de ensino superior particulares. Infelizmente não cresceram tanto quanto o desejável devido a muitos fatores, dentre os quais se sobressaem as limitações financeiras, a falta de pessoal especializado nas Universidades e, porque não o dizer, a incompreensão de grande parte dos integrantes dos quadros docentes e discentes, por desconhecimento e causa ”(p.2, grifo nosso).
1980	“Com a experiência que nos foi possível absorver no decorrer dos últimos anos, mais precisamente a partir de 1975, que seria desejável tivesse ocorrido. Ao contrário, as deficiências relacionadas com a conscientização dos quadros docentes e discentes da Universidade, a diminuição gradativa de verbas, o reduzido número de colaboradores espontâneos face à gratuidade inerente a esta atividade, são dilemas por resolver – se é que pretende, de fato realizar o extensionismo na sua mais ampla acepção” (p.22, grifo nosso).

QUADRO 10 - DIFICULDADES E BARREIRAS DO CRUTAC-PR

FONTE: A autora com base nas informações dos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR formulados pela UFPR de 1977 a 1980.

Ressalta-se a permanência ao longo dos anos das dificuldades apontadas como a falta de recursos financeiros e de pessoas especializadas e

interessadas na Universidade para a realização do trabalho, todavia a ênfase maior e recorrente recai sobre a incompreensão dos docentes e discentes da UFPR quanto à adesão e colaboração para o desenvolvimento das atividades do CRUTAC-PR e da Extensão como um todo. Esta falta de compreensão teria levado a coordenação do CRUTAC-PR a realizar uma parceria com a Universidade Católica do Paraná para a realização de atividades nos Núcleos Rurais.

No exercício de 1977, por razões e alegações várias cujos méritos não desejamos comentar, não conseguimos obter a colaboração e a participação de professores e acadêmicos do Setor de Ciências da Saúde desta Universidade **nos programas assistenciais**, especialmente nos municípios da Lapa e Campo do Tenente. Possivelmente no decorrer de 1978 ocorra a reitegração tão desejada da área médica nos novos programas de extensão a serem desenvolvidos (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1977, p.47, grifos nossos).

Este trecho do Relatório ressalta a dimensão assistencial de algumas atividades do CRUTAC-PR, em especial da área médica. O que pressupõe novamente que algumas atividades tinham um caráter assistencial associado ao caráter comunitário e formativo dos alunos da Universidade. O artigo do Jornal Gazeta do Povo destaca a participação da Universidade Católica do Paraná junto a UFPR no CRUTAC-PR, como uma solução encontrada para manutenção das atividades junto aos Núcleos Rurais de atendimento.



FIGURA 39 – ESTUDANTES PRESTAM AUXÍLIO A CIDADES.
 FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 27 de setembro de 1977, s/p.

Os conflitos entre os docentes da Universidade na adesão às propostas e ações do CRUTAC-PR expressam mais uma peculiaridade desse programa na UFPR que buscou a realização de um trabalho conjunto com outra Universidade, no caso a Universidade Católica do Paraná, para manutenção das ações junto às comunidades.

Quanto aos resultados do CRUTAC-PR os Relatórios destacam a troca de conhecimentos entre Universidade e sociedade, por meio do aprendizado discente e do desenvolvimento da comunidade local, como um dos aspectos positivos das atividades do CRUTAC-PR.

RELATÓRIO	RESULTADOS DO CRUTAC/PR
1977	<p>“No CRUTAC o que ocorre é uma troca de interesses mútuos, de quem dá e de quem recebe. A Universidade dá; mas em reciprocidade também recebe inestimáveis conhecimentos sobre a realidade nacional em termos sócio-econômicos, o que é deveras importante em especial para os futuros profissionais das diversas áreas componentes do complexo universitário” (p. 4).</p> <p>“Da mesma forma, ao constataremos que elevado é o número de acadêmicos que ao levarem ensinamentos trouxeram em benefício próprio um extraordinário cabedal de novos conhecimentos, justificamos a sociedade nosso grande desejo de expandir nossos trabalhos, envolvendo com eles outras e também – ou mais – regiões carentes de nossa presença”(p.29).</p>
1978	<p>“O extensionismo é hoje uma realidade dentro da Universidade brasileira. Em muitas Universidades representa grande força além-muros, pois o ensino e a pesquisa somam um vasto cabedal de conhecimentos que são levados até às camadas populares, beneficiando-as sobremaneira. A recíproca que não devemos olvidar é que as experiências absorvidas pelos alunos estagiários influem positivamente na sua formação acadêmica e no seu futuro profissional”(p.66).</p>
1979	<p>“O que realmente ocorre não é apenas altruísmo. Há uma troca de interesses. A Universidade dá, mas também recebe, por duas circunstâncias: - seus alunos estagiários adquirem enorme experiência profissional, se familiarizam com problemas a serem enfrentados durante o exercício das carreiras que abraçaram e suas próprias estruturas – da Universidade – se estendem para fora dos seus limites físicos, adquirindo um acervo muito grande de conhecimentos úteis para todas as suas realizações futuras”(p.3).</p>
1980	<p>“Basta imaginarmos os elementos numéricos constantes dos quadros inclusos multiplicados muitas vezes, para atentarmos para o vulto e a magnitude dos benefícios que a extensão poderia proporcionar aos cidadãos desprovidos de recursos pecuniários. E não é só; analisemos também o reverso da extensão, resultante do aprimoramento técnico-social dos estudantes que ao levarem seus conhecimentos recebem outros tantos tão significativos em termos de integração a uma sociedade que será seu futuro campo de ação profissional”(p.02).</p>

QUADRO 11 - RESULTADOS DO CRUTAC-PR

FONTE: A autora, com base nas informações dos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR formulados pela UFPR de 1977 a 1980.

O discurso presente nos Relatórios Anuais do CRUTAC-PR expressos no Quadro 11 demonstra a permanência de uma convicção por parte da coordenação do programa do potencial transformador do CRUTAC. Seja por meio da dimensão assistencial e/ou formativa a coordenação defendia a Extensão como uma via importante de comunicação e integração entre Universidade e comunidade.

A concepção de Extensão presente nos Relatórios apresenta também um encaminhamento mais dialógico e direcionado para o novo momento da Extensão, oficializado em 1987 e 1988, que preconizava a indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão.

Hoje, embora estejamos ainda distante do que se pensa atingir, a Universidade reconhece a existência de uma terceira força “a extensão universitária. [...] O triângulo equilátero – ensino, pesquisa e extensão – apresenta vértices absolutamente iguais e do mesmo valor geométrico. Há que atrair para o âmbito da extensão o interesse a compreensão de grande parte do quadro docente da Universidade, como foi necessário fazê-lo no que tange à pesquisa e à experimentação, hoje implantadas razoavelmente na estrutura universitária (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1978, p.3 e 4).

O Relatório de 1980 do CRUTAC-PR, apresentado a seguir, indica, logo na introdução, a necessidade de uma mudança na compreensão da comunidade acadêmica sobre a concepção de Extensão dentro da UFPR. Face aos rumos propostos para a Extensão naquele momento e para sua aceitação e adesão no espaço formal da UFPR o Relatório aponta o direcionamento para uma concepção mais dialógica por parte dos agentes envolvidos nas ações extensionistas.

A sonhada conscientização da classe universitária para os benefícios do extensionismo acadêmico, a ultrapassagem dos limites físicos da Universidade e a conseqüente integração no meio social dos acadêmicos das várias especialidades até aqui não foi possível, a não ser modestamente.

A implantação da mentalidade extensionista, entre mestres e alunos, num órgão amplo e diversificado como a Universidade, não é tarefa fácil. Somente ocorrerá após a plena e total conscientização da comunidade acadêmica.

FIGURA 40 - CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES.
 FONTE: UFPR, Relatório Anual do CRUTAC-PR, 1980, p.1.

Os Relatórios do CRUTAC-PR de 1978 e 1980 indicam uma permanência na ação da coordenação do programa em defesa da legitimação da Extensão junto aos docentes e discentes da UFPR, e da conquista um espaço formal na instituição ao lado do ensino e da pesquisa.

Uma provável estratégia por parte dos agentes para marcar a presença da Extensão na UFPR e legitimar, diante da comunidade acadêmica, a implantação do CRUTAC-PR como ação extensionista, garantindo assim a aceitação e adesão dos docentes e discentes, foi demarcar nos Relatórios o avanço do CRUTAC-PR em relação à Universidade Volante da UFPR. Alguns aspectos são, portanto, ressaltados como fragilidades da Universidade Volante a serem sanadas pelo CRUTAC-PR, são elas:

Em primeiro lugar, a não participação dos alunos [na Universidade Volante], uma vez que apenas os professores exerciam ação junto aos cidadãos da região; em segundo lugar, a impossibilidade de estabelecer uma continuidade em cada microrregião, uma vez que a vastidão geográfica do Estado forçava o deslocamento para outros pontos afastados nos conclaves subsequentes; em terceiro, a heterogeneidade inevitável dos participantes quanto ao grau de cultura individual, dificultando ao extremo a percepção por muitos dos assuntos abordados; e finalmente, o "modus operandi" representado por aulas teóricas e práticas (apenas razoáveis por falta, local, de elementos) não permitia uma sedimentação dos assuntos focalizados à maioria dos ouvintes, pela exiguidade do tempo disponível (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1977, p. 1 e 2).

A Universidade Volante, assim como o Mini-Campus, são citados como experiências precursoras e como iniciativas que estabeleceram os primeiros

contatos com as populações Rurais do Estado, mas que não conseguiram alcançar o verdadeiro “desiderato filosófico do extensionismo puro” (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1980, p. 1), Segundo seus relatórios o CRUTAC-PR marca, portanto, a época em que “realmente brotou o extensionismo – na sua verdadeira acepção, dentro da Universidade” (UFPR, Relatório do CRUTAC-PR, 1980, p. 1). Esta acepção seria pautada na integração Universidade e comunidade e no envolvimento de docentes, discentes e técnicos em ações e serviços comunitários de Extensão com cunho pedagógico e formativo, servindo ao menos tempo como treinamento e complementação profissional. Na acepção de Nádya Silveira, no ano de 1975, quando a CODAE apresenta o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, “há um destaque especial para os Projetos de Ação Comunitária, considerados como forma mais expressiva da extensão, pois possibilitaria a retroalimentação do sistema e o cumprimento da missão social da universidade” (SILVEIRA, 1987, p. 45).

Todavia o CRUTAC-PR também apresenta críticas que devem ser consideradas. Em seu depoimento Marcos Aurélio Taborda de Oliveira, expressa sua compreensão sobre a forma de organização das atividades do CRUTAC-PR.

O CRUTAC era isso, normalmente a gente saia sábado logo cedo e voltava sábado no final da tarde, era um dia. E aí você não cria raízes, você se encontra para o trabalho com a equipe e com o grupo atendido. No CRUTAC nos uníamos para trabalhar. Era um pouco da dinâmica, as pessoas estavam na comunidade e vinham das suas casas e nós viajávamos de Curitiba para isso. O CRUTAC não cria raízes (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013).

A compreensão do entrevistado considera sua experiência e a dinâmica de organização da atividade *Treinamento em Atividades Físico-Recreativas e Artísticas para professores das séries iniciais de ensino de 1º grau*, outras atividades, porém, mantinham em sua organização uma periodicidade maior no atendimento de uma mesma localidade. Como é o caso dos atendimentos médicos e odontológicos detalhados pelo professor Léo Kriger.

O CRUTAC e sua estrutura de atendimento foram, e ainda são, alvo do rótulo assistencialista por parte da produção acadêmica sobre Extensão

Universitária. Na acepção de Ana Luisa Sousa “Extensão Universitária correspondia à prestação de serviços de assistência às comunidades carentes, sendo estas ações representadas pela assistência dos CRUTAC’s” (SOUSA, 2010, p. 97). Todavia, Enio Waldir da Silva se contrapõe à acepção de Sousa (2010) e ao citar Mattos (1981) relembra que a autora compreende que “o CRUTAC significou uma ponte entre a teoria e a aplicação prática do conhecimento e o que melhor traduziu os objetivos específicos da extensão” (SILVA, 2003, p. 82). O autor Francisco Carlos Lopes da Silva defende que:

O programa ganhou destaque apresentando alguns resultados positivos, serviu para aos propósitos de legitimação do governo militar interessado em mostrar à sociedade sua preocupação com as condições de miséria da população mais pobre (SILVA, 2008, p. 91).

O CRUTAC certamente teve seus méritos: a comunicação entre Universidade e Comunidade, o fomento da interdisciplinaridade entre as áreas acadêmicas, a aproximação dos alunos da Universidade com a realidade e os problemas a serem enfrentados, a formação acadêmica e profissional, a democratização e partilha do saber; mas também há de se considerar que o programa possivelmente veiculou o conhecimento e a proposta da Universidade e do governo local tanto na identificação quanto no atendimento das demandas da região; ao considerar como sua a função de identificar os problemas da comunidade e apresentar soluções para estes. Todavia o CRUTAC também permitiu o acesso da população do interior do Estado a um tipo de conhecimento e de serviço necessário para a melhoria das condições de vida local, e proporcionou oportunidades importantes para a formação acadêmica e a socialização da ciência.

A escassez de recursos financeiros e o fim do período da ditadura foram, supostamente, as principais causas do término das atividades do CRUTAC-PR. Nenhum registro oficial foi encontrado nos documentos consultados da UFPR, apenas o depoimento do professor Léo Kriger permite cotejar essa possibilidade articulado ao que já foi apresentado nos Relatórios do programa na UFPR.

CRUTAC continuou, mas ele foi perdendo gradativamente sua força porque havia bons investimentos [no início], a Universidade Federal investia, então tinha condução, funcionários, motorista, aí começou a escassear. A condução era uma condução que não era só do CRUTAC, tinha que pedir, aí não podia..., criou uma serie de situações que a prefeitura tinha que vim buscar..., aí foi aos poucos perdendo aquela força. Depois as pessoas mais velhas também foram se aposentando, foram deixando o CRUTAC (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

O depoimento do professor Léo Kriger corrobora com as informações presentes na obra de Moaci Alves Carneiro (1985) que aborda questões relativas ao CRUTAC nas Universidades da região Norte e Nordeste do Brasil.

O caso dos CRUTACs parece repetir a triste tendência brasileira de não se dar continuidade aos programas, sobretudo quando se trata de programas nas áreas sociais. Somos um país sem memória e, por isso, sempre que um novo administrador inaugura a sua ação, começa por negar tudo que foi feito anteriormente. A precária condição de funcionamento dos CRUTACs frustra investimentos substanciais feitos na fase de implantação do Projeto de Integração das Universidades nas Comunidades. Entre 1972 e 1975, o MEC investiu neste projeto e, portanto, nos CRUTACs, nada menos de Cr\$ 17.075.000,00. Resta-nos, enfim, a ação extensionista através dos “campi” avançados (CARNEIRO, 1985, p. 92).

O autor parece referir-se as mudanças de gestão do governo ditatorial, que ainda que sob o mesmo regime não apresentaram continuidades em seus programas sociais, principalmente quando iniciou o período de declínio da ditadura. A informação sobre o término do CRUTAC no Brasil apresenta algumas distinções, seus motivos variam com os autores. Alguns associam a extinção da CINCRUTAC em 1977 com o término do programa (SILVA, 2003, p. 92); outros indicam que o CRUTAC foi desativado por motivos variados, dentre os quais as dificuldades econômicas e a falta de divulgação (LIMA, 2009, p. 43). O que evidencia a existência de causas diversas em cada instituição e pressupõe, assim como a Extensão em seu começo, que o término do CRUTAC também apresenta múltiplas variantes; seja em relação às

diretrizes nacionais e a falta de incentivo e financiamento do programa, seja na condução de suas ações em cada Universidade.

Na UFPR pressupõe-se que as dificuldades financeiras apontadas nos Relatórios e depoimentos, associadas à falta de incentivo do governo federal, a aposentadoria dos docentes e técnicos mais antigos e entusiastas dessas ações e o desinteresse dos profissionais mais jovens da Universidade na manutenção do programa, constituíram as múltiplas variantes para que a Universidade encerrasse sua atuação no CRUTAC-PR.

3.2 – CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - PROJETO RONDON

O Campus Avançado, um dos programas do Projeto Rondon, merece destaque neste trabalho por fazer parte das diretrizes nacionais da Extensão Universitária no período da ditadura no Brasil e também por compor o processo de formalização da Extensão na UFPR.

Como mencionado no capítulo 1, o Projeto Rondon originou-se com a ideia do Professor Wilson Choeri¹¹⁹ que, sob influência do trabalho realizado pela Universidade Volante da UFPR, propôs levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e participar do seu processo de desenvolvimento da nação. Nádya Silveira aponta que para o professor Choeri “a universidade era considerada estratégica na geopolítica do desenvolvimento; era agente de mudança, cuja disponibilidade de recursos humanos ociosos não se justificava diante de inúmeros problemas nacionais a resolver” (SILVEIRA, 1987, p. 49). Durante o I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em outubro e novembro de 1966, o professor Choeri apresentou a ideia-síntese do Projeto Rondon aos representantes do MEC, da Universidade do Estado da Guanabara, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, militares, instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e outros especialistas em educação.

A primeira operação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, aconteceu em julho de 1967 em Rondônia. O grupo teve apoio do Ministério

¹¹⁹ Professor da Universidade do Estado da Guanabara

do Interior, para transporte e hospedagem. Os universitários permaneceram na região por 28 dias e realizaram vários trabalhos, tais como: levantamentos, pesquisas, assistência médica, educação sanitária, entre outros. Ao retornar da viagem, o grupo apresentou o lema: "Integrar para Não Entregar" e um nome para o trabalho: "Projeto Rondon", inspirado na figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, considerado um pioneiro da integração nacional (BRASIL, 1980, p. 15).

O Professor Omir Fontoura levou 30 estudantes universitários para o aquartelamento de Porto Velho, às margens do rio Madeira. Esses estudantes foram escolhidos pelo comportamento, habilidades e disponibilidade para aceitar as tarefas que lhes foram impostas. A partir dessa iniciativa, foi instalado o grupo de trabalho "Projeto Rondon", instituído pelo Ministro do Interior, em caráter permanente, pelo Decreto Presidencial 62.927.de28/07/1968. (SANTOS; MENDES, 2005, p. 126).

O Projeto contou com o apoio do MINTER e dos demais ministérios militares, que deram suporte à Operação Zero, estes procuraram sensibilizar outros níveis governamentais, a Universidade e a opinião Pública, pois o Projeto apresentava-se "como uma alternativa viável aos esquemas modernizantes" (GURGEL, 1986, p. 116). Os Universitários podiam ao mesmo tempo conhecer outras realidades e comprometer-se com o governo na solução de problemas importantes da comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento da nação.

Por meio do Decreto nº 67.505, de 6 de Novembro de 1970 o Projeto Rondon passou a funcionar como órgão autônomo de administração direta, subordinado ao MINTER, com sede no Distrito Federal. O artigo 2º do Decreto estabelece que: "O Projeto Rondon atuará como executor, em ligação com os diversos setores da administração federal, a fim de obter o suporte necessário à consecução de suas finalidades, promovendo operações de estágios voluntários e correlatas de estudantes de nível técnico e superior" (BRASIL, 1970, p.1).

De acordo com o Decreto Nº 67.505/70 as finalidades do Rondon contemplavam três campos de ação: o Desenvolvimento e a Integração

Nacional; atividades complementares de ensino, em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura; e capacitação para o mercado de trabalho e mão de obra.

O Projeto Rondon foi cada vez mais estreitando laços com o MINTER, principalmente quando em 1975 é criada a Fundação Projeto Rondon¹²⁰ (FPRO), promovendo maior articulação com a proposta de segurança e desenvolvimento que garantiam força e apoio por parte do governo. O decreto garantia patrimônio próprio e personalidade de direito privado a Fundação. Ao ministro do Interior cabia a indicação do nome do presidente da Fundação. Segundo Gurgel,

Na medida em que o Projeto Rondon se institucionalizava, seus componentes doutrinários eram afirmados: integração nacional, serviço às comunidades e treinamento profissional. Foram estabelecidos os seus princípios básicos: voluntariado, aproveitamento do tempo livre do estudante (especialmente período de férias), rejeição da política partidária, aprendizado indireto através da prestação de serviços e conhecimento da realidade (GURGEL, 1986, p. 118).

Diferentemente do CRUTAC no Projeto Rondon o voluntariado apresentou-se como a forma mais viável para a mobilização do que a obrigatoriedade do estágio, pois utilizando o período de férias do estudante ou seus finais de semana, não se criava conflitos com a estrutura formal de ensino das Universidades.

As viagens para áreas distantes do país eram um atrativo, além do aprendizado e da prestação de serviço realizadas por meio de operações nacionais. Uma proposta ao mesmo tempo educativa e funcional.

A figura 41, a seguir, apresenta um quadro de autoria de Nádía Silveira (1987) que demonstra a organização de trabalho do Projeto Rondon:

¹²⁰ Decreto-Lei 6.310 de 15 de dezembro de 1975.

Quadro 1
PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO PROJETO RONDON

PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS OU OPERAÇÕES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
PROAP Programa de Áreas Prioritárias	* Operação Nacional (Op. Nac.) ** Operação Regional (Op. Reg.) *** Operação Estadual (Op. Est.)	* janeiro e fevereiro ** julho *** ano letivo
PROEX Programa de Apoio à Extensão Universitária	* Viagens de Estudos (V. Est.) ** Campus Avançado (C. Av.) *** Seminários de Estudos Integrados (SEI)	* ano letivo ** ano todo *** ano letivo
PROESP Programa de Operações Especiais	* Trabalhos Técnicos com Órgão (TTO) ** Ação Comunitária (AC)	* ano todo ** ano todo

FIGURA 41 - PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO PROJETO RONDON
FONTE: SILVEIRA (1987, p. 68).

A figura 41 indica que o Projeto Rondon além das Operações organizou outros programas de ação. Não há intenção neste trabalho de abordar pormenores de todas essas ações, a exceção será dada apenas ao Campus Avançado por constituir-se como um programa ou subprograma que compôs as diretrizes nacionais para Extensão Universitária nas Universidades Federais, sobretudo na UFPR¹²¹.

Sobre a criação do Campus Avançado, Mauro Gurgel ressalta que as críticas dos estudantes que participavam das Operações do Projeto Rondon, levaram à revisão e ampliação das ações, que passaram a contar também com os *Campi* Avançados, intensificando-se mais a relação entre a aprendizagem, ensino, pesquisa (GURGEL, 1986, p. 119).

Todavia o documento publicado pelo MEC em 1980¹²² sobre o Campus Avançado aponta outros elementos como justificativa para a criação desse programa.

¹²¹ Não foram encontrados dos documentos pesquisados da UFPR maiores relatos sobre a participação desta Universidade junto às operações do Projeto Rondon, estas eram organizadas pela Fundação Projeto Rondon e seu Núcleo Regional e Estadual, de modo que alunos da UFPR possivelmente participaram dessas operações, mas não sob responsabilidade da Universidade, e sim da Fundação Projeto Rondon. Sob o comando da UFPR, seus relatórios, e Regimentos citam apenas o Campus Avançado como programa de Extensão assumido institucionalmente pela Universidade.

¹²² O documento intitulado *Uma Visão do campus Avançado* publicado pelo MEC em 1980, apresenta um relatório avaliativo dos dez anos de existência do programa Campus Avançado no Brasil. Esse documento foi elaborado em conjunto por representantes do CRUB, da Fundação Projeto Rondon e das IES.

A vivência dos problemas relacionados com a distância e o isolamento de muitos municípios da Amazônia, sobretudo, levaram a que se pensasse em uma atuação de caráter permanente que proporcionasse articulação de esforços da comunidade e dos órgãos governamentais, dando apoio técnico, acionando fatores de desenvolvimento cultural e econômico da área. A universidade poderia ser a instituição capaz de cumprir tal função de importância estratégica para o futuro do País. Isto poderia fazer-se, inclusive, cumprindo objetivos de integrar cultural e tecnicamente regiões geográficas distantes. **O Programa Campus Avançado surgiu, assim, em 1969, como fruto de uma evolução institucional do Projeto Rondon.** (BRASIL, 1980, p. 15, grifo nosso).

Tanto os aspectos críticos dos universitários quanto o interesse do Governo em prol do desenvolvimento da nação foram fatores importantes na composição do cenário de criação do campus Avançado.

O Campus Avançado, um dos programas do Projeto Rondon, [...] Propõe-se a desenvolver atividades referentes à formação sócio-profissional dos estudantes universitários, vinculada às necessidades das comunidades interioranas e à participação mais efetiva da universidade no desenvolvimento nacional. Seus objetivos mais amplos mantêm uma identificação com os propósitos dos programas de extensão das universidades. (BRASIL, 1980, p. 7).

As atividades do campus Avançado iniciaram-se em 1969 e em cinco anos havia “em funcionamento 22 *Campi* Avançados, localizados em dez estados e três territórios” (SILVEIRA, 1987, p. 75).

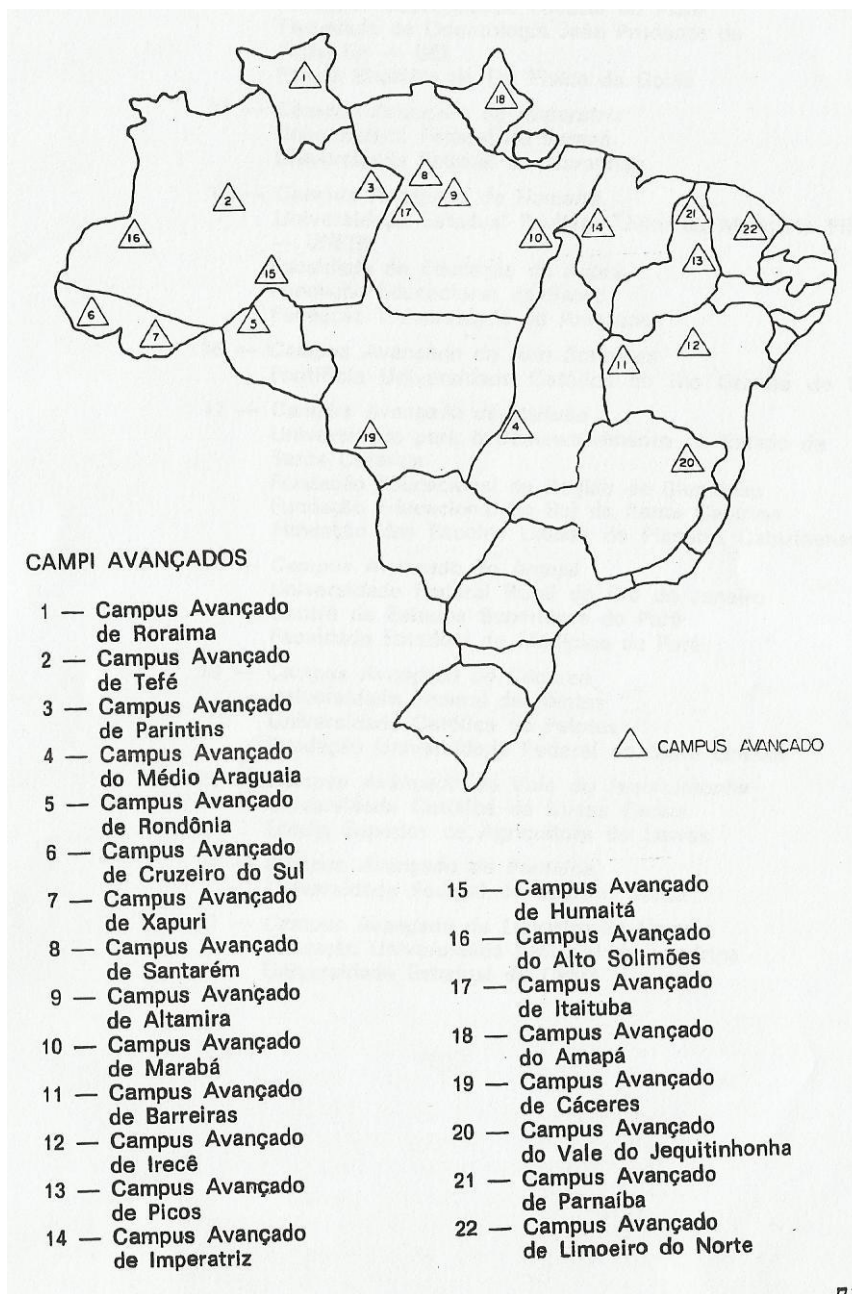


FIGURA 42 - CAMPI AVANÇADOS
 FONTE: SILVEIRA (1987, p. 71).

Observando a figura 42 percebe-se que as localizações dos *Campi* Avançados ocupavam áreas estratégicas de segurança nacional. Na acepção de Nádya Silveira “os *campi* foram escolhidos tomando-se por base seus potenciais de desenvolvimento e, paralelamente, por se constituírem em unidades carentes de recursos” (SILVEIRA, 1987, p. 75).

A doutrina de desenvolvimento e segurança nacional difundida por meio do Manual da ESG aparece na idealização do Campus Avançado ao lado do princípio de valorização do homem e integração nacional.

À Universidade cabia, em parte, viabilizar a transformação da região em pólo de desenvolvimento, de modo a adequar o ensino à realidade.

As instituições de ensino superior são convocadas a promover essa participação, ou melhor, essa autogestão da comunidade, juntamente com o Rondon e outras instituições, embora se focalize, mais destacadamente, o papel da universidade na efetivação do processo de “intercâmbio cultural equilibrado”. [...] O subprograma de Campus Avançado acrescenta ainda à sua pretensão à própria possibilidade de reelaborar esse conteúdo científico, a partir da vivência dos problemas da realidade. (SILVEIRA, 1987, p. 76, grifos do original).

Ao envolver a Universidade o programa, interferiu nas estruturas de atividades regulares em salas de aula, pois propunha a permanência de docentes e discentes por um período de 30 dias no Campus. Era preciso, portanto, abreviar essa permanência do estudante e do professor para não prejudicar a frequência e outras atividades curriculares mantidas na Universidade. O que gerava problemas de continuidade, quando se tratava de projetos mais duradouros desenvolvidos no Campus. Uma solução veio por meio do Parecer N° 4.120/74, de 5/12/74, do Conselho Federal de Educação, que disciplinou a concessão de créditos em Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros no curso superior aos estudantes participantes do Projeto Rondon. O que validava sua permanência no Campus Avançado mesmo em período de aulas regulares, e tornava o convite a participação dos estudantes mais atrativo

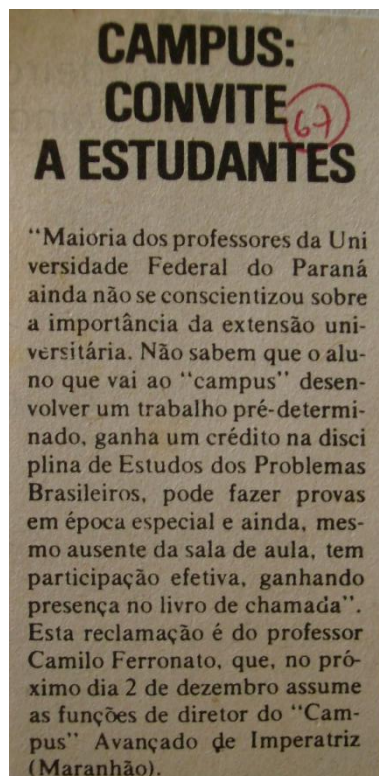


FIGURA 43 - CAMPUS: CONVITE A ESTUDANTES
 FONTE: Jornal Diário Popular, 18 de novembro de 1976, s/p.

O artigo ilustra as tensões vivenciadas no interior das Universidades, no caso a UFPR, em relação a validação de créditos e frequência dos alunos participantes dos Campus Avançados durante o período letivo na Universidade, e indica a solução advinda do CFE para sanar essas preocupações e dar continuidade ao programa.

O Quadro 12 apresenta a seguir a relação das Universidades e IES responsáveis inicialmente pelos Campus Avançados em todo o país.

Relação das principais IES responsáveis pelos Campi Avançados		
Nº	Campus Avançados	Universidades/ IES
1	Campus Avançado de Roraima	Universidade Federal de Santa Maria
2	Campus Avançado de Tefé	Universidade Federal de Juiz de Fora
3	Campus Avançado de Parintins	Universidade Federal do Rio de Janeiro
4	Campus Avançado do Médio Araguaia	Fundação Universidade de Brasília
5	Campus Avançado de Rondônia	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso
6	Campus Avançado de Cruzeiro do Sul	Universidade Estadual de Campinas
7	Campus Avançado de Xapuri	Fundação Universidade Federal do Acre
8	Campus Avançado de Santarém	Universidade Federal de Santa Catarina
9	Campus Avançado de Altamira	Universidade Federal de Viçosa
10	Campus Avançado de Marabá	Universidade de São Paulo
11	Campus Avançado de Barreiras	Universidade Federal da Bahia
12	Campus Avançado de Irecê	Universidade Mackenzie
13	Campus Avançado de Picos	Universidade Federal de Goiás
14	Campus Avançado de Imperatriz	Universidade Federal do Paraná
15	Campus Avançado de Humaitá	Universidade Estadual paulista
16	Campus Avançado do Alto Solimões	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
17	Campus Avançado de Itaituba	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
18	Campus Avançado do Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
19	Campus Avançado de Cáceres	Universidade Federal de Pelotas
20	Campus Avançado do vale do Jequitinhonha	Universidade Católica de Minas Gerais
21	Campus Avançado de Parnaíba	Universidade Federal do espírito Santo
22	Campus Avançado de Limoeiro do Norte	Fundação Universidade Estadual de Londrina

QUADRO 12 - RELAÇÃO DAS IES RESPONSÁVEIS PELOS CAMPI AVANÇADOS
 FONTE: A autora, com base nas informações de SILVEIRA (1987, p. 72 e 73).

A divulgação do programa para as Universidade foi feita por meio do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, de 1975, que destaca o Projeto Rondon como um dos organismos de apoio às instituições de ensino superior, e pelo MEC que recomenda aos reitores e diretores das IES brasileiras, por meio de Aviso Circular¹²³ que procurem “conhecer e melhor articular a participação de docentes e de discentes nas operações desenvolvidas pelo Projeto Rondon, a nível nacional, regional e nas de caráter especial, procurando, se possível, compatibilizá-las com suas necessidades de treinamento ou estágio" (BRASIL, 1980, p. 16).

O documento do MEC (1980) ressalta a criação da Comissão Interministerial MEC/MINTER, mencionada no capítulo 1, que tinha por finalidade sugerir formas alternativas de programação para consecução de objetivos comuns dos Ministérios.

Tal comissão, em suas proposições básicas, recomenda: — Que as instituições de ensino superior do Sul e Sudeste do País e o Projeto Rondon procurem envolver, gradativamente, nas atividades dos *campi* avançados, as instituições de ensino superior das regiões onde estão localizados os *campi* avançados. — Que as instituições de ensino superior, nas atividades conjuntas com o Projeto Rondon, procurem incentivar a participação de professores como orientadores, supervisores, consultores ou coordenadores-técnicos e, na impossibilidade destes, credenciem profissionais outros que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos acadêmicos no planejamento das atividades (BRASIL, 1980, p. 17).

No interior das Universidades o Grupo de Trabalho Universitário (GTU) era responsável pela coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela Universidade no Campus Avançado. Ao GTU cabia nomear um diretor do Campus Avançado, dentre seus professores, um administrador; recrutar, selecionar e treinar os participantes; compatibilizar o período de permanência de docentes e discentes no Campus Avançado com os encargos curriculares e departamentais; organizar a escala de equipes participantes; e estabelecer contatos e convênios com outras entidades. Ao Projeto Rondon cabia à

¹²³ Nº 513, de 25 de junho de 1975.

responsabilidade de movimentar, mensalmente, as equipes e transferir ao diretor do campus os recursos financeiros necessários à sua manutenção. Os Campus Avançados mantinham uma ligação entre si e com a sede do Projeto Rondon, em Brasília, por meio de rádio

O documento de 1980 do MEC ressalta uma avaliação positiva do trabalho do Campus Avançado:

Um grupo de estudantes e professores, vivendo uma vida em comum, em alojamentos simples, envolvidos no problema de uma área carente do interior do País, e realizando um trabalho programado naquilo que lhes parece mais próximo, viável e condizente com o desenvolvimento daquela comunidade interiorana. [...] Promovem-se ações de organização da vida econômica e de assistência técnica a unidades de produção. Somam-se esforços a iniciativas e investimentos governamentais. Realizam-se atividades de estímulo e mobilização das forças vivas da comunidade. Desenvolvem-se pesquisas de base sobre recursos naturais e possibilidades econômicas, sobre problemas sanitários e de nutrição. Estudam-se processos de criação ou adaptação de tecnologias diversas para necessidades da região (BRASIL, 1980, p. 17).

O trabalho considerado “uma experiência *sui generis* para o enriquecimento humano, social e profissional, sobretudo do jovem universitário” (BRASIL, 1980, p. 18) tem apoio dos órgãos relatores para sua continuidade.

O Campus Avançado de Imperatriz, sob responsabilidade da UFPR, foi implantado em 23 de setembro de 1972¹²⁴. Na ocasião um convênio foi assinado com vigência de cinco anos entre a UFPR, o Projeto Rondon e a Prefeitura municipal de Imperatriz¹²⁵.

¹²⁴ O convênio foi assinado na cidade de Imperatriz com a presença do Sr. Ministro do Interior, Dr. Costa Cavalcanti, do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Algacyr Munhoz Mader, do Governador do Estado do Maranhão, dos Reitores das Universidades Federais do Maranhão, Ceará, Goiás, Mackenzie e do prefeito Municipal (UFPR, 1973, p. 55).

¹²⁵ A UFMA não participou neste primeiro momento do Campus Avançado de Imperatriz.



FIGURA 44 - VISTA DA CIDADE DE IMPERATRIZ – MA
FONTE: Cartão Postal, Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Segundo informações do IBGE (2013), o município de Imperatriz, um dos mais antigos do Estado, está situado às margens do Rio Tocantins. O povoado foi fundado pelo Feri Manuel Procópio do Coração de Maria em 1852 com nome de Colônia Militar Santa Tereza do Tocantins, Depois de quatro anos, em 27 de agosto de 1856, a lei n.º 398 criou a Vila de Imperatriz, uma homenagem à Imperatriz do Brasil Tereza Cristina. Sua elevação à categoria de cidade é datada de 22 de abril de 1924 (IBGE, 2013).

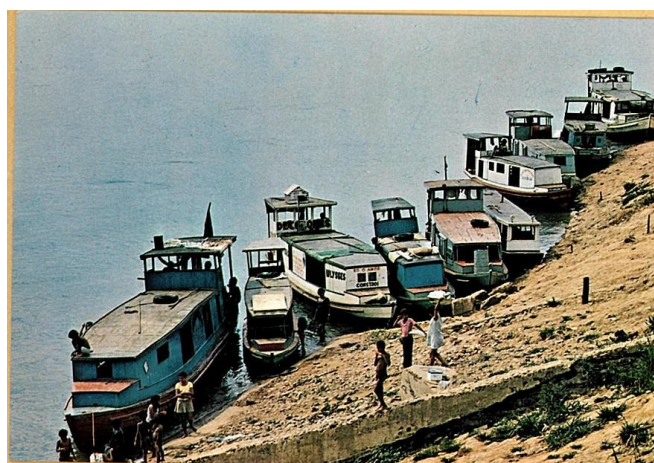


FIGURA 45 - MARGEM DO RIO TOCANTINS EM IMPERATRIZ – MA
FONTE: Cartão Postal, Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.



FIGURA 46 - MARGEM DO RIO TOCANTINS EM IMPERATRIZ – MA 2
FONTE: Arquivo Pessoal de Lucia Maria B. Mion, 1976.

Até o ano de 1958, quando foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília, o município de Imperatriz e sua sede eram considerados geográfica e politicamente distantes de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o que resultou em um lento crescimento econômico e populacional. A partir de 1960, entretanto, Imperatriz experimentou acelerado surto de desenvolvimento em virtude da rodovia Belém-Brasília, pois suas relações comerciais que antes, em detrimento de São Luis eram intensificadas com Fortaleza e Recife, dirigiram-se para Belém e para o sul. Na década de 70, Imperatriz recebeu contingentes migratórios das mais diversas procedências (IBGE, 2013). O que elevou o município ao segundo mais importante do Estado.

A partir de 1958, o programa de integração da Amazônia alterou a estrutura sócio-econômica da cidade, com a abertura da BR-100, que liga Belém à Brasília. Situada entre estes dois polos de desenvolvimento, e sendo a única cidade cortada por aquela rodovia, Imperatriz tornou-se foco de atração de várias correntes migratórias, sendo sua população urbana estimada em 78.000 habitantes (UFPR, 1979, p. 6).

Na acepção de Maria da Conceição Ferreira (1984, p. 25) “tamanho distorção nas projeções de crescimento da população levou Imperatriz a “inchar” ao invés de crescer”. O que provocou uma mudança na paisagem urbana, bem como despertou a atenção governamental para os problemas específicos da região.



FIGURA 47 - EQUIPE DE ALUNOS DA UFPR NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA TRECHO EM IMPERATRIZ/MA.

FONTE: Arquivo Pessoal de Lucia Maria B. Mion, 1976.

O depoimento de Lucia Maria Bueno Mion, participante da equipe da UFPR que esteve no Campus Avançado de Imperatriz, faz referência à imagem da Figura 47 e aponta seu significado para o grupo:

A Belém-Brasília, ela estava já bem trafegável. Aqui era aquele sonho de fazer a transamazônica uma rodovia cortando lá por dentro e daí eles construíam uma parte, aí um igarapé avançava em cima da pista. Mas pra nós essa foto foi um marco quando a gente chegou. Olha! Eu estive lá (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).

Em 1972 chega a Imperatriz uma pequena equipe de professores, técnicos e estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para estabelecer o

Campus Avançado do Projeto Rondon. Na época o município contava com uma população urbana estimada em 50.000 habitantes e em todo o município 81.000 habitantes.

A prefeitura de Imperatriz doou para as instalações do Campus Avançado parte do terreno que era a pista de pouso do aeroporto. As instalações do Campus ficaram prontas em 21 de novembro de 1974. A demora foi causada pelo atraso na construção do novo aeroporto Guilherme Cortez, que deixou livre a área destinada ao Campus.

Ao longo dos anos subsequentes, dezenas de equipes de universitários paranaenses se revezaram mensalmente, da UFPR, em Curitiba, para o Campus Avançado de Imperatriz no Maranhão. Cada equipe era constituída de estudantes e professores, e era acolhida, por um diretor, residente no Campus, que ficava no cargo durante um ano. O primeiro diretor designado foi o Professor Ozias Eduardo Hapner da UFPR. A primeira equipe foi composta por acadêmicos do Curso de Arquitetura da Faculdade de Engenharia da UFPR, que teve como responsável o Professor Sergio Scheikmann, quem elaborou o plano arquitetônico das novas instalações do Campus a serem construídas. A segunda equipe deslocou-se sob a chefia do Professor Newton Freire Maia e alunos do Departamento de Genética, que trabalharam verificando as doenças provenientes de casamentos consanguíneos. A terceira equipe, com tarefa mais prolongada, sessenta dias, era composta por alunos da Faculdade de Educação, que sob a coordenação da Professora Maria das Dores Wolk, ministraram curso de Treinamento para Professores, com a participação de 103 professores da região (UFPR, 1973, p. 56).

Para o Campus, alunos, de várias áreas, iam no avião da FAB, esse avião fazia uma romaria: Curitiba-São Paulo, São Paulo-Uberaba, Uberaba-Uberlândia, Uberlândia-Goiânia, Goiânia-Brasília, Brasília-Porto Nacional, Porto Nacional até outra cidade do Sul do Maranhão até chegar em Imperatriz, Essas escalas eram para abastecer. Depois se começou a ir de voo comercial que saía de São Paulo-Uberaba-Uberlândia, Goiânia-Brasília e Brasília Imperatriz, e lá tinha o Campus com estrutura física construída com um amplo refeitório, alojamentos para estudantes masculinos e estudantes femininos, uma ampla área de convivência e a sala do diretor (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

As dependências do Campus contavam com: alojamento das equipes (dormitórios, refeitório, cozinha, serviços sanitários, salas de reunião e trabalho, biblioteca, espaço de lazer etc.) e residência do diretor. As palavras do professor Camillo Ferronato, diretor do Campus entre 1976 e 1977, auxiliam na composição do espaço e da estrutura de manutenção das equipes.

Tinha uma parte interna que era dos jogos, redes e haviam os quartos dentro dessa área, eram separados os quartos masculinos e femininos com os banheiros, como não tinha parede até em cima a gente tinha que ficar de olho (risos). A refeição era toda comunitária numa mesa grande para a integração, para que os estudantes se integrassem com o pessoal da administração (FERRONATO, Camillo, entrevista, 2013).

A professora Vera Ferronato, diretora adjunta do campus Avançado de Imperatriz entre 1976 e 1977, relembra mais alguns detalhes.

O pessoal tinha toda roupa lavada, passada e alimentação, café da manhã em fartura, tinha bolo para eles, geleia, queijo, almoço com sobremesa e jantar. Tínhamos três refeições e se ficassem no campus comiam e podiam fazer um suco, a cozinheira ficava o dia inteiro na cozinha. Então o gasto era grande para manter (FERRONATO, Vera, entrevista, 2013).



FIGURA 48 - SALÃO INTERNO DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA
FONTE: Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Era tão legal porque dentro do Campus, quando a gente entrava [...] já dava direto nesse salão e cada equipe antes de ir embora tinha que produzir alguma coisa e colocar na parede, então tinha lá de todas as equipes alguma coisa, tinha lá um porta retrato, ou era um artesanato. Cada equipe tinha que deixar uma lembrança. Isso tudo com certeza era de equipes que tinham estado lá antes. Nós fizemos um macramê com dez pontas e em cada ponta embaixo tinha o nome de cada um e em cima era o número da equipe. Nós passamos uma semana fazendo aquele macramê, nossa saiu bolha nos dedos, era com sisal (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).

Percebe-se nesse comentário um olhar saudosista da entrevistada, que ao olhar a imagem a ela apresentada no momento da entrevista, recorre a lembranças e emoções ressignificadas que se expressam no discurso.



FIGURA 49 - JARDIM NO INTERIOR DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ
FONTE: Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

A dinâmica das equipes no Campus Avançado de Imperatriz, relatada pelos participantes permitem compreender mais concretamente a rotina de trabalho.

A experiência do Campus assim como toda experiência de imersão, a gente acordava muito cedo, eu lembro que a gente ia trabalhar quatro horas ou quatro e meia da manhã, por causa do sol, a gente trabalhava até as nove e ia pro Campus,

ou pra casa de alguém, ou pra uma piscina do hotel que eles liberavam pra gente e já tinha gente da cidade conosco, é aí que nascem as amizades. Depois a gente voltava pra trabalhar e a noite ia jantar e depois pra uma boate que era na beira do rio, ou seja, a gente acabou vivendo por dois meses um pouco da rotina da cidade. Foi uma experiência muito boa. Ficou uma excelente lembrança (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013).

A proximidade com moradores da localidade é destacada pelo entrevistado como um contato positivo no estabelecimento de relações de amizade e conseqüentemente de troca de conhecimentos. Outro relato auxilia na composição dessa dinâmica de trabalho e lazer dos alunos da UFPR durante o período de permanência no Campus de Imperatriz.

No Campus mesmo tinha um alojamento. A gente chegava do serviço todo mundo seis, seis e meia todo mundo chegando no Campus, era tempo de tomar um banho, jantar e sair para caminhar na cidade e conhecer. A gente conheceu muita gente da população, porque daí as pessoas vem vindo conversando. Finais de semana a gente procurava fazer passeios que eram mais distantes que não dava pra fazer naquele horário de oito às dez da noite. Então a gente foi fazer passeio de barco no rio Tocantins, foi conhecer aquele lugar... a Pedra Caída, que você entrava dentro da floresta e caminhava lá embaixo e o rio sumia de repente e você tinha que entrar de volta por dentro do rio. Era uma pedra que tinha lá em cima que fechou a passagem do rio e ele caia. Era maravilhoso. A gente foi conhecer aldeia indígena, a gente foi numa fazenda muito próxima que o pessoal convidou. Os passeios longos era final de semana e diariamente a gente dava aquela andadinha pela cidade. Ficava o dia inteiro fazendo atividade, era quase que um horário comercial, para dar conta do que a gente tinha se proposto a fazer. Tinha que ser senão a gente ia voltar. A gente saia cedo voltava para o almoço depois do almoço voltava para lá e depois voltava no final da tarde (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).

O relato da entrevistada revela também como positivos os contatos dos alunos membros da equipe com a região e com a dinâmica de trabalho e lazer oferecida pelo Campus. A lembrança do espaço e do trabalho realizado no Campus Avançado de Imperatriz parece trazer, para os entrevistados, lembranças do entorno, dos trajetos, dos percursos das descobertas, das

aventuras e desafios, onde a recordação nostálgica se revela. Traz consigo um sinal de que se reconhece e se pertence ou pertenceu a certo grupo (NUNES, 2003, p. 5).



FIGURA 50 - EQUIPE SAINDO DO CAMPUS PARA O TRABALHO EM IMPERATRIZ
 FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Sobre a estrutura administrativa do Campus Avançado de Imperatriz o depoimento do professor Camillo Ferronato, diretor do Campus entre 1976 e 1977, é fonte importante para o entendimento prático do funcionamento.

O campus era uma atividade que tinha o apoio do Projeto Rondon, fazia parte das estratégias do Projeto Rondon, mas ele estava subordinado à Universidade, que designava o diretor do campus. Nós, professores e alunos, éramos encaminhados para Imperatriz do Maranhão e lá tínhamos o amparo da prefeitura e do MINTER. [...] Havia o diretor geral, geralmente a esposa era diretora adjunta e havia um diretor administrativo, era alguém de lá que morava lá em Imperatriz mesmo. Lá era uma região de miscigenação de raças, tinha a transamazônica, Belém-Brasília, ela era uma região estratégica. Ali já era chamada Amazônia Legal, e pertencia a todo o esquema militar de olhar a fundo o que estava acontecendo, numa medida de segurança nacional em função da ditadura, o governo criou

esse sistema dos *campi* avançados para atender Universidades e ligar o Sul com o Norte, levar as experiências do Sul para o Norte e Nordeste (FERRONATO, Camillo, entrevista, 2013).

As palavras do professor Camillo indicam a presença do governo ditatorial na formulação do programa como parte de uma estratégia política de ação para manter a segurança e o desenvolvimento da nação. Condizente com a Doutrina difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG) conforme visto no capítulo 1. Todavia é possível que o entendimento expresso pelo entrevistado seja uma memória reconfigurada no presente e não uma compreensão daquela época, pois as recordações integram de forma adequada o passado ao presente e vice-versa (NUNES, 2003, p. 4).

A imagem a seguir mostra a equipe de funcionários do Campus Avançado de Imperatriz juntamente com alunos da UFPR quando o professor Camillo Ferronato era diretor do Campus e a professora Vera Ferronato diretora adjunta.



FIGURA 51 - EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS E ALUNOS NO CAMPUS¹²⁶
 FONTE: Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1977.

¹²⁶ Professor Camillo Ferronato (de pé com óculos) e professora Vera Ferronato ao seu lado de branco. Abaixo, com a criança no colo, Luis Carlos diretor administrativo do Campus e morador local.

A permanência no Campus obedecia a projetos elaborados previamente por docentes, técnicos e alunos em consonância com o GTU¹²⁷ da UFPR. Os projetos visavam, juntamente com as forças locais, à solução dos problemas, em diversas áreas: social, econômica, cultural, artística, desportiva e educacional.

Constantemente nós tínhamos reunião dentro da Universidade, porque era uma atividade de extensão que chamava atenção pelo peso. A cada mês tinha que ser selecionada uma equipe, então a gente via qual é a área mais carente, a área educacional, preparação de professores, então nós tínhamos que preparar professores para dar aulas, com atividades de língua portuguesa, inglês. Tinha que selecionar os alunos, ver a possibilidade deles se deslocarem para lá, e com um professor acompanhando, era uma coisa muito séria. O projeto Rondon em si era uma atividade mais *light*, participavam alunos de ensino médio, várias faculdades, enquanto que o Campus exigia projetos preparados aqui [Curitiba]: saúde, enfermagem, agronomia, veterinária. [...] Era tão rigoroso que se o professor ou aluno não correspondesse ele podia ser desligado, se fosse desligado ele tinha que voltar com as próprias custas. Por indisciplina ou por falta de compromisso. [...] No retorno tinha que se fazer um relato do que fez aquela equipe e do que a equipe seguinte podia fazer para dar continuidade ao projeto na mesma área ou áreas afins (FERRONATO, Camillo, entrevista, 2013).

O Regimento Interno da UFPR de 1974, em seu artigo 146, descreve os objetivos dos *Campi* Avançados e ressalta que os mesmos devem possuir regimento próprio aprovado pelo Conselho Administrativo da Universidade responsável. Os *Campi* Avançados têm por finalidade:

I – proporcionar aos alunos o aprendizado direto, em atividades ligadas aos respectivos currículos escolares, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região; II – criar meios para a adequação do exercício profissional às peculiaridades regionais, com abertura de novos mercados de trabalho para fixação de técnicos na área;

¹²⁷ Participavam do GTU na época os seguintes professores: Coordenador: Milton Miró Vernalha; área de Engenharia e Tecnologia: José Marcos Loureiro Prado; Área Humanística: Ocyron Cunha; Área Biológica: Miroslau C. Baranski; Área Agropecuária: Luiz Natal Bonin (UFPR, 1973, p. 56). Todavia o nome mais lembrado e mencionado pelos participantes pela sua atuação na coordenação do GTU da UFPR é da Técnica Raquel Mader Gonçalves.

III – **assessorar** os órgãos públicos e privados, sem fins lucrativos, em programas de desenvolvimento local integrado; IV – **promover cursos** com a finalidade de melhorar a mão de obra local; V – **treinar alunos estagiários** e atribuir créditos dentro dos respectivos currículos (UFPR, Regimento, 1974, p. 98).

Tanto a normativa da UFPR quanto o depoimento do professor Camillo Ferronato ressaltam a presença da dimensão formativa e acadêmica dos alunos participantes do Campus Avançado de Imperatriz, o que torna o caráter do serviço comunitário da Extensão parte do processo formativo do aluno.

Os primeiros programas implementado no Campus Avançado de Imperatriz atingiram a área de educação, ciências biológicas e arquitetura. A partir de 1973 outras atividades ligadas às áreas de odontologia, bioquímica, medicina, economia e administração, engenharia civil, agrônômica e florestal, além de medicina veterinária passaram a compor as ações desenvolvidas do Campus Avançado de Imperatriz (FERREIRA, 1984, p. 29). “A Prefeitura era quem mais ficava junto, porque eles precisavam de vários trabalhos. A cidade praticamente estava surgindo ali. Então todo trabalho que a prefeitura pretendia fazer era discutido ali no Campus” (FERRONATO, Vera, entrevista, 2013).



FIGURA 52 - DIRETOR MOSTRA O QUE FARÁ NO "CAMPUS" DE IMPERATRIZ.
FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 26 de dezembro de 1976, s/p.

O artigo de jornal expõe alguns problemas na região de Imperatriz como a questão do tratamento da água, do saneamento básico e da higiene, e indica a necessidade de um trabalho comunitário voltado para a educação e para a saúde da população local. Indica também a criação da Faculdade de Educação na cidade em 1972 e do suporte e apoio da UFPR, por meio do Campus Avançado, a essa ação. O demonstra que as atividades propostas não se enquadram às críticas assistencialistas da produção acadêmica, pelo contrário, o artigo reafirmam as dimensões: comunitária, educativa, formativa, acadêmica, profissional e pessoal que a atuação no Campus Avançado proporcionava aos alunos participantes e aos habitantes locais.

O quadro construído por Maria da Conceição Ferreira (1984) apresentado a seguir na Figura 54 demonstra as áreas da UFPR responsáveis por atividades desenvolvidas no Campus Avançado de Imperatriz entre 1972 e 1980.

PROGRAMAS EXECUTADOS NO CAMPUS DE IMPERATRIZ E PARTICIPAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS				
ATÉ 1979 ÁREA	NÚMERO ACADÊMICOS	NÚMERO PROFESSORES	PERÍODO	PROJETOS PREVISTOS PARA 1980/81
Educação	215	40	1972-1979	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – Mu- seu
Educação Física	73	01	1974-1979	EXECUÇÃO – Comunicação Visual
Direito	26	–	1974-1979	Colônia de Férias
Odontologia	45	04	1973-1979	Desenvolvimento Psíquico da cri- ança de Imperatriz
Bioquímica	50	03	1973-1978	
Medicina	65	12	1973-1978	
Economia e Administ. Sócio- Econ.	55	5	1973-1978	COMUNICAÇÃO – Projetos Jor- nal:” O
Ciências Biológicas	22	12	1973-1978	Progresso” “Rádio Imperatriz”
Arquitetura	09	01	1973-1977	AGRONOMIA – Pomar comuni- tário
Engenharia Técnica	64	02	1973-1977	Cerca Viva e Quebra
Eng. Agrônômica	62	02	1973-1977	Vento
Medicina Veterinária	107	09	1973-1979	SAÚDE – Diagnóstico de Saúde da Região de Imperatriz
Engenharia Florestal	36	03	1973-1978	Odontologia integral à comuni- dade
TOTAL	829	94		Pesquisa de Entamoeba Histolytica e Toxoplasma

FIGURA 53 - CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - PARTICIPAÇÃO E PROGRAMAS.

FONTE: FERREIRA (1984, p. 89).

Segundo a autora “a operacionalização dos projetos até 1980, conduziu a 239 atividades que exigiram a participação de muitas equipes universitárias e outros tantos professores e técnicos” (FERREIRA, 1984, p. 29). Percebe-se que no Campus há uma multidisciplinaridade de ações que contam com a participação de discentes e docentes da UFPR, além de propostas e ações que buscam favorecer o desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos habitantes locais.

A área de influencia do campus Avançado de Imperatriz se estendia a outros municípios vizinhos a cidade como: João Lisboa, Porto Franco, Sítio Novo e Açailândia.



FIGURA 54 – PRAÇA DE JOÃO LISBOA/MARANHÃO
 FONTE: Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

A figura a seguir mostra os alunos da equipe de Engenharia Florestal da UFPR enviada ao Campus Avançado de Imperatriz em atividade na cidade de João Lisboa junto com os moradores da localidade.



FIGURA 55 - PROJETO DA ENGENHARIA FLORESTAL EM JOÃO LISBOA/ MA
 FONTE: Arquivo PROEC/ UFPR, Álbum, 1976/1977.

Com o crescente desenvolvimento da cidade, Imperatriz sofreu modificações que alteraram a estrutura local apresentando novas demandas e exigindo soluções para a região. Alguns exemplos são apresentados por Maria da Conceição Ferreira (1984):

Aumento populacional, provocado por migrações decorrentes da abertura da Belém-Brasília e a consequente crise da posse de terra no campo e, crise habitacional e de serviços na cidade; afluência de profissionais liberais de outros estados; aumento da rede escolar de 1º e 2º Graus; criação de escolas de nível superior; afluência de investidores para exploração de madeiras; afluência de criadores de outras regiões do país; carência e precariedade de recursos humanos para atender às necessidades de desenvolvimento sócio-educacional, por deficiência de organização estrutural (FERREIRA, 1984, p. 30).

O depoimento de Leopoldo Vaz ao indicar os desafios enfrentados durante seu período de permanência no Campus Avançado de Imperatriz, em janeiro de 1976, ressalta os problemas vivenciados pela região.

Isolamento; era considerada a Sibéria maranhense, com contato deficiente com a capital; a abertura da Belém-Brasília facilitava o contato mais com Belém e Brasília do que com São Luis; era uma área em que as migrações, por causa da estrada, estavam em ebulição; muitos aventureiros, violenta, ao mesmo tempo rica e sem planejamento, sem perspectivas; até então a única via de comunicação era o rio; a televisão chegou antes do rádio; o avião, antes das estradas (VAZ, Leopoldo, entrevista, 2013).

A pobreza da região foi um dos aspectos de maior impacto mencionados pelos participantes do Campus Avançado de Imperatriz entrevistados.

Era uma região muito pobre, paupérrima, eu lembro que uma das atividades econômicas da cidade era a produção de telhas de barro, barro tirado do Rio Tocantins, e as telhas eram moldadas ainda nas pernas dos oleiros (SOMMA, João, entrevista, 2013).



FIGURA 56 - EQUIPE DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ A TRABALHO
 FONTE: FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

A Figura acima mostra a atividade em uma olaria de Imperatriz, oficializada nos arquivos da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, mas não indica especificamente a fabricação das telhas apontada no depoimento anterior, todavia ratifica a atividade praticada na região.

Um relato mais detalhado permite um entendimento da situação local encontrada pelos alunos e professores da UFPR em Imperatriz.

Eu lembro que a gente chegou numa casa num bairro na periferia de Imperatriz do Maranhão que as casas eram todas em palafitas e nós entramos para fazer uma atividade de saúde com a equipe da odontologia de vacinação, alguma coisa assim. E foi chocante porque quando nós entramos nós flagramos uma garota que devia ter uns onze ou doze anos cuidando de uns seis ou sete meninos, todo mundo sem roupas. A casa feita de tábuas apodrecidas em cima das águas, um cachorro em cima da mesa comendo num prato de uma criança, um porco em baixo da mesa, ratos passando. Aquilo eu nunca tinha visto. Embora provavelmente na periferia de Curitiba houvesse coisa parecida, mas não fazia parte do meu universo, E como a gente foi trabalhar aquilo foi chocante. Por outro lado nessa mesma comunidade a gente foi procurar a escola, a escola era um cômodo de um barraco, uma casa, de palafitas e existia uma menina que tinha quatorze anos, umas sete ou oito crianças sentadas em caixotes de madeira e a menina escrevendo num projeto de quadro dando aula. A menina tinha a terceira série primária. Uma coisa belíssima um choque de realidade para gente. Mas que dizia olha essa

comunidade não está morta, essa comunidade está abandonada, não é um bando de gente que está esperando a vida passar; do jeito deles eles estão fazendo as coisas acontecerem. Como a menina, que afinal de contas era ela que podia ensinar os pequenos (TABORDA DE OLIVEIRA. Marcus Aurélio, entrevista, 2013).



FIGURA 57 - EQUIPE DO CAMPUS AVANÇADO VISITA CASAS EM IMPERATRIZ
FONTE: FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

A fotografia oficial encontrada no arquivo não mostra a casa de palafita descrita no depoimento, mas revela que havia outros tipos de moradias simples indicando a precariedade da região.

O Relatório da UFPR de 1976 apresenta algumas atividades desenvolvidas pelo Campus Avançado de Imperatriz em consonância com as necessidades que despontavam na cidade e municípios vizinhos.

ATIVIDADES DE EXTENSAO UNIVERSITARIA
PERIODO DE 01.01.76 A 31.10.76

CURSOS

NOME DO CURSO	Nº PARTI- CIPANTES	DURAÇÃO (em dias)	RECURSOS APLICADOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Recreação na Escola Primaria	16	15	FPRO	
Atualização em Estudos Sociais	29	18	FPRO	
Psicologia da Personalidade	192	5	FPRO	
Educação Artística	32	18	FPRO	
Reciclagem p/Professores Primários (João Lisboa)	33	14	FPRO	
Reciclagem p/Professores Primários	40	10	FPRO	
Implantação de Serviço de Orientação Educacional	44	6	FPRO	
Reciclagem p/Professores de 1º grau (Porto Franco)	41	5	FPRO	
Reciclagem p/Professores de 1º grau (Imperatriz)	85	5	FPRO	
Auxiliar de Educação Física	36	10	FPRO	
Técnicas em Educação	11	3	FPRO	
Reciclagem p/Professores de 1º grau (Coquelândia)	25	3	FPRO	
Técnicas de Aprendizagem	55	4	FPRO	
Cooperativismo	13	29	FPRO	

FIGURA 58 - ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA ¹²⁸
 FONTE: Relatório da UFPR, 1976, s/p.

Os trabalhos educacionais, seja pela demanda ou pela oferta, marcaram presença no campus Avançado de Imperatriz em atividades e cursos realizados na cidade e em seus municípios vizinhos. A Educação foi uma das primeiras áreas de trabalho do Campus junto à população em prol do desenvolvimento da região.

¹²⁸ FPRO – Fundação Projeto Rondon.



FIGURA 59 - ATIVIDADE EDUCACIONAL EM IMPERATRIZ/MA

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação da UFPR, Envelope Campus Avançado de Imperatriz Atividades Educacionais, s/d.

A Atividade de Educação Artística, citada no Relatório de 1976 é mais detalhada no depoimento de Lucia Maria Bueno Mion, na época aluna da UFPR que ministrou o curso em Imperatriz no ano de 1977.

Eu lembro que um dia eu vi no edital: Estamos recrutando para o Projeto Rondon para fazer um trabalho com os professores locais na área de educação artística. Eu lembro que eu me inscrevi e fui a única a me inscrever do meu curso. Nunca ia um único curso naqueles grupos iam vários cursos, então eu fui a única de Educação Artística, foi aluno de Comunicação Social, de Arquitetura de Odontologia e de História. E eu era a única que fui isolada no grupo, sem nenhum colega pra compartilhar, pra dividir porque eu fui a única que se inscreveu. Depois que eu fui aceita que parei para pensar no que eu tinha feito. (silêncio) Mas daí eu não queria desistir, é uma característica minha se eu me enfio eu me enfio de cabeça e vou. Então eu fui procurar os professores que eu ainda não tinha a disciplina como: Psicologia da Educação, Didática pedir dicas e conversar individualmente com cada professor e saber quais eram os focos que eu deveria tomar nessas aulas que iria dar para pessoas as vezes mais velhas que eu e que tinham muito mais tempo de magistério, porque eram professores atuantes das escolas que iam ser treinados para também dar a disciplina de Educação Artística. (silêncio) (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).



FIGURA 60 - EQUIPE DE PROFESSORES DE IMPERATRIZ COM A ALUNA DA UFPR MARIA LUCIA B. MION.

FONTE: Arquivo Pessoal Maria Lucia B. Mion, 1977.

Então a gente ia meio solto sem um responsável dentro do que a gente ia executar. O diretor do Campus cobrava horários, mas ele não podia cobrar as tarefas porque eram tarefas tão diversificadas. [...] Ele as vezes pegava a bicicleta e ia no local onde cada um estava trabalhando pra dar uma supervisionada geral. Então, em termo de supervisão de cumprimento de função, existia, e, no caso, era o diretor do Campus. Agora a qualidade do que você passava dependia só de você porque não tinha quem cuidasse disso, quem supervisionasse isso. O material que eu levei eu levei porque eu preparei, não tinha um professor nem aqui [Curitiba] responsável para me preparar, para me treinar. Era assim uma coisa meio solta. Foi um desafio, mas valeu muito a pena. Eu faria tudo outra vez (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).

O depoimento de João Somma Neto, participante da mesma equipe, mas pertencente a área da Comunicação Social lembra ter recebido algumas orientações na UFPR antes de embarcar para Imperatriz, mas não sobre o trabalho em si, e sim sobre o Projeto e o Campus.

Tinha algumas explicações verbais a respeito do que era o projeto, a cidade, a comunidade local, e alguns aspectos culturais e só, treinamento prático de atividades a serem desenvolvidas lá nenhum. Sobre o objetivo do Campus eram dadas informações resumidas a respeito do que era o campus, qual era a finalidade do Campus e porque a Universidade estava vinculada àquele Campus (SOMMA, João Neto, entrevista, 2013).

Os depoimentos indicam a falta de preparo dos alunos para atuação prática no Campus Avançado o que revela uma lacuna na formação acadêmica e profissional dos alunos da UFPR, pois, se não havia um professor da área que orientasse e acompanhasse os trabalhos junto às equipes o ensino e a aprendizagem ficavam prejudicados. Ainda que se reconheça o aprendizado dos alunos a formação acadêmica proposta não era satisfatória na prática.

O Relatório da UFPR de 1977 permite perceber mais detalhadamente outras atividades realizadas por acadêmicos e professores da UFPR no Campus Avançado de Imperatriz. E demonstra um envolvimento maior de diversas áreas do conhecimento.

ATIVIDADES - CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - Ma				
ABRIL DE 1977				
SETOR	CURSOS	PROJETOS	SITUAÇÃO	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	Campanha de Documentação Civil	Execução	Prefeitura Municipal de Imperatriz Lions Clube Secretaria de Educação Municipal Autoridades Judiciais INCRA Escolas LBA - Direção São Luiz Diretor Executivo da FPRO - São Luiz
Ciências Agrárias	Agronomia	Curso de Oleicultura Calendário Agrícola	Não Executado Execução	Prefeitura Municipal de Imperatriz EMATER INCRA Particulares
Ciências Humanas Letras e Artes	Letras	Levantamento Sócio-Econômico Levantamento dos Contribuintes do Imposto sobre Serviço Organização de Fichário Cálculo do Imposto de Serviços	Execução Execução Executado Executado	Prefeitura Municipal Particulares
Ciências Humanas Letras e Artes	Psicologia	Orientação e informação a alunos sobre cursos profissionalizantes Orientação sobre observação de aluno na escola	Executado Executado	Turma da Mônica (escola) Escola Polivalente

FIGURA 61 - ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA
 FONTE: Relatório da UFPR, 1977, s/p.

Cursos de variados setores da UFPR passaram a realizar atividades e desenvolver projetos de atuação no Campus Avançado com vistas à melhoria da comunidade de Imperatriz. O curso de Oleicultura certamente atendia a demanda da região na produção de telhas, utensílios e artesanatos feitos com o barro retirado do Rio Tocantins.

ATIVIDADES - CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - Ma

MAIO DE 1977

SETOR	CURSO	PROJETOS	SITUAÇÃO	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
Ciências da Saúde	Enfermagem	Treinamento básico para pessoal de enfermagem	Executado	Hospitais da Comunidade
		Curso de Primeiros Socorros de Urgência para leigos	Executado	Hospital Sta. Tereza em particular
		O que é a Enfermagem (palestra)	Executado	TV Jornal "O Progresso"
		Curso preparatório ao curso do INPS (enfermagem)	Executado	INPS Secretaria de Saúde
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Levantamento Sócio Econômico	Execução	Todos os órgãos públicos e entidades de caráter privado da cidade Colégio Sta. Terezinha
	Estatística	Levantamento parcial da arrecadação tributária do Município para fins específicos da Prefeitura de Imperatriz	Executado	
		Palestras sobre a Administração	Executado	
Ciências Biológicas	Biologia	Biologia Prática Museologia Taxidermia e Osteologia		Faculdade de Educação de Imperatriz Prefeitura Municipal de Imperatriz

FIGURA 62 - ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA 2
 FONTE: Relatório da UFPR, 1977, s/p.

Ressaltam-se as atividades realizadas pelos cursos de administração e estatística que auxiliaram na organização da cidade. Algumas atividades realizadas pela equipe de enfermagem são ilustradas nas imagens a seguir:



FIGURA 63 - EQUIPE DE ENFERMAGEM TRABALHANDO EM IMPERATRIZ
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Atividade do Grupo de Enfermagem Imperatriz, s/d.



FIGURA 64 - EQUIPE DE ENFERMAGEM TRABALHANDO EM IMPERATRIZ 2
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Atividade do Grupo de Enfermagem Imperatriz, s/d.

O curso de Taxidermia e Osteologia¹²⁹ rendeu frutos à cidade de Imperatriz com a criação do Museu Municipal que recebeu o nome do professor da UFPR Wilson Righetto, empenhado no projeto, como pode ser visto nas Figuras a seguir.



FIGURA 65 - MUSEU ESTÁ NASCENDO

FONTE: Jornal Guia Lojista, 05 de Junho de 1977, s/p, MA - Arquivo Pessoal de Camillo Ferronato.

¹²⁹ Parte da anatomia que trata dos ossos.



FIGURA 66 - MUSEU DA CIDADE DE IMPERATRIZ/MA

FONTE: Jornal Guia Lojista, 05 de Junho de 1977, s/p, MA - Arquivo Pessoal de Camillo Ferronato.

Estas ações revelam a dimensão educativa e cultural das atividades realizadas pela equipe do Campus Avançado em Imperatriz que se somam a dimensão formativa e comunitária das ações na composição do trabalho proposto pela UFPR para o Campus de Imperatriz.



FIGURA 67 - BIBLIOTECA E MUSEU DE IMPERATRIZ

FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação da UFPR, Envelope Imperatriz.

Outras atividades podem ser percebidas ainda no Relatório da UFPR de 1977:

ATIVIDADES - CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ - Ma				
JUNHO DE 1977				
SETOR	CURSO	PROJETOS	SITUAÇÃO	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
Ciências Humanas Letras e Artes	Jornalismo	Cobertura jornalística da III Olimpíada Colegial de Imperatriz Matéria sobre a IX Exposição Agropecuária Cobertura jornalística da visita do Sr. Ministro do Interior Divulgação das atividades do campus e da comunidade	Executado	Jornais "O Progresso" e "Guia Lojista"
Ciências Humanas Letras e Artes	Estudos Sociais	Demonstração de técnicas e métodos didáticos aplicados no ensino de 5ª e 8ª séries procurando dinamizar o ensino	Executado	Faculdade de Educação de Imperatriz-FEI
Ciências Humanas Letras e Artes	Letras	Redação Criativa	Executado	Faculdade de Educação de Imperatriz-FEI
Ciências Exatas	Estatística	Levantamento sobre a arrecadação tributária junto às principais empresas do município Tabulação dos dados coletados		Prefeitura Municipal de Imperatriz Empresas

FIGURA 68 - ATIVIDADES CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ/MA 3
FONTE: Relatório da UFPR, 1977, s/p.

Uma atenção maior direciona-se para os órgãos envolvidos como parceiros nas ações. Além da prefeitura municipal, muitos outros órgãos locais ligados às diversas áreas colaboravam com as atividades desenvolvidas na região.

A título de ilustração, algumas imagens encontradas no arquivo da PROEC/UFPR e disponibilizadas do arquivo pessoal do professor Camillo Ferronato permitem lembrar a cobertura jornalística da visita do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, no Campus Avançado de Imperatriz, mencionada como atividade no Relatório.



FIGURA 69 - VISITA DO MINISTRO DO INTERIOR NO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA

FONTE: Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1977.



FIGURA 70 - MINISTRO DO INTERIOR E EQUIPE NAS DEPENDÊNCIAS DO CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ – MA

FONTE: Arquivo Pessoal Camillo Ferronato, 1977.

Outras atividades realizadas pela área de Comunicação Social da UFPR indicam a assessoria da UFPR junto a demandas da cidade de Imperatriz e são mencionadas no depoimento de João Somma Neto.

Foi proposta uma atividade na área da comunicação que era um levantamento na área do turismo na cidade. A proposta era que a gente fosse pra lá e fizesse um levantamento de aspectos históricos, culturais e o que a cidade poderia oferecer em termos turísticos. [...] Como nós fomos com um propósito específico de fazer um levantamento da área de potencial turístico a gente trabalhou muito na parte de foto. Fizemos um arquivo com fotos para slides para montar um tipo de audiovisual, na época era um audiovisual onde gravava-se uma fita cassete com textos narrados e os slides¹³⁰. Tinham dois membros da equipe que trabalhavam muito bem com foto e eu fiquei mais na parte dos textos. Foi feito um trabalho que eu acho que se perdeu, porque eu não sei que fim levou isso, nem as fotos, mas foram trazidas para a Universidade. [A equipe] Acabava se envolvendo na comunidade também, a gente acabou fazendo atividade de vacinação antirrábica em cães e uma série de outras coisas (SOMMA, João, entrevista, 2013).



FIGURA 71 - EQUIPE TRABALHANDO EM IMPERATRIZ – VACINAÇÃO DE CÃES
FONTE: Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

¹³⁰ Alguns desses *slides* encontram-se na Assessoria de Comunicação da UFPR catalogados em envelopes. Alguns foram digitalizados e utilizados como imagens neste trabalho.

O depoimento aponta que a vivência no Campus Avançado de Imperatriz favorecia uma interação entre os membros das equipes em suas atuações e propostas específicas de cada Área. Por exemplo, alunos da Comunicação Social auxiliavam os alunos da Veterinária em suas ações na cidade.

Ao término da participação no campus Avançado de Imperatriz os alunos recebiam um certificado de participação.



FIGURA 72 - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO CAMPUS AVANÇADO/PROJETO RONDON
 FONTE: Arquivo Pessoal De Lucia Maria B. Mion, 1977.

A partir de 1978 um novo convênio foi assinado agora entre a UFPR e a UFMA para manutenção das atividades do Campus Avançado de Imperatriz. A integração entre as duas Universidades Federais em Imperatriz fazia-se necessária e pretendeu, a partir de 1978, ser mais efetiva, com propostas concretas voltadas para o planejamento, execução e avaliação conjuntas das ações, bem como no atendimento às necessidades da Região. Ambas as Universidades formularam propostas.

Houve um momento em que as Universidades precisaram se aproximar então os alunos do Paraná e da Universidade do Maranhão, da odontologia, se encontravam em Imperatriz e recebiam treinamento e lá. [...] A integração foi muito boa, os alunos fizeram amizade, os professores fizeram amizade, o saldo foi positivo (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

Os projetos voltavam-se para os setores da Educação, Saúde, Economia e Organização Comunitária. Algumas ações são expressas no Relatório da UFPR de 1984, são elas:

a) O projeto: “Odontologia Integral à Comunidade de Imperatriz” tinha por objetivo melhorar as condições de saúde da população infantil escolar, através de medidas curativas, preventivas e educativas. Sobre estas atividades o depoimento do Professor Léo Kriger acrescenta outras informações às ações realizadas pela área.

Na odontologia nós regulamentamos e mandávamos quatro alunos por mês invariavelmente. Nós tínhamos um programa fixo, eles iam lá fazer programas de prevenção, programas curativos, planejamento e tinham uma atuação muito proveitosa para eles e para a comunidade. Nós instalamos lá equipamentos modulares fabricados aqui [Curitiba], eram cadeiras simplificadas e módulos substituindo consultórios. A gente trabalhava buscando a simplificação e a desmonopolização do equipamento (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

b) O Estágio Curricular em Enfermagem, da UFMA, que objetivava implantar serviços de enfermagem em unidades de saúde e prestar assistências às comunidades carentes em bairros e periferias da cidade;

c) Serviço Social – Estágio Curricular em Serviço Social, alunos da UFMA, buscando desenvolver a organização comunitária nos bairros Santa Inês e Santa Rita, em Imperatriz, e no bairro Rua Nova, em João Lisboa;

d) Projeto Implantação de Usina Artesanal de Compostagem em Imperatriz, com a participação de alunos da Engenharia Química e Engenharia Mecânica da UFPR. Com objetivo de melhorar o padrão sanitário urbano, gerar fonte de renda e incentivar o uso de tecnologia local, mediante tratamento do lixo e produção de adubo orgânico natural;

e) Na área de Educação com o objetivo de treinar e capacitar recursos profissionais para o 1º e 2º graus dos municípios de Imperatriz e João Lisboa, desenvolveu-se projetos voltados para:

- “Integração Social no Currículo de 1º grau”, com cursos desenvolvidos por acadêmicos e docentes de Geografia da UFPR.

- A Biblioteca como elemento básico num Centro de Apoio Pedagógico”, por alunos de Biblioteconomia da UFPR;

- Implantação de Sistema de Bibliotecas Escolares no Município de Imperatriz, desenvolvido por alunos da UFMA, com intuito de despertar nas crianças o hábito da leitura e fazê-las utilizar livros armazenados em caixas estantes;

- Educação Física em Imperatriz: Cursos de Arbitragem; Treinamento em Atividades Físico Recreativas para professores do Pré-escolar e das séries iniciais do Ensino de 1º Grau; 1ºs Jogos Estudantis da Escola Santa Terezinha; e atendimento a atletas de escolas de cinco cidades maranhenses, em atletismo, vôlei, Handebol e basquete, por alunos de Educação Física da UFPR; Sobre essas atividades o depoimento de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira auxilia na compreensão do que foi realizado e apresenta algumas dificuldades vivenciadas pela equipe (UFPR, Relatório Anual, 1984).

Nós produzimos um relatório e um material didático, como se fosse um material pedagógico para uso dos professores lá, mas eu não sei que destinação foi dada. **Eu lembro que em Imperatriz do Maranhão nossa equipe teve um problema com alguns professores que obviamente se sentiram afetados na sua autoestima, quem são esses meninos que vem lá do Sul do país dizer o que a gente tem que fazer? Mas isso a gente ponderava porque talvez fosse um pouco da nossa arrogância também, porque aquelas pessoas trabalhavam há 20, 25 anos [...] A participação tinha um caráter de obrigatoriedade para as pessoas e alguns se negavam a fazer as coisas, desafiavam o tempo inteiro, porque eram mais velhos.** Mas acho que esse choque é formativo para os dois lados e compõe a diversidade da vida. Nesse sentido eu estou convencido que sim, houve um ganho, agora no sentido técnico eu já não estou tão convencido, eu acho que o tipo de atividade que a gente foi desenvolver lá não fazia sentido. Tecnicamente aquelas pessoas já tinham conhecimento suficiente pra fazer aquilo que a gente achava que estava levando pra eles, era uma dimensão muito técnica,

um trabalho com aluno, com jogos, com competição, recreação, eles tinham tudo isso. Nesse sentido acho que a contribuição foi muito pouca. Do ponto de vista da formação eu acho que sempre se ganha, porque todo estranhamento provoca um tipo de reação. [...] Houve uma contribuição do encontro cultural, do estranhamento inicial, o choque é “natural” do próprio tipo de atividade (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013, grifos nossos).

O depoimento indica a existência de tensões e conflitos entre equipe de alunos e professores membros da comunidade local na realização das atividades propostas. A fala do entrevistado revela também ressignificações do passado a partir do presente, quando aborda a crítica e a contribuição do trabalho, bem como o entendimento sobre o encontro cultural e o estranhamento inicial entre a equipe e a comunidade local. Aspectos que provavelmente não eram percebidos na época.

Em 1984 a cidade de Imperatriz já tinha uma estrutura maior, mais recursos, informações, organização e uma paisagem diferente do período de implantação do Campus e da época relatada pelos entrevistados: Camillo Ferronato, Leopoldo Vaz, João Somma Neto e Maria Lucia Mion.

Imperatriz era uma cidade imensa [1984] com muita gente e muita coisa acontecendo, com muita coisa diferente de Curitiba. [...] Tinha aquele estereótipo, nós vamos chegar lá no meio da selva, embora seja a entrada da Amazônia, na verdade não era um mundo inabitado, não era um mundo sem cultura, não era um mundo sem uma vida ativa, pulsante. E encontramos gente que nos colocava a par da situação fundiária, da situação do garimpo que é uma coisa violentíssima, ou seja, isso não era mentira. Essa representação que o Sul tinha de lá não era mentirosa, mas a outra era omitida, parece que você está indo para um deserto, lugar de ninguém, não era exatamente assim. Agora havia muita pobreza, muita pobreza. [...] Conhecemos um lado muito pesado, mas conhecemos também essa riqueza cultural. Tem cultura, tem vida, tem experiência. Uma vida muito danada, muito prejudicada por questões estruturais (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013).

O Relatório de 1985 da UFPR ressalta que as atividades do Campus Avançado de Imperatriz, programadas para aquele ano, deixaram de ser executadas pela falta de recursos financeiros provindos da Fundação Projeto Rondon; pela suspensão da ida dos acadêmicos, a partir de maio de 1985, aos

Campi Avançados até que um estudo da situação financeira do MINTER e órgãos e entidades vinculadas ao programa fosse realizada; e em virtude de uma revisão e reformulação dos Planos de ação do Projeto Rondon (UFPR, 1985, p, 159).

Em maio de 1985 o GTU/PRAC da UFPR elaborou uma proposta como termo aditivo ao convênio Nº 42, firmado em 1983, entre UFPR, Projeto Rondon e outras entidades. Em adequação às circunstâncias do momento o termo propunha que a coordenação do campus Avançado de Imperatriz passasse a ser exercida pela UFMA, continuando a UFPR a prestar colaboração em atividades técnico-administrativas, pois, o fortalecimento de políticas regionalizadas, com ações institucionalizadas da UFPR em território paranaense, justificava a continuidade de estudos e contatos com o Projeto Rondon, visando novas ações conjuntas, no próprio Estado do Paraná (UFPR, 1985, p. 160). O GTU encarregou-se das medidas administrativas referentes à retirada da UFPR de Imperatriz.

O campus Avançado de Imperatriz foi entregue à Coordenação Estadual do Projeto Rondon no Maranhão para desenvolvimento de trabalhos futuros, com Universidades do próprio Estado. O Projeto de Integração Universidade/Comunidade da Região de Imperatriz continuou sendo desenvolvido pela UFMA, com ações de Serviço Social, Biblioteconomia, Enfermagem e Odontologia.

O programa começou a se esvaziar, os aportes de recursos começaram a diminuir e começaram a ter problemas até que se decidiu o seguinte: era o momento das Universidades locais assumirem os *campi*. Então nós saímos e a Universidade do Maranhão assumiu. Aí já tinha Universidade Estadual do Maranhão, a própria cidade de Imperatriz já tinha um movimento de faculdades isoladas. Então o momento era oportuno de sair, mas eu acho que o resultado foi muito interessante (KRIGER, Léo, entrevista, 2013).

O Professor Léo Kriger, diferente de Marcus Aurélio Taborda, não ressaltava a tensão com o pessoal local, mas apresenta dificuldades encontradas em dimensões externas do trabalho, junto a sua estrutura e funcionamento.

O Projeto Rondon, sua Fundação e estrutura de ação foram extintos pela Medida Provisória n.º 28/89, promulgada pelo Senado como Lei n.º 7.732, de 14/02/1989.

A contribuição deixada por esse programa aos membros da comunidade local são ressaltados no depoimentos de Lucia Maria Mion:

Tenho certeza que pra eles mudou também muito a maneira de ver de conduzir a sala de aula de se trabalhar a importância de se passar a informação para os alunos, porque eles trabalhavam em escolas típicas do interior de zona rural, dentro de uma sala tinha aluno de primeira a quinta...então pra eles mudou muito a maneira de ser e pensar, porque junto comigo também foi um grupo de História que também foi trabalhar com professores, então a gente, em alguns momentos, conseguiu juntar as turmas e fazer eles perceberem que as disciplinas podiam caminhar juntas. A gente mostrou que de um texto da história a gente podia montar uma peça de teatro para assimilar melhor o conteúdo, a gente chegou a fazer isso com eles. Então tenho certeza que aqueles professores quando a gente saiu de lá eles já eram outros professores (MION, Lucia Maria B., entrevista, 2013).

Essa contribuição permite cotejar a Extensão Universitária praticada no período da ditadura para além da assistência, da responsabilidade social e da prestação de serviço, mas como uma ferramenta formativa de construção de conhecimento.

Na acepção de Ana Luiza Lima Sousa “o ponto que traziam em comum Projeto Rondon, Extensão Universitária e Campi era a possibilidade de integração das regiões carentes através de ações interiorizadas” (SOUSA, 2010, p. 71), deste modo a autora defende que a “a função da prática extensionista era, pois, prestar serviço, no sentido de promover a integração nacional e assim contribuir para o desenvolvimento e a segurança do país” (SOUSA, 2010, p. 71). Essa abordagem não compreende integralmente o que se percebe nas práticas extensionistas do CRUTAC-PR e do Campus Avançado de Imperatriz, pois estes realizaram também a tarefa de se preocuparem com a formação do cidadão, em duplo sentido, tanto dos profissionais em formação, alunos da UFPR e futuros atuantes nos diversos setores sociais, quanto na formação dos membros das comunidades locais, público alvo das ações realizadas, que buscaram contribuir concretamente para

a construção de melhores condições de cidadania. Esta compreensão possibilita perceber que a representação construída pela produção acadêmica ao determinar o caráter assistencialista da Extensão Universitária no período da ditadura no Brasil, pauta-se em uma dimensão reducionista que desconsidera a peculiaridade e a pluralidade das situações.

Entende-se, portanto, neste trabalho que ações e práticas assistencialistas existiram no desenvolver dos programas CRUTAC e Campus Avançado, mas associadas a elas coexistiram práticas e ações contributivas para o desenvolvimento humano e social da região onde atuaram e que também tiveram sua parcela na formação e no aperfeiçoamento profissional e pessoal dos estudantes, professores e técnicos que nelas se envolveram.

Para mim que sou muito inquieto e inconformado com as coisas, ao me envolver com esses projetos, que foi pura sorte, eu confesso que isso fortaleceu em mim algumas convicções, eu acho que não por isso eu comecei a estudar História Social Inglesa, um sujeito como Edward Thompson e a experiência, porque pra mim ficou muito claro o seguinte: não há gente que não seja capaz de fazer as coisas, inclusive nas situações mais adversas e essas condições adversas estão dadas por questões de ordem política. Num país que tem a riqueza que o Brasil tem ninguém pode dizer que o problema é econômico. Eu deixei de acreditar nisso. Hoje não acredito mais em crises, claro que as crises existem, mas hoje eu estou convencido de que elas são produzidas. Para minha formação isso foi fundamental, ela consolidou determinadas convicções e me fez abrir os olhos para algumas coisas, essas operações de poder de fato, inclusive a partir daí eu comecei a entender um pouco do papel que a Universidade tem que cumprir (TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio, entrevista, 2013).

Os entrevistados, pessoas que viveram naquele contexto, e que anos mais tarde, ao serem questionadas, realizam um procedimento de releitura do passado, expressam ao relatar suas lembranças ressignificações com base nos acontecimentos posteriores. Retomando Pierre Nora e sua aceção de que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9), considera-se que a memória e a história com suas distinções podem contribuir uma com a outra no conhecimento do passado e do presente. Ao longo deste capítulo, os

depoimentos de participantes do CRUTAC-PR e Campus Avançado de Imperatriz, possibilitaram o acesso a um conjunto diverso de percepções sobre o passado vivido. O Quadro 13 apresenta o entendimento de alguns desses participantes quanto às representações da Extensão Universitária e à concepção assistencialista dos programas realizados durante a ditadura, difundida pela produção acadêmica.

REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO OS PARTICIPANTES	
PARTICIPANTE	DEPOIMENTO
Léo Kriger	<p>“A população estava cansada de levantamentos, não dá pra ir lá só levantar necessidades, tem que se levar alguma coisa prática, a população precisa de assistência, nós levamos para os lugares onde nós fomos não só assistencialismo, mas modelos de trabalho, nós mudamos a maneira de trabalhar da saúde pública, na odontologia, nós criamos modelos de trabalho, nós estimulamos orientação, nós estimulamos programas de bochecho com flúor, os alunos iam nas escolas fazer os programas de bochecho com flúor, semanalmente, quanto reduziu de cárie, então os programas eram assistencialistas, por que se tinha que prestar assistência à população, mas eram programas que visavam também a formação do aluno, o aluno voltava diferente de uma experiência de Campus Avançado”.</p>
Marcus Aurélio Taborda de	<p>“Como toda política assistencialista, e algumas nós vemos ainda hoje, elas correrem o risco de encobrir a falta de políticas de Estado estáveis, ou seja, não resolvendo os problemas estruturais da sociedade brasileira que são muitos [...] No entanto eu me deparei com comunidades que não tinham praticamente nada, comunidades materialmente muito pobres, e do ponto de vista da cultura escolar e da cultura acadêmica bastante distante. Porque dizer que uma comunidade não tem cultura também é uma violência. Eles têm uma rica cultura, riquíssima cultura diversa, mas aquela cultura do letramento, da escola da Universidade eles não tinham acesso. Lugares que não tinham biblioteca, naquele tempo não tinha internet. Então cumpria um papel assistencial, mas eu acho que um papel assistencial que em algumas situações são importantes, em alguns casos, em alguns locais são fundamentais porque são a porta de</p>

Oliveira	entrada de uma interlocução daquela comunidade com outras comunidades [...] Era uma política assistencial, concordo, a feição do Projeto Rondon mesmo, mas eu insisto que em alguns lugares é uma política que é pouco, mas que é o mínimo que aquelas pessoas têm, que aquelas comunidades têm . Acho que o problema é como se entra nisso, como se faz, isso a gente não tinha maturidade para tratar”.
João Somma Neto	“Tinha um viés forte sim, mas não era só a questão do assistencialismo, havia uma preocupação mesmo da integração daquela região com outras visões culturais, enfim, tentando dar algum subsídio a mais de formação mesmo para aquela região”.
Lucia Maria B. Mion	“Eu nunca enxerguei como assistencialismo. Não sei as outras pessoas que foram porque, às vezes, depende da área que você vai atuar, mas eu me senti na época até muito importante, cumprindo o papel social. Eu tinha tido a oportunidade de frequentar uma universidade e eu estava trabalhando com a sociedade mostrando o que essa universidade estava me proporcionando. Então eu não via como um assistencialismo pelo menos a função que eu fui cumprir lá. (tom sério) E sim como um papel social, educacional fundamental pra comunidade [...] Eu não vejo como um trabalho assistencialista, era um formato bacana, acho que faltava sim fazer algumas amarras, mas o formato era bacana o abraçar um município e esgotar todas as possibilidades, a cada trinta dias ia uma equipe contribuir de alguma forma para o crescimento do município, tanto que hoje Imperatriz é o segundo maior município do Maranhão, só depois da capital. E na época era um município extremamente pobre. A gente via isso. Saltava aos olhos da gente a pobreza do município”.

QUADRO 13 - REPRESENTAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SEGUNDO OS PARTICIPANTES

FONTE: A autora, com base nos depoimentos dos entrevistados, 2013/2014.

Marcada pelo chamado ao serviço comunitário com vistas ao compromisso e a responsabilidade com a nação a Extensão praticada pelos agentes entrevistados admite a existência do caráter assistencialista no formato e em algumas ações dos programas. Todavia ela é considerada por

eles como uma ação que extrapola esta dimensão ao associar-se à formação humana e profissional e à construção de conhecimento como forma de promoção e desenvolvimento.

Ao envolver universitários, professores, técnicos, membros da população local, autoridades, instituições, a Extensão e os programas CRUTAC-PR e Campus Avançado de Imperatriz abrangem públicos com culturas, interesses e níveis de educação diferenciados e permitem cotejar que a construção do conhecimento proposta pela Extensão abrange uma diversidade de públicos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução no sentido de identificar problemas, capacitar, informar e construir soluções. Esta diversidade de públicos indica também uma pluralidade de percepções quanto às ações propostas e o trabalho realizado. Deste modo a concepção de serviço comunitário vivenciada pelos agentes nos programas possibilitou identificar a existência de um diálogo entre as áreas de conhecimento da Universidade e uma aproximação inicial entre Ensino-Pesquisa-Extensão; abrindo caminhos para o princípio da indissociabilidade, que ganha força e projeção a partir de 1987 com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e se consolida em 1988 com a Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites do tempo solicitam uma parada no percurso para revisitar o problema central e as questões propostas no início da caminhada, ainda que estas se façam presentes ao longo de toda pesquisa. É chegado o momento de apontar algumas considerações, pois o rigor do trabalho acadêmico exige uma conclusão, sabendo, é claro, que cada fim é também um começo com diversas outras possibilidades.

Ao longo dos capítulos aspectos conclusivos sobre as questões analisadas foram sendo evidenciados, de modo que nesse momento, mesmo com o risco da redundância, alguns serão retomados e outros indicados.

Esta pesquisa teve como propósito inicial identificar concepções que permearam o processo de formalização, propostas e práticas da Extensão Universitária no âmbito da UFPR no período de 1968 a 1987. A proposta desdobrou-se em uma questão central: perceber de que forma ocorreu, na UFPR, por meio de seus agentes, a apropriação de diretrizes do governo federal sobre Extensão, em especial na da Lei 5.540/68 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, considerando suas normativas, documentos internos e ações extensionistas. Alguns questionamentos específicos indicaram os percursos trilhados ao longo dos três capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo buscou-se perceber quais concepções de Extensão nortearam políticas e ações extensionistas no período da ditadura civil-militar no Brasil e sua relação com as políticas nacionais para o ensino superior e com a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Priorizou-se uma análise mais detalhada dos aspectos ligados a Extensão Universitária presentes na Lei n. 5.540/68, que estabeleceu a Reforma do Ensino Superior no Brasil e no primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária da CODAE em 1975, proposto pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC.

Antes, porém, de adentrar esses documentos optou-se por uma breve incursão sobre a trajetória histórica da Extensão Universitária no Brasil com o intuito de perceber algumas concepções de Extensão que permearam seu processo histórico ao longo dos anos até o período da ditadura. Para tanto a bibliografia existente serviu de aporte. Percebeu-se que nas décadas

percorridas diferentes cenários, diversas iniciativas e práticas de Extensão foram realizadas e muitos interlocutores fizeram-se presente.

Historicamente a concepção com base na proposta de abrir a Universidade ao povo e estender a todos a cultura, o saber e a técnica, é a que compôs, por mais tempo a trajetória da Extensão Universitária no Brasil. Até o final dos anos de 1950 e início de 1960 é a concepção da Extensão como difusora de cultura, conhecimento e técnica que permeia as diretrizes e encaminhamentos da Extensão, baseados principalmente na legislação educacional brasileira de 1931, através do Estatuto das Universidades Brasileiras.

A partir de 1960 outras experiências extensionistas começam a ganhar força, com novas perspectivas e proposições para estas ações. Medidas educacionais e extensionistas, como a Lei 5.540/68 e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, tiveram grande importância na difusão de uma nova concepção da Extensão Universitária baseada no serviço comunitário. Essa concepção tornava a comunidade universitária responsável pela tarefa comunitária, sem o cunho político de resistência, é claro, mas como contribuição ao desenvolvimento do país.

Mesmo sendo referenciada legalmente em 1931, por meio do *Estatuto das Universidades Brasileiras*, a Extensão Universitária ressurgiu no contexto mais expressivo da legislação nacional na Reforma Universitária com a Lei 5.540/68. Ela fixa a Extensão como obrigatória nas IES e determina que as universidades e as instituições de ensino superior tenham por dever estender à comunidade suas atividades de ensino e os resultados da pesquisa por meio de cursos e serviços, formalizando assim a Extensão Universitária no espaço acadêmico e universitário. A responsabilidade e a função social da Universidade para além dos seus muros permeiam os artigos da Lei 5.540/68 que tratam da Extensão. A concepção de Extensão Universitária presente nos artigos 20 e 40 destaca a participação dos alunos no processo de desenvolvimento do país a partir da difusão de cultura, conhecimento, técnica e serviço à comunidade.

Quanto ao Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, percebe-se que ele pode ser compreendido como uma *estratégia* de ação política do MEC, à medida que este Ministério traz para si a coordenação

nacional das experiências de Extensão em execução nas IES, o que garante um espaço importante na formulação da política educacional no ensino superior no país. O Plano de Trabalho também é percebido como uma *conquista*, pois amplia a concepção de Extensão Universitária presente na Lei 5.540/68 e expressa os primeiros passos na construção de uma Política de Extensão Universitária. O Plano de Trabalho se apresenta ainda como *desafio*, à medida que estende a atuação da Extensão Universitária envolvendo docentes e discentes e indicando a possibilidade de articular as atividades extensionistas na universidade com as atividades acadêmicas de Ensino e Pesquisa. A concepção mediadora do Plano de Trabalho também enfatiza o serviço comunitário por meio da difusão do Campus Avançado e do CRUTAC, ambos programas nacionais de Extensão Universitária apoiados pelas diretrizes do governo ditatorial. Estes programas apresentavam consonância com a Ação Cívico-Social (ACISO) difundida pelo Manual da ESG que previa solucionar os problemas da comunidade e da segurança nacional pela via do espírito cívico e comunitário dos cidadãos.

No segundo capítulo buscou-se compreender como ocorreu a formalização da Extensão na UFPR no período entre 1968 e 1987 e quais concepções foram apropriadas pela instituição, por meio de seus agentes, ao longo desse processo, considerando para tanto o contexto da ditadura, a Lei 5.540/68 e o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Todavia as análises foram além do proposto.

Inicialmente optou-se por situar historicamente a UFPR até o período proposto para análise e perceber os caminhos trilhados pela Extensão em seu processo de formalização na Universidade. Percebeu-se que atividades de serviço e de divulgação técnica, artística e cultural sob a noção de intercâmbio foram ações importantes na composição da Extensão Universitária na UFPR até o início da ditadura.

Para adentrar ao processo de formalização da Extensão na UFPR a partir desse período, optou-se pela realização de dois percursos: Extensão no âmbito formal normativo e Extensão no âmbito formal técnico.

O primeiro, *Extensão no âmbito formal normativo*, por meio de fontes documentais escritas da UFPR como Estatutos, Regimentos e normativas da Universidade ofereceram pistas para compreender que a concepção e a

política de extensão universitária da UFPR, apropriaram-se das diretrizes nacionais presentes na Lei 5.540/68, percebida principalmente, por meio dos seus Estatutos e Regimentos de 1970 e 1974; no Plano de Trabalho da Extensão Universitária, identificada por meio de ações externas à Universidade sob a diretriz dos programas federais como o CRUTAC-PR e o Campus Avançado de Imperatriz; e também da concepção difundida pela ESG, com a presença nas normativas da Universidade de elementos como: atividade humanística, participação e compromisso social com a nação, que remetem as proposições do Manual Básico da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

O segundo percurso, denominado “*Extensão no âmbito formal técnico*”, é composto principalmente pela prática da Extensão presente nos catálogos, relatórios anuais e parciais das atividades extensionistas na UFPR, indicando compromissos assumidos e realizados pela Universidade e seus agentes.

A UFPR por meio dos Cursos de Verão e da Universidade Volante iniciou a ligação da função da Universidade com os problemas regionais. Em seu processo de formalização a Extensão na UFPR desenvolveu ações que transitaram por esferas urbanas e rurais; internas e externas à Universidade, associando-se principalmente ao Ensino. Com a chegada dos programas federais na década de 1970 a Extensão Universitária ganha mais espaço na Universidade mediante a criação na UFPR da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, órgão responsável pelo desenvolvimento do CRUTAC-PR, com apoio do MEC e do Campus Avançado de Imperatriz, com apoio do MINTER e do Projeto Rondon.

Ao associar os dois percursos percebeu-se que as concepções de Extensão Universitária na UFPR apresentaram permanências no que tange os aspectos da difusão de conhecimento, técnica e cultura; e mudanças quando, durante o período da ditadura a proposta de serviço comunitário é introduzida. Alguns elementos pautados na concepção de diálogo com a comunidade e entre Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como a questão da relevância e da transformação social das ações, foram percebidas na UFPR entre 1968 e 1987. Verificou-se, portanto, que concepções diferentes coexistiram e por vezes se interpenetraram, se expressando ora de forma tímida ora explícita na

Universidade, indicando os rumos do processo de formalização da Extensão na UFPR.

O terceiro capítulo se dispôs a uma análise direcionada a duas ações de Extensão realizadas na UFPR entre 1968 e 1987, o CRUTAC-PR e o Campus Avançado de Imperatriz – MA. Identificou-se por meio de documentos, relatórios e depoimentos dos agentes envolvidos nesses Programas, que as ações praticadas atendiam as exigências das diretrizes nacionais, em sua organização e estrutura de funcionamento na Universidade e nos locais de atuação, mas também apresentaram algumas especificidades próprias da UFPR no que se refere às demandas das localidades; ao direcionamento das ações propostas pelos agentes, no caso, docentes e alunos da Universidade; no envolvimento de algumas áreas do conhecimento acadêmico e na recusa de outras; nas tensões, conflitos e dificuldades vivenciadas pelos agentes, seja no interior da UFPR, seja no atendimento ao público alvo das ações; na realização de parcerias com instituições e órgãos públicos e privados e no compromisso assumido pelos agentes em suas práticas.

Uma questão de fundo, identificada a partir da revisão bibliográfica sobre Extensão Universitária, permeou toda a pesquisa: a Extensão Universitária no período da ditadura se resumia à expressão “assistencialista”, tal como a produção acadêmica afirma? A hipótese principal formulada para essa questão considerou a possibilidade das apropriações e representações da concepção presente nessa produção bibliográfica serem diferentes das apropriações e representações dos agentes envolvidos com a Extensão no âmbito institucional da UFPR. O que pressupõe a coexistência de diferentes apropriações, representações e concepções de Extensão Universitária que com suas semelhanças e diferenças se interpenetram e expressaram as especificidades do processo de formalização da Extensão na UFPR.

Percebeu-se que a análise e a crítica da produção acadêmica sobre a Extensão Universitária, ao destacá-la como prática assistencialista no período da ditadura civil-militar no Brasil, considera e associa Extensão Universitária, políticas educacionais, serviço comunitário e estratégias de governo, a formulação e ao caráter racionalizador das ações governamentais expressos na legislação, nos planos e programas propostos delas diretrizes nacionais.

Todavia apesar dos programas CRUTAC e do Campus Avançado expressarem em suas diretrizes finalidades de ação comunitária e de ajustes da ação governamental às necessidades das populações interioranas outros aspectos como, por exemplo, o treinamento dos estudantes universitários por meio de estágios e da carga horária de disciplinas acadêmicas, indicam a presença de uma ação formativa que deve ser considerada. Deste modo a difusão no meio acadêmico da concepção de Extensão Universitária pautada no serviço comunitário, não indica, necessariamente, a presença de práticas assistencialistas.

No processo de formalização da Extensão na UFPR identificou-se por meio das normativas, relatórios de trabalho e depoimentos dos professores e alunos que atuaram em ações extensionistas durante a ditadura que a concepção de serviço comunitário se faz presente nas ações praticadas. Admite-se a existência do caráter assistencialista no formato e em algumas ações dos programas CRUTAC-PR e no Campus Avançado de Imperatriz, todavia as ações realizadas extrapolam esta dimensão quando associadas à formação humana, acadêmica, profissional e à construção de conhecimento como forma de promoção e desenvolvimento tanto dos participantes da Universidade quanto dos membros da comunidade.

Assim como em toda pesquisa o olhar do pesquisador direciona o percurso e as escolhas. A realização deste trabalho não seria possível sem os referenciais da História, da História da Educação e da História Cultural que propõe revisitar o passado revendo as fontes e ouvindo outros sujeitos que trazem novos olhares e versões para a história já contada.

O trabalho com a legislação, enfadonho em alguns momentos, revelou-se também dinâmico e rico, pois abriu um leque de opções e possibilidades de pesquisa. O cruzamento da legislação com seu contexto de produção, imagens e depoimentos dos entrevistados contribuiu sobremaneira para o avanço das proposições e análises desta pesquisa.

Algumas dificuldades revelaram-se pelo caminho como, por exemplo, localizar os agentes envolvidos nas atividades extensionistas para entrevistas. Primeiramente buscou-se identificar alguns nomes nos relatórios de trabalho dos programas, na sequência buscou-se encontrá-los na lista de docentes, técnicos e servidores da UFPR por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

(PROGEPE), mas sem o sucesso esperado. Apenas a partir da identificação de uma pessoa, técnica da Universidade, por meio de conversa informal conseguiu-se construir um caminho até os demais, pois a cada entrevistado era solicitado um o nome de referência para a próxima entrevista. Percebeu-se nessa jornada a construção de uma rede de pertencimento que une essas pessoas geradas pela participação nas ações de Extensão Universitária da UFPR.

Outra dificuldade vivenciada no percurso da pesquisa diz respeito a ausência sequencial de fontes, visto que se trabalhou com relatórios, catálogos e anuários, percebeu-se a necessidade de preservar documentos. O que indica a importância de uma política de arquivos na UFPR para que o trabalho de pesquisa na Universidade e sobre ela seja fomentado. Ainda que a lógica arquivista seja diferente dos interesses dos pesquisadores, a preservação dos documentos é garantia de existência de fontes para futuros trabalhos.

A certeza que se tem ao concluir é de que apenas iniciou-se a compreensão dos múltiplos e possíveis questionamentos que envolvem a Extensão Universitária. A curiosidade e o desejo de prosseguir com a pesquisa se mesclam as potencialidades das fontes:

- Analisar mais a fundo as ações extensionistas realizadas por cada área do conhecimento da universidade; reconhecendo práticas vivenciadas pelos seus agentes;
- Aprofundar o conhecimento de projetos e ações mencionadas nos relatórios da UFPR, do CRUTAC-PR e do Campus Avançado de Imperatriz;
- Realizar uma incursão pelo terreno fértil e produtivo das fontes iconográficas dos Arquivos da Assessoria de Comunicação Social da UFPR;
- Desenvolver trabalhos comparativos entre os programas nacionais de Extensão Universitária, CRUTAC e Campus Avançado nas Universidades, e também dos processos de formalização da Extensão nas diversas IES.

Todavia, considerando a aceitação de Dario Ragazzini (2001), o esforço de análise das fontes não é um trabalho que possa ser colocado sobre os ombros de um único pesquisador ou de uma única obra, de modo que se este trabalho puder contribuir com algumas análises iniciais por ele apontadas e/ou com referenciais de fontes existentes para a realização de futuras pesquisas; despertando assim o interesse de outros pesquisadores para o trabalho com a

legislação, com a Extensão Universitária, com a UFPR, e com tantas outras possibilidades, já terá, certamente, ultrapassado as expectativas iniciais.

FONTES

Legislação do Brasil

BRASIL, **Constituição Federal 1988**. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 18/07/2011.

_____. **Decretos nº 19.850, de 11 de abril de 1931**, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40246>. Acesso em: 31/01/2013.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**, que dispõe sobre a criação a organização do ensino superior no Brasil. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 31/01/2013.

_____. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931**, que dispõe sobre a criação a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 03/02/2013.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Base de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 16/03/2012.

_____. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

_____. **Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966**. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>. Acesso em 21/12/2012.

_____. **Decreto-lei 79.296, de 25 de fevereiro de 1977**. Extingue a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79296-24-fevereiro-1977-428200-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 01/01/2014.

_____. **Decreto-Lei Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117229>. Acesso em 12/03/2012. Acesso em 12/03/2012.

_____. **Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967**. Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-norma-pe.html>. Acesso em 20/01/2013.

_____. **Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968.** Dispõe Sobre a Instituição de Grupo de Trabalho para Promover a Reforma Universitária e da Outras Providencias. Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/grupo-trabalho-promover-universitaria-34172142>. Acesso em 20/01/2013

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso 18/07/2011

_____. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm. Acesso em 20/01/2013.

_____. **Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providencias.

_____. **Decreto Lei nº 916, de 07 de Outubro De 1969. Cria a Comissão Incentivadora Dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - Cincrutac - e da Outras Providencias.** Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/incentivadora-treinamento-cincrutac-34178990>. Acesso em 20/01/2013.

_____. **Decreto-lei 67.505, de 06 de novembro de 1970.** Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67505-6-novembro-1970-409061-norma-pe.html>. Acesso em: 01/01/2014.

_____. **Decreto-lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7732.htm Acesso em: 01/01/2014.

Documentos

ATCON, Rudolph P. **Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira.** Diretoria de Ensino Superior - Ministério de Educação e Cultura (MEC). Rio de Janeiro. 1966.

BRASIL, **Plano de Trabalho de Extensão Universitária.** MEC/DAU. Mimeo. 1975.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Uma visão do *campus* avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon.** Brasília, MEC/DDD, 1980. 79 p. il.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210530&search=maranhao|imperatriz|graficos:-historico> Acesso em: 20/12/2013.

_____. Parecer nº **4.120, de 05/12/1974. Conselho Federal de Educação**. Disciplina a concessão de créditos em Educação Moral e Cívica e Estudo de Problemas Brasileiros no curso superior aos estudantes participantes do Projeto Rondon.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ESG. **Doutrina Básica** –Rio de Janeiro: ESG, Solivro Gráfica e Editora LTDA. 1979.

FORPROEX, **Documento Final**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. I Encontro – UNB – Brasília, 1987. Disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 10/10/2013.

PIMENTEL, Paulo Cruz. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4a sessão ordinária da 5a legislatura**. Curitiba, 1966.

RELATÓRIO, **Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937**, 1968, p. 30. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

ROTEIRO, **Repórter Esso**. São Paulo: TV Tupi, 03 de abril de 1964. Programa de TV. Disponível em: <http://www.bcc.org.br/tupi/roteiros/filtro>. Acesso em 15/01/2013.

SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL – SEURS, I. 1983. Curitiba. **Relatório**. Paraná: EDUCA Editora, 1983.

SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL – SEURS, IV. 1986. Ponta Grossa. **Conclusões**. Paraná: UEPG, 1986.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ, **Estatuto da Universidade do Paraná 1913**. Curitiba – PR.

_____. **Cursos de Verão - Programação**. Curitiba: Associação Paranaense de Propaganda, 1962. Folder.

_____. **Estatuto da Universidade do Paraná 1915**. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Paraná 1946**. Curitiba –PR

_____. **Primeira Promoção da Universidade Volante**. Curitiba, 1961. Programação Geral.

_____. **Regimento Geral da Universidade do Paraná 1946**. Curitiba –PR

UFPR, **Anais Científicos**, Ano 13. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

_____. **Anuário da Universidade Federal do Paraná**. 1969. Curitiba – PR.

_____. **Catálogo da Universidade Federal do Paraná 1973**. Curitiba –PR

_____. **Comitê Assessor de Extensão**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Atas de Reuniões: 1984-1986. Livro Nº 1. Curitiba – PR.

_____. Conselho de Administração. **Portaria nº 8635 de 23 de maio de 1972**. Implanta o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da UFPR.

_____. Conselho de Administração. **Resolução nº 158 de 1984**. Cria a Coordenação de Extensão no âmbito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

_____. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução CEP nº12 de 1973**. Regulamenta os Cursos de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

_____. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução CEP nº03 de 1981**. Dispõe sobre os Cursos de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

_____. Conselho de Ensino e Pesquisa. **Resolução CEP nº08 de 1983**. Dispõe sobre os Cursos de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Paraná** 1952. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Federal Paraná** 1956. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Federal Paraná** 1962. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Federal Paraná** 1970. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Federal Paraná** 1974. Curitiba –PR

_____. **Estatuto da Universidade do Federal Paraná** 1983. Curitiba –PR

_____. **Livro CRUTAC-PR – Prestação de Contas** – Cr\$ 75.000,00, 1976, Arquivo da PROEC/UFPR. Curitiba –PR.

_____. **Fontes para a História de Imperatriz no Maranhão**. Oksana Boruszenko. Curitiba: Centro de Recursos Audiovisuais da UFPR, 1979. 108 p.

_____. **Regimento do Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Paraná** - CRUTAC-PR, 1973. Curitiba – PR.

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná** 1983. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1972. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1974. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1976. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1977. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1981. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1982. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1983. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1984. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** da Universidade Federal do Paraná 1985/1986. Curitiba –PR

_____. **Relatório Anual** do CRUTAC-PR, 1977. Arquivo da PROEC/UFPR. Curitiba – PR.

_____. **Relatório Anual** do CRUTAC-PR, 1978. Arquivo da PROEC/UFPR. Curitiba – PR.

_____. **Relatório Anual** do CRUTAC-PR, 1979. Arquivo da PROEC/UFPR. Curitiba – PR.

_____. **Relatório Anual** do CRUTAC-PR, 1980. Arquivo da PROEC/UFPR. Curitiba – PR.

_____. **8ª Promoção da Universidade Volante**. Curitiba, 1970, Programação Geral.

Jornais

CAMPUS: convite a estudantes. **Diário Popular**, Curitiba, 18/11/1976, s/p.

CRUTAC atenderá crianças na lapa. **Diário Popular**, Curitiba, 19/05/1977, s/d.

CRUTAC presta contas de suas atividades no primeiro quadrimestre do ano de 78. **Tribuna Regional**. Ano II – Lapa, 04/06/1978 – Nº 103.

DIRETOR Mostra o que fará no “Campus” de Imperatriz. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26/12/1976, s/p.

EM CINCO ANOS, Universidade realiza a sua função social. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14/03/1982, s/p.

ESTUDANTES prestam auxílio a cidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27/09/1977, s/d.

MAEDER: Uma Universidade sem feudos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7/12/1971, s/p.
MUSEU está nascendo. **Guia Lojista**, Imperatriz/MA, 05/06/1977, s/p. Arquivo Pessoal de Camillo Ferronato.

UNIDADE rural da UFP atende oito municípios desde a lapa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25/09/1977, s/p.

Fonte Iconográfica

Atividades do CRUTAC-PR. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Atividades do CRUTAC, s/d.

Atividade Educacional em Imperatriz/MA. Fotografia do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Campus Avançado de Imperatriz Atividades Educacionais, s/d.

Biblioteca e Museu de Imperatriz. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Campus Aproximado Porto Vitória. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Porto Vitoria - Prefeito pede ao Reitor Implantação do Campus Aproximado, s/d.

Campus Aproximado Porto Vitória Instalações. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

Campus Aproximado Porto Vitória Instalações 2. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

Campus Aproximado Porto Vitória Prédio. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Porto Vitória Implantação 11 Fevereiro 83.

Campus Avançado de Imperatriz / Ma – Frente / 1976. Fotografia do Arquivo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC).

Certificado de Participação Campus Avançado/Projeto Rondon. Arquivo Pessoal De Lucia Maria B. Mion, 1977.

Consultório Odontológico - CRUTAC-PR Núcleo da Lapa. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação da UFPR, envelope CRUTAC Atuação na Lapa, s/d.

Entrega de Veículo ao CRUTAC-PR. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Entrega Kombi ao CRUTAC - agosto 83.

Equipe de Alunos da UFPR na Rodovia Transamazônica Trecho em Imperatriz/MA. Fotografia do Arquivo Pessoal de Lucia Maria B. Mion, 1976.

Equipe de Enfermagem Trabalhando em Imperatriz. Fotografia do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Atividade do Grupo de Enfermagem Imperatriz, s/d.

Equipe de Enfermagem Trabalhando em Imperatriz 2. Fotografia do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Atividade do Grupo de Enfermagem Imperatriz, s/d.

Equipe de Funcionários e Alunos no Campus. Fotografia do Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1977.

Equipe de Professores de Imperatriz com a Aluna da UFPR. Fotografia do Arquivo Pessoal Maria Lucia B. Mion, 1977.

Equipe do Campus Avançado de Imperatriz a Trabalho. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Equipe do Campus Avançado Visita Casas em Imperatriz. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Equipe Saindo do Campus para o Trabalho em Imperatriz. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Equipe Trabalhando em Imperatriz – Vacinação de Cães. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, Envelope Imperatriz, s/d.

Jardim no Interior do Campus Avançado de Imperatriz. Fotografia do Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Margem do Rio Tocantins em Imperatriz – MA. Cartão Postal, Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Margem do Rio Tocantins em Imperatriz – MA. Fotografia do Arquivo Pessoal de Lucia Maria B. Mion, 1976.

Ministro do Interior e Equipe nas Dependências do Campus Avançado de Imperatriz – MA. Fotografia do Arquivo Pessoal Camillo Ferronato, 1977.

Palestra CRUTAC-PR Núcleo da Lapa. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope CRUTAC Atuação na Lapa, s/d.

Praça de João Lisboa / Maranhão. Fotografia do Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Projeto da Engenharia Florestal em João Lisboa/ MA. Fotografia do Arquivo PROEC/ UFPR, Álbum, 1976/1977.

Salão Interno do Campus Avançado de Imperatriz – MA. Fotografia do Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Sessão Solene De Abertura Do I SEURS. *Slide* do Arquivo da Assessoria de Comunicação Social da UFPR, envelope Seminário de Extensão Universitária - Abertura 070883 - Foto Sinue Naico.

Vista da Cidade de Imperatriz – MA. Cartão Postal, Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1976/1977.

Visita do Ministro do Interior no Campus Avançado de Imperatriz – MA. Fotografia do Arquivo PROEC/UFPR, Álbum, 1977.

Fonte Oral

FERRONATO, Camillo. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 13 de junho, 2013.

FERRONATO, Vera Lúcia. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 13 de junho, 2013.

KRIGER, Léo. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 29 de maio, 2013.

MION, Lucia Maria Bueno. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 09 de maio, 2013.

NETO, João Somma. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 27 de maio, 2013.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira.** Curitiba, 21 de maio, 2013.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. **Entrevista concedida a Carina Silva Vieira**. Curitiba, 04 de maio, 2013.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. **Avaliação (Campinas)** [online]. 2010, vol.15, n.2, p. 131-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a08v15n2.pdf>. Acesso em 02/12/2012.

BACELLAR, Yeda Maria dos Santos. **Extensão universitária: que vocação?** Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Mimeo. Curitiba-PR, 1989.

BARANOW, Ulf G. e SIQUEIRA, Márcia Dalledone. (orgs.) **Universidade Federal do Paraná: história e estórias (1912-2007)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSCHETTI, Vânia R. Plano Atcon e comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade pós-64. **Revista HISTERDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. A História como Memória Social. In: **O mundo como teatro – estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992. Disponível em: <http://muna.tripod.com/17.html>. Acessado em: 31/07/2012.

_____. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARBONARI, Maria Elisa E. PEREIRA, Adriana Camargo. A Extensão Universitária no Brasil, do Assistencialismo à Sustentabilidade. **Revista de Educação**. v. 10, n.10. Anhanguera Educacional. 2007. Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewPDFInterstitial/207/205>. Acesso em 20/11/2011.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Extensão Universitária: versão e perversões**. Presença Edições/UFPB. 1985.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. GT Políticas de Educação Superior/nº11. **ANPED**, 2004.

CERRI, Luis Fernando. Ensino e aprendizagem de representações nacionalistas do tempo: o caso da Ditadura militar brasileira. In: GONÇALVES; RANZI, S.M.F. (Org.) **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Ed.UFPR, 2012. P. 213-229.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2ª Ed., 2002.

_____. Cultura Popular: revistando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

_____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 113, 1994, p. 97-113.

_____. O Mundo como Representação. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 11, art. 5, 1991, p. 173 - 191.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v. 22, nº 43, p. 85-104, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1546/1008>. Acesso em: 21/03/2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: _____ (Org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. P. 89-125.

_____. VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, jul/dez.2006.

_____. **Universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. **A universidade brasileira: em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977. 102p.

FERREIRA, Maria da Conceição. **Campus Avançado; alternativa para integração e desenvolvimento?** São Luis, UFMA/Secretaria de Educação, 1984. Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 2. XVI, p. 100.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol.24, no.47, 2004.

_____. **“Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar**, 2002, p.3. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf. Acesso em 20 de junho de 2012.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima. História da educação e história cultural. In: VEIGA, Cynthia. Greive. e FONSECA, Thaís Nívea de Lima. (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.49-76.

FREIRE, Silene de Moraes. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**. Vol. 7, No 1. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/viewFile/3670/2586>. Acesso em 20/02/2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8ª. edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GERMANO, José Wellington. **O Discurso Político sobre a Educação no Brasil autoritário**. *Cad. CEDES* [online]. 2008, vol.28, n.76, pp 313-332. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a03v2876.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

_____. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Adilson José. A Ditadura das Imagens. *Revista Histórica*. Edição nº 14 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao14/materia02/>. Acesso em 18/02/2013.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5.692/71: discursos governamentais e implementação da lei no Paraná. In: _____. (Org.) **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Ed.UFPR,2012.

_____. A Escola Superior de Guerra e a Lei 5692/71: educação e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Anais do VI CBHE**. Vitória - ES 2011. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/423.doc. Acesso em 30 de maio de 2012.

_____. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153_ARQUIVO_textoanpuh2011ngg.pdf. Acesso em 19/01/2013.

_____. GONÇALVES, Sandro, **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. SANTOS, Carina Silva Vieira., Extensão na Universidade Federal do Paraná: constituição histórica. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE - Cuiabá – MT. 2013**.

_____. RANZI, Serlei M. Fischer. (Org.) **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: Ed.UFPR,2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do ceará, 1986.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo em Recife-PE**. Dissertação. Mimeo. UFPE. Recife/PE. 2003. Disponível em <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031104123012.pdf>. Acesso em 18/02/2013.

IPARDES, Fundação Edison Vieira. **O Paraná Reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral no século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **Historia Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/03>. Acessado em 20/03/2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, p. 9 - 43, Jan./Jun. 2001.

LIMA, Bárbara Souza. **A Extensão Universitária no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís. CCS/UFMA, 2009. Disponível em http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/49240718.html. Acesso em 09/11/2010.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 36, 2009.

_____. **Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1958): um espaço de disputas**. Tese de doutorado em História Social. Mimeo. UFF/Rio de Janeiro. 2010.

LOPES, Onofre. **CRUTAC E CINCRUTAC – Treinamento Rural Universitário / Prestação de Serviço à Comunidade**. Imprensa Universitária, Fevereiro, 1972.

LOPES DA SILVA, Francisco Carlos. **Universidade e extensão: a trajetória em um centro universitário**. Tese de Doutorado. UFRS. RS. Mimeo. 2008.

MACEDO, Alceu Ribeiro de. **A Universidade Federal do Paraná: um pouco de sua história**. Separata do catálogo da UFP. 1977.

MÁRQUEZ, Angel Diego. Plano para Organização de uma Faculdade de Ciências Pedagógicas: Ideias Prévias para Discussão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. DF, v. XLVI, n. 103, p. 109-144, jul/set, 1966.

MICHELOTTO, Regina Maria. **A liberação do Acesso e a Extensão como Estratégias de Democratização da Universidade: a Experiência da Itália e do Brasil**. Tese de doutorado. PPGE/Universidade de São Carlos. Mimeo.1999.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975-1999**. Belo Horizonte. UFMG/ FaE. mimeo. 1999. p. 255.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Editora PUC, 1993, p. 7-28.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, v.7, n.2, p.9-25, set/fev 2002/2003.

_____. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993. p. 7-64.

OLIVEIRA, Bruna Estevão Costa. **Proposições da Escola Superior de Guerra na Reforma Universitária de 1968: Alguns Elementos**. UFPR, Mimeo. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e história cultural**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v2, n.3, 1989, p 3-15.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar**, Curitiba, UFPR, n.18, p.13-28, 2001.

RANZI, Serlei M.Fischer. Memória e História das Disciplinas Escolares: possibilidades de uma aproximação. In: BENCOSTTA, M.L.A. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo, Cortez Editora, 2007, p. 322-354.

ROTHEN, José Carlos. A Universidade Brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. In: **Revista Brasileira de História da Educação** nº 17 maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/100/110>. Acesso em 02/02/2013

_____. Os bastidores da reforma universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf>. Acessado em 19/01/2013.

SANTOS, Maria da Soledade Simeão dos; MENDES, Isabel Amélia Costa. Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalhos dos estagiários universitários. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Volume 9 . Número 1. Abril 2005. P 124-137. Disponível em: http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/2005_vol09/2005_vol09n01ABRIL.pdf. Acesso em: 01/01/2014.

SANTOS, Renato Quintino dos. **Educação e Extensão – Domesticar ou Libertar**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1986.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 2011. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_exten_sao_universitaria.pdf. Acesso 20/11/2011.

SILVA, Enio Waldir da. **Extensão universitária no Rio Grande do Sul : concepções e práticas**. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre. 2003. Fonte: <http://hdl.handle.net/10183/3780>. Acesso 11/10/2011.

SILVA, Francisco C. L. **Universidade e Extensão: a trajetória em um Centro Universitário**. Florianópolis. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2008.

SILVA, Romeu Adriano da. **Golpe militar e adequação nacional à internacionalização capitalista (1964-1985)**. Disponível em: www.histedbe.fae.unicamp.br/navegando/período_militar_intro.html. Acesso em 20/11/2012.

SILVA, Vera Lucia Gaspar; SCHUEROFF, Dilce. (Org.). **Memória docente: histórias de professores catarinenses (1890 – 1950)**. Florianópolis: UDESC Editora, 2010.

SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. **Universidade Brasileira – A intenção da Extensão**. Edições Loyola. São Paulo. 1987.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas,SP: Alínea, 2010. 2ª Edição.

SOUZA, Olga Suely Soares de. **A práxis Extensionista do Projeto Cidadania Liberdade. Universidade do Estado da Bahia – Campus X em Teixeira de Freitas/BA: estudo de caso**. Tese de doutorado. UFBA. 2007. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=148001. Acesso em 20/07/2012.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. [et al.]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1985.

SUCUPIRA, Newton. A Reestruturação das Universidades Federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. DF, v. 50, n. 111, p. 83-95, jul/set, 1968.

SUCUPIRA, Newton. Ensino Superior: Expansão, Reforma e Pós-graduação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. DF, v. 58, n. 128, p. 216-223, out/dez, 1972.

TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão Universitária – A Dimensão Humana da Universidade – Fundação e Estratégia**. UFSM. 1977.

TRIGUEIRO, Durmeval. Plano de Educação no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. DF, v. XLVI, n. 104, p. 335-350, out/dez, 1966.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Assistencialismo e profissionalização: a trajetória do Serviço Social. In: FLICKINGER, Hans-george. (Org.). **Entre caridade, solidariedade e cidadania: história comparativa do serviço social Brasil/Alemanha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da história para a educação. **Em Aberto**. Brasília: INEP, ano IX, n.47, julho/setembro 1990, p.3-11.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba:SBPH-PR,1987.

APÊNDICES

- A) TERMO DE CESSÃO
- B) ROTEIRO DE ENTREVISTA
- C) PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA NA UFPR – QUADRO SÍNTESE

A) TERMO DE CESSÃO

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente documento eu, _____,
RG _____, CPF _____, residente na rua
_____, número
_____, complemento _____, cidade de _____,
Estado _____, declaro ceder à pesquisadora
_____, RG _____, CPF _____, sem
quaisquer restrições aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
propriedade e os direitos autorais do conteúdo do depoimento/questionário de
caráter histórico e documental que prestei em _____ (data).

Fica conseqüentemente autorizada a pesquisadora a utilizar, publicar e
divulgar, para fins exclusivamente acadêmicos, culturais e institucionais
(Programa de Pós-Graduação em Educação e Universidade Federal do
Paraná), o mencionado depoimento, na íntegra ou em parte, bem como permitir
a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de
sua integridade na indicação de fonte e autor.

Curitiba, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do cedente: _____

B) ROTEIRO PARA ENTREVISTA CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ E CRUTAC-PR

1. Dados pessoais

Nome: _____

Idade _____ naturalidade _____

Formação _____

Atualmente você é servidor da UFPR: Sim () Não ()

Função: () Técnico () Docente

Sua participação no Campus Avançado de Imperatriz/ CRUTAC-PR foi como:

() aluno () professor () técnico

1 - Como era o recrutamento, seleção e treinamento dos docentes, técnicos e universitários para participar do Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR?

2 - Qual era o objetivo do Campus Avançado e/ou CRUTAC-PR exposto para os alunos?

3 - Qual a sua motivação para participar desse trabalho?

4 - Havia algum tipo de associação entre o Campus Avançado e/ou CRUTAC-PR e extensão universitária?

5 - Qual concepção de extensão era transmitida aos participantes?

6 - Qual era a expectativa em fazer essa experiência? E as impressões ao chegar ao local?

7 - Qual o período de permanência no Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR?

8 - De qual atividade você participou? Lembra de mais alguma desse período?

9 - O trabalho era realizado com quem? (lideranças, população em geral, servidores de órgãos públicos)

10 - Como era a dinâmica de trabalho e os alojamentos?

11 - O trabalho proposto atendia a comunidade local?

12 - Qual a contribuição dessa atuação no campus avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR para sua formação e/ou atuação acadêmica?

13 - Na sua opinião qual foi a contribuição para a comunidade local?

14 - Você tinha conhecimento sobre a estrutura administrativa do Campus Avançado e/ou CRUTAC? Como funcionava?

15 - Para você o Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR contribuiu para proporcionar a região melhores condições de desenvolvimento? Como?

16 - Quais os desafios encontrados?

17 - Quais as suas impressões ao término da atuação no Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR?

18 – Pode relatar a sua percepção sobre o contexto da ditadura na UFPR e na atividade de Extensão que você participou? Havia alguma influência?

19 – Quem ou qual documento/fonte você sugeriria para incluir nessa pesquisa?

20 – Alguma indicação de outras pessoas que participaram do Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR que poderiam contribuir com essa pesquisa?

21 – Algo a acrescentar sobre o Campus Avançado de Imperatriz e/ou CRUTAC-PR ou sobre a Extensão na UFPR que não tenha sido perguntado?

C) PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPR - QUADRO SÍNTESE		
Normativo	Técnico	Concepção Predominante
<p>Estatuto da UPR 1913 “aulas clínicas” ou aulas práticas realizadas sob forma de serviço:</p> <p>Ar.t. 154. - As aulas de clínica serão diárias e dadas pela manhã, seja em enfermarias de hospital, seja em gabinetes ou dispensários para a pobreza mantidos pela Universidade. [...] nesses gabinetes todos os trabalhos serão gratuitos, fornecendo o cliente apenas o material quando se tratar de trabalho dispendioso.</p>	<p>Efetivação por meio de “aulas clínicas” ou aulas práticas realizadas sob a forma de serviços ligados à área de Medicina e Odontologia. Um serviço assistencial que se mantém dentro da formação como ensino e se desdobra no atendimento à comunidade.</p>	<p>Serviço e Assistência</p>
<p>Estatuto da UPR 1915, Novamente percebe-se a da ideia da prática, como exercício formativo, associada à ideia do serviço e da assistência.</p> <p>Sob o nome de todos eles será mantido, pela Universidade um Hospital, uma Maternidade, a Policlínica Geral do Paraná, o Dispensário Dentário e a Farmácia, destinados a prestar assistência clínica gratuita à pobreza. Não a qualquer cliente, mas àquele, que queira prestar-se ao ensino dos alunos.</p>	<p>Reforça o formato anterior com a ideia da prática, como exercício formativo, associada à ideia do serviço e da assistência. Em órgãos mantidos pela Universidade como, Hospital, Maternidade, Policlínica Geral do Paraná, Dispensário Dentário e Farmácia, que deveriam prestar assistência clínica gratuita à pobreza.</p>	<p>Serviço e Assistência</p>

<p>Estatuto de 1946 não menciona Extensão Universitária.</p> <p>Regimento de 1946 apresenta a ideia de intercâmbio como competência do novo Departamento de Cultura, subordinado ao gabinete da Reitoria. Pela primeira vez os cursos de Extensão Universitária são mencionados</p> <p style="text-align: center;">Art. 77 - Nos institutos universitários serão realizados os seguintes cursos: [...] cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade didática dos institutos universitários.</p> <p>Cursos de Extensão Universitária ofertados por meio de conferências de divulgação e admitidos pelo Reitor. com destaque para as <i>“Missões de intercâmbio cultural”</i> (UPR, 1946, 22)</p>	<p>Apresenta a ideia de intercâmbio como competência do novo Departamento de Cultura realizado por meio de conferências e seminários ministrados por professores visitantes que atende não mais apenas a população carente mais a outros setores da comunidade. A concepção de intercâmbio está relacionada à de vínculo da Universidade com a realidade nacional, direcionando um novo foco de atuação para além da população carente.</p> <p>Essas atividades científico-culturais são expressas em 1949 com a Semana Universitária de Londrina, promovida pela Universidade do Paraná. E consonância com a política de expansão e integração do governo do Estado.</p>	<p>Intercâmbio</p> <p>e</p> <p>Difusão de conhecimento</p>
<p>O Estatuto de 1952 - “Art. – 28 – Parágrafo 3º: Os cursos de extensão destinar-se-ão a difundir conhecimentos da técnica e terão duas modalidades: extensão popular e atualização cultural”. Sob coordenação e patrocínio da reitoria.</p> <p>Estatuto de 1956 - dispõe sobre as estruturas burocráticas que regem a Extensão Universitária. O funcionamento e fiscalização dos cursos de Extensão fica a cargo do Conselho Universitário e subordinado ao Reitor.</p> <p style="text-align: center;">Art. 30 – Os Regimentos [...] dos Cursos de extensão deverão constar dos programas anuais e serão estabelecidos pelo Conselho Universitário mediante proposta do Reitor.</p>	<p>As atividades de Extensão Universitária da UFPR na década de 1950 assinalam grande movimentação com a sua atuação artístico-cultural, a partir da organização do Coral Universitário em 1958 e da Orquestra Sinfônica da Universidade.</p> <p>A partir desse momento a Extensão é assumida na política da Universidade e expressa nos seus planos anuais, ganhando espaço na estrutura administrativa e organizacional da UFPR, contudo não há uma norma geral para os cursos de extensão, que são adaptados a cada circunstância.</p>	<p>Difusão de conhecimento técnico e cultural</p>

<p>O Estatuto da UFPR de 1962 relacionado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4024/61. “Art. 3º - A formação universitária objetivará principalmente, as realidades brasileiras dos problemas regionais, como também se destinará aos superiores interesses da humanidade”. (UFPR, 1962. p.). A mesma referencia do Estatuto de 1956 à Extensão Universitária foi mantida.</p>	<p>Na década de 1960, a UFPR mantém seu formato de extensão baseado no propósito de divulgar cultura, conhecimento e técnica com uma maior aproximação com a comunidade.</p> <p>A Reitoria da Universidade começa a ministrar cursos especiais, denominados “Cursos de Verão”.</p> <p>Em 1961 tem início a <i>Universidade Volante</i>. Uma iniciativa que resultou de um convênio entre a Universidade, o governo do Estado do Paraná e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. As atividades baseavam-se em uma série de cursos especiais, priorizando a interiorização da Universidade em consonância com a política governamental do Estado.</p>	<p>Difusão de conhecimento técnico e cultural</p> <p>Aproximação com a comunidade</p>
<p>Estatuto de 1970 (Título VI – Do Regime Didático Científico).</p> <p>Art. 70º: A Universidade proporcionará aos seus alunos: a) por meio de atividades de extensão, oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo global de desenvolvimento;</p> <p>Resolução 12/73 do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) da UFPR, Art. 1º “entendem-se como cursos de Extensão, todos aqueles programados a serviço da comunidade ou a que se destinarem a complementar o ensino e a pesquisa”. (CEP, 1973).</p>	<p>A última Promoção da Universidade Volante em 1970.</p> <p>O Relatório Anual de 1972 apresenta como deliberação do Conselho Universitário a criação do Centro Rural Universitário, o CRUTAC e aprova convênio com entidades oficiais e particulares, com destaque para o Projeto Rondon, para implantação do Campus Avançado de Imperatriz no Maranhão e com o município de Foz do Iguaçu, para a prestação de serviços de orientação técnica aos agricultores e criadores da região, com a participação do CRUTAC.</p> <p>A UFPR firma convênio em 1973 com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com intuito de mobilizar esforços e viabilizar o Projeto de Inetragração Universidade-Empresa-Governo, em consonância com às diretrizes do governo do Estado, voltadas para uma política de desenvolvimento urbano.</p>	<p>Difusão de conhecimento, técnica, cultura e serviço comunitário</p>

<p>Estatuto de 1974 que segue a mesma linha do estatuto anterior aperfeiçoando a correspondência entre a concepção de extensão, a Doutrina nacional e a Reforma Universitária.</p> <p>Art. 55 – Por meio de atividades de Extensão a Universidade contribuirá para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade.</p> <p>No regimento geral de 1974, a extensão universitária ganha um pouco mais de espaço e respaldo para suas atividades mediante a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários PRAC, encarregada dentre outras competências pela promoção e institucionalização do CRUTAC-PR, Projeto Rondon, “Campus avançado” e os programas de integração Universidade – empresa-Governo.</p> <p>Cap. I - Art. 31, parágrafo 1º, item 3 – a) os serviços de Assuntos Comunitários visarão promover a extensão das atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de contribuir para o progresso material da comunidade; Cap. V - Art. 55 – Os cursos de extensão serão oferecidos</p>	<p>A Extensão Universitária na UFPR ganha mais de espaço e respaldo para suas atividades, mediante a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), encarregada, dentre outras competências, pela promoção e formalização do CRUTAC-PR, Projeto Rondon, Campus avançado e os programas de integração Universidade – empresa-Governo.</p> <p>Relatório Anual de 1974 sinaliza a realização dos cursos de Extensão oferecidos pelos Setores de Ciências Exatas; Ciências Humanas Letras e Artes e Ciências da Saúde.</p> <p>Destaca o convênio com o CINCRUTAC, para manutenção dos CRUTACs e com as Prefeituras de Coronel Vivida e Foz do Iguaçu para a realização de uma atividade denominada “Mini Campus”, que contou com o apoio e estrutura do CRUTAC. O Projeto Rondon também é mencionado no item 5.3.2 que assinala o compromisso entre a UFPR, o Projeto Rondon e o MINTER na viabilização do Campus Avançado de Imperatriz/MA.</p>	<p>Difusão de conhecimento, técnica, cultura e serviço comunitário</p>
--	--	--

<p>à comunidade com o propósito de divulgar conhecimento e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso.</p> <p>A Extensão ganha por meio das práticas extensionistas um espaço gradativo. A seção II do Regimento de 1974, no mesmo capítulo trata dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC-PR). A Seção III – Dos Campi Avançados e a Seção IV – Da Integração – Empresa – Governo.</p>		
<p>Resoluções do CEP 03/81 e 08/83 apresentam uma concepção de extensão na mesma linha dos estatutos e regimentos anteriores. artigo 1º de ambas as resoluções que apresentam texto semelhante: “Art. 1º Os cursos de extensão são oferecidos pela Universidade à comunidade, com o propósito de divulgar conhecimento e técnicas de trabalho, como forma de estender-lhe o ensino de que se ocupa e que lhe é inerente”.</p>	<p>Relatório Anual de 1981 ressalta os cursos de Extensão, CRUTAC e Campus Avançado de Imperatriz, mas apresenta a Extensão Universitária com uma organização mais complexa do que os relatórios anteriores.</p> <p>Atividades acadêmicas extra-curriculares;</p> <p>Assistência á comunidade universitária;</p> <p>Assessoria de bolsas estudantis;</p> <p>Integração com a comunidade próxima;</p> <p>Cursos;</p> <p>Atividades artístico-cultural.</p>	<p>Difusão de conhecimento, técnica, cultura e serviço comunitário</p>

<p>Estatuto da UFPR de 1983 aponta uma relação com o Estatuto de 1974, sem alterações de conceitos quanto à política universitária ou a extensão propriamente dita, mantendo a doutrina da década de 1970, atrelada ainda a Reforma de 1968 e vínculo com à doutrina desenvolvimentista do governo militar, nesse período já com menos força.</p>	<p>O Relatório de 1984 traz uma estrutura das atividades de Extensão separadas das funções e atividades específicas da PRAC. As atividades da Pró-Reitoria estão organizadas no item 4.6 que apresenta cinco divisões mais detalhadas.</p> <p>Realizado em Curitiba, o “1º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul” (SEURS). O Seminário foi realizado nos dias 07,08 e 09 de agosto de 1983. Um momento importante pela sua amplitude, permitindo que a Extensão Universitária fosse debatida entre as Universidades do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul juntamente com outras entidades convidadas.</p>	<p>Difusão de conhecimento, técnica, cultura e serviço comunitário</p> <p>e</p> <p>Fomento do Diálogo e da transformação social</p>
<p>A criação da Coordenação Extensão em 1984 expressa uma abertura para novos diálogos no âmbito Institucional em relação à Extensão Universitária, com a intenção de proporcionar um maior vínculo entre os Setores da Universidade.</p> <p>Em 1986, a PRAC - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFPR - responsável, dentre outras competências, pela gestão da Extensão Universitária, publica o Caderno PRAC Nº 1, onde defende uma concepção de Extensão que segue a linha do diálogo e se fundamentada em três critérios: relevância social, integração e transformação social.</p>	<p>O Relatório Anual de 1986 sinaliza o momento de reestruturação da Extensão Universitária na UFPR.</p> <p>Os SEURS I, II, III e IV mostraram-se, portanto, como um importante espaço de articulação e relação de forças no que tange as representações e concepções de Extensão coexistentes em um mesmo período.</p> <p>A defesa da união entre ensino, pesquisa e extensão revela uma abertura por parte da PRAC e um novo olhar em consonância com o debate da época e ao que seria ratificado pelo FORPROEX em 1987 e pela constituição Federal de 1988. A concepção de Extensão inicia um momento diferente do que vinha se desenvolvendo na UFPR ao longo dos anos anteriores.</p>	<p>Diálogo e transformação social</p>

ANEXOS

- A) PLANO DE TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- B) REGIMENTO DO CRUTAC-PR

A) PLANO DE TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA¹³¹

¹³¹ NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira 1975-1999**. Belo Horizonte. UFMG/ FaE. mimeo. 1999. p. 255.

*O documento como no original da autora salta da página 5 para a página 7.

1. Introdução

A extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior, estende sua área de atendimento às Organizações, outras Instituições e populações de um modo geral, delas recebem um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa.

A extensão da universidade se processa sob a forma de Cursos, Serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica.

Por meio das atividades extensionistas são proporcionadas "aos corpos discentes e docentes, oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento." (1)

A extensão universitária no Brasil, como atividade sistemática e intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa é um dado novo na realidade das instituições de ensino superior. Como tal ainda é muitas vezes mal compreendida e mal interpretada, sendo confundida com atividades isoladas de caráter diversional, cultural, cívico, religioso ou mesmo promoção de cursos sem nenhuma vinculação com o sistema de ensino. Não se pode esquecer todavia, que a extensão universitária é uma projeção do ensino e da pesquisa, e desse modo, "a inerência da atividade de extensão está, pois, em outras palavras, no seu comprometimento didático, na sua vinculação necessária à missão da Universidade qua tale." ²

As atividades de extensão universitária devem, pois, ser programada a nível de Instituições de Ensino Superior, tendo

(3)

2. ESQUEMA DE ATUAÇÃO

A Coordenação Nacional da Política de Extensão Unversitária, cabe ao Ministério da Educação e Cultura, a quem compete:

- a) propor a política de extensão Universitária;
- b) traçar diretrizes e normas nacionais;
- c) acompanhar a execução dos trabalhos de extensão, evitando que sejam criadas distorções que possam desfigurar a própria imagem da Instituição Universitária;
- e) estimular o intercâmbio de experiência entre as várias Universidades;
- f) proporcionar condições ao maior ajustamento de experiências existentes, face ao conceito de Extensão Universitária.

O Plano de Trabalho do Ministério da Educação e Cultura para as atividades de Extensão Universitária será executado pelo Departamento de Assuntos Universitários, por meio de sua Coordenação de Atividades de Extensão.

A atuação do DAU se fará basicamente em uma linha de assessoramento às Instituições de Ensino Superior, utilizando-se as seguintes formas:

- a) supervisão sistemática, com observação "in loco" do andamento das experiências;
- b) avaliação periódica das experiências, utilizando-se como meios, fichas, relatórios e encontros;

(4)

- c) contatos e Encontros com organismos públicos e que atuam a nível nacional, regional e local, possam dar suporte às atividades de extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior;
- d) manutenção de um fluxo contínuo de informação, através de ofícios, circulares ou boletim, de modo a possibilitar um intercâmbio permanente entre as várias IES;
- e) contatos com as Instituições de Ensino Superior visando a implantação de novos Programas ou Projetos de Extensão.

(5)

3. JUSTIFICATIVA

A lei da Reforma Universitária ao Vincular de modo indissociável o Ensino a Pesquisa e a Extensão, possibilitou uma perspectiva nova à Universidade Brasileira. O ensino não se pode restringir somente a uma mera transmissão do conhecimento já elaborado, mas deve associar uma visão crítica do saber adquirido, exercendo assim uma atividade criadora.

A Extensão Universitária, das funções da Universidade é a que menos se projetou, tendo sido algumas vezes mal compreendida e até confundida, estando a merecer por parte do MEC uma tomada de posição no sentido de uma melhor articulação.

As atividades de extensão universitária coordenadas pelo Ministério da Educação e Cultura, são desenvolvidas presentemente através dos Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades e Integração Escola - Empresa - Governo, ambos executados pelas Instituições de Ensino Superior.

Os CRUTACs encontram-se difundidos em todo o país contando com núcleos nas seguintes Universidades Federais: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná Santa Catarina, Pelotas, Santa Maria, São Carlos e Mato Grosso. Além desses existem núcleos de CRUTAC na Universidade de Londrina e em Mossoró. Para uma articulação geral dos CRUTACs, existe a CINCUTAC, criada pelo Decreto Lei 916 e 07. 10.69.

Os núcleos do Projeto Integração Escola - Empresa Governo, encontram-se também disseminados do Instituto Euvaldo Lodi, presentemente, nos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

(7)

4. OBJETIVOS

4.1 - Geral

Coordenar, a nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas instituições.

4.2 - Específicos

- Supervisionar, e avaliar as várias experiências desenvolvidas.
- Programar atividades de extensão que levam à comunidade, dentro de seus mecanismos normais de mercado, o produto de pesquisas em áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico.
- Promover a articulação, a nível de IES, das várias experiências existentes, estimulando o surgimento de polos de extensão universitária.
- Proporcionar a integração de Organismos, Programas ou Projetos que sirvam de fluxo à retroalimentação do sistema de ensino.
- Estimular as instituições de ensino superior a uma maior participação no processo de desenvolvimento, com a consequente mudança dos atuais padrões de demanda das comunidades e populações.
- Incentivar as instituições de ensino superior no sentido de novas experiências no âmbito da extensão universitária.

(8)

5. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho do Departamento de Assuntos Universitários, no que se refere à extensão, terá como ponto de partida as experiências extensionistas em execução no país, especialmente as desenvolvidas através do Projeto Rondon, CRUTACs, IEL, UDES, OPEMA e CIEE. Assim sendo, inicialmente serão feitas supervisões às experiências em andamento nas várias Universidades e a partir daí a montagem de um esquema de trabalho que possibilite uma maior economia de custos e evite a duplicação de esforços. Serão feitas tentativas no sentido de uma maior articulação com outros Organismos Públicos de âmbito Nacional, Regional ou mesmo local, especialmente com as Superintendências de Desenvolvimento Regional. Referidos Organismos servirão de suporte aos trabalhos de extensão universitária.

O Plano de Trabalho será desenvolvido mediante as seguintes linhas de atuação:

- Coordenação, supervisão e avaliação das experiências de extensão;
- Articulação a nível de Instituição de Ensino Superior das várias experiências de extensão existentes;
- Articulação da Coordenação de Extensão com os Organismos Públicos ou Privados - Nacionais, Regionais ou Estaduais, que servem de suporte ao desenvolvimento das atividades extensionistas.

5.1 - Coordenação, Supervisão e Avaliação das Experiências de Extensão em Andamento.

A Coordenação, Supervisão e Avaliação das Atividades de Extensão a nível nacional far-se-á através de observação "in loco" nas Instituições de Ensino Superior das várias formas de extensão existentes.

(9)

A atuação do MEC anteriormente restrita aos Projetos de Integração Empresa-Escola-Governo e de Integração da Universidade nas Comunidades, assume dessa maneira uma dimensão mais ampla e o acompanhamento incluirá as experiências próprias das Universidades e as estimuladas por outros Organismos como é o caso dos Campi Avançados do Projeto Rondon, do Ministério do Interior.

A partir do conhecimento das várias formas existentes se tornará possível a articulação das mesmas a nível de execução e a nível de Coordenação Nacional.

5.2 - Articulação a Nível de Instituição de Ensino Superior das várias experiências.

A articulação das atividades de extensão da Universidade em uma estrutura central, representa uma forma de racionalização dos trabalhos, evitando-se duplicação de esforços, dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros. Tal estrutura, possibilita ainda uma maior articulação com os demais componentes do sistema universitário-ensino e pesquisa.

A nível do MEC a articulação das atividades de extensão universitária das IES em uma estrutura central e intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa, será considerada como polo de extensão, que poderá se apresentar sob a forma de Pro-Reitoria, Superintendência, Câmara de Extensão, etc.

Referidos polos serão objeto de um acompanhamento mais próximo por parte do DAU/MEC, através da Coordenação de Atividades de Extensão, a qual deverá servir também como elemento auxiliar na mobilização de Instituições para apoio aos trabalhos e na captação de recursos financeiros para os polos de extensão universitária.

(10)

Os polos de Extensão representarão experiências piloto onde se farão algumas tentativas, dentre as quais se poderão destacar;

- Polos de Extensão, onde se fará a articulação dos vários projetos do Plano Setorial da Educação, com as experiências de Extensão;
- Polos de Extensão, onde se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas;
- Polos de Extensão para a articulação das experiências' extensionistas com os Programas e Projetos Governamentais de caráter prioritário;
- Polos de Extensão para combinação das atividades de extensão universitária com as que são desenvolvidas' em algumas universidades dentro da política de extensão rural, no sistema "Land Grant".

a) Polos de Extensão para Articulação das várias experiências extensionistas com os Projetos do Plano Setorial de Educação e Cultura.

Serão escolhidas para o desenvolvimento das experiências as Universidades que contam com o maior número de projetos do PSEC que possuam interface e que possam agrupar-se em Núcleo Comum.

(11)

Basicamente deverão ser considerados os seguintes projetos:

- novas metodologias do ensino superior;
- reformulação de currículos;
- integração das Universidades nas comunidades;
Integração Escola/Empresa/Governo;
- Implantação gradativa dos Cursos de Curta Duração;
- desenvolvimento do sistema de bolsas.

b) Polos de Extensão onde se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas.

Serão escolhidas como polos para este tipo de atuação, as Instituições de Ensino Superior que contam com mecanismos de estágios já implantados ou em fase de implantação. Dever-se-á a aproveitar a estrutura do sistema de bolsas que representará uma forma de remuneração do estágio, levado a efeito de acordo com as perspectivas da extensão e do estágio.

c) Polos de Extensão para a articulação das Experiências Extensionistas com os Programas e Projetos Governamentais de caráter estratégico.

Referidos polos serão estabelecidos em áreas que con tam com programas ou projetos de desenvolvimento regional ou lo cal, com os quais se procurará compatibilizar a política de atu ação da Universidade.

(12)

d) Polos de Extensão para combinação das atividades de extensão Universitária, com os que são desenvolvidas em algumas Universidades dentro da política de extensão rural no sistema "Land Grant".

Algumas Universidades do país contam com trabalhos na linha da extensão rural, que muitas vezes apesar de se encontrarem na Instituição de Ensino Superior, são desenvolvidos interinamente dissociadas das atividades de extensão Universitária. A experiência poderá ser desenvolvida não somente no sentido de combinação da extensão rural e extensão Universitária a nível da Universidade, mas, também aproveitando a estrutura da ETBRATER através de suas filiais Estaduais.

5.3 - Articulação da Coordenação de Extensão com os Organismos Públicos ou Privados - Nacionais, Regionais ou Estaduais que servem de suporte ao desenvolvimento das atividades extensionistas.

A Coordenação das Atividades de Extensão deverá articular-se com Organismos que servem de suporte à ação extensionista das Universidades, visando a garantia de uma linha de ação em com e a promoção de atividades que possam garantir esta Unidade.

Os trabalhos serão executados em estreita articulação com as Superintendências de Desenvolvimentos Regional, e, em conjunto com as mesmas, deverão ser promovidos encontros e outras formas de atuação que ~~promovidos encontros e outras formas de atuação que~~ propiciem a maior integração da Universidade ao processo de desenvolvimento do país.

(13)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COMISSÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROGRAMA DE FOMENTO À EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA - 1995

6. METAS

- Acompanhamento das atividades de extensão executadas pelas Universidades: CRUTACs, Campi Avançados, Núcleos de Integração Empresa-Escola-Governo ou outras formas;
- Implantação de Polos de Extensão Universitária;
- Realização de Encontros Regionais em articulação com as Superintendências de Desenvolvimento Regional e Governos Estaduais, visando a montagem de uma estratégia de ação em comum.

B) REGIMENTO DO CRUTAC-PR¹³²

¹³² BACELLAR, Yeda Maria dos Santos. **Extensão universitária: que vocação?** Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Mimeo. Curitiba-PR, 1989.

REGIMENTO

CENTRO RURAL UNIVERSITÁRIO DE TREINAMENTO E AÇÃO
COMUNITÁRIA DO PARANÁ (CRUTAC-PR)

TÍTULO I

Dos Objetivos e Estrutura

CAPÍTULO I

Objetivos

Art. 1.º — O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Paraná (CRUTAC-PR), criado pela Universidade Federal do Paraná, mediante a Portaria n.º 8635, de 23 de maio de 1972, tem como objetivo fundamental:

proporcionar a universitários, supervisionados por seus mestres, treinamento em zona rural, prestando serviços às populações do interior com a finalidade de coadjuvar a resolução, parcial ou total, de problemas comunitários.

§ 1.º — O CRUTAC-PR não visa assumir a responsabilidade da solução de problemas da alçada de outros organismos municipais, estaduais ou federais, e sim integrar a Universidade na comunidade paranaense, proporcionando ao discente frutuoso contato com os problemas de cuja solução deverá participar como profissional.

Art. 2.º — O CRUTAC-PR, para estabelecimento de sua ação, dividirá o território do Estado do Paraná em áreas, denominadas Núcleos, constituídas de grupos de Municípios, em consonância com suas relações e interdependências sócio-geo-econômicas.

§ 1.º — Em cada Núcleo o CRUTAC-PR promoverá de início, sempre que possível, em conjunto com órgãos locais, o levantamento dos problemas existentes.

§ 2.º — Os problemas postos em relevo pelo levantamento, após análise pela Comissão de Planejamento e Controle, deverão ser encaminhados às Unidades Universitárias a fim de que os Departamentos interessados ofereçam soluções na forma de treinamento curricular, complementar ou eletivo, quantificando os créditos a serem atribuídos àquelas que dele participarem, com aprovação dos Colegiados competentes, incluído o Conselho de Ensino e Pesquisas.

Art. 3.º — Uma vez estabelecido pela Unidade o programa de treinamento e ação comunitária, o CRUTAC-PR promoverá a mobilização dos recursos necessários, a fim de que os optantes encontrem os meios indispensáveis à sua execução.

§ 1.º — Tais recursos abrangerão estadia, alimentação, pequena diária, local e materiais de trabalho indispensáveis, meios de transporte, etc.

§ 2.º — A presença e atuação de discentes num determinado programa, é condição indispensável para sua aprovação e inclusão entre os Projetos do CRUTAC-PR.

§ 3.º — As Unidades Universitárias somente ofertarão treinamento em caráter curricular após identificadas da existência dos recursos para atendimento a seus discentes na área, bem como para o pagamento de diárias aos professores supervisores e outras despesas correlatas.

CAPÍTULO II

Da Estrutura

Art. 4.º — O CRUTAC-PR, órgão suplementar da Universidade Federal do Paraná, subordinado diretamente ao Reitor, terá a estrutura seguinte:

- a) Coordenadoria Geral;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Comissão de Planejamento e Controle;
- d) Secretaria;
- e) Contabilidade;
- f) Coordenadorias de Núcleos e Programas.

Art. 5.º — A Coordenadoria Geral do CRUTAC-PR, será exercida por um Coordenador Geral, membro do Corpo docente da Universidade, escolhido pelo Reitor.

Art. 6.º — O Conselho Consultivo será constituído por representantes de órgãos do Poder Público, organismos financeiros e entidades privadas, especialmente convidados pelo Reitor, dentre os que possam cooperar na concretização dos programas.

Art. 7.º — A Comissão de Planejamento e Controle será constituída por um professor representante de cada uma das áreas de atuação da Universidade, nomeados pelo Reitor:

- a) Área de Ciências Agrárias;
- b) Área de Ciências Biológicas;
- c) Área de Ciências Humanísticas;
- d) Área de Ciências Tecnológicas.

Art. 8.º — O Coordenador Geral e os Membros da Comissão de Planejamento e Controle terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

TÍTULO II

Da Competência e do Pessoal

CAPÍTULO III

Da Competência

Art. 9.º — Ao Coordenador Geral do CRUTAC-PR compete:

- a) coordenar, supervisionar e fiscalizar todos os serviços afetos ao CRUTAC-PR;
- b) sugerir medidas que visem a ordem, a disciplina e o funcionamento regular das atividades do CRUTAC-PR;
- c) dirigir e fazer executar todos os trabalhos previstos nos objetivos do CRUTAC-PR, tomando as providências necessárias junto às Unidades Universitárias para o estabelecimento e execução dos programas;
- d) propor ao Reitor acordos com entidades ou instituições, públicas ou privadas, do país ou do estrangeiro;
- e) aplicar os recursos destinados ao CRUTAC-PR e prestar contas à Reitoria e outros órgãos competentes;
- f) promover todos os meios de ativar as relações públicas, de modo a identificar o CRUTAC-PR com a coletividade;
- g) manter permanente contato com a CINGRUTAC, com os Coordenadores de cada Núcleo e Coordenadores de Programas específicos, tomando todas as providências para melhor funcionamento de todos os setores;
- h) manter permanente contato com o Reitor, pondo-o a par de todas as ocorrências e solicitando as medidas necessárias ao funcionamento dos diversos serviços do CRUTAC-PR;
- i) convocar e presidir as sessões das Comissões.

Art. 10 — Ao Conselho Consultivo compete sugerir, examinar e emitir parecer sobre os problemas que a ele forem encaminhados pela Coordenadoria Geral por recomendação da Comissão de Planejamento e Controle.

Art. 11 — À Comissão de Planejamento e Controle compete:

- a) estabelecer normas para o funcionamento do CRUTAC-PR, atendendo à sua filosofia e aos princípios básicos da sua criação;
- b) apreciar e deliberar sobre todos os problemas que digam respeito à execução dos programas de treinamento, de assistência, e de serviços;
- c) prestar toda a colaboração necessária ao Coordenador Geral, no sentido de assegurar o pleno êxito das atividades do CRUTAC-PR, em consonância com os métodos mais racionais de planejamento;
- d) examinar e aprovar preliminarmente os Projetos elaborados pelas Unidades Universitárias, consideradas as despesas e recursos disponíveis, submetendo-os à aprovação final do Reitor;
- e) exercer o controle administrativo, examinar e emitir parecer quanto às prestações de contas da Coordenadoria Geral;
- f) sugerir, para deliberação final do Conselho Universitário, mediante resoluções formais, medidas de ordem administrativa e técnica, que sejam submetidas à sua apreciação;
- g) propor ao Conselho Universitário a Organização do Quadro de Pessoal a ser contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho;
- h) propor à Reitoria o orçamento do CRUTAC-PR para deliberação do Conselho Universitário;
- i) emitir parecer sobre qualquer despesa não consignada no orçamento, observadas as normas legais vigentes.

Art. 12 — Às Coordenadorias de Núcleos ou Programas compete:

- a) orientar e dirigir os trabalhos de todos os setores que integrem o Núcleo ou Programa;
- b) visitar constantemente todos os municípios integrantes da área e providenciar os meios que se fizerem necessários ao atendimento dos correlatos programas em execução;
- c) manter permanente contato com o Coordenador Geral, para que sejam orientados, de comum acordo, todos os serviços de ordem técnica e administrativa.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 13 — O CRUTAC-PR, para execução dos seus Programas, contará com servidores públicos colocados à sua disposição, bem como com servidores contratados.

Art. 14 — O Quadro de Pessoal contratado, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, terá seu número e níveis salariais submetidos anualmente à aprovação do Conselho Universitário, condicionados à necessidade, intensidade e natureza das tarefas a serem desenvolvidas.

§ Único — O pessoal será contratado pela Universidade Federal do Paraná, sob proposta da Coordenadoria Geral.

Art. 15 — Quando em exercício nos Núcleos ou Programas, todo pessoal da Universidade — professores, estudantes e servidores — receberá as diárias regulamentares.

§ Único — O Núcleo propiciará aos estudantes, sempre que possível, hospedagem e alimentação, que será adicionada de pequena ajuda financeira, não superior a um salário mínimo regional.

Art. 16 — Os servidores postos à disposição do CRUTAC-PR, receberão gratificações estabelecidas pela Coordenadoria Geral, com audiência da Comissão de Planejamento e Controle, de acordo com categorias e valores dos trabalhos, atendida a legislação em vigor.

Art. 17 — Todo pessoal, de conformidade com o Organograma incluso, será subordinado ao Coordenador Geral na forma do regime disciplinar da Universidade Federal do Paraná.

TÍTULO III

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 18 — O CRUTAC-PR terá sua sede em Curitiba, em próprio da Universidade Federal do Paraná.

§ Único — Os Núcleos serão sediados em municípios selecionados para o treinamento e a ação comunitária.

Art. 19 — Os recursos para a execução dos programas do CRUTAC-PR, provirão de dotações orçamentárias da Universidade, de outras dotações federais, estaduais ou municipais, de doações a qualquer título, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, assim como de acordos ou convênios firmados pelo órgão.

Art. 20 — O CRUTAC-PR terá escrituração contábil vinculada à Contabilidade Geral da Reitoria, sendo a prestação de contas das dotações consignadas feita aos órgãos de Direção da Universidade, pelos meios usuais.

Art. 21 — O pessoal do CRUTAC-PR fica proibido terminantemente de participar de manifestações político-partidárias, de forma a garantir neutralidade, em face de qualquer sectarismo.

TÍTULO IV

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 22 — Os casos omissos neste Regimento, serão resolvidos pelo Reitor.

Art. 23 — O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná.

ORGANOGRAMA DO CRUTAC - PR

